

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE
MESQUITA FILHO”
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

**“ELA É MAIS FEMINISTA DO QUE EU”: NARRATIVAS DE
JOVENS UNIVERSITÁRIAS SOBRE FEMINISMOS NAS
REDES**



Presidente Prudente/SP
2023

ELAINE GOMES FERRO

**“ELA É MAIS FEMINISTA DO QUE EU”: NARRATIVAS DE
JOVENS UNIVERSITÁRIAS SOBRE FEMINISMOS NAS
REDES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP/Campus de Presidente Prudente, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de pesquisa: Processos Formativos, Infância e Juventude

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marcia Regina Canhoto de Lima

Presidente Prudente/SP
2023

F395⁴⁴ Ferro, Elaine Gomes
"Ela é mais feminista do que eu": : narrativas de jovens universitárias sobre feminismos nas redes / Elaine Gomes Ferro. -- Presidente Prudente, 2023
257 p. : il., fotos

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientadora: Marcia Regina Canhoto de Lima

1. Feminismo digital. 2. Juventude Feminina. 3. Educação. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

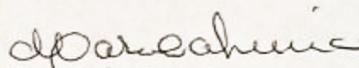
CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: "ELA É MAIS FEMINISTA DO QUE EU": NARRATIVAS DE JOVENS UNIVERSITÁRIAS SOBRE FEMINISMOS NAS REDES"

AUTORA: ELAINE GOMES FERRO

ORIENTADORA: MARCIA REGINA CANHOTO DE LIMA

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em Educação, pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. MARCIA REGINA CANHOTO DE LIMA (Participação Virtual) 
Departamento de Educação Física / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

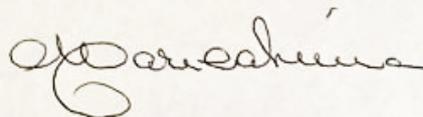
Profa. Dra. JOSIANE PERES GONÇALVES (Participação Virtual)
UFMS - Campus de Naviraí - MS

Prof. Dr. MARCOS VINICIUS FRANCISCO (Participação Virtual)
Programa de Pós Graduação em Educação / Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM)

Prof(a). Dr(a). TÂNIA SUELY ANTONELLI MARCELINO BRABO (Participação Virtual)
Departamento de Administração e Supervisão Escolar / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Profa. Dra. CLAUDIA MARIA DE LIMA (Participação Virtual)
Departamento de Educação / Ibilce/Unesp

Presidente Prudente, 21 de março de 2023



*Em primeiro lugar, dedico este trabalho
à primeira mulher que conheci na vida
a minha querida mãe, Talita Batista Gomes-
que apesar de não ter tido a oportunidade
de fazer um curso superior-
nunca me impediu de sonhar*

*Também dedico este trabalho
ao homem mais gentil que já conheci
e que me incentivou a estudar mulheres,
o meu amado e fiel companheiro
de vida e academia,
Jorge Luís Mazzeo Mariano*

*Por fim, dedico este trabalho a
todas as mulheres que sonharam em
estudar e, por algum motivo, não
conseguiram; a todas as mulheres
que realizaram o sonho de estudar, às
mulheres que estudam, às mulheres
que pesquisam, às mulheres que
pesquisam mulheres e a todas as
mulheres que, como eu, sonham com
um mundo melhor.*

AGRADECIMENTOS

Tão importante quanto o impulso individual para iniciar e finalizar um trabalho é o apoio coletivo que recebemos durante todo o processo de execução.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Assim, além da CAPES eu agradeço a minha querida orientadora, a Prof^a. Dr.^a Marcia Regina Canhoto de Lima, que além de acreditar em mim e no meu projeto, abriu as portas de suas disciplinas para eu realizar meu estágio de docência e me deu liberdade para conduzir o trabalho. Mais do que isso, a professora Marcia me incentivou, me encorajou, me empoderando em momentos em que eu mesma duvidei de minhas capacidades.

Não posso esquecer ainda dos ensinamentos aprendidos por meio das aulas dos professores Prof.^a Dr.^a Rosiane de Fátima Ponce, Prof.^a Dr.^a Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo, Prof.^a Dr.^a Renata Portela Rinaldi, Prof. Dr. Alberto Albuquerque Gomes, Prof. Dr. Divino José da Silva e Prof. Dr. José Milton de Lima.

Também quero agradecer o profissionalismo e respeito com os quais sempre fui atendida nas minhas solicitações e dúvidas por e-mail ou pessoalmente por toda a equipe da secretária de pós-graduação da FCT – UNESP: a Aline da Silva Ribeiro Muniz, a Ivonete Gomes de Andrade, ao Anderson Clayton Pires Diniz, a Cinthia Thiemi Onishi e ao Lincoln Tadeu Kohara. Sempre atenciosos e respeitosos, me atenderam no esclarecimento de pequenas e grandes dúvidas, além de humanizarem a parte burocrática da vivência da pós-graduação.

Aproveito o ensejo também para agradecer às/aos professoras/es Dr.^a Maria Raquel Miotto Morelatti/Dr. Divino José da Silva e a professora Dr.^a Renata Portela Rinaldi/representantes das duas gestões de coordenadores do PPGE em que eu tive o privilégio de me relacionar de forma positiva nesses quatro anos de doutorado.

Agradeço, ao então diretor da FCT UNESP, Rogério Garcia que autorizou a realização da pesquisa no campus e aos coordenadores dos cursos de licenciatura da mesma instituição que gentilmente encaminharam os *e-mails* às estudantes.

Agradeço às jovens voluntárias que aceitaram responder os questionários e em especial a Marie e a Sueli que também participaram das entrevistas.

Sou grata pelos professores que aceitaram participar como membros titulares e suplentes da minha banca de qualificação, respectivamente como membros(as) titular(es)/suplente(s),

as/os professoras/es: Dr.^a Josiane Peres Gonçalves, Dr.^a Claudia Lima, Dr. Marcos Vinícius Francisco e Dr. Divino José da Silva.

Agradeço ainda aos mesmos professores por aceitarem participar da banca de defesa, a professora Dr.^a Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo e os professores doutores Alberto Albuquerque Gomes, Amanda de Mattos Pereira Mano e Andréia Nunes Militão que completaram os nomes da banca de defesa.

Quero também agradecer ainda a Michele Silva, a Jéssica Kurak Ponciano e a Nathália Germiniani Silva Vicentini, companheiras de jornada na pós-graduação.

Meu muito obrigado aos meus amigos queridos Alexandre Cougo de Cougo, Leandro Vieira da Costa, Mário Mano, Tacinara Nogueira de Queiroz, amigos queridos que me aconselharam e dividiram comigo os momentos mais alegres e mais difíceis que eu vivenciei nessa caminhada.

A amiga, Edelir Salomão Garcia, por me ajudar na difícil tarefa de formatação e ajustes finais da tese, além de me oferecer suporte emocional na reta final de conclusão do trabalho e a amiga Márcia Regina do Nascimento Sambugari pelo apoio nos momentos difíceis e por me ajudar com as referências.

A minha família querida que me apoiou e me acolheu em todos os momentos de forma incondicional. Assim, agradeço ao meu pai, Marcelo Ferro, à minha mãe, Talita Batista Gomes, aos meus irmãos Eduardo Gomes Ferro e Murilo W. C. Ferro, aos meus cunhados Anderson Carlos M. Mariano, Marcos Paulo M. Mariano, aos meus sogros Salete Ap. Mazzeo Mariano e João Ap. Mariano. A todos os meus tios, tias, primos e primas, em especial às primas e ao primo: Beatriz Vasconcelos Gomes Barreto, Betânia Vasconcelos Gomes e Tiago Augusto Barreto, os quais me ampararam de inúmeras formas, estabelecendo uma rede ampla de apoio para que diante de algumas dificuldades vivenciadas eu pudesse finalizar a tese.

Por fim, um agradecimento especial à pessoa que me ofereceu ombros, mãos, ouvidos, palavras e reflexões quando necessitei, meu parceiro de alma, de vida e de jornada acadêmica, o meu querido esposo Jorge Luís Mazzeo Mariano.

*Eu vim explorar o naufrágio.
As palavras são propositais.
As palavras são mapas.
Eu vim ver o estrago que foi feito
e os tesouros que prevaleceram.
(Adrienne Rich)*

RESUMO

Esta Tese está vinculada à linha de pesquisa na qual apresenta, como ponto de partida, o contexto atual em que as interações digitais se tornaram centrais na dinâmica social. Assim, diferentes grupos sociais historicamente silenciados têm utilizado a rede mundial de computadores para amplificarem suas lutas, com destaque para a militância feminista, que, nos últimos anos, tem se evidenciado a partir do ativismo digital. Todavia, ao mesmo tempo em que mulheres divulgam sua luta histórica em espaços virtuais, forças sociopolíticas de caráter conservador lutam para impedir que temas relacionados a questões de gênero e feminismo penetrem, sobretudo, no espaço escolar. Tendo esse complexo cenário como pano de fundo, buscou-se responder a seguinte questão: como uma parcela da juventude feminina brasileira vem absorvendo o crescente discurso do ciberfeminismo diante a um cenário de rejeição das teorias feministas fomentadas por grupos conservadores que tentam limitar, ou mesmo, excluir as questões de gênero do currículo escolar? Desta forma, a pesquisa investigou a influência e o alcance das pautas feministas presentes na *internet*, a partir do ponto de vista de jovens mulheres, de forma articulada com os estudos de feminismo e juventude e educação. Metodologicamente, a investigação se fundamenta nos pressupostos da epistemologia feminista e, para a coleta de dados, adotou-se a abordagem qualitativa por meio da aplicação de questionário *online* e realização de entrevistas com jovens mulheres universitárias. Utilizando a técnica da análise de conteúdo por meio da categorização semântica na qual as respostas das participantes foram agrupadas por caráter semântico. Foram identificadas onze categorias que, ajudaram a compreender um pouco melhor sobre a dinâmica do feminismo das redes e seu impacto na vida das jovens no contexto educativo.

Palavras-chave: Feminismo digital. Juventude feminina. Educação.

ABSTRACT

This thesis' research approach is linked, as starting point, to the current social dynamics digital interaction's context. It's evident the diversity of historically silenced groups, emphasising the feminism movement, taking advantage of the worldwide web as a mean to amplify their digital activism. Although women share virtually their historical fight, feminism and gender related topics are being prevented to be widespread, mainly inside educational spaces, by the conservatory aspects socio-political forces. Though this complex background, developed the pursue of answering the following question: "How a portion of Brazilian female youth have been absorbing the growth of cyberfeminism discourses against the rejection scene of feminism theories fomented by conservative groups which try to put limits, or even exclude, gender related topics from the educational program?". It was explored in this research the influence and impact of online feminism agenda, through the eyes of young women, articulating with feminism, youth and education studies. Methodically speaking, the investigation is oriented in the feminist epistemology theory. For the data collection, a qualitative approach was adopted per an online quiz along with an interview realized upon academic women from universities, analysing the content by means of semantic categorisation where the participant answers were selected from semantic aspects. It has been identified eleven categories that helped comprehend more about the dynamic of virtual feminism and its impact on the youth daily lives coming out of the educational context.

Key-words: Digital feminism. Female youth. Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Colagem capa das revistas <i>Época</i> (edição 909) e <i>Isto é</i> (edição 2397)	91
Figura 2 - Capa da Revista <i>Isto é</i> em duas versões: à direita a capa da publicação original e à esquerda, montagem feita por internautas como forma de protesto	92
Figura 3 - Quarta Onda: jovens feministas protestam em virtude do dia 8 de março em Londres	93
Figura 4 - Manifestações do movimento #elenão em Londres	99
Figura 5 - Mais de 400 escritoras se reúnem no Pacaembu para tirar fotografia histórica ..	104
Figura 6 - Avatar ilustrado simplificado da participante Marie	163
Figura 7 - Avatar ilustrado simplificado da participante Sueli	164
Figura 8 - <i>Thumbnail</i> do vídeo: <i>tour</i> pelo meu rosto	169
Figura 9 - Postagem sobre conscientização do racismo na linguagem	170
Figura 10 - <i>Post</i> informativo no Instagram sobre menstruação	170
Figura 11 -Exemplo de imagem com o descritor “Feminismo”.....	175

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Exemplo de perfis e plataformas de acesso	168
Quadro 2 - Síntese da Categoria 1: Interação e consumo de conteúdos feministas nas redes sociais	177
Quadro 3 - Síntese da Categoria 2: Concepção e relevância da causa feminista	180
Quadro 4 - Síntese da Categoria 3: Conscientização acerca do racismo	180
Quadro 5 - Síntese da Categoria 4: Identificação de Privilégios.....	182
Quadro 6 - Síntese da Categoria 5: Percepção do machismo estrutural e da desigualdade de gênero	187
Quadro 7 - Síntese da Categoria 6 - Promoção da conscientização da desigualdade de gênero no contexto familiar	188
Quadro 8 - Síntese da Categoria 7: Adoção de atitudes solidárias	189
Quadro 9 - Síntese da Categoria 8: Visão política crítica e progressista	190
Quadro 10 - Síntese da Categoria 9: Consumo crítico	192
Quadro 11 - Síntese da Categoria 11: Feminismo em contextos educacionais	200

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Levantamento quantitativo na BDTD entre 2015 e 2020	21
Tabela 2 - Frequência por disciplina	193

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC – Análise de Conteúdo

AI 5 – Ato Institucional nº 5

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

BBC – *British Broadcasting Corporation*

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CD-ROM – *Compact Disc Read-Only Memory*

CEDAW – *Convencion on the elimination of all forms of discrimination against women*

CEO – *Chief Executive Officer*

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

Cern – *European Organization for Nuclear Research*

CIPD - Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento

CONJUVE – Conselho Nacional da Juventude

Covid – *Corona virus disease*

CUT - Central Única das Trabalhadoras e Trabalhadores

DARPA – *Defense Advanced Research Projects Agency*

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EDG – Exclusão Digital de Gênero

EJ – Estatuto da juventude

EUA - Estados Unidos da América

FCT – Faculdade de Ciências e Tecnologia

FEBEMs – Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

GAFAM - *Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft*

GT – Grupo de Trabalho

HD - *Hard Disk* (Disco rígido)

HIV/AIDS – Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

IoT – *internet of Things*

LGBTQIA+ – Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Transexuais, *Queer*, Intersexo, Assexual e outros

LGPD – Lei Geral de Produção de Dados

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MEC - Ministério da Educação e da Cultura

MMM – Marchas Mundiais das Mulheres

MPL - Movimento Passe Livre

NEDIM – Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher

NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher

NEM – Núcleo de Estudos da Mulher

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONGs – Organizações não governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PCD – Pessoa com deficiência

PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PF - Polícia Federal

PIB – Produto Interno Bruto

PL - Projeto de Lei

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios

PNE – Plano Nacional de Educação

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileiro

PSL - Partido Social Liberal

PSL – Partido Social Liberal

PT - Partido dos Trabalhadores

PUCRJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

QoT - Quebrando o Tabu

SAM – Serviço de Atendimento ao Menor

SNJ – Secretaria Nacional de Juventude

STF – Supremo Tribunal Federal

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TDIC's – Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação

TI – Tecnologia Informática

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UIT – União Internacional das Telecomunicações

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unesp – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Unifesp – Universidade Federal de São Paulo

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

WWW – *World Wide Web*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 A DIGITALIZAÇÃO DA VIDA	26
2.1 A EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE EM REDE: HISTÓRIA, CONCEITOS, DEFINIÇÕES E SIGNIFICADOS	26
2.2 DESAFIOS, LIMITES E POSSIBILIDADES DAS TDIC'S NO SÉCULO XXI ..	35
2.2.1 Exclusões digitais	36
2.2.2 Liberdade e controle no ciberespaço na era do algoritmo e da pós-verdade ..	40
2.2.3 Novas formas de ativismo	48
3 FEMINISMO: UM MOVIMENTO SOCIAL E HISTÓRICO DE RESISTÊNCIA E LUTA	52
3.1 AS PRIMEIRAS REINVINDICAÇÕES FEMININAS	52
3.1.1 A primeira geração feminista	57
3.1.2 A segunda geração feminista	59
3.1.3 Terceira geração feminista	67
3.2 O FEMINISMO NO CONTEXTO BRASILEIRO	76
3.2.1 Primeira geração de feministas brasileiras	76
3.2.2 Segunda geração de feministas brasileiras	77
3.2.3 Terceira geração de feministas brasileiras	81
3.3 A QUARTA GERAÇÃO DE FEMINISTAS	82
3.3.1 O surgimento do ativismo feminista digital	85
3.3.2 Das jornadas de junho no Brasil à primavera feminista no mundo	86
3.3.3 O ativismo feminista digital: novas formas de luta	94
3.3.4 A questão geracional no feminismo contemporâneo	101
3.3.5 O feminismo na lógica do mercado	102
3.4 FEMINISMO, GÊNERO E EDUCAÇÃO	107
3.4.1 A educação feminina como reinvidicação	107
3.4.2 Feminismo e currículo formal	109
3.4.3 Feminismo e educação não-formal	115
3.4.4 Pedagogias Feministas	116

4 TEMATIZANDO A JUVENTUDE	119
4.1 A EMERGÊNCIA HISTÓRICA DO JOVEM E DA JUVENTUDE	119
4.2 OS ESTUDOS DE JUVENTUDE: BREVES APONTAMENTOS HISTÓRICOS	122
4.3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA COMPREENSÃO DO JOVEM E DA JUVENTUDE	126
4.4 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE JUVENTUDE E GÊNERO	132
4.5 JUVENTUDE E CIBERCULTURA	137
5 PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA	146
5.1. A EPISTEMOLOGIA FEMINISTA	146
5.1.1 A questão dos métodos	153
5.2 METODOLOGIA E TÉCNICAS.....	154
5.2.1 Desenho da pesquisa	156
5.2.2 Percurso da pesquisa	158
5.2.3 Aspectos éticos	159
5.2.4 Apresentação dos dados	160
5.2.4.1 Perfil das participantes que responderam os questionários	160
5.2.4.2 Perfil das participantes das entrevistas	161
6 OS ACHADOS DA PESQUISA: OS MÚLTIPLOS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA INTERAÇÃO DE JOVENS COM CONTEÚDOS FEMINISTAS NAS REDES	166
6.1 APONTAMENTOS INICIAIS	166
6.2 Identificação e análises das categorias	167
6.2.1 Categoria 1 - Interação e consumo de conteúdos feministas nas redes sociais	168
6.2.2 Categoria 2 - Concepção e relevância da causa feminista	178
6.2.3 Categoria 3 - Conscientização acerca do racismo	180
6.2.4. Categoria 4 - Identificação de privilégios	181
6.2.5 Categoria 5 - Percepção do machismo estrutural e da desigualdade de gênero	182
6.2.6 Categoria 6 - Promoção da conscientização da desigualdade de gênero no contexto familiar	187
6.2.7 Categoria 7 - Adoção de atitudes solidárias	189
6.2.8 Categoria 8 - Visão política crítica e progressista	189
6.2.9 Categoria 9 - Consumo crítico	190

6.2.10 Categoria 10 - Feminismo em contextos educacionais	192
6.3 SÍNTESE INTERPRETATIVA IDENTIFICAÇÃO DE TESE	201
CONSIDERAÇÕES FINAIS	204
REFERÊNCIAS	207
APÊNDICES	237
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	238
APÊNDICE B – ROTEIRO DE QUESTÕES	245
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO I...	247
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO II ..	250
ANEXOS	254
ANEXO A - PARECER DO CEP	255

1 INTRODUÇÃO

Esta Tese foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCT-Unesp – Campus de Presidente Prudente), sendo vinculada à linha de pesquisa: Processos Formativos, Infância e Juventude.

A referida investigação científica pretendeu compreender como ocorre a aproximação de jovens mulheres com conteúdo feminista nas redes, de modo a identificar como isto impacta sua conscientização acerca da desigualdade de gênero, alterando ou não suas escolhas, representações e discursos. Nesse estudo, buscamos responder a seguinte questão: como uma parcela da juventude feminina vem absorvendo o crescente discurso feminista presente nas redes diante de um cenário de rejeição das teorias feministas fomentada por grupos conservadores na educação? A partir desta questão-problema, desenvolvemos a hipótese inicial de que embora no atual contexto, temas como desigualdade de gênero e feminismo tenham dificuldade de penetração nas escolas, em virtude da emergência do conservadorismo/reacionarismo no país, a *internet* tem se configurado não só como ferramenta de luta por meio do ativismo feminista digital, mas também como um espaço de formação alternativo para a juventude feminina acerca do conhecimento das pautas e da luta histórica das mulheres.

Por meio dos diferentes debates promovidos na esfera digital, jovens mulheres passam a se sensibilizar/conscientizar em relação a pautas de gênero e a questionar os “padrões” de gênero socialmente construídos desde a infância. Neste momento histórico, também conhecido como quarta onda do feminismo, as redes sociais não só se apresentam como ferramenta de destaque na luta das mulheres, como se tornam centrais.

É por meio das redes sociais que vivenciamos campanhas de combate a violência de gênero, denúncias de abusos e a construção de redes de apoio entre as mulheres. É possível afirmar que a internet é a principal característica da quarta onda do feminismo, já que vivenciamos um momento em que todas as questões são atravessadas pela tecnologia [...]. (CAMILO, 2021, p. 323).

O contexto social a ser analisado nesta pesquisa se refere ao atual protagonismo que a *internet* tem ocupado na sociedade, a qual tem indicado novas formas de acesso à informação, ao consumo e aos ativismos.

O que a internet inaugura, então, é uma nova forma de interação das pessoas, de veiculação de informações que teve início com as mídias clássicas (televisão, rádio), interligadas com os processos de comunicação (como o telefone), que alteraram as formas de relação entre as pessoas, aproximando as fronteiras. Ou seja, não é a *internet* sozinha que modificou a sociedade, mas um conjunto de fatores que culminou na popularização do computador e da *internet*. (ALBACH, 2014, p. 140).

Concordo com a interpretação de Champagnatte e Cavalcanti (2015, p. 315), que destacam que “[...] o ciberespaço pode ser um território de redes de movimentos sociais que possibilitam uma articulação entre diversas entidades sociais em prol de objetivos comuns”.

O aspecto da conectividade em rede ganha ainda mais relevância como temática de investigação, na medida em que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 2021 revelou¹ que 90% dos lares brasileiros já contavam com esse tipo de conexão. Apesar disso, os impactos e consequências da amplitude na comunicação digital ainda não foram explorados e analisados em suas diferentes nuances.

Do ponto de vista teórico, pretendemos aproximar os estudos de feminismo aos estudos sobre juventude, uma vez que consideramos que o aporte teórico feminista pode contribuir em grande medida para compreensão da juventude feminina. Muito embora existam pontos de convergência com a juventude masculina, é inegável que as socializações masculina e feminina se deram historicamente de formas distintas. Para Wivian Weller (2005), a aproximação entre estudos de juventude e estudos feministas

[...] apresenta uma importante contribuição para a desconstrução de algumas concepções vigentes sobre juventude, assim como para uma maior compreensão dos contextos sociais/relacionais a partir dos quais as/os jovens elaboram suas visões de mundo e constroem suas identidades (WELLER, 2005, p. 103).

Zanetti, em 2011, destacou que existia uma escassez de trabalhos em relação aos estudos de juventude com recorte dirigido para as mulheres, sendo mais raros ainda trabalhos que investigassem o feminismo na perspectiva juvenil.

Para além disso, este trabalho buscou identificar uma inter-relação e articulação entre os fenômenos: tecnologias digitais, juventude feminina, feminismo e educação. Desse modo, o objetivo central da pesquisa foi investigar a influência e o alcance das pautas feministas presentes na *internet* a partir do ponto de vista de jovens mulheres universitárias, em articulação com os estudos de feminismo, juventude e educação. Para subsidiar essa busca, elencamos os

¹ Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/90-dos-lares-brasileiros-ja-tem-acesso-a-internet-no-brasil-aponta-pesquisa>. Acesso: 20 dez. 2022.

seguintes objetivos específicos: a) identificar os conteúdos e as plataformas que as jovens mais utilizam para se informar acerca de pautas feministas; b) analisar a percepção das jovens quanto à relevância da causa feminista para suas realidades; c) verificar os reflexos e as contribuições do ativismo feminista digital para a conscientização de jovens mulheres acerca das questões de gênero e d) refletir sobre as questões de gênero na escola e as potencialidades dos ativismos digitais feministas enquanto processos de educação.

No que tange à relevância acadêmica, é importante pontuar que embora exista uma tendência de crescimento de estudos acerca de juventude e feminismo, por outro lado, são mais escassos os trabalhos que se debruçaram sobre a investigação desses temas de forma articulada. De modo a identificar a produção no campo dos estudos de juventudes e feminismo, realizamos um levantamento a partir da busca avançada no site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTE), a qual integra os sistemas de informação de teses e dissertações de instituições nacionais. O recorte temporal adotado para esse levantamento abrange a produção de teses e dissertações publicadas entre 2015 e 2020, considerando apenas os títulos dos trabalhos.

Gostaríamos de destacar que a escolha do recorte temporal para a realização do levantamento não foi aleatória e/ou desinteressada, haja vista que o ano de 2015 representa uma data de destaque para as mobilizações digitais feministas nos contextos nacional e internacional. Além disso, ao propormos um levantamento no referido período, foi possível elaborarmos uma reflexão acerca da produção do referido quinquênio dos estudos realizados em diferentes recortes dos campos de juventude e feminismo no país.

Inicialmente, escolhemos 16 termos/palavras-chave que destacassem de forma abrangente a nossa pesquisa. Após a definição desses descritores, incluímos mais dois, relacionados ao gênero masculino, de modo a compararmos o interesse temático das pesquisas com recorte de gênero.

No quadro a seguir é possível observar o número de trabalhos identificados para cada palavra-chave escolhida.

Tabela 1 - Levantamento quantitativo na BDTD entre 2015 e 2020

Ord.	Termos	Resultados
1	Juventude	433
2	Juventude feminina	6
3	Juventude masculina	3
4	Juventude e gênero	6
5	Juventude e educação	38
6	Jovens mulheres	62
7	Jovens homens	27
8	Jovens feministas	3
9	Feminismo jovem	0
10	Feminismo juvenil	1
11	Feminismo	575
12	Feminismo e <i>internet</i>	5
13	Feminismo e ciberespaço	1
14	Feminismo e cibercultura	10
15	Feminismo e redes sociais	5
16	Feminismo e educação	20

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora

A tabela 1 mostra que, como era de se esperar, os termos feminismo e juventude, por serem amplos e se tratar de áreas já consolidadas nos campos da pesquisa acadêmica, concentram o maior número de trabalhos. Os terceiro e o quarto descritores de maior destaque são, respectivamente, “jovens mulheres” e “juventude e educação”, sendo que o primeiro apresenta uma ligeira vantagem em relação ao segundo.

A tabela 1 ainda nos revela que quando se pesquisa a juventude por gênero, os estudos sobre a “juventude feminina” e sobre “jovens mulheres” possuem vantagem sobre aqueles que se debruçam sobre a “juventude masculina” e “jovens homens”. Verificamos ainda que a maioria dos trabalhos que investigam feminismos no contexto digital se vincula às áreas de comunicação social e da sociologia, enquanto as investigações com recorte de “feminismo e educação” exploram diferentes aspectos dessa intersecção, porém sem focarem no recorte etário ou no contexto digital, tal qual a nossa proposta de estudo.

Realizamos uma segunda busca, porém com os descritores combinados “juventude feminina”, “feminismo”, “cibercultura e educação” e o site retornou apenas uma dissertação de mestrado, defendida por Mariana Risério Chaves Menezes, em 2018, intitulada “Juventudes, representações e tecnologias: uma netnografia acerca da exploração da imagem feminina na cibercultura”.

A partir desse levantamento, observamos que embora juventude e feminismo sejam temas de grande interesse acadêmico, o olhar acerca da juventude com recorte de gênero (masculino/feminino) representa um campo a ser investigado. Diante desse cenário, é preciso também reconhecer a ausência de estudos que investiguem a juventude feminina de forma articulada com a cibercultura e a educação, evidenciando, desse modo, a potencial relevância

acadêmica do nosso estudo. Assim, a presente pesquisa contribuiu com o campo acadêmico justamente pelo seu ineditismo ao propor analisar o ativismo digital das mulheres em diálogo com os referenciais de juventude, estudos feministas e educação, além de apresentar o olhar das próprias jovens acerca de suas experiências e interações com as temáticas de gênero e feminismo.

Além dos aspectos apresentados, consideramos igualmente relevante destacarmos a justificativa pessoal para o desenvolvimento do estudo. Nesse sentido, é importante esclarecer que a motivação de compreender o atual momento do feminismo e sua ressonância no público juvenil se vincula, de forma intrínseca, à minha² existência e experiência enquanto jovem que fui, e a jovem mulher adulta e estudante que sou. Buscando ser coerente com o próprio referencial teórico adotado, considero que o fazer científico nas Ciências Humanas não ocorre de forma neutra, a-histórica ou descontextualizada. Sendo assim, acredito ser válido destacar que a escolha por essa temática surge de um interesse genuíno de uma mulher jovem, afrodescendente, filha de trabalhadores, que ascendeu nos estudos por meio da oportunidade de frequentar uma universidade pública que lhe possibilitou a leitura e o estudo de inúmeros autores e teorias. Ao me deparar com parte desse conhecimento humano produzido observei que uma dessas teorias se voltava à compreensão exclusiva da desigualdade entre homens e mulheres, uma desigualdade que embora eu tenha sempre vivenciado, nunca havia sido nomeada, apenas silenciada.

Ao contrário da realidade atual, na qual meninas e jovens passaram a ter desde cedo contato com o pensamento feminista, eu soube da existência desse campo do conhecimento somente quando adentrei a universidade. Olhando em retrospecto, percebo que durante toda a minha trajetória pré-universitária (da pré-escola ao ensino técnico), nada, ou muito pouco, a respeito das questões de gênero foi debatido ou tematizado durante esse longo processo formativo. Apesar de o Brasil apresentar uma história de luta feminina carregada de um simbolismo que impulsionou inúmeras agendas por direitos, nada disso me foi apresentado nos livros didáticos durante a década de 1990 e o início do século XXI. Minha formação se deu com livros de história nos quais as mulheres eram “índias”, “esposas”, “escravas” e “mães”, mulheres sem nomes, sem passado, e muitas vezes sem rosto, sem grandes feitos ou contribuições à “verdadeira história”, à “história dos [grandes] homens”, esses sim, com contribuições importantes e até heroicas, em alguns casos, devidamente registradas para a eternidade. Esses homens eram os filósofos gregos, os imperadores e reis, os pintores

² Este trecho do texto se refere a um relato pessoal por isso foi escrito em primeira pessoa do singular.

renascentistas, os navegadores, os grandes inventores, os iluministas, os notáveis exércitos de homens, conduzidos por homens, fazendo guerra com outros homens, isso sem nos esquecermos dos renomados estadistas.

Evidentemente, naquela época não se questionava essa sub-representação histórica feminina, muito embora o mundo já presenciasse a atuação da terceira geração de feministas, que haviam não somente denunciado o apagamento feminino na história humana, como também já haviam elaborado teorias de compreensão da desigualdade entre os gêneros justamente para explicar a posição social subalterna das mulheres nos diferentes contextos históricos e sociais, bem como sua consequente invisibilização histórica.

Em meu processo de formação como pedagoga na Unesp, entre 2008 e 2011, sempre fui alertada sobre a necessidade de refletir acerca das questões de gênero na educação. Os anos se passaram e no século XXI as leituras que fiz na universidade me promoveram um despertar para a consciência acerca desse passado no sentido de compreender as lutas das mulheres e colaborar para que esse legado não se apague.

Durante o mestrado, pesquisei as contribuições de um projeto social na vida de adolescentes que vivenciavam potenciais contextos de risco. Nesse trabalho, algumas questões relacionadas à desigualdade de gênero emergiram, porém, como não era o foco do estudo, tal problemática acabou não sendo explorada. Em 2015, quando iniciei a minha trajetória profissional na escola pública como professora da Educação Infantil, novamente me deparei com a problemática de gênero, mas, dessa vez, observei que no ambiente escolar a questão era resolvida por meio do reforço compulsório dos binarismos sociais de gênero. Em contraposição, observava que na *internet* a discussão acerca das questões de gênero e feminismo se tornavam mais presentes.

Dessa forma, as temáticas de gênero e feminismo têm emergido de modo gradativo em minha trajetória pessoal e acadêmica. Muito embora este trabalho não seja sobre as minhas vivências pessoais, a investigação em curso é parte integrante da mulher que sou e pesquisadora em construção. Assim, ao executar tal pesquisa, é importante destacar que pretendi alinhar meu interesse e engajamento pessoal à pesquisa científica. Tal aspecto é especialmente relevante, uma vez que, para a teoria feminista, a história de vida do/a pesquisador/a impacta de forma significativa o desenvolvimento e as análises da pesquisa empreendida.

Nessa direção, a estudiosa Guacira Lopes Louro destaca:

Uma das contribuições mais provocativas e férteis dos Estudos Feministas consiste, portanto, em reconhecer que os comportamentos, as crenças, as representações das/os pesquisadoras/es feministas interferem nos resultados

de suas pesquisas – da mesma forma que interferem as de *qualquer* pesquisador ou pesquisadora. Abandona-se uma pretensão de objetividade, que apenas esconderia ou inviabilizaria a parcialidade sempre insinuada nas análises. (LOURO, 2014, p.158, grifo da autora).

No que tange à estruturação do trabalho, na segunda seção apresentamos uma breve reflexão acerca do contexto, ou seja, do atual cenário sociocultural-político no qual as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) são centrais. Além de tratar dos principais conceitos que envolvem a compreensão da emergência/presença tecnológica na contemporaneidade, busquei refletir acerca dos elementos positivos e negativos que envolvem a digitalização da vida. A partir das análises empreendidas, foi possível observar que o mundo tecnológico é complexo e rico em possibilidades.

Na terceira seção, buscamos apresentar a análise do feminismo e, nesse sentido, mostrar as origens históricas e o desenvolvimento desse movimento enquanto luta histórica das mulheres nos cenários internacional e nacional, de forma a destacarmos os seus principais momentos, produções e repercussões. Destarte, é possível antecipar que as mulheres, antes mesmo de serem nomeadas como feministas, ousaram lutar contra o *status quo* vigente, desafiando a ordem misógina e patriarcal desde os princípios da civilização. Ainda que apagadas da história e silenciadas nos documentos e registros, seus feitos são cada vez mais reconhecidos e valorizados. As lutas nas ruas chegaram até as pesquisas nas universidades, fomentando assim a produção científica que buscou descortinar a história das mulheres e produzir análises que questionassem a desigualdade de gênero.

Na quarta seção procuramos compreender a dimensão do ser jovem por meio de uma reflexão com foco na tentativa de identificar os conceitos, as representações e as principais reflexões teóricas sobre as (os) jovens e o período da vida socialmente identificado como juventude.

Na quinta seção, discutimos a emergência da epistemologia feminista enquanto campo do saber científico que transformou o olhar das pesquisas, sobretudo das investigações em ciências humanas. A teoria feminista questionou o modo cartesiano e positivista da produção científica que, em nome da objetividade, desconsiderou quem a produziu. Assim, destacamos que a ciência se baseia numa concepção androcêntrica de mundo, sendo majoritariamente produzida por homens brancos socialmente privilegiados, haja vista que historicamente as mulheres foram excluídas da educação formal e da formação científica. A epistemologia feminista não só questiona as formas tradicionais de produção científica, como também destaca as pesquisas qualitativas como abordagens a serem priorizadas nos estudos sobre feminismo, uma vez que essa privilegia os pontos-de-vista dos/das investigados/das.

Considerando os pressupostos da epistemologia feminista que indicam a utilização de mais de uma técnica de coleta de dados, neste trabalho optamos pelo levantamento de dados por meio da aplicação de questionários e entrevistas técnicas escolhidas. Nesse caso, destaco os questionários e entrevistas como instrumentos de coleta de dados e a análise de conteúdo como recurso analítico. Nesse mesmo capítulo, indicamos o desenho da pesquisa de modo a demonstrarmos e detalharmos as etapas do estudo. Com relação à dimensão ética do estudo, destacamos que o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNESP, do qual obtivemos um parecer favorável para realização do estudo.

Ainda na quinta seção, descrevemos o desenho da pesquisa enfatizando que a parte empírica do estudo foi planejada para ser realizada em duas etapas. A primeira etapa que consistiu na aplicação de um questionário *on-line*, com questões abertas e fechadas de modo a identificar as jovens com maior interesse e engajamento com feminismos nas redes sociais. E a segunda que ocorreu com a realização de entrevistas com as jovens selecionadas a partir da primeira etapa 1. Assim, no tópico “Percurso da pesquisa”, apresentamos o processo de coleta de dados que consistiu na aplicação de um questionário a 31 jovens estudantes universitárias, com questões tanto abertas quanto fechadas. Foram ainda realizadas duas entrevistas semiestruturadas (gravadas e posteriormente transcritas).

A sexta seção do trabalho consta a análise do material que por sua vez nos revelou os aspectos diversos da interação das jovens com conteúdos sobre feminismo nas redes. Assim as falas mais relevantes foram reunidas em onze categorias que nos ajudaram a identificar a seguinte tese defendida: **“O ciberfeminismo como uma expressão da cibercultura juvenil feminina para o desenvolvimento da consciência feminista e atuação social crítica/inclusiva, e a defesa de seu potencial como ferramenta educativa emancipatória”**.

Ao final do trabalho se apresenta um balanço-síntese do estudo com a intensão de retomar e responder os objetivos propostos além de afirmar o caráter de resistência do estudo e apresentar novas e relevantes indagações para projetos futuros.

2 A DIGITALIZAÇÃO DA VIDA

Compreender a atual configuração do feminismo cujo alcance e ação se caracterizam pelo ativismo digital demanda compreender o contexto que favoreceu tal alteração das estratégias de militância. Ademais, cabe pontuar que, neste estudo, as tecnologias digitais representam um elemento que não apenas interage com, mas também, articula as categorias centrais da nossa pesquisa, que são a juventude e militância feminina.

Desse modo, esta seção busca refletir acerca da emergência das tecnologias informacionais para compreendermos a sua relevância e os seus impactos na sociedade do século XXI. Assim, consideramos relevante destacarmos o processo histórico de desenvolvimento das TDIC's, a identificação dos principais conceitos correlacionados, além de uma breve reflexão acerca das possibilidades limites e desafios das tecnologias informacionais.

2.1 A EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE EM REDE: HISTÓRIA, CONCEITOS, DEFINIÇÕES E SIGNIFICADOS

O presente subtópico foi escrito com a intenção de compreender, ainda que de forma limitada, as origens da conexão em rede e - ao mesmo tempo - tentar perceber os principais elementos que a constituem e a definem como aspecto central da vida na sociedade contemporânea.

Em um trecho da série estadunidense “*Station Eleven*”³, que retrata um futuro pós-apocalíptico, um personagem adolescente que nunca teve contato com recursos tecnológicos encontra uma jovem adulta e a questiona sobre a sua experiência com a *internet* no passado

O jovem pergunta: ‘A internet existiu mesmo?’ E a garota responde ‘sim, existiu, sim’. Não satisfeito, ele insiste: ‘- E como era?’ Ela prontamente esclarece: ‘- Vários computadores se comunicando de qualquer parte do mundo. Dava para mandar mensagens e imagens e você podia ler qualquer livro, assistir a qualquer filme. Podia encontrar qualquer um’. Admirado o jovem exclama: ‘Parece lindo!’ A moça então conclui: ‘- Sim! Eu gostava do *Instagram*’. (STATION, 2011).

O diálogo aparentemente desprezioso entre os personagens na série não passa despercebido, sobretudo porque ao escutá-lo, o espectador é de imediato provocado a refletir

³ Série estadunidense de drama/ficção científica baseada em livro de mesmo título e dirigida por Hiro Murai. Sua primeira temporada foi lançada em 2021 pela HBO. A série narra a trajetória de diferentes personagens, em sua maioria artistas, como atores/atrizes/músicos e bailarinos, que buscam sobreviver em meio ao caos do que sobrou do mundo após uma epidemia causar a morte de 90% da população mundial, ao mesmo tempo em que tentam preservar o que a humanidade produziu de melhor em termos artísticos e culturais.

sobre algo que parece ser impensável para os dias atuais: a existência humana sem a tecnologia computacional. A narrativa ficcional, nesse caso, ao contrário de muitas outras, - no mesmo gênero - que colocam a tecnologia em papel de destaque no futuro, faz o exercício oposto ao imaginar um futuro sem a comunicação em rede, em que computadores e celulares viraram objetos de museu.

Na contemporaneidade, é perceptível e inegável a penetração, cada vez mais intensa, das tecnologias digitais no cotidiano. Assim se no final do século XX, mais precisamente em 1997, o compositor baiano Gilberto Gil comemorava a possibilidade de se comunicar com o mundo através do trecho: “Que leve meu *e-mail* lá até Calcutá” em um trecho da letra da canção “Pela *internet*⁴”, vinte anos depois ao atualizar a mesma canção em 2018, Gil reflete (de forma irônica) o impacto que a internet alcançou vivência contemporânea. Assim em um dos versos da música *Pela internet* ⁵, ele canta que “O monge no convento aguarda o advento de Deus pelo *iphone*” ressaltando a penetração da tecnologia em todos os aspectos da vida.

Os seres humanos se tornaram tão íntimos e dependentes dos aparelhos tecnológicos que é comum que muitos já se esqueceram de como era a vida sem a mediação de máquinas ultrassofisticadas. O surgimento dos computadores, aliado à ampliação da conexão em rede, alterou profundamente a vida das pessoas ao redor mundo.

Nesse sentido, buscando destacar o caráter revolucionário do advento da conexão em rede, o pesquisador Eduardo Tomasevicius (2016), tal qual a personagem de “*Station Eleven*”, elege o acesso ao conhecimento e à cultura como elemento de maior relevância:

[...] a *internet* modificou diversos aspectos da convivência humana. O principal deles foi a ampliação do conhecimento e do acesso à cultura. Tomando apenas por base os cinquenta anos anteriores à abertura da internet, as informações difundiam-se pelos livros impressos. As pesquisas escolares eram realizadas em enciclopédias e almanaques, disponíveis, respectivamente, em bibliotecas e bancas de jornais. Na *internet*, esses materiais logo perderam espaço para as homepages com seus reduzidíssimos custos de divulgação das informações. Pela facilidade do acesso em qualquer hora e lugar, a velocidade da transmissão do conhecimento aumentou quase ao infinito. (TOMASEVICIUS, 2016, p. 269)

Apesar do reconhecimento da revolução causada pelas mídias digitais no que se refere ao acesso e circulação da informação e do conhecimento, seu impacto é muito mais amplo, penetrando todas as outras esferas da existência humana. Assim, é possível identificar

⁴ GIL, Gilberto. *Pela internet*. Rio de Janeiro: Warner Music, 1997. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v2QvAaBNc9A>. Acesso em: 20 mar. 2022.

⁵ GIL, Gilberto. *OK OK OK*. Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X6BA_9cYhpA. Acesso em: 20 mar. 2022.

transformações no campo da comunicação em que cartas foram substituídas por *e-mails*, os quais são muito mais ágeis, além de gratuitos, a telefonia migrando para o digital e se convertendo em videoconferência, as redes sociais ressignificando as interações humanas a distância, além do advento teletrabalho, e o comércio, que se remodelou no ciberespaço. (TOMASEVICIUS; 2016). A identificação se volta também para os indivíduos que estão à margem da experiência digital, isso porque “[...] sofrem os efeitos das profundas alterações introduzidas pela *internet* no mercado de trabalho, na circulação do capital, no exercício da cidadania, no acesso à informação, na educação etc.” (NICOLACI-DA-COSTA, 2005, p. 72).

Ao voltarmos o olhar para o conhecimento histórico, percebemos que, assim como outras ferramentas tecnológicas, as técnicas computacionais surgiram em um momento histórico específico, com ações pioneiras que foram essenciais para o desenvolvimento tecnológico atual do nosso mundo.

De acordo com Pierry Levy, por volta de 1945, nos Estados Unidos e na Inglaterra, foram criados os primeiros computadores, com a capacidade de realizar cálculos científicos no meio militar. O uso dessas máquinas por civis só seria ampliado a partir de 1960:

Os computadores ainda eram grandes máquinas de calcular, frágeis, isoladas em salas refrigeradas, que cientistas de uniformes brancos alimentavam com cartões perfurados e que de tempos em tempos cuspiam listagens ilegíveis. A informática servia aos cálculos científicos, às estatísticas dos Estados e das grandes empresas ou as tarefas pesadas de gerenciamento [...]. (LEVY, 2010, p. 31).

Levy (2010) também assinala que, naquele momento, poucos poderiam prever que uma revolução tecnológica virtualizaria a informação e a comunicação de modo a redefinir a vida social.

É em um contexto no qual os primeiros computadores já existiam e seus usos começavam a se expandir que se desenvolverá a conexão em rede, um incremento que mudará para sempre o uso desses. Assim, para se compreender o profundo impacto causado pela conexão em rede, é necessário recorrermos às reflexões do sociólogo espanhol Manuel Castells, que, ao elaborar uma análise acerca da sociedade contemporânea, dentre as inúmeras categorias que poderia escolher para seu estudo, elegeu as redes informacionais como aspecto fundamental da sociedade pré-segundo milênio. Sua escolha evidentemente não é aleatória, pois, à época, as novas tecnologias já eram uma realidade e sua expansão um imperativo.

Na obra intitulada a “Sociedade em Rede”, Castells (1999) analisa os precedentes e, principalmente, as novas configurações sociais a partir da revolução tecnológica promovida pelas redes informacionais. Assim, destaca que o surgimento da *internet* remete aos

computadores em relação às pesquisas militares. Assim, a conexão em rede é atribuída à *Defense Advanced Research Projects Agency* (DARPA)⁶, na década de 1960, no contexto da Guerra Fria, visto que à época, o governo norte-americano possuía apenas redes isoladas que não se comunicavam entre si.

Assim, os Estados Unidos da América (EUA), com o intuito de dificultar a destruição de seu sistema de comunicação, investiram em pesquisas que ajudaram a criar uma arquitetura em rede com milhares de redes de computadores autônomos. A partir daí, a rede estabelecida pela DARPA foi progressivamente expandida e aperfeiçoada até o surgimento das redes domésticas, sendo utilizada atualmente para as mais diferentes atividades.

A partir das contribuições de Levy (2010), o processo de desenvolvimento dos computadores segue os seguintes marcos temporais:

- Década de 1970: é o período em que são comercializados os primeiros microprocessadores e os computadores começam a ser utilizados para tarefas que vão além do processamento de dados de grandes empresas. Nesse contexto, essas máquinas ganham recursos de edição de texto, imagens, jogos, entre outras ferramentas;
- Década de 1980: momento da expansão da multimídia e da digitalização, com destaque para a criação dos hipertextos e do *Compact Disc Read-only memory* (CD-ROM);
 - Década de 1990: expansão expressiva do computador pessoal e ampliação da conexão em rede, surgimento das tecnologias digitais e do ciberespaço.

Ao final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, a principal inovação foi o desenvolvimento da *World Wide Web*⁷ (WWW), proposta por Berners-Lee com a colaboração de Robert Cailliau, no âmbito do *European Organization for Nuclear Research* (Cern), na Suíça.

A *World Wide Web*, *Web* ou *www* é definida pelo seu idealizador, o físico inglês Tim Berners-Lee [...] como o universo da informação acessível na rede global. Ela é um espaço abstrato povoado, principalmente, por páginas interconectadas de texto, imagens e animações, com ocasionais sons, mundos

⁶ Em língua portuguesa: Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos.

⁷ De acordo com Salette Boff e Vinícius Fortes (2014), “a *World Wide Web* (teia de alcance mundial) é a tecnologia utilizada para acessar a *internet*.”

tridimensionais e vídeos com os quais os usuários podem interagir. (LEVY, 2010, p.26)

Anos mais tarde, seria anunciada a *Web 2.0*, que, entre outros aspectos, criou a possibilidade de troca de informações e colaboração entre os usuários de *internet*. A grande revolução da segunda geração da *Web* foi a possibilidade de os usuários passarem da condição de meros expectadores/consumidores de conteúdos digitais para ascenderem ao *status* de produtores de conteúdo, a exemplo da *Wikipedia* e dos *blogs*.

Araya e Vidotti (2010) consideram que a emergência da *Web 2.0* redefiniu o conceito clássico de autoria, que surgiu com a imprensa de Gutemberg no século XVIII, uma vez que, nesse novo modelo, “[...] já não é uma fonte de originalidade, um ser privilegiado capaz de criar obras de arte e literatura a partir de uma inspiração espontânea.” (p. 40). A denominada *Web* colaborativa tem como principal característica a colaboração e o *remix*, alterando o emissor para além dos conteúdos editados pela *mass media*. A revolução fomentada pela segunda versão da *Web*⁸ ampliou as vozes e discursos de diferentes atores sociais, gerando uma infinidade de conteúdos por meio da operação de diferentes canais informacionais entre os quais se destacam os *blogs*, os *wikis* e os websites, como *Flickr*, *YouTube*, *Orkut*, *Facebook*, *MySpace*, etc. (NICOLACI-DA-COSTA, 2005; ARAYA; VIDOTTI, 2010).

Os *blogs* e o *Youtube* são exemplos de destaque da alteração das formas de produzir/consumir conteúdo digital. Acerca desses dois canais de mídia é relevante destacar que os *blogs*⁹ se popularizaram na *Web* a partir de 1994, com inspiração em diários pessoais, e passaram a ser utilizados pelos jovens para compartilhamento de ideias, opiniões e até mesmo como fonte de informação, enquanto o *Youtube*¹⁰ se caracteriza como um *website* fundado em 2005, sendo comprado pela *Google* no ano seguinte:

Apresenta-se como a comunidade de vídeos on-line de maior popularidade do planeta, que permite a milhões de pessoas descobrir, olhar e compartilhar vídeos criados originalmente. O website oferece fóruns de conexão entre usuários e atua como plataforma de distribuição para criadores de conteúdos originais e de propagandas, tanto em pequena quanto em grande escala. (ARAYA; VIDOTTI, 2010).

⁸ É relevante observar que apesar de a *Web 2.0* ter sido desenvolvida por princípio de colaboração e remixagem, princípios estes que alteraram profundamente as formas de criar, recriar, usar e reusar, isso não quer dizer que essas produções não estejam condicionadas a legislações de direitos autorais, em sua maioria, elaboradas em momento anterior ao advento da *Web* (ARAYA; VIDOTTI, 2010).

⁹ O termo *blog* é uma contração da expressão “*web log*”, cujo significado se vincula à ideia de “registrar informações em um site”.

¹⁰ Palavra que une os termos “*you*”, que significa “você” em português, com a palavra “*tube*”, uma gíria em inglês para se referir a “TV”.

Tanto os *blogs*, *websites* como o *Youtube* e as denominadas redes sociais se vinculam aos conceitos de ciberespaço¹¹ e cibercultura.

Desse modo, o ciberespaço remete ao *locus* da comunicação digital, podendo ser definido como “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores das memórias dos computadores” (LEVY, 2010, p. 94). Boff e Fortes (2014) complementam essa definição destacando que o ciberespaço

[...] é um espaço social, formado pelo fluxo de informações e de mensagens transmitidas entre computadores. É uma rede aberta, qualquer pessoa pode ter acesso a ela. Possui caráter interativo possibilitando ao usuário gerar dados, navegar e estabelecer relações na rede. (p.110)

Por sua vez, o termo cibercultura enfatiza o conjunto de técnicas, práticas e atividades que se dão no ciberespaço, ou seja, vincula-se às práticas culturais na esfera digital.

A emergência dos conceitos de ciberespaço e cibercultura explicita que a vida humana, para uma parcela considerável da população, não ocorre apenas no mundo físico, tendo no ciberespaço um novo ambiente de socialização, relacionamento, produção cultural e subjetivação. Alguns estudiosos têm se dedicado a refletirem sobre esse amplo processo de digitalização da vida, ao exemplo do sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925-2017), que, na primeira década do século XXI, cunhou o termo “cibervida” para enfatizar a “fatalidade digital” na segunda modernidade.

Ao utilizar tal conceito, o estudioso busca explicitar a tendência atual dos indivíduos nas sociedades contemporâneas de permanecer conectados, a maior parte do tempo de suas vidas, sendo essa uma realidade já identificada na vida de parte dos jovens sul coreanos (BAUMAN, 2008). Para Bauman (2018), os indivíduos do século XXI estão necessariamente em dois mundos, o *on-line* e o *off-line*.

Numa visão menos pessimista e focada no aspecto social mais amplo, Castells (1999) rejeita as análises sociais que afirmam o determinismo tecnológico, pois, para ele, o investimento em tecnologias é essencial para o desenvolvimento dos países:

Sem dúvida, a habilidade ou inabilidade de as sociedades dominarem a tecnologia e, em especial aquelas tecnologias que são estrategicamente decisivas em cada período histórico, traça seu destino a ponto de podermos dizer que, embora não determine a evolução histórica e a transformação social, a tecnologia (ou sua falta) incorpora a capacidade de transformação das

¹¹ Quanto à origem do termo ciberespaço, Levy (2010) destaca que este remete ao romance de ficção científica *Neuromancer*, lançado em 1984 pelo escritor américo-canadense William Gibson. Os estudos sociológicos, por sua vez, se apropriaram no termo e o transformaram em um conceito essencial para compreendermos a interação no espaço digital.

sociedades, bem como os usos que as sociedades, sempre em processo conflituoso, decidem dar ao seu potencial tecnológico. (CASTELLS, 1999, p. 44-45).

Desse modo, os recursos informacionais/comunicacionais podem significar um investimento estratégico para os países, uma vez que estes “[...] vêm transformando as estruturas e as práticas de produção, comercialização e consumo e de cooperação e competição entre os agentes, alterando, enfim, a própria cadeia de geração de valor”. (TAKAHASHI, 2000, p.5).

É difícil, ou quase impossível, pensar a vida no presente e tudo que a compõe sem a presença das tecnologias, sobretudo das TDIC’s. Nesse sentido, se fosse necessário listar todas as atividades as quais estão direta e indiretamente relacionadas com a tecnologia digital, uma lista tão longa seria elaborada que as páginas deste trabalho certamente seriam insuficientes. Portanto, a amplitude da dimensão tecnológica digital na vida humana já não é mais uma promessa, estando mais para um caminho sem volta, pois, como pontuam Parro e Abdo (2017), as TDIC’s se tornaram uma espécie de segunda “natureza” em que as dimensões sociais e políticas incorporadas na própria tecnologia são invisibilizadas. Apesar de a tecnologia computacional se vincular diretamente à esfera digital, sua concretização, por outro lado, depende de uma ampla “[...] infraestrutura física e lógica, [de] *hardware* e *software* [...]” (PARRO; ABDO, 2017, p.13), exigindo assim um amplo investimento em uma sofisticada infraestrutura tecnológica, a qual se materializa por:

[...] uma imensa malha de meios de comunicação que cobre países inteiros, interliga continentes e chega às casas e empresas: são fios de telefone, canais de microondas, linhas de fibra ótica, cabos submarinos transoceânicos, transmissões via satélite. São computadores, que processam informações, controlam, coordenam e tornam compatíveis os diversos meios. (TAKAHASHI, 2000, p.3).

A criação e manutenção de tal estrutura exigem elevados gastos e investimentos milionários, aspecto que tenta “justificar” o fato de as tecnologias digitais serem predominantemente privadas e corporativas. (PARRO; ABDO, 2017).

O mercado tecnológico global é dominado por empresas conhecidas como *Big Thecs* (grandes companhias de tecnologia) e pelo acrônimo GAFAM (*Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft*), caracterizando-se como gigantes não somente em influência, lucratividade e tamanho, mas principalmente em rentabilidade, com valores de mercado que ultrapassam o produto interno bruto (PIB) de diversos países.

Conforme divulgou o estudo BrandZ¹², a *Amazon* atualmente é a empresa mais valiosa do mundo, cujo preço de mercado gira em torno de US\$ 683,85 bilhões. Em plena pandemia, momento de recessão no mundo todo, a empresa atingiu esse status, seguida pela *Apple*, sendo avaliada em aproximadamente US\$ 611,99 bilhões. Outras grandes empresas incluem a *Google*, estimada em cerca de US\$ 457,99 bilhões, a *Microsoft*, cotada em US\$ 410,27 bilhões, e o *Facebook*, avaliado em US\$ 226,44 bilhões. A lista ainda traz outras marcas valiosas, como a *Samsung*, a *Dell* e a *IBM*, além de outras empresas chinesas em ascensão.

O poder e o sucesso da *Apple* são evidenciados a cada lançamento promovido, fator que provoca, ao redor do mundo, a formação de filas gigantescas de pessoas em busca de serem as primeiras a adquirirem os dispendiosos produtos da marca da maçã. As *Big Techs* são frequentemente acusadas de praticarem monopólio de negócios, pois, além de serem “únicas” em muitos seguimentos, operam digitalmente em mais de um produto/plataforma, como o caso do *Facebook*, cujo fundador, ao longo dos anos, acabou adquirindo empresas concorrentes, como o *Instagram* e o *WhatsApp*, que foram incorporadas à empresa original.

No que tange às perspectivas de futuro, o momento sinaliza para um processo de transição das tecnologias tanto em torno da velocidade de conexão com a emergência do modelo 5G quanto na formatação do ciberespaço com o desenvolvimento do Metaverso.

Nesse sentido, existe a promessa de que a adoção da tecnologia 5G¹³ por países desenvolvidos e em desenvolvimento, ao redor do globo, criará as bases para projetos sofisticados de informática que permitirão não só uma conexão mais rápida, mas uma expansão da *internet* das coisas – *Internet of Things (IoT)* promovendo:

[...] conexões entre homens e máquinas, e máquinas com máquinas, proporcionando a formação de redes sociais e de mercado cada vez mais inteligentes. Este novo ambiente inteligente, em que os objetos se conectam formando uma grande rede de informações e possibilidades [...] (LARA et al, 2021, p.126).

Já o metaverso foi anunciado e apresentado ao mundo pelo *Chief Executive Officer* – CEO do *Facebook*¹⁴, Mark Zuckerberg, no final de 2021. A proposta dos desenvolvedores e investidores do metaverso¹⁵ é criar um tipo novo de experiência digital, uma espécie de mundo

¹² Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/06/21/amazon-apple-e-google-sao-as-marcas-mais-valiosas-do-mundo-aponta-estudo.htm>. Acesso em: 20 Out 2021.

¹³ Em novembro de 2021, o Ministério das Comunicações, juntamente à Agência Nacional de Telecomunicações, realizou o leilão do 5G no Brasil, marcando o início dessa tecnologia no país. A meta inicial é de que essa tecnologia esteja presente em todas as cidades do país até o ano de 2018. (LEILÃO, 2021, *on line*).

¹⁴ A empresa tem apostado tanto no projeto que decidiu alterar o nome da companhia para META.

¹⁵ Uma recente pesquisa sugere que até o ano de 2026 cerca 2 bilhões de pessoas estarão presentes no metaverso. (PESQUISA, 2022, s/p).

híbrido entre o real/virtual, inaugurando assim um novo patamar tecnológico computacional. Por meio de uma experiência imersiva de realidade virtual aumentada, pretende-se redefinir as formas usuais de interação e consumo no ciberespaço.

Apesar de seu caráter essencialmente privado, não há dúvidas de que as TDIC's são um elemento de necessidade ímpar para todas as comunidades ao redor globo. Não sem propósito, em 2011, a ONU declarou¹⁶ o acesso à rede mundial de computadores como um direito universal, destacando que a *internet* influencia todas as dimensões da vida humana, não tendo precedente em qualquer outro momento da história humana. Assim, ainda em 2013, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) iniciou uma série de debates acerca do conceito de universalidade da *internet* (UNESCO, 2021).

Em 2015, a Assembleia Geral da ONU aprovou aqueles que são considerados os pilares da universalização da comunicação em rede. Assim, o DAAM¹⁷ (que significa: baseada nos direitos humanos, aberta, acessível a todos e promovida com a participação multissetorial) representa os princípios fundamentais defendidos pela agência multilateral para o desenvolvimento e a estruturação da *internet* em todo o mundo. A UNESCO destaca que esses quatro pilares do DAAM reforçam a defesa da *internet* baseada nos direitos humanos, acessível e aberta a todos e governada por múltiplos setores sociais (UNESCO, 2020).

Além de terem os direitos humanos como fundamento, as TDIC's também se apresentam como recurso privilegiado para seu fortalecimento:

As novas tecnologias de comunicação digital estão reconfigurando as práticas de direitos humanos em diversas localidades, incluindo as práticas-chave de prevenção de violações dos direitos humanos, casos de detecção de violações, e aperfeiçoando a defesa de casos individuais, bem como a promoção de uma cultura mais ampla de direitos humanos. (MORAIS, 2021, p. 204).

O autor também adverte que por ser um direito, o acesso às modernas tecnologias de comunicação e informação não deve ser privilégio apenas daqueles que podem pagar por seu uso. Por se tratar de uma necessidade humana básica, os governos e as sociedades devem criar meios educacionais e estruturais que visem à democratização dos meios digitais, de modo a garantirem:

[...] processos de interação, compartilhamento e criação de comunidades – de forma que todos os indivíduos possam ter iguais oportunidades de participar

¹⁶ A declaração da ONU se deu no contexto de denúncia de que determinados países estariam utilizando como punição de críticos aos seus governos a interrupção da conexão de *internet*, violando assim direitos fundamentais, como o direito à liberdade.

¹⁷ *ROAM* em inglês.

ativamente dos meios de comunicação e se beneficiarem desses meios. (MORAIS, 2021, p. 204).

Compreender o acesso ao mundo tecnológico e à conexão em rede sob a ótica dos direitos humanos e da inclusão social significa reconhecer que tais recursos, na atual sociedade, são essenciais para o acesso a oportunidades econômicas, geração de renda e conscientização dos jovens acerca de questões políticas, principalmente em contextos de pobreza e carência econômica (BAGGIO, 2000).

Ao se retomar o percurso de desenvolvimento das TDIC's verifica-se que a internet em seus primórdios foi uma tecnologia desenvolvida *a priori* para finalidade bélica e *a posteriori* acabou por revolucionar todas as esferas da vida em social, inaugurando o que se convencionou denominar de sociedade em rede. A conexão em rede diminuiu fronteiras, aproximou pessoas, difundiu conhecimento e revolucionou o mundo do trabalho, da comunicação e da informação.

2.2 DESAFIOS, LIMITES E POSSIBILIDADES DAS TDIC'S NO SÉCULO XXI

Ao longo do texto, foi enfatizado algumas vezes o caráter inovador das TDIC's, no entanto, não se deve desprezar o fato de que as mesmas empresas que se destacam por terem revolucionado o mundo digital, e em parte, terem democratizado o acesso ao conhecimento e à comunicação, são corporações vinculadas ao grande capital, cujos lucros são sua essência. Dessa maneira, quando se analisa a questão tecnológica na contemporaneidade, não se pode ignorar os aspectos desafiantes que a sua maciça impregnação social acarreta. Dito isso, é relevante pontuar que o presente subtópico buscou refletir, ainda que de forma rápida, acerca dos limites e desafios presentes no contexto da “sociedade da informação”.

2.2.1 Exclusões digitais

É evidente que quando algo se torna um elemento de destaque no cotidiano humano, sua existência gera aspectos tanto positivos quanto negativos que impactam a vida das pessoas de forma mais ou menos expressiva. Assim, uma das primeiras questões que atravessa a análise acerca dos limites das tecnologias se relaciona com as possibilidades de acesso, pois, se de um lado preocupa o potencial prejuízo à vida social, bem como o impacto na saúde psicológica dos indivíduos devido ao excesso de conexão, ou ainda o monopólio e poder financeiro das grandes

corporações de tecnologias digitais, por outro, percebe-se uma ampla carência de conexão pela população economicamente vulnerável, aspecto que caracteriza o processo denominado de exclusão digital.

Conforme esclarece Almeida et al (2005), a exclusão digital diz respeito tanto à escassez de aparelhos tecnológicos (*smartphone*, celular, *tablet*, computador etc.), quanto à falta de conhecimento mínimo necessário para utilizar as tecnologias informacionais/digitais, também denominadas de alfabetização digital. Além desses aspectos centrais, é possível pensar a exclusão digital em perspectiva geográfica quando se consideram regiões em desenvolvimento ou áreas rurais, ou ainda em relação a grupos específicos, a exemplo das pessoas com necessidades especiais (MORAIS, 2021).

A condição econômica frequentemente se apresenta como uma das principais barreiras para mitigar a exclusão digital, assim, no contexto o qual o indivíduo está privado da utilização das tecnologias da informação, em virtude da falta de recursos, a exclusão digital é entendida como um reflexo direto de um fenômeno mais amplo, que é o da exclusão social¹⁸:

A exclusão sócio-econômica desencadeia a exclusão digital, ao mesmo tempo que a exclusão digital aprofunda a exclusão sócio-econômica. A inclusão digital deveria ser fruto de uma política pública com destinação orçamentária a fim de que ações promovam a inclusão e equiparação de oportunidades a todos os cidadãos. Neste contexto, é preciso levar em conta indivíduos com baixa escolaridade, baixa renda, limitações físicas e etárias (ALMEIDA et al, 2005, p. 59).

Ao longo dos últimos anos, devido às políticas sociais de mitigação da pobreza, a questão da exclusão digital pareceu ser um tema aparentemente esquecido pela mídia, no entanto, a partir de 2020, em virtude da pandemia da *corona vírus disease* (Covid) 19, o conceito voltou a ficar em evidência tendo em vista a ampla necessidade de se adotar o ensino remoto no país, que, por sua vez, acabou por escancarar a precariedade e a escassez de conexão digital no território nacional. Em 2021, a imagem de um jovem¹⁹ de 15 anos no Pará que necessitava subir em uma mangueira para assistir às aulas se tornou um retrato da desigualdade digital no país.

Antes do surgimento da pandemia de Covid-19, as mudanças provocadas pelo advento das novas tecnologias digitais já eram apontadas como um dos principais fatores, senão o principal, de acirramento das tendências de

¹⁸ Conforme foi divulgado pela décima segunda edição do *Global Wealth Report* (Relatório de Riqueza Global), publicado pelo *Credit Suisse Research Institute* em 2020, no Brasil, o 1% mais ricos concentra quase a metade de toda a riqueza do país, 49,6%.

¹⁹ Disponível em: < <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/03/21/jovem-sobe-no-alto-de-arvore-para-melhorar-sinal-de-internet-e-assistir-aulas-no-para.ghtml>>.

desigualdade nas e entre as economias políticas. Os efeitos produzidos pela pandemia nos sistemas educacionais, e particularmente no mundo do trabalho, apenas escancararam o abismo existente entre os *insiders* e os *outsiders* da economia digital. De um lado, as pessoas aptas a explorar as vantagens proporcionadas pelos novos recursos tecnológicos que dão suporte ao aprendizado virtual e ao trabalho remoto, de outro, as pessoas alijadas das oportunidades, virando-se na improvisação para sobreviver, expostas aos riscos e sem qualquer certeza quanto ao seu futuro (LANZARA, 2020, n.p).

Apesar do relatório de a União Internacional das Telecomunicações (UIT) de 2017 – Agência da Organização das Nações Unidas (ONU) especializada em assuntos de tecnologias de informação e comunicação – indicar que o Brasil é um dos maiores países das Américas em termos de investimento em TDIC's, a expansão de sua infraestrutura se depara com desigualdades sociais e geográficas. Conforme dados do último trimestre de 2019, a PNAD²⁰ apontou que cerca de 28% dos estudantes brasileiros não possuíam acesso à *internet* no Brasil, perfazendo um total de 4,1 milhões de estudantes da rede pública e 174 mil alunos do setor privado, que vivenciaram a pandemia sem acesso à rede mundial computadores, sendo o celular o aparelho mais utilizado para tal fim.

No país, o desemprego, que já era uma questão dramática, se intensificou com a pandemia e a conseqüente crise econômica mundial, atingindo, sobretudo, a vida dos jovens e dos trabalhadores informais. De acordo com Lanzara (2020), no caso dos jovens, o fechamento de escolas e instituições formativas para o trabalho impactou diretamente no acesso às tecnologias digitais, assim, muitos deles tiveram que abandonar a escola e/ou o curso preparatório por não possuírem recursos para continuar acompanhado os estudos à distância. Já para os trabalhadores informais, as medidas de isolamento social geraram maiores dificuldades no decorrer do trabalho remoto.

A qualificação tecnológica do trabalhador é uma demanda ausente do repertório de reivindicações do empresariado brasileiro. Por aqui as preocupações empresariais remontam o século XIX: menos tributação, menos governo, e claro, menos custos trabalhistas. (LANZARA, 2020, n.p).

Mesmo sendo evidente a urgência da democratização do acesso às redes, tal necessidade também não parece estar na “agenda do dia” da gestão política nacional, uma vez que o projeto de lei (PL) nº 3.477/2020, idealizado para garantir o acesso à *internet* para alunos e professores da educação básica, foi vetado integralmente pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro (a época sem partido), sob a alegação de que não detalhava os impactos financeiro e orçamentário.

²⁰ Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30522-internet-chega-a-88-1-dos-estudantes-mas-4-1-milhoes-da-rede-publica-nao-tinham-acesso-em-2019>>

Cabe pontuar ainda que as reflexões acerca do acesso e da exclusão digital são particularmente relevantes quando se discute gênero. Dessa forma, percebe-se que enquanto a exclusão social e econômica atinge ambos os gêneros, as mulheres sofrem uma terceira forma de exclusão, que é a Exclusão Digital de Gênero (EDG), ou hiato/brecha digital de gênero, conceitos que destacam tanto a precariedade de acesso quanto a baixa representatividade das mulheres no desenvolvimento tecnológico.

No que se refere ao acesso, uma parceria entre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)/Departamento de Sociologia da Universidade de *Oxford*/Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) desenvolveu uma pesquisa revelando que:

[...] nos 23 países latino-americanos analisados, existe um hiato digital de gênero na propriedade de telefones móveis, constatando-se que as mulheres têm, em média, menor probabilidade de possuir um telefone móvel que os homens. (ROTONDI *et al.*, [202-], p. 7).

Os autores do estudo também destacam que tanto no campo quanto na cidade, os telefones móveis se apresentam como uma ferramenta relevante de empoderamento feminino, pois, além de promoverem acesso social e econômico, reduz a solidão e a sensação de medo. No entanto, as mulheres do campo - com escolaridade mais baixa - sofrem ainda mais com a EDG e representam o grupo ‘menos’ conectado. (ROTONDI *et al.*, [202-]).

Além de figurarem entre os grupos com menor acesso à conexão em rede, as mulheres também quase não estão inseridas no processo de desenvolvimento tecnológico computacional.

Em grande medida, os obstáculos de acesso das mulheres às TDIC's se vinculam ao próprio processo histórico do desenvolvimento da informática que, muito embora tenha tido cooperações femininas importantes no seu início, ao longo do tempo passou por um intenso processo de “masculinização”.

A participação da mulher em atividades de ciência e tecnologia foi desacreditada, e as mulheres cientistas na Tecnologia Informática (TI) terminaram encarando estruturas semióticas masculinas que desvalorizaram a perspectiva feminina, instalando uma cultura machista de competição e depredação. Como resultado, temos um baixo número de mentoras na ciência da computação e na TI, e a permanente sensação de ‘dificuldade’ por parte das estudantes mulheres, sempre reforçada pelos estereótipos sobre as ‘incapacidades naturais’ da mulher. (BERRÍO-ZAPATA *et al.*, 2020, n.p).

A EDG se materializa de diferentes formas, seja na constante ocultação da participação feminina no desenvolvimento das tecnologias computacionais, no desestímulo social para as mulheres seguirem carreira na ciência da computação ou ainda na baixa representatividade e

menor remuneração em cargos de comando na área da tecnologia digital. (BERRÍO-ZAPATA *et al*, 2020).

Em uma sociedade baseada no gênero, as crianças são desde muito cedo incentivadas a reproduzirem padrões de gênero. Assim, os meninos acabam por receber maior estímulo científico por meio de brinquedos desafiadores e lógicos. O maior interesse dos meninos pelas áreas científicas e tecnológicas se vincula diretamente a questões culturais de gênero, pois, “de alguma forma os computadores começam a ser vistos desde a infância como um segregado componente de gênero, começam a converter-se em *‘toys for the boys’*.” (MIGUEL; BOIX, 2013, p. 51).

As análises desenvolvidas a partir da perspectiva da EDG indicam um padrão que se estrutura desde os primeiros anos da socialização de meninas e meninos, sendo primeiramente observado na família e posteriormente reforçado ao longo do processo educativo institucional, visto que na escola, elas raramente se relacionam de forma prematura com os computadores ou são estimuladas por meio de jogos eletrônicos. (PAGOLA, 2013).

A própria indústria de brinquedos e jogos atua por reforçar os binarismos de gênero à medida que desenvolve brinquedos codificados pelo gênero. Conforme noticiou a Revista Época, em 2014 viralizou em todo mundo a carta de uma menina pedindo a Lego versões femininas mais atraentes de seus blocos de montar.

Uma menina de sete anos escreveu recentemente uma carta para a Lego expressando sua insatisfação com os estereótipos de gêneros nos brinquedos. No texto escrito à mão, Charlotte Benjamin diz que ‘ama Lego’, mas reclama que, durante visita a uma loja de brinquedos, notou que ‘há mais Legos meninos e quase nenhuma menina.’ Na carta, ela diz que não gostou que as bonecas meninas só ficam sentadas em casa, vão à praia, às compras e não trabalham. Enquanto a versão dos meninos fazem aventuras, trabalham, salvam gente e ainda nadam com tubarões. (FARIA, 2014, n.p).

O caso em questão revela como a sociedade, em seus diferentes níveis, direciona as preferências das crianças de acordo com o gênero, evidenciando assim que a EDG se relaciona a elementos culturais e não à baixa capacidade intelectual feminina, tal qual orientava a ciência positivista do século XX.

2.2.2 Liberdade e controle no ciberespaço na era do algoritmo e da pós-verdade

Outro aspecto desafiador da navegação em rede na atualidade se vincula à forma com a qual as empresas utilizam os dados dos usuários durante a navegação em rede. Assim, por meio da inteligência artificial, as empresas analisam os interesses dos usuários de forma a criarem

uma navegação totalmente adequada às suas preferências. Nesse contexto, os dados dos usuários se apresentam como ativos valiosos, sendo inclusive utilizados para que empresas de *marketing* digital criem anúncios publicitários por meio de algoritmos extremamente personalizados.

Graças ao banco de dados que os usuários do Facebook constituem de forma voluntária (de graça!) e ampliam a cada dia, as ofertas de *marketing* podem agora identificar consumidores já ‘preparados’, sazoados e maduros, e os tipos certos de desejo (que, portanto, não precisam mais de palestras sobre a beleza dos buracos); podem alcança-los sob um disfarce duplamente atraente – lisonjeiro, além de bem-vindo – oferecendo uma bênção que é ‘só sua, feita para você, para atender às suas necessidades próprias e pessoais’ (BAUMAN, 2013, p. 55).

Um exemplo desse modelo de *marketing* “sobmedida” criticado pelo sociólogo polonês se refere a um caso nos Estados Unidos no qual o algoritmo de uma farmácia indicava produtos para mulheres grávidas a partir da identificação de seus hábitos de consumo digital:

Charles Duhigg escreveu uma matéria na *The New York Times Magazine* sobre ‘Como as companhias conhecem nossos segredos’. Nesse artigo, ele descreve como Andrew Pole, funcionário de uma cadeia de lojas dos Estados Unidos, conseguiu desenvolver uma fórmula segundo a qual se uma cliente comprasse ou tivesse interesse em 25 produtos, ela estaria grávida. Com esse algoritmo, cupons de descontos de produtos de gestantes ou bebês eram enviados a potenciais clientes. O pai de uma adolescente foi a uma dessas lojas reclamar que sua filha tinha recebido esses cupons e, alguns dias depois, retornou para se desculpar, pois desconhecia alguns fatos que ocorreram em sua casa e sua filha teria um bebê em alguns meses (ARTESE, 2019, p. 8).

No terreno de disputas das grandes cooperações por hegemonia e lucratividade, o cidadão se apresenta como o consumidor a ser conquistado, sendo, nesse jogo de poder e interesses, o elo mais frágil, uma vez que nem sempre as gigantes da tecnologia atuam de forma ética e responsável, a exemplo do que inúmeras denúncias²¹ têm sugerido.

Para os usuários; nem sempre é evidente o aspecto manipulativo da experiência digital, bem como não é clara a forma em que seus dados pessoais são usados. Para tentar equilibrar forças entre o usuário e as empresas de serviços digitais, são desenvolvidas leis específicas para normatizar a vivência digital no âmbito do ciberespaço. A proteção de dados²² se apresenta

²¹ O filme documentário “O Dilema das Redes” (2020), dirigido pelo cineasta estadunidense Jeff Orlowski, e lançado no Brasil pela Netflix, apresenta uma análise didática acerca do potencial pernicioso das redes sociais a partir da forma que seus algoritmos são gerenciados. Conforme é destacado no documentário, o modelo das redes sociais se define pela vigilância, rentabilidade e persuasão.

²² Considerando a complexidade das relações no ciberespaço de modo a proteger os usuários em 2018, o Brasil aprovou a denominada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nº 13.709, sendo sancionada pelo então presidente da República Michel Temer (do partido Movimento Democrático Brasileiro - MDB), alterada pela Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019. A emergência da LGPD explicita a necessidade de regulamentação

então como algo essencial, relevante e necessário, visto que no ciberespaço são os dados que garantem a rentabilidade das plataformas, além de receber especial interesse de *cyber* criminosos para a prática de golpes e crimes.

A problemática do algoritmo, no entanto, vai muito além das questões de consumo e do *marketing*, pois algumas críticas o apresentam como elemento de ameaça às democracias e incentivo da polarização política, incentivada principalmente pela circulação de boatos. Nesse sentido, conhecida como notícia falsa ou *fake news*, em língua inglesa, é uma das manifestações de um fenômeno mais amplo denominado desinformação.

Especificamente acerca das notícias falsas, é importante pontuar que estas são criadas e disseminadas com a intenção de se obter alguma vantagem frente a determinadas pautas, “[...] seus criadores sabem o que estão fazendo e têm consciência de que é um conteúdo falso. Não é um acidente nem um erro: são ações premeditadas com o objetivo de manipulação da opinião pública”. (FONSECA, 2021, p. 151)

Os usuários mais experientes nas redes sociais certamente reconhecem que o fenômeno de informações falsas não é recente, visto que desde os primórdios da conexão em rede, a facilidade de produzir e divulgar conteúdos sempre permitiu a circulação de textos, vídeos, imagens e áudios que nem sempre representam a realidade. Aliás, a história revela que a produção de “verdades questionáveis” data desde a Antiguidade²³. A novidade, no entanto, não está na criação de inverdades, mas sim no significado que estas passaram a alcançar. Nesse sentido, observamos que na conjuntura atual, as notícias falsas se tornaram uma preciosa arma de campanha e de estratégia política dado o seu potencial altamente manipulativo, que, atrelado ao aparato computacional, ampliou de forma exorbitante a sua disseminação e alcance.

As *fakes news*²⁴ se relacionam diretamente a um conceito mais amplo, a pós-verdade, que, não por acaso foi eleito como vocábulo do ano, em 2016, pelo dicionário *Oxford*. Assim “a *pós-verdade* ou *post-truth* foi designada como conceito relativo a circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influenciadores da opinião pública do que apelos à emoção ou crenças pessoais”. (VEZZOSI, 2021, p.421).

da experiência digital, indicando que o espaço digital, assim como a sociedade, é formado por indivíduos e as relações que estes estabelecem entre si, portanto, independentemente do ambiente em que essas relações ocorrem, verifica-se o imperativo do estabelecimento de regras e de sua formalização. Apesar do caráter protetivo, a LGPD apresenta uma ambiguidade, isto porque ao mesmo tempo em que reconhece a vulnerabilidade dos usuários, cria condições para que a captação de dados ocorra (FORNASIER; KNEBEL, 2021).

²³ Como destacou o historiador e professor norte-americano Robert Darnton (2017), em entrevista para a Folha de São Paulo.

²⁴ Para fazer frente à disseminação de notícias falsas nas redes, inúmeras agências de notícias estão desenvolvendo mecanismos denominados *fact-checking*, ou checagem de fatos em língua portuguesa, que tem por objetivo confrontar notícias duvidosas com diferentes dados, registros e documentos.

No contexto da pós-verdade, as notícias falsas são utilizadas para interferir no julgamento das pessoas sobre determinados fatos “a tal ponto que o juízo de valor sobre o tema se sobrepõe à certificação daquela afirmação com fatos constatáveis”. (VEZZOSI, 2021, p.421).

Por meio dos perfis disponíveis nas plataformas digitais, os algoritmos selecionam conteúdos pré-estabelecidos com alto teor de sensibilização para determinada temática.

Com essa metodologia, a *fake new* normalmente se utiliza da informação que se ajusta às expectativas do destinatário para alterar a narrativa da realidade constatável, suavizando mensagens radicais, distorcendo os fatos etc. Essa distorção é feita pelo remetente que insere a narrativa de acordo com os seus interesses. Os destinatários tendem a concordar com a mensagem por já ter a expectativa de compreensão da realidade na medida proposta pelo remetente. Dessa forma, além de serem receptores da mensagem, ainda a repassam, endossando-a para os seus próprios grupos com entendimento parecido, sua *bolha de relacionamento social*. Assim, a *fake new* vai cumprindo uma condição da verdade. (VEZZOSI, 2021, p.422, destaque do autor).

A navegação personalizada promove uma experiência digital na qual o usuário sempre entrará em contato com aqueles conteúdos que mais lhe agradam e melhor se adequam aos seus interesses. Nesse modelo, o sistema de navegação é indiferente quanto às preferências do indivíduo, independentemente se este for adepto a ideias políticas mais radicais ou se tem apreço por conteúdos eticamente reprovados, como discursos de ódio, racismo, xenofobia, misoginia ou ameaça à democracia. Assim, o sistema que a princípio fora pensado para melhorar a navegação no ciberespaço acaba por promover conteúdos que desrespeitam os direitos humanos, visto que o algoritmo atua sempre promovendo os conteúdos com maior engajamento. Outra consequência disso é o surgimento das “bolhas sociais”, uma vez que dificilmente o usuário comum buscará informações que divirjam de suas crenças pessoais ou contrastem com o seu pensamento, até porque o próprio algoritmo atua de modo a promover assuntos de seu interesse.

Para o professor Stuart Russell (2021), da Universidade da Califórnia em Berkeley, os atuais modelos de inteligência artificial são problemáticos, pois

[...] criam vício, depressão, disfunção social, talvez extremismo, polarização da sociedade, talvez contribuam para espalhar desinformação. E está claro que seus algoritmos estão projetados para otimizar um objetivo: que as pessoas cliquem, que passem mais tempo engajadas com o conteúdo (RUSSELL, 2021, n.p).

O estudioso defende que é preciso programar a inteligência artificial de modo a ser compatível com a existência humana, ademais, afirma que é preciso reconhecer que as

inteligências artificiais são criadas e programadas por cérebros humanos, sendo assim, suas falhas²⁵, em última instância, podem ser compreendidas como imprecisão humana (RUSSELL, 2021).

A crítica de Russel ao modelo atual dos algoritmos das redes sociais está longe de representar um consenso, porém, seus argumentos vão ao encontro das denúncias realizadas ao Senado dos EUA pela ex-funcionária do *Facebook*, Frances Haugen²⁶, que acusou a empresa de ser conivente com a promoção de conteúdos considerados “nocivos”, destacando ainda que a referida rede social prefere lucros à segurança dos usuários. De acordo com Hagen (2021, n.p), “o *Facebook* percebeu que se mudar o algoritmo para ser mais seguro, as pessoas vão passar menos tempo no site, vão clicar em menos anúncios, e eles vão ganhar menos dinheiro.”

Personalidades da política, como o ex-presidente estadunidense Donald Trump, em suas campanhas políticas (de 2016²⁷ e de 2020²⁸), usaram largamente a *fake news* para manipular a opinião pública e, conseqüentemente, atrair eleitores e fundamentarem suas teses políticas. Para além disso, durante sua passagem pela presidência dos EUA, não raramente, sua comunicação oficial se valeu de inverdades divulgadas nas redes sociais de forma a incitar a proliferação de teorias conspiratórias e atos antidemocráticos, tal qual ocorreu na fatídica invasão por centenas de pessoas ao Capitólio²⁹, na capital *Washington*, durante a sessão que confirmaria a vitória de Joe Biden nas eleições presidenciais de 2020. Na ocasião, Trump havia perdido a eleição alegando fraude nas apurações, informação refutada pelo sistema eleitoral e político do seu país.

Ao analisar o episódio do Capitólio, a professora e pesquisadora Mary Anne Junqueira (2021) destaca que a extrema direita nos EUA ampliou o seu alcance principalmente por meio

²⁵ Um exemplo emblemático de erro de algoritmo é o caso no qual o *Google Photos* “etiquetava” de forma automática jovens negros como gorilas: “Em junho de 2015, um usuário do *Google Photos* descobriu que o programa etiquetava seus amigos negros como gorilas. A inteligência artificial do Google não era capaz de distinguir a pele de um ser humano da dos macacos, como gorilas e chimpanzés. Esse viés racista da máquina forçou o Google a pedir desculpas e prometeu encontrar uma solução para o erro. (SALAS, 2018, n.p)”.

²⁶ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-58801259>> . Acesso em 24 dez. 2021.

²⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2016/noticia/2016/11/noticias-falsas-sobre-eleicoes-nos-eua-superam-noticias-reais.html>. Acesso em 24 dez. 2021.

²⁸ Disponível: <<https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2020/09/4875745-donald-trump-compartilha-video-falso-de-joe-biden-no-twitter.html>>. Acesso em 24 dez. 2021.

²⁹ A invasão ao congresso norte-americano em 6 de janeiro de 2021 se apresenta como um dos eventos mais dramáticos no presente século em torno da democracia norte-americana. Além de se configurar como uma tentativa de golpe, o episódio expôs o potencial nocivo das redes no fomento de ideias e atitudes antidemocráticas. As pessoas que ali estavam, em sua maioria, participavam de grupos extremistas que se articularam virtualmente em torno de teorias conspiratórias e notícias falsas, estando dispostas a ameaçar e depredar em nome de suas crenças políticas. A invasão culminou na morte de um agente de segurança e de quatro radicais.

das redes sociais e da *Deep Web*, aglutinando diferentes grupos³⁰, tais como os antissemitas, anti-imigrantista, supremacistas brancos, misóginos, islamofóbicos, e não raros nazifascistas³¹.

Especificamente no Brasil, as notícias falsas ganharam destaque na sociedade no contexto do processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Roussef, do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2016, sendo amplamente utilizadas nas eleições de 2018, ganhando contornos dramáticos durante a pandemia da Covid 19, que levou à morte de cerca de 670.000 brasileiros. É interessante observar que os EUA e o Brasil representam países com elevados números de mortes pelo corona vírus, em um cenário no qual a população recebeu um volume incontável de notícias falsas que questionavam a real existência da pandemia, orientando quanto a indicações de tratamentos farmacêuticos ineficazes, além de lançarem dúvidas com relação à eficácia das vacinas.

Para além das notícias falsas durante a pandemia, outras formas de desinformação também surgiram, como a *infodemia*, que se vincula ao excesso de informação disponível, sendo que muitas são imprecisas, baseadas em boatos e sem comprovação científica, a *fake science* (“ciência falsa”, em português), que destaca a apropriação do conhecimento científico para a divulgação de ideias contrárias à própria ciência, bem como a divulgação do *negacionismo*, o qual se relaciona a uma negação em larga escala sobre uma determinada pauta.

Não há solução fácil para o problema da desinformação, e talvez o problema nunca seja resolvido. A informação de qualidade está disponível nas plataformas assim como a desinformação – não é por falta de acesso que as pessoas acreditam em um conteúdo impostor. É fundamental que as pessoas consigam desenvolver o senso crítico para conseguir avaliar as informações que estão recebendo e não sejam enganadas e manipuladas. É um processo longo, difícil, mas fundamental para que a desinformação não afete os rumos da sociedade (FONSECA, 2021, p.155).

Enquanto não existir uma política de Estado que efetivamente combata a desinformação, o Brasil e o mundo serão obrigados a conviver com os inúmeros relatos de casos com graves consequências de decisões tomadas por influência de *fakes news*. A desinformação em larga

³⁰ Dentre os grupos que participaram do ato se destaca o *Q Anon* (Q Anônimo), cujos membros acreditam e difundem a teoria de que o mundo é governado por um Estado Profundo (*deep state*) no qual os membros: “[...] são adoradores de Satanás e, entre suas mil maldades, costumam manter redes de pedofilia e beber sangue de bebês (pensando que assim obterão a eterna juventude). É uma conspiração que envolve membros do Partido Democrata norte-americano, como Hillary Clinton e Barack Obama, astros de Hollywood, como Tom Hanks, bilionários, como Bill Gates e George Soros, e até o Papa Francisco. (FANJUL, 2021, n.p)”.

³¹ A Organização não governamental (ONG) *SaferNet*, idealizadora da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos – operada em parceria com os ministérios públicos e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para o fortalecimento das ações de combate aos cibercrimes contra direitos humanos – divulgou em seu *site* que no ano de 2021 recebeu e processou 14.476 denúncias anônimas acerca de postagens e conteúdo neonazistas na *web*. Segundo a ONG, o número é 60,7% maior que as denúncias realizadas em 2020, sendo o maior número registrado desde 2010. (DENÚNCIAS, s/d, s/p).

escala tem motivado um debate social permanente entre liberdade e controle, assim, o contexto digital tem cada vez mais demandado análises “[...] jurídica, normativa, sociológica, cultural e até mesmo psicológica” (BOFF, FORTES, 2014, p.110).

Todas essas questões geram inúmeros desafios aos legisladores, como também polêmicas, uma vez que a linha que divide liberdade/controle nem sempre é transparente. Para a UNESCO, a liberdade de expressão é um aspecto fundamental da gestão informacional:

A liberdade de expressão implica a capacidade de exprimir os próprios pontos de vista pela internet de modo seguro, englobando desde o direito de usuários de internet à liberdade de expressão online até a liberdade de imprensa e a segurança de jornalistas, blogueiros e defensores dos direitos humanos, assim como políticas que fomentem o intercâmbio aberto de opiniões e o respeito pelo direito à livre expressão online (UNESCO, 2017, p.10).

Enquanto alguns argumentam que as tecnologias em si “são” neutras, outros demonstram preocupação com os usos que se fazem dela, sobretudo quando envolvem desrespeito aos direitos humanos e ao estado democrático de direito. Encontrar o ponto de equilíbrio entre restrição e liberdade tem se configurado um aspecto de enorme complexidade, sobretudo em contextos de intensa polarização política como o Brasil. Um caminho para punir os excessos tem sido compreender a expressão livre sob a ótica da responsabilidade, considerando que a livre expressão não deve sobrepor os direitos humanos e o próprio estado de direito.

Verifica-se assim que a utopia³² de um mundo digital livre se torna cada vez mais distante, visto que as relações estabelecidas nem sempre estão desvinculadas de interesses obscuros. Como afirmado anteriormente, assim como não é claro para o usuário o caráter manipulativo das redes, também não é transparente o real uso dos dados produzidos durante a navegação. Por isso mesmo, como se tem insistido a discussão em torno da organização da experiência digital, não devemos nos furtar de uma reflexão em torno de privacidade, transparência, liberdade e controle.

³² Esse sentimento do ciberespaço enquanto uma sociedade alternativa e cheia de potencial criativo pode ser identificado no discurso intitulado “Uma Declaração da Independência do Ciberespaço”, de John Perry Barlow (1947-2018), letrista da banda *Grateful Dead* e cofundador da *Electronic Frontier Foundation* (EFF), instituição voltada à luta pela liberdade expressão, no qual destaca: “Governos do Mundo Industrial, seus cansados gigantes de carne e aço, eu venho do Ciberespaço, a nova casa da Mente. Em nome do futuro, eu exijo a vocês do passado para nos deixar em paz. Vocês não são bem-vindos entre nós. Vocês não possuem autoridade soberana no lugar em que nos reunimos. Nós não possuímos um governo eleito, e nem desejamos ter um, então eu me dirijo a vocês sem autoridade maior que aquela que a própria liberdade fala. Eu declaro o espaço social global que nós estamos construindo ser naturalmente independente das tiranias que vocês procuram impor sobre nós. Vocês não têm o direito moral de nos governar, nem vocês possuem quaisquer métodos de coação que nós tenhamos razão para temer [...]. Criaremos uma civilização da Mente no Ciberespaço. Que ela seja mais humana e justa que o mundo que os seus governos fizeram antes.” (1996, n.p).

Muito embora os boatos na história recente tenham causado transtornos na política e na saúde, é relevante pontuar que estes podem se voltar a todas as esferas da vida em sociedade. Inclusive tendo o potencial de influenciar as pessoas até mesmo a cometerem crimes, como no caso ocorrido em 2014, no qual uma mulher foi morta por populares no Guarujá após uma postagem que divulgava um boato sobre sequestro e bruxaria³³. Esse exemplo apresentado é revelador do quanto às mulheres também são vítimas das notícias falsas no ambiente digital, como também muitos se utilizam das ferramentas tecnológicas para perseguirem (prática denominada *stalker*), se vingarem por meio da divulgação de fotos íntimas denominadas de pornografia de vingança (*revenge porn*), praticarem estelionato sentimental, ou seja, se relacionar com alguém para obterem vantagens financeiras, na maioria dos casos se aproximando por meio de dispositivo digital³⁴. Nesse mesmo sentido, existe a prática do *cyberbullying*, que se refere ao ato de disseminar comentários depreciativos, sendo que, apesar de “[...] atingir qualquer pessoa, [...] geralmente [...] mobiliza sistemas discriminatórios, como o sexismo, o preconceito de classe, o racismo e a homofobia” (DOSSIÊ, s/d, n.p).

Dentre as violências de gênero praticadas no ciberespaço ainda é possível identificar os abusos sexuais cometidos contra meninas e jovens que sem saber estabelecem comunicação com predadores sexuais que costumam utilizar a *internet* para escolherem suas potenciais vítimas, passando-se, em muitos casos, por crianças ou adolescentes, ou mesmo frequentando ambientes de jogos virtuais para não chamarem a atenção. No Brasil e no mundo há relatos de suicídio de vítimas de violência de gênero na *internet*, como o caso da adolescente canadense de 15 anos que cometeu suicídio após um estranho pedir uma foto de seus seios quando tinha apenas 12 anos e divulgar anos depois. Ou ainda o caso da jovem piauiense³⁵ de 17 anos que tirou a própria vida ao ter um vídeo íntimo divulgado nas redes sociais em 2013, mesmo ano que uma jovem³⁶ do Rio Grande do Sul de 16 anos se matou após ter uma foto divulgada. Constata-se assim que as mulheres jovens são mais vulneráveis a violências de gênero na *internet*, principalmente por estarem mais inseridas no espaço digital.

³³ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/05/mulher-morta-apos-boato-em-rede-social-e-enterrada-nao-vou-aguentar.html>. Acesso em 23 jul. 2022.

³⁴ Em todo o mundo, o caso mais simbólico de estelionato emocional é o do famoso “golpista do Tinder” um israelense de 31 anos de idade que, segundo denúncias, dava golpes financeiros em mulheres que conhecia no famoso aplicativo de namoro. O caso ficou amplamente conhecido após o lançamento do documentário lançado em 2021, intitulado “*The Tinder Swindler*”.

³⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2013/11/policia-investiga-morte-de-garota-que-teve-video-intimo-divulgado-no-piaui.html>. Acesso: 20 abr 2022.

³⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/11/adolescente-confirma-ter-divulgado-foto-intima-de-jovem-no-rs-diz-policia.html>. Acesso: 20 abr 2022.

³⁶ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/assediada-na-internet-jovem-canadense-se-mata-apos-ter-fotos-nua-divulgadas-6441246>. Acesso: 20 abr 2022.

A maioria dos cibercrimes digitais já possui legislação própria ou são julgados com base em legislações não específicas para o ciberespaço, a exemplo da Lei Maria da Penha ou o Estatuto da Criança e do Adolescente, no caso das vítimas menores de idade. No caso da vingança pornô, o Marco Civil da *internet*, Lei nº 12.965/2014, destaca que os provedores de *internet* devem retirar do “[...] ar pela violação da intimidade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado [...]” (BRASIL, 2014, n.p).

As experiências de interação no ciberespaço na perspectiva do metaverso têm revelado que as alterações parecem ocorrer apenas no nível da técnica, pois nada indica que os velhos “problemas” de ciberespaço convencional serão superados nesse modelo de evolução espacial digital. Uma prova disso é que já existem denúncias de mulheres que foram assediadas durante vivências no metaverso, além de um caso relatado de uma pesquisadora cujo avatar sofreu um estupro coletivo. Apesar de reconhecer que a violação ocorreu na esfera digital, a mulher relatou que a experiência sensorial criada no metaverso é tão próxima da realidade que o sentimento em relação ao abuso foi real. Embora não tenha havido contato físico no momento da violação, os abusadores falaram pelo microfone uma série de ofensas, materializando assim o abuso. Acerca do referido caso, a advogada Marina Ganzarolli (2021), do *Me too* Brasil, destacou que:

É necessário pensar como vamos fazer o enfrentamento da violência de gênero em um ambiente que simula a realidade. Temos visto que as vítimas de trauma no metaverso têm consequências psicológicas e físicas como se os episódios tivessem ocorrido off-line. (GANZAROLLI, 2021, n.p)

Esse caso emblemático provocou a Meta, empresa que gerencia o “Metaverso”, a elaborar mecanismos de segurança que podem ser acionados durante a presença nas plataformas de realidade aumentada, a fim de impedirem a aproximação de avatares que representam alguma ameaça para um determinado usuário. Percebe-se assim que as empresas de tecnologia atuam para minimizar os riscos do usuário apenas quando há casos de denúncia que possam prejudicar suas reputações e, conseqüentemente, sua rentabilidade, além de indicar que a evolução da técnica não promove, na mesma medida, a superação do machismo e da violência de gênero.

2.2.3 Novas formas de ativismo

Apesar desse subtópico focar nos aspectos mais desafiantes do intenso processo de digitalização da vida, é importante mencionar que um impacto positivo do avanço tecnológico

são as novas formas de organização, reivindicação e participação social, inaugurando novas e inéditas formas de ativismo.

Entre a década de 1990 e o início dos anos 2000, uma nova forma de ativismo surgiu no mundo, vinculada ao desenvolvimento das TDICs e denominada de ciberativismo ou ativismo digital. O ciberativismo é marcado pela cibercultura apresentando ainda como característica o estímulo aos cidadãos e cidadãs a “[...] denunciarem a deficiência de políticas públicas nas cidades e tem incentivado práticas colaborativas na sociedade, com os indivíduos propondo soluções de problemas para o bem comum da população”. (FONSECA; SILVA; TEIXEIRA FILHO, 2017, p.62).

O ambiente interativo, descentralizado e colaborativo da *internet* incrementou o ativismo e a mobilização social.

O ciberespaço tem sido o lugar de interação e expressão para variadas atividades que envolvem coletivos de resistência, que têm como finalidade difundir suas reivindicações na tentativa de perfurar os mecanismos políticos/ideológicos impostos pela grande mídia hegemônica da indústria cultural (CHAMPANGNATTE E CAVALCANTI, 2015, p. 314).

Feixa, Fernández-Planells e Figueras-Maz (2016) destacam que a atual geração também pode ser denominada de “Geração *Hashtag*”, em referência ao sinal gráfico # (cerquilha/jogo da velha), amplamente utilizado nas redes sociais. Apesar do referido símbolo existir já há algum tempo, os autores indicam que seu uso como forma de ativismo digital se intensificou a partir de 2009 em protestos no Irã, estendendo-se para o restante do mundo nos anos seguintes, a exemplo dos movimentos *#ArabSpring* e *#OccupyWallStreet*. Sinal dos tempos, em 2012, o termo *hashtag*³⁷ foi eleito a palavra do ano pela *American Dialectic Society* nos Estados Unidos.

No Brasil, o movimento mais emblemático cuja ampla adesão teve a participação central das redes foram as manifestações denominadas de “Jornadas de Junho” ou “Revolta do Vinagre”, em 2013, a qual teve início com reivindicações isoladas em algumas cidades do Brasil contra o aumento da passagem de ônibus. Em São Paulo, no mês de maio, o Movimento Passe Livre (MPL) iniciou uma série de manifestações que acabou levando às ruas, em 6 de junho, mais de 5.000 pessoas. Nos dias seguintes, muitas convocações foram feitas via *internet* e o movimento ganhou força, tornando-se histórico:

Era uma segunda-feira, e o Brasil se surpreendeu com pelo menos 270 mil pessoas saindo às ruas em trinta cidades do país. Na terça-feira, o impacto continuava: cerca de 110 mil pessoas ocuparam mais de quarenta cidades. O embalo seguiu na quarta-feira, quando não se esperava mais que a explosão

³⁷ As *hashtags* são utilizadas para criar *hiperlinks* para o direcionamento de buscas por temas específicos.

pudesse aumentar, cerca de 1,4 milhão de pessoas ocuparam 130 cidades do país na quinta-feira dia 20 de junho. (BOGADO, 2018, p.24).

Durante as manifestações, as *hashtags* mais utilizadas foram *#withemondays*, *#vemprarua*, *#vemprajanela*. As “jornadas” de junho podem ser classificadas como um dos raros momentos de mobilização nacional na história do país, igualando-se apenas a três outros momentos históricos igualmente significativos:

[...] em 1992, no impeachment do ex-presidente Collor de Melo; em 1984, no movimento Diretas Já, no período do regime militar, na luta pelo retorno à democracia; e nos anos de 1960, nas greves e paralizações pré-golpe militar de 1964, e nas passeatas estudantis de 68. (GOHN, 2014, p. 431).

Para que a manifestação obtivesse sucesso, inúmeras estratégias digitais foram adotadas, sobretudo no campo da comunicação independente:

Indivíduos e coletivos puderam interagir e se comunicar, mobilizando pessoas, divulgando movimentações e estratégias, além de produzirem trocas e debates on-line. Nesse contexto de quebra de monopólio dos meios de comunicação de massa, emergiram as potencialidades das redes, como os fluxos de notícias e informações imbricados no ciberespaço que adquiriram formatos de mídias cooperativas e colaborativas (CHAMPANGNATTE; CAVALCANTI, 2015, p. 321).

Um dos grupos de mídia livre que se destacaram durante a cobertura das manifestações foi o Mídia NINJA “[...] um coletivo contra- hegemônico que, por ter utilizado um modelo de conexão generalizada, conduziu a informação de forma descentralizada pelas redes, causando sérios incômodos à mídia tradicional.” (CHAMPANGNATTE; CAVALCANTI, 2015, p. 322).

A redefinição da sociedade por meio da amplitude das chamadas TDICs tem reestabelecido as formas de ampliação da cidadania e participação política, nesse sentido, “já não nos formamos como cidadãos, como dizíamos, principalmente através de materiais escritos, mas sim pela televisão e por outros recursos audiovisuais” (CANCLINI, 2008, p. 57). O ativismo político do século XXI ocorre principalmente na esfera dos meios de comunicação em rede, ao que tudo indica, já estaríamos vivendo a era da chamada “videopolítica” ou “videocracia” (CANCLINI, 2008).

No episódio de ocupação das escolas estaduais no estado de São Paulo, em 2015, considerada a mais bem-sucedida mobilização de estudantes secundaristas da história do país, algumas das imagens que mais repercutiram na imprensa foram justamente as de jovens mulheres à frente das ocupações, evidenciando um momento inédito da reivindicação juvenil feminina. Outro elemento de destaque no processo de “ocupação” foi a comunicação em redes,

inclusive os estudantes se inspiraram na versão *online* de uma cartilha de estudantes chilenos e argentinos que serviu de base³⁸ para a organização do movimento no Brasil.

O movimento feminista de ciberativismo tem se destacado, sendo também conhecido como ciberfeminismo no contexto do ciberespaço. É tamanha a importância das tecnologias para o feminismo do século XXI que a manifestação nas redes é o que marcará a atuação da atual geração do movimento, inaugurando assim a “quarta onda feminista”. Dada a relevância do ciberfeminismo para compreender o feminismo na contemporaneidade, será apresentado na seção seguinte um tópico para tratar especificamente do ativismo feminista nas redes.

Diante das reflexões apresentadas ao longo desta seção, é possível observar que a *internet* revolucionou as formas de se viver em sociedade no século XXI, em seus diferentes aspectos. Desenvolvida a partir de tecnologia bélica, a conexão ao longo do tempo perdeu seu caráter essencialmente militar e se ampliou ao longo das últimas décadas do século passado. São tão amplos a abrangência e o alcance das tecnologias digitais da informação e da comunicação que esses meios foram elevados a direito universal, no entanto, as pesquisas demonstram que o mundo ainda convive com diferentes oportunidades de acesso. Para além da exclusão digital, existe a EDG que afeta as mulheres em diversos países do globo, tendo relação tanto com a falta de oportunidade de acesso quanto com a participação na produção tecnológica. A EDG se vincula diretamente às desigualdades estruturais de gênero.

Dentre os limites e desafios da conexão em rede, se tem a proteção de dados, as problemáticas em torno dos algoritmos e o fenômeno da desinformação. Tais questões são elementos complexos da vida social contemporânea e estão distantes de serem superados. Nesse sentido, ainda estão em construção modelos de controle e proteção que visem à segurança dos usuários sem prejudicarem a liberdade de expressão, esta entendida como parcial, pois é limitada pelos princípios democráticos e vinculada aos direitos humanos.

As reflexões apresentadas ao longo da seção buscaram assim revelar tanto o processo histórico de inauguração das TDIC's quanto refletir acerca de alguns aspectos que compõem a complexa relação humanidade-máquina e sociedade-tecnologias. Relações essas que são mediadas por interesses burocráticos, legais, econômicos, políticos e manipulativos, também se configurando como elemento de resistência e luta antissistema a partir do empoderamento comunicativo de diferentes movimentos sociais, de grupos minoritários ampliando inclusive o acesso aos direitos humanos.

³⁸ Disponível em: <https://gremiolivre.files.wordpress.com/2015/10/como-ocupar-um-colo3a9gio.pdf>. Acesso em 26 Out 2019.

3 FEMINISMO: UM MOVIMENTO SOCIAL E HISTÓRICO DE RESISTÊNCIA E LUTA

Apesar de o foco deste trabalho estar voltado à atuação contemporânea do feminismo, é preciso reconhecer que o ativismo feminino se confunde com a própria história das mulheres. Desse modo, esta seção busca apresentar um recorte histórico do processo de luta histórica das mulheres com o propósito de não apenas identificar a sua gênese, mas também perceber o feminismo como um movimento social histórico de caráter acadêmico, social e político, que, apesar de ter se transformado e ampliado suas pautas ao longo de sua trajetória, tem como bandeira permanente a luta pelos direitos das mulheres.

3.1 AS PRIMEIRAS REINVINDICAÇÕES FEMININAS

[...] o feminismo não é um substantivo cujas propriedades possam ser definidas de forma exacta e definitiva; poder-se-ia dizer, antes, que o termo feminismo é, ou foi, mais uma questão histórica do que uma questão de definição. (ERGAS, 1991, p. 588).

O movimento feminista surge como uma resposta às tentativas de silenciamento e apagamento do feminino na história. O feminismo expressa a luta coletiva e histórica das mulheres de diferentes classes sociais e orientações políticas, além disso, é um campo de estudos que busca compreender as formas de dominação de gênero.

Para Cyfer (2009), o termo feminismo é ao mesmo tempo maldito e impreciso. Maldito porque frequentemente é associado a uma suposta superioridade feminina – sendo entendido por alguns como o equivalente ao machismo – e impreciso porque a partir dele se apresenta uma série de conclusões apressadas. Por outro lado, a insistência na utilização do termo *feminista* denota o reconhecimento da luta pioneira das mulheres ao longo da história, além de, em muitos casos, ser o “[...] único adjetivo que unifica as inúmeras vertentes feministas” (CYFER, 2010, p. 136).

Ademais, não se pode perder de vista que o referido conceito sofreu alterações de sentido desde a sua formulação, uma vez que “durante muitos anos, o feminismo foi difamado como um movimento de mulheres mal-amadas. Nesse sentido, por muito tempo declarar-se feminista implicava em um ato de coragem política” (MORAES, 2020, p.18).

Além de “mal-amadas”, as feministas foram rotuladas de feias, masculinas, lésbicas, entre outras representações que buscavam ser pejorativas. Conforme esclarece Pedro (2020), esse rótulo negativo em relação às feministas perdurou até a década de 1980, no entanto, é

possível dizer que ainda hoje há movimentos antifeministas com manifestações em diferentes países, inclusive no Brasil, tentando desqualificar o feminismo.

Ainda que as mulheres em todas as eras históricas tenham participado ativamente da formação cultural humana, é necessário reconhecer que nem sempre o seu legado e a sua atuação histórica receberam o devido reconhecimento. Assim, a história das mulheres surgiu justamente para identificar e afirmar a atuação histórica do feminino na produção de novas narrativas.

Muitas pesquisas históricas têm analisado a ação feminina nas sociedades primitivas e antigas, mas é somente com a emergência do feminismo que a luta histórica feminina adquiriu uma visibilidade pública e passou a formar um coletivo (GOHN, 2007; 2013).

O desenvolvimento da história das mulheres acompanha em surdina o ‘movimento’ das mulheres em direção a emancipação e à liberação. Trata-se da tradução e do efeito de uma tomada de consciência ainda mais vasta a da dimensão sexuada da sociedade e da história. (PERROT, 2017, p. 15).

Muito embora não se ensine nas escolas uma história em que a mulher seja protagonista, muitos trabalhos têm apontado que mulheres de diferentes períodos históricos em contextos de desfavorecimento e desigualdade não só atuaram de forma empoderada em suas realidades sociais, como afirmaram sua igualdade intelectual. A ausência histórica feminina, no entanto, se refere ao fato de que os homens não só escreveram sobre as mulheres, como também ocultaram seus textos e se tornaram seus únicos porta-vozes, ou seja, “tudo o que sabemos sobre as mulheres, primeiro foi contado pelos homens.” (TIBURI, 2018, p. 48).

A partir do acesso à educação formal e, posteriormente, à ocupação das cadeiras acadêmicas pelas mulheres, surge a necessidade de se contar a história a partir da ótica feminina:

[...] ‘donde vimos? Para onde vamos?’ pensavam elas; e dentro e fora das universidades levaram a cabo investigações para encontrarem vestígios das suas antepassadas e, sobretudo, para compreenderem as raízes da dominação que suportavam e as relações entre os sexos através do espaço e do tempo (DUBBY; PERROT, 1991, p. 7).

No caso específico do pensamento filosófico, o professor Losandro Antonio Tedeschi (2012) ressalta que a filosofia desde os clássicos gregos se refere às mulheres de forma inferiorizada.

O papel do olhar masculino na teoria filosófica transforma a mulher em objeto. Apresentam as mulheres como criaturas irracionais, sem pensar próprio, pouco criativas, sem espírito estético, dependentes do seu corpo, portanto,

necessitavam devido a sua natureza, ser submissas e controladas pelos homens (TEDESCHI, 2012, p. 46).

Embora ações isoladas ou coletivas de mulheres tenham sido verificadas ao longo da história humana e em diversos lugares do mundo, o movimento feminista enquanto movimento social organizado tem a sua origem atribuída ao início do século XX no Ocidente. No entanto, em diferentes tempos e espaços, as mulheres, ainda que de forma individual e limitada, e em muitos casos tendo sido perseguidas e até mortas, ousaram questionar o patriarcado e lutaram por seus direitos. Essas experiências femininas particulares são denominadas de profeminismo e representam as raízes do que mais tarde seria denominado de movimento feminista.

Mesmo em contextos de desvantagem, até mesmo na Grécia Antiga, berço da democracia ocidental, verifica-se a atuação de mulheres que questionaram a ordem social vigente. Um desses exemplos emblemáticos é a poetisa Safo (630 a.C. e 604 a.C – 570 a.C), nascida na Ilha de Lesbos, que fundou uma escola para mulheres em uma época em que a educação era exclusiva para o público masculino.

Na Idade Média, o feminicídio era uma forma comum de punição às mulheres não só na Europa, como também nas Américas. Milhares de mulheres nesse período histórico foram torturadas, perseguidas e mortas, acusadas de bruxaria pela Inquisição católica.

Existe, nessa perseguição às ‘feiticeiras’, um elemento claro de luta pela manutenção de uma posição de poder por parte do homem: a mulher, tida como bruxa, supostamente possuiria conhecimentos que lhe confeririam espaços de atuação que escapavam ao domínio masculino (ALVES; PITANGUY, 1981, p.21).

Christine de Pizan (1363-1430) foi um nome feminino de destaque no século XIV, além de defender a educação das meninas:

escreveu o que seria talvez o primeiro tratado feminista: A Cidade da Mulheres, onde afirma serem homens e mulheres iguais por sua própria natureza. Refuta as generalizações que imputam inferioridade ao sexo feminino e condena a dupla moral, pela qual o mesmo ato é crime quando praticado pela mulher e apenas pequeno defeito quando pelo homem (ALVES; PITANGUY, 1981, p.18).

Conforme esclarece Marques-Pereira (2009), as revoluções Americana (1776) e Francesa (1788) se destacaram como movimentos emblemáticos no processo de conquista de direitos. Enquanto a primeira produziu a noção de liberdade individual sob a ótica liberal, a

segunda afirmou os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade vinculados a uma perspectiva universal.

No contexto da Revolução Francesa, o francês Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat (1743-1794), o notável Marquês de Condorcet, é reconhecido historicamente como um dos pioneiros a reconhecer os direitos das mulheres. Também no século XVIII, a francesa Olympe de Gouges (1748-1793) redigiu a Declaração Universal dos Direitos da Mulher e da Cidadã, versão feminina da Declaração Universal dos Direitos Homem e do Cidadão, destacando-se em um período em que a maioria dos filósofos não tinham como tema de reflexão filosófica a questão feminina.

[...] a esmagadora maioria dos revolucionários franceses manifestava desinteresse, quando não hostilidade, pelos direitos da mulher. Seguiam a trilha de Rousseau, maior inspiração filosófica para a Revolução, para quem a liberdade dos homens não incluía as mulheres, destinadas ‘naturalmente’ a enclausuramento na esfera doméstica. (MIGUEL, 2014, p.20).

Em 1794, Mary Wollstonecraft (1759-1797) escreverá a Declaração dos Direitos da Mulher Inglesa, sendo posteriormente considerada como a fundadora do feminismo. “Ao colocar com clareza exemplar, o problema em termos de *direitos*, Wollstonecraft promove uma inflexão na direção de uma construção de uma política feminista.” (MIGUEL, 2014, p.21)

Observa-se assim que todas essas ações protofeministas pavimentaram o caminho para que no início do século XX eclodisse a primeira onda do movimento feminista. É preciso também reconhecer que nessas primeiras articulações femininas, durante o século XVIII, em favor do direito das mulheres, a questão das mulheres negras em situação de escravidão não era vista como um tema da luta das mulheres.

[...] claramente isso se deu devido ao contexto social em que as reivindicações começaram a surgir, no século XVIII, onde a escravidão ainda era estrutura social naturalizada e pouquíssimo questionada, a busca por igualdade pelo feminismo se deu em um núcleo de mulheres de alta classe social que, mesmo tendo menos acesso à educação e ao trabalho como os homens tinham, já se encontram muito mais privilegiadas do que qualquer pessoa definida como ‘mercadoria’ dentro do comércio escravagista. (MAGALHÃES, 2021, p. 258).

Podemos definir o feminismo dentre as múltiplas acepções que o cercam como a tomada de consciência das mulheres em identificar as opressões de gênero e criar estratégias de lutas individuais e coletivas para superá-las. Nesse sentido, é possível observar que um dos pontos de luta do movimento das mulheres justamente se deu, e ainda se dá, nos campos intelectual e acadêmico, haja vista que os discursos religioso, filosófico e científico foram responsáveis por

cristalizar representações equivocadas e distorcidas sobre as mulheres, em grande medida, pelo fato de os homens majoritariamente dominarem a produção intelectual nas inúmeras áreas do conhecimento.

Com o intuito de melhor compreender a trajetória histórica do feminismo, historiadores e historiadoras adotam a periodização como perspectiva analítica, assim,

[...] o esforço de criação de uma narrativa histórica do movimento, tornou-se comum descrevê-lo como dividido em ‘ondas’, períodos mais ou menos delimitados no tempo e caracterizados por um tipo de concepção e prática política dominante. (GOMES; SORJ, 2014, p. 435).

A principal crítica a respeito da organização histórica do feminismo por ondas é a de que essa abordagem analítica privilegia uma narrativa feminista hegemônica na qual as protagonistas são as mulheres brancas, escolarizadas e ocidentais. Dessa maneira, imprime-se a imagem de um tipo ideal de feminismo/feministas.

Apesar da evidente variedade da teoria feminista, dentro e fora do ‘ocidente’, ao contar-se sua estória recente, uma narrativa dominante aparece, ainda que apresente uma gama de inflexões afetivas e críticas. Essa estória divide o passado recente em décadas definidas para fornecer uma narrativa de progresso incansável ou de perda, proliferação ou homogeneização. (HEMMINGS, 2009, p.215).

Para resolver essa questão em relação à nomeação dos diferentes momentos históricos do feminismo, Gomes e Sorj (2014, p. 436-437) sugerem a utilização do termo gerações, uma vez que essa noção alternativa de análise:

[...] possibilita considerar diferentes grupos de feministas ativos simultaneamente, mantendo relações de cooperação e disputa. De fato, o feminismo sempre foi um movimento descentralizado, constituído de diferentes grupos de mulheres, com variadas experiências de vida e modos diversos de conceber o tema das relações de gênero, de formular ideologias e estratégias políticas.

Sendo assim, em nosso estudo, tal qual sugerem as autoras, adotaremos a noção de gerações de forma complementar a ideia de “ondas” para descrevermos e analisarmos os diferentes períodos da atuação histórica das mulheres, pois consideramos que tal compreensão permite um maior diálogo com os estudos de juventude oferecendo um olhar mais inclusivo para os denominados feminismos não hegemônicos.

3.1.1 A primeira geração feminista

A primeira geração feminista, ou primeiro momento de luta, no qual as mulheres iniciam campanhas por direitos políticos – direito de votar e ser eleita – e por direitos econômicos – que incluíam direito ao estudo, trabalho remunerado, propriedade e de herança – se dá a partir do fim do século XIX, mais precisamente em 1848, nos Estados Unidos. Nesse momento, as mulheres em diversos países começam a fazer tais reivindicações e gradativamente, em maior ou menor grau, alcançam vitórias importantes (PEDRO, 2015).

É também nesse contexto que surgirá o termo feminismo, sendo primeiramente

[...] empregado nos Estados Unidos por volta de 1911, quando escritores, homens e mulheres, começaram a usá-lo no lugar das expressões utilizadas no século XIX tais como movimento das mulheres e problemas das mulheres, para descrever um novo movimento na longa história das lutas pelos direitos e liberdades das mulheres (GARCIA, 2015, p. 12).

A primeira geração do feminismo foi marcada pelas manifestações em torno da questão do sufrágio universal, do direito à educação e ao trabalho, tendo como protagonistas as mulheres brancas das classes sociais mais abastadas.

Ao analisarem a luta das sufragistas, as estudiosas Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy (1981) destacam que esse movimento foi longo e demandou, além de capacidade de organização, uma infinita paciência, uma vez que se estendeu nos EUA e na Inglaterra³⁹ por sete décadas, demorando ainda mais 40 anos para se concretizar no Brasil.

O primeiro país do mundo a estender os direitos políticos às mulheres foi a Nova Zelândia, no ano de 1893, seguido da Austrália, em 1902. No contexto europeu, a Finlândia, em 1906, foi o primeiro território no qual as mulheres conquistaram o direito ao sufrágio. Evidentemente que essas conquistas primárias passaram por uma série de debates até que tal direito fosse reconhecido, sendo que um dos motivos de tal recusa se justificava pelo

[...] temor de uma masculinização das mulheres. Mulheres instruídas que exercessem uma profissão ou que participassem de decisões não seriam mais femininas, nem atraentes; mulheres verdadeiras não queriam votar, somente as ‘mulheres-machos’ é que reivindicariam tais privilégios. Tais ‘argumentos’ não puderam se sustentar por muito tempo. Estava muito claro que não se poderia mais recusar às mulheres o direito de defender os próprios interesses sem violar de maneira grave o princípio da igualdade. (GESSAT, 2015, n.p).

³⁹ Um aspecto relevante da luta pelo voto feminino no contexto inglês é o fato de a feminista Emily Davidson, em 1848, durante a famosa corrida em Derby, ter se jogado à frente do cavalo do Rei como forma de protesto desesperado, o que acabou por levá-la à morte. Seu sacrifício, no entanto, não foi em vão, tendo em vista que cinco anos mais tarde o voto feminino foi liberado no Reino Unido. (PINTO, 2010).

No ano seguinte, a aprovação do voto feminino às finlandesas com mais de 24 anos de idade, 19 mulheres foram eleitas deputadas para ocuparem o Parlamento finlandês.

A resistência em aceitar o voto feminino nos países em que as mulheres o reivindicaram se pautou, em grande medida, na representação limitada e preconceituosa acerca da mulher. Tal qual ocorreu na Finlândia, parte da sociedade, sobretudo masculina, divulgava a ideia de que as mulheres, caso conquistassem o direito ao voto, se igualariam aos homens e assim deixariam de lado, além de sua feminilidade, suas vocações naturais de mãe, esposa e dona de casa, algo inconcebível para a sociedade patriarcal⁴⁰ à época. Naquele período, a campanha contra o voto feminino elaborou uma série de cartões e cartazes antifeministas/anti-sufragista com o intuito de manipular a opinião pública e ridicularizar as *suffragettes*. Na Suíça, as mulheres tiveram de esperar até a década de 1970 para conquistarem o direito ao voto, enquanto na Arábia Saudita⁴¹ votaram pela primeira vez em 2015.

Entre 1930 e 1940, as mulheres conquistaram formalmente suas principais reivindicações, tais como o direito de votar e ser votada, além da possibilidade de ingressarem no mercado de trabalho ou em instituições escolares. Em 1948, a Assembleia Geral da ONU, em Paris, aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), um documento internacional que, dentre outros aspectos, igualou⁴² o direito de homens e mulheres, inclusive no âmbito matrimonial, conforme indica o Artigo 16:

Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, n.p)

Para Touraine (2010), a perspectiva de direitos humanos, em grande medida, advém da luta feminina por direitos e reconhecimento. Nesse sentido, é importante notar que tal concepção não somente amplia como também supera a antiga noção de “direitos dos homens”, uma vez que eleva as mulheres à condição de “sujeito de direitos”.

Evidentemente, o documento representa um marco na garantia de direitos humanos, contudo, a sua formalização não garantiu que em todo mundo os direitos humanos não fossem

⁴⁰ No dicionário de direitos humanos, a noção de patriarcado se vincula à estruturação familiar das sociedades modernas na qual o indivíduo do sexo masculino exerce total poder sobre os outros membros da família. Em tal estruturação, as mulheres não somente são submissas aos pais e maridos no âmbito doméstico como também são vistas como inferiores do ponto de vista intelectual (MAGALHÃES, 2021).

⁴¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/12/mulheres-votam-pela-primeira-vez-em-eleicoes-na-arabia-saudita.html>.

⁴² Para Carmem Barroso (1989), a noção de igualdade desse período ainda estava bastante atrelada aos direitos políticos e civis e somente a partir da década de 1970 é que a ONU ampliará sua noção acerca dos direitos das mulheres.

violados, sobretudo os das mulheres, que até então estiveram desmobilizadas em virtude dos ganhos obtidos pelo movimento sufragista. Assim, após um período de refluxo do movimento, a partir do final da década de 1960 se deu a eclosão de uma nova onda feminista. (ALVES; PITANGUY, 1981; LOURO, 1997; PINTO, 2010).

Cabe enfatizar que na bibliografia clássica em relação à primeira onda feminista, não há preocupação em descrever e/ou detalhar a contribuição/atuação das mulheres negras nesse processo. A análise acerca da participação das ativistas negras ocorreu apenas mais recentemente, a partir da contribuição de feministas negras que passaram a denunciar a ocultação da categoria raça nos estudos feministas.

A filósofa Djamila Ribeiro (2017) esclarece que o conhecido discurso “*Ain’t I a woman?*”/“E eu não sou uma mulher?”, da abolicionista negra estadunidense Sojourner Truth (nascida Isabella Baumfree, c. 1797-1883), durante a sua participação na Convenção dos Direitos da Mulher, em Akron, localizada em Ohio, nos EUA, demonstra que as mulheres negras já há muitos anos lutam para serem sujeitos políticos. “Esse feminismo de Truth, ainda no século XIX, já evidencia um grande dilema que o feminismo hegemônico viria a enfrentar: a universalização da categoria mulher” (RIBEIRO, D., 2017, p. 21).

3.1.2 A segunda geração feminista

Após a primeira “onda”, o feminismo se volta a questões teóricas para além do seu aspecto de militância, assim, as principais obras teóricas para compreender esse inédito momento da luta feminina são: “[...] *Le deuxième sexe*, de Simone Beauvoir (1949), *The feminine mystique*, de Betty Friedan (1963), *Sexual politics*, de Kate Millett (1969) — marcaram esse novo momento” (LOURO, 1997, p. 16).

A emergência do feminismo de segunda geração terá como pano de fundo um mundo ainda marcado pelo pós-guerra, no qual se inauguraram inúmeros movimentos de reivindicação, provocando mudanças profundas no mundo ocidental. Será então nesse contexto de demanda por rupturas que o feminismo se despontará como um coletivo de luta organizada, unindo-se a outros de minorias oprimidas à época, tais como o movimento estudantil, o movimento negro, além dos movimentos *gay* e operário. Nas Américas, o epicentro dessas lutas se dará nos EUA, enquanto no continente europeu é na França que se desenrolarão as manifestações públicas de desagravo (GONH, 2007).

Nos Estados Unidos, os/as jovens protestavam contra a guerra do Vietnã, ao mesmo tempo, na Califórnia surgia o movimento *hippie*, pregando por liberdade, paz e amor, sendo

eternizado no memorável festival de Wood-stock, em 1969, no estado de Nova Iorque. Em São Francisco, a cena gay ganhava cada vez mais visibilidade, culminando na eleição, em 1977, do primeiro homem abertamente homossexual, o ativista Harvey Milke (1930-1978), para ocupar um acento na Câmara de Supervisores de São Francisco. No final dos anos de 1960, o movimento negro ainda lutava por direitos civis, tendo como um dos nomes femininos de destaque a ativista Ângela Davis, que militava no âmbito dos Panteras Negras e do Partido Comunista.

Em maio de 1968, eclode na França uma onda de protestos estudantis protagonizados por jovens, seguidos de greves gerais, um de seus lemas era “Quando penso em revolução quero fazer amor”. Evidencia-se, assim, a demanda por uma alteração dos valores sociais, uma das bandeiras de luta do movimento.

Para Irene Cardoso (2005), toda essa efervescência dos movimentos de contracultura dos anos de 1960 expressava a necessidade de mudanças políticas, econômicas sociais e sexuais, a partir do grito de uma geração de homens e mulheres que viveram os horrores da Segunda Guerra Mundial, bem como o pós-guerra, e ansiavam por uma transformação social radical. O historiador britânico Eric Hobsbawm (1917-2012) denominou de Revolução Cultural as mudanças sociais evidenciadas entre 1960/70, reconhecendo que o período foi determinante para as mulheres alcançarem liberdade.

É relevante pontuar que a pauta feminista que eclodirá nos anos de 1960 coincide também com a configuração social do momento, marcada pela aceleração da urbanização e da industrialização, processos que marcaram de forma intensa a vida das mulheres trabalhadoras. Uma vez que “aos poucos, [...] passaram a ter uma dupla jornada de trabalho (doméstica e extradoméstica) e, com isto, a nova responsabilidade de conciliar vida profissional com vida familiar.” (SCAVONE, 2008, p.176).

Enquanto as mulheres operárias demandavam por mais direitos trabalhistas, as mulheres burguesas ainda reivindicavam o direito ao mundo do trabalho. Nesse aspecto, na segunda onda, o foco das reivindicações femininas se voltou a problemáticas como a sexualidade, a violência, os direitos trabalhistas etc.

Muito embora se destaque que nesse contexto as mulheres continuaram a reivindicar o direito ao trabalho, é preciso reconhecer que as mulheres das classes menos favorecidas e, mormente, da zona rural, sempre trabalharam (LOURO, 1997), sendo assim:

O trabalho fora do lar era para elas, apenas, uma fadiga a mais. Além disso, argumentavam, o trabalho ‘mal remunerado’ que muitas mulheres brancas de

camadas médias reivindicavam como forma de satisfação pessoal, poderia ser o emprego que faltava para seus filhos, maridos e pais. (PEDRO, 2005, p.82).

O tema da sexualidade feminina ganhará destaque, nesse momento, em virtude da criação da pílula contraceptiva, que trouxe como consequência primária a “liberação” das mulheres para vivenciarem a sexualidade para além da concepção. Isso as permitiu escolherem ter ou não filhos, podendo ainda optar pelo número de filhos e até mesmo decidir adiar a gravidez até o momento que considerassem o mais adequado.

Em toda a história humana, as mulheres não puderam escapar do que Lucila Scavone (2008) denomina como determinismo biológico e social da maternidade. O advento da pílula, entretanto, as propiciou escolher de rumo de suas vidas, inaugurando um inédito momento da vivência feminina no mundo. Ainda conforme esclarece a autora, de forma a ampliar o direito pelo próprio corpo nos países do Norte na década de 1970, as mulheres conquistaram o direito ao aborto.

A descriminalização do aborto nos países de capitalismo avançado se vincula ao ideal radical de liberdade: “[...] o direito ao aborto é conquistado com reconhecimento do direito à autonomia individual e como contestação ao poder do Estado em legislar sobre questões de intimidade do indivíduo” (BARSTED, 2019, p. 179).

Nesse contexto, também surgiu a expressão que marcará o feminismo do período: “o pessoal é político”. Essa frase destacava não só o impacto das políticas na vida das pessoas, como buscava imprimir uma nova visão política acerca de todos os temas da vida pessoal. Essa ênfase dada à dimensão pessoal/política também evidenciava que suas vidas particulares refletiam os valores sociais (PEDRO, 2015).

Para Costa, A. (2005), ao afirmarem que “o pessoal é político”, as feministas levaram ao debate público aspectos que eram tratados apenas como elementos exclusivos da esfera privada, rompendo assim com a tradicional dicotomia público-privado do pensamento liberal.

Para o pensamento liberal, o conceito de público diz respeito ao Estado e às suas instituições, à economia e a tudo mais identificado com o político. Já o privado se relaciona com a vida doméstica, familiar e sexual, identificado com o pessoal, alheio à política. Ao utilizar essa bandeira de luta, o movimento feminista chama a atenção das mulheres sobre o caráter político da sua opressão, vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo do privado, identificadas como meramente pessoais (COSTA, A., 2005, p. 2).

De acordo com Flávia Biroli (2014), o feminismo evidenciou que a construção de uma sociedade democrática requer o não rompimento entre vida pública/privada. As análises feministas também destacaram que a preservação da privacidade sob o domínio da família

permitiu a manutenção da dominação masculina, sendo que “em muitos casos a integridade individual das mulheres esteve sob ameaça enquanto a entidade família era valorizada (BIROLI, 2014)”. Em última instância, o que as feministas fizeram foi abandonar a visão de que o binômio público/privado eram dimensões separadas na vida dos indivíduos. As feministas passaram a refletir e problematizar, fosse em grupos de discussão ou academicamente, temas de interesse das mulheres, tais como o corpo, a menstruação, o aborto, o desejo, o prazer, os relacionamentos, a maternidade compulsória, entre muitos outros.

Se de um lado havia o som dos protestos nas ruas, expresso por palavras de ordem e *slogans*, por outro ocorriam alterações de menor visibilidade, porém de grande simbolismo. Ainda na década de 1960, a indústria de fabricação do *blue jeans* se ampliou como também se aumentou a venda de calça para as mulheres, vestimenta até então tida em muitos lugares como masculina. Tal aspecto evidencia o avanço da luta feminista em diferentes esferas da vida das mulheres.

Louro (1999) observa que essa ressurreição do movimento feminista foi acompanhada por novas estratégias de militância que incluíam, além da criação de grupos de conscientização, marchas e protestos, bem como publicação de livros, jornais e revistas. São as mulheres da segunda onda que protagonizariam a histórica “queima de sutiãs”, de 1968, na cidade de Atlantic City. Com o intuito de questionar a eterna exigência de beleza e juventude, além de sutiãs elas queimaram diversos acessórios que remetiam a esses valores (PEDRO, 2015).

A categoria “Mulher” seria a mais utilizada nos primeiros estudos feministas, uma vez que as feministas pioneiras a utilizavam com a intenção de se opor à categoria “Homem”, considerada universal à época, mas que não explicava/teorizava as especificidades em torno do ser mulher, como, por exemplo, o direito de ter filhos, ou não, a violência doméstica e a divisão de tarefas do lar, “[...] enfim, era em nome da ‘diferença’, em relação ao ‘homem’ – aqui pensado como ser universal, masculino, que a categoria ‘Mulher’, era reivindicada” (PEDRO, 2005, p. 80).

Ainda de acordo com Pedro (2015), a categoria “Mulher” se mostrou insuficiente para analisar a mulher na sociedade. Assim, mulheres de diferentes grupos sociais, tais como as indígenas, as negras, as mestiças e as trabalhadoras, passaram a reivindicar a “diferença” na “diferença”, pois argumentavam que a categoria “Mulher”, tal qual era utilizada, não dava conta de suas especificidades enquanto mulheres e já não era mais suficiente para explicar as diferentes opressões vivenciadas pelas múltiplas existências femininas. Assim, tal reconhecimento permitiu que “[...] a categoria ‘Mulher’ passasse a ser substituída, em várias

reivindicações, pela categoria ‘mulheres’, respeitando-se então o pressuposto das múltiplas diferenças que se observavam dentro da diferença”. (PEDRO, 2005, p. 82).

A escritora e feminista negra estadunidense bell hooks⁴³ (2015), herdeira do feminismo da década de 1960, afirma que apesar de o feminismo de segunda onda falar da vida da “maioria das mulheres”, ele é predominante branco, privilegiado e excludente. Para hooks (2015, p.193-194), a obra “A Mística Feminina” foca na realidade da própria Friedan (1963) e “[...] de um seleto grupo de mulheres brancas casadas, com formação universitária, de classe média e alta – donas de casa entediadas com o lazer, a casa, os filhos, as compras, que queriam mais da vida”.

Em seus escritos críticos, hooks (2015) advoga que o feminismo de Friedan ignorou as opressões de mulheres inseridas em outras vivências e classes sociais.

Ela não falou das necessidades das mulheres sem homem, sem filhos, sem lar, ignorou a existência de todas as mulheres não brancas e das brancas pobres, e não disse aos leitores se era mais gratificante ser empregada, babá, operária, secretária ou uma prostituta do que ser dona de casa da classe abastada. Friedan transformou suas dificuldades e as de mulheres brancas como ela em sinônimo de uma condição que afetaria todas as mulheres nos Estados Unidos (HOOKS, 2015, p.194).

Apesar de considerar que as dificuldades das mulheres brancas, casadas e de classe média são reais e necessitam de atenção, hooks (2015) acredita que essa realidade está longe de representar a massa de mulheres que, além de lutarem diariamente por sua sobrevivência e de suas famílias, ainda sofrem a opressão de raça, para além das de gênero e econômica.

Evidentemente que analisar o feminismo negro no interior do movimento feminista renderia um capítulo à parte, dada a riqueza e a contribuição das feministas negras aos questionamentos acerca da vivência feminina, em especial a vivência feminina negra ao longo da história das mulheres. As feministas negras, em geral, destacam que suas vidas são marcadas pelo racismo, pela precariedade, escassez econômica, pela falta de privilégios e, sobretudo, por ocuparem a posição de menor prestígio na escala social. Assim, sua produção acadêmica, quando existente, busca, em sua grande maioria, denunciar como a desigualdade de raça potencializa a desigualdade de gênero.

Miguel (2014) compreende que a relação entre o movimento feminista e o movimento negro sempre ocorreu de forma complexa:

Por um lado, a ordem que combatem é a mesma, simultaneamente sexista e racista (além de classista). Por outro [...] há uma associação entre raça e classe

⁴³ Pseudônimo da escritora estadunidense Gloria Jean Watkins (1952-2021). É grafado em letras minúsculas, pois considerava que as ideias devem ter mais destaque que os indivíduos que as escrevem.

social que não se verifica em relação a gênero: ainda que a posição dominada, mulheres estão presentes nos extratos mais ricos da população similar à dos homens (p.87-8).

Além disso, não se pode ignorar o fato de que, tradicionalmente, as mulheres identificadas no imaginário social como feministas são as mulheres brancas, escolarizadas e filhas das elites.

É também no final década de 1960 que despontará a discussão em torno do conceito de gênero. Assim, Louro (2014) ressalta que as feministas anglo-saxãs iniciaram o uso do termo *gender* a fim de rejeitarem o determinismo biológico como forma única de diferenciação entre homens e mulheres. Ao contrário do que muitos possam imaginar, o conceito de gênero não foi elaborado por uma mulher. Conforme afirma Tomaz Tadeu da Silva (2016), o termo gênero foi utilizado pela primeira vez, no sentido próximo ao que se utiliza atualmente, pelo biólogo John Money (1921-2006), em 1955. No entanto, sua popularização ocorreu a partir da publicação da obra “*Sex and gender*”, em 1968, de autoria do psicanalista estadunidense Robert Stoller (1924-1991), que baseou suas ideias nos estudos de Money para compreender a manifestação da masculinidade e feminilidade nos indivíduos (COSSI, 2018). É a partir de Stoller que de fato o referido termo passará a ser utilizado pelas feministas, sendo que a antropóloga Gale Rubin é considerada a pioneira no feminismo em adotar o conceito de gênero (SAFFIOTI, 2004).

Conforme esclarece Safiotti (2004), no fim dos anos de 1980 já circulava no Brasil a cópia do artigo⁴⁴ de Joan Wallach Scott, de 1986, refletindo acerca do conceito de gênero nos estudos históricos, intitulado “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Nesse texto, Scott⁴⁵ aponta o gênero como uma categoria útil de análise que amplia as possibilidades de estudos no feminismo para além do conceito de patriarcado.

Em sua acepção mais básica, o conceito de gênero enfatiza não são somente as características sexuais que determinam a diferença entre homens e mulheres, mas a interpretação social que se faz dessas diferenças.

[...] não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. [...] O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são ‘trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico’ (LOURO, 1997, p. 22).

⁴⁴ Originalmente publicado em 1986 na *American Historical Review* sob o título “*Gender a Useful Category of Historical Analysis*”.

⁴⁵ No Brasil, o texto de Scott foi traduzido apenas em 1990, aspecto que colaborou para que a categoria de gênero fosse amplamente difundida no país naquele período.

Assim, enquanto o termo sexo é utilizado para destacar a anatomia e a fisiologia da espécie humana reconhecida como macho/fêmea, além da própria atividade sexual, o termo gênero, por sua vez, focará nos aspectos culturais do ser homem/mulher, haja vista que tais qualidades não são dadas pela natureza, existindo apenas na dimensão cultural.

As primeiras formulações acerca do gênero provêm das feministas que procuraram analisar as relações entre homens e mulheres com o olhar voltado à relação de poder existente:

[...] a noção de gênero como uma construção social teve como objetivo analisar a relação de mulheres e homens em termos de desigualdade e poder. A ideia foi que gênero aplicava-se a todos, que era um sistema de organização social, que não havia ninguém fora disso. Gênero era sobre mulheres e homens, sobre como os traços atribuídos para cada sexo justificavam os diferentes tratamentos que cada um recebia, como eles naturalizavam o que era fato social, econômico e desigualdades políticas, como eles condensavam variedades da feminilidade e masculinidade em um sistema binário, hierarquicamente arranjado (SCOTT, 2012, p. 333).

Ainda conforme Scott (2012), os estudos de gênero estiveram tão ligados à figura feminina que no imaginário popular, e mesmo na mídia, existe uma clara associação entre os termos mulheres e gênero. Assim, a autora enfatiza que essa identificação é relacionada, por um lado, à luta das feministas para retirar a discussão acerca da relação entre homens e mulheres do campo biológico (assentando-se na ideia de que anatomia não é destino) e, por outro, à própria noção que se criou de que existe uma identidade feminina que transcenderia a própria cultura (remetendo ao que exatamente era negado, isto é, a natureza na definição da identidade). O que se percebe é que existem diferentes designações do que seriam as mulheres e quais as funções que elas devem desempenhar no seio da sociedade.

Muito embora os estudos de gênero tenham sido fortemente associados ao feminino, o gênero é uma categoria relacional, ou seja, se refere tanto aos homens quanto às mulheres. Ao se propor o estudo do feminino em relação ao masculino na sociedade, levam-se em consideração também as diferenças existentes entre os sujeitos de localidades e períodos históricos distintos.

De acordo com Vazquez (2017), a grande contribuição de Scott aos estudos de gênero foi propor se tratar o gênero não como um tema ou objeto de estudo, mas como uma categoria analítica. Ao destacar o gênero como categoria analítica, Joan Scott colaborou para que as análises feministas fossem além do conceito de patriarcado.

Acerca do conceito de gênero, Saffioti (2004) esclarece que nas pesquisas acadêmicas, cada feminista enfatizará um ou outro aspecto do conceito de gênero, porém, o entendimento

basilar compartilhado se funda na ideia elementar de gênero enquanto construção social do masculino e do feminino.

A intensa e contínua luta das feministas nos âmbitos social, político e acadêmico criou condições para que cada vez mais as questões femininas e, posteriormente, de relações de gênero se tornassem referenciais para a criação de políticas públicas. Um reflexo de destaque desse movimento são os eventos promovidos pela ONU a partir de meados da década de 1970.

Assim, a ONU declarou o ano de 1975⁴⁶ como o Ano Internacional da Mulher – transformando-se posteriormente na Década da Mulher (1975 – 1985), – fomentando a discussão de gênero em diferentes aspectos da vida em sociedade. A década da mulher representou a força política conquistada pelo feminismo da segunda onda, denotando assim a sua influência em nível internacional. A partir do Ano da Mulher, a ONU iniciou uma série de conferências mundiais com o propósito de intensificar o debate internacional acerca da problemática feminina no mundo:

- **1975 - Ano Internacional da Mulher** – momento de realização da I Conferência Mundial da Mulher sob o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”. Realizada na Cidade do México, nessa primeira conferência foi aprovado o plano que nortearia os governos e a comunidade internacional a partir do decênio (1976-1985), destacando, dentre muitos pontos, a plena participação social das mulheres e sua contribuição para a paz mundial. Contou com a participação de 133 delegações, das quais 113 eram lideradas por mulheres. O Fórum de Organizações Não-Governamentais contou com a participação de 4000 ativistas. Nessa conferência foi criado o Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para a Década da Mulher.

Ao final de duas décadas de luta do movimento feminista, em 1979 a Assembleia Geral da ONU aprovou a *Convencion on the elimination of all forms of discrimination against women* (CEDAW)⁴⁷, sendo ratificada pelo Brasil em 1982, com reservas⁴⁸, em virtude do capítulo da família.

Diante do percurso histórico revisitado verifica-se que enquanto na “primeira onda”, a questão da *igualdade* se sobreporia à de *diferença*, a partir da segunda metade da década de 1970, o foco das feministas se voltaria à questão da diferença.

⁴⁶ Nesse mesmo ano, a ONU também instituiu o 8 de março como o Dia internacional da Mulher. (BLAY, 2001).

⁴⁷ Em língua portuguesa: Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher.

⁴⁸ Em 1988, tais reservas foram retiradas devido à noção de igualdade no casamento regulamentada pela CF.

Atribuindo à diferença uma valência positiva, as feministas direcionaram sua luta em prol da *igualdade na diferença*. Passou-se então a falar de *diferença cultural, cultura feminina, experiência feminina, reconhecimento da diversidade cultural de gênero* e assim por diante (ARAÚJO, 2005, p. 46).

O enfoque da *igualdade na diferença* trouxe a possibilidade de se produzir novas relações de gênero, abrindo novas oportunidades de vivências e comportamentos para homens e mulheres.

3.1.3 Terceira geração feminista

A atuação da terceira geração feminista tem início em meados dos anos de 1980 e se prolonga até a primeira década do século XXI. Nesse período, a ONU seguiu realizando conferências entre 1980 e 1995 para discutir a igualdade no mundo:

- **1980 – II Conferência Mundial da Mulher**, sob o lema “Educação, Emprego e Saúde”. Ocorreu em Copenhague, na Dinamarca, com destaque para a baixa participação de homens no processo de igualdade, bem como a falta de esforços por parte dos Estados no enfrentamento da desigualdade. Dentre os tópicos debatidos, destacaram-se a necessidade de garantia da propriedade as mulheres, melhoria dos direitos em relação à herança, guarda dos filhos e nascimento. Além disso, foram apontadas medidas jurídicas para a garantia da participação social e política das mulheres.
- **1985 – III Conferência Mundial sobre a Mulher**, com o tema central “Estratégias Orientadas ao Futuro, para o Desenvolvimento da Mulher até o Ano 2000”. Os países participantes se reuniram para a terceira conferência em Nairóbi, capital do Quênia, com um balanço do fim do decênio no qual se constatou que poucas metas haviam sido alcançadas. Assim, destacou-se a necessidade de ampliação da participação feminina na produção da riqueza no mundo. Enfatizaram-se a educação, o acesso ao trabalho e a saúde da mulher como elementos fundamentais na luta pela igualdade.
- **1993 – Declaração e Programa de Ação da 2ª Conferência Internacional de Direitos Humanos**, realizada em Viena, destacou-se pelo reconhecimento dos direitos das mulheres e meninas como parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais.

- **1994** – Por influência das feministas, durante a **Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD)**, na cidade do Cairo, Egito, a ONU utiliza o termo gênero pela primeira vez (CORRÊA, 2018). Conforme destaca Pitanguy (2019), nesse momento também se inaugura a utilização dos termos direitos reprodutivos e empoderamento pelas Nações Unidas, além de se reconhecer a diversidade familiar.

No tocante ao aborto, situa esse procedimento no âmbito da saúde pública e insta governos a realizarem esse procedimento de forma seguras nos casos previstos por lei, bem como a oferecerem cuidados médicos a todas as vítimas de abortamento inseguro. (PITANGUY, 2019, p. 91)

Além de incluir o conceito de saúde reprodutiva, a conferência do Cairo destacou metas de redução de morte materna e infantil.

- **1994 - Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher**, realizada em Belém, no Estado do Pará, indicou a violência contra a mulher não só como um violação de direitos humanos, mas também como uma manifestação das relações históricas de poder desiguais entre os gêneros;
- **1995 – IV Conferência Mundial sobre a Mulher**, com o tema “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”. A quarta conferência foi em Pequim, na China, em que se definiu o conceito de gênero, além de se enfatizarem o empoderamento⁴⁹ feminino e a necessidade de as políticas públicas serem formuladas a partir de uma perspectiva de gênero. A partir de Pequim, a ONU mudou o foco da mulher para o conceito de gênero, ou seja, a agência destacou que para compreender a questão da desigualdade feminina, seria necessário analisar de forma profunda as relações sociais entre homens e mulheres. Além disso, a quarta conferência reafirmou os direitos das mulheres como direitos humanos. Nessa conferência também se destacou a necessidade de se fomentar o uso das TDIC’s para o empoderamento feminino. (NATANSOHN, 2013)

Nos anos de 1990, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930 – 2002) publicará a obra intitulada “Dominação Masculina”, na qual analisa a desigualdade simbólica e cultural entre

⁴⁹ “A noção de empoderamento das mulheres indica uma constante atividade de mobilização política em todas as direções – Estado, sociedade e relações interpessoais para mudar políticas, leis, comportamento e valores discriminatórios e construir uma sociedade verdadeiramente plural e democrática.” (BARSTED, 2016, p.22-23).

homens e mulheres. Apesar de não utilizar propriamente o termo gênero em seus escritos, Bourdieu se aproxima da compreensão feminista acerca da desigualdade social dos sexos. O estudioso francês recebeu inúmeras críticas das feministas. Em geral, as críticas a esse autor se deram nos seguintes três principais aspectos: seu lugar de intelectual branco dominante, sua atitude de ignorar toda a produção feminista dos estudos de gênero em suas análises e, por fim, seu argumento de que as mulheres, enquanto indivíduos dominados, haviam internalizado os esquemas de dominação como *habitus* (sistema de disposições adquiridas que internalizam a estrutura social), permitindo a interpretação de que as mulheres seriam culpadas pelos processos de dominação (SCAVONE, 2008). Apesar das críticas, o autor ainda é frequentemente referenciado nos estudos de gênero.

Apesar das relevantes contribuições de Bourdieu, os estudos de gênero da terceira geração foram marcados pelas reflexões da filósofa pós-estruturalista estadunidense Judith Butler e pelas feministas negras por meio da análise interseccional, perspectiva sistematizada por Kimberlé Crenshaw, além de outras abordagens analíticas.

O feminismo interseccional articula as diferentes pautas das minorias sociais. A corrente foi apresentada em 1989, quando o termo foi inicialmente usado pela professora Kimberlé Crenshaw, no artigo intitulado “Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e políticas antirracistas”, para designar a justaposição entre as opressões sofridas em razão de raça, classe e gênero. No artigo intitulado “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”, publicado no Brasil em 2002, a autora exhibe uma conceituação da interseccionalidade:

Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177).

Desse modo, a autora propõe que as pesquisas considerem o fato de que como as opressões de classe, raça, gênero e etnia se sobrepõem, as mulheres racializadas geralmente se encontram nesse cruzamento, sofrendo, concomitantemente, com o racismo ou a xenofobia, a discriminação de classe e de gênero (CRENSHAW, 2002).

Muito embora a questão da sexualidade sempre esteve atrelada às pautas, discussões e análises feministas, foi somente a partir da década de 1980 que o feminismo ampliou o debate

em torno da sexualidade, sobretudo em torno da questão da heteronormatividade compulsória. A partir desse período, também parte das estudiosas de gênero passou a olhar para o gênero para além do binarismo masculino/feminino.

É bem verdade que embora esses estudos datem do final do século XX, mais precisamente no final da década de 1980, as reflexões que os sustentam começaram a ser gestadas nas décadas anteriores, sobretudo no contexto dos movimentos de contracultura nos EUA, tal como já abordado anteriormente, os quais pressionaram pela inclusão de novos temas e sujeitos epistemológicos no campo acadêmico.

O momento histórico no qual ocorre o impulso crítico acerca das questões de gênero e o questionamento da heterossexualidade como norma apontava mudanças geopolíticas importantes no mundo, com destaque para a queda do muro de Berlim na Alemanha, em 1989, e o fim da utopia socialista com a derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991. Conforme explicita Goés (2015), tais eventos, além de significarem um desfecho de vitória estadunidense na afamada Guerra Fria, colaboraram para um declínio do pensamento marxista entre aqueles que defendiam um pensamento mais radical.

Além do contexto macro que sinaliza mudanças intensas na geopolítica mundial, a emergência de saúde internacional devido à epidemia do/da HIV/AIDS (vírus da imunodeficiência humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) colaborará para a elaboração de análises inovadoras acerca da homossexualidade e, conseqüentemente, acerca das relações de gênero na sociedade. Tal qual expõe o professor e pesquisador Richard Miskolci (2012), a epidemia de HIV causou impacto não somente na saúde como também nas vivências sexuais dos indivíduos, visto que a infecção viral, desde o seu início, foi tratada como uma enfermidade do rol das doenças sexualmente transmissíveis (DST's).

A epidemia de Aids se apresenta assim como um fator relevante para os estudos de gênero e sexualidade à medida em que os discursos moralizantes à época ao mesmo tempo culpavam os homossexuais pelas altas taxas de transmissão, sem promoverem, por outro lado, políticas de tratamento médico e hospitalar aos infectados. Esse cenário ocorreu principalmente nos Estados Unidos⁵⁰, cujo presidente no período era o republicano Ronald Regan (1911-2004), que parecia não levar a sério a problemática: “As conversas entre o assessor de imprensa de Reagan e repórteres em 1982 e 1983 indicam que as principais autoridades do país e a sociedade

⁵⁰ Apesar do descaso do governo dos EUA em relação aos contaminados com o vírus HIV, no Brasil, a transição para a democracia e o debate para a criação de um sistema público e universal, para o atendimento em saúde, colaborou para que o país viesse a se tornar referência internacional no tratamento dessa enfermidade. (MISKOLCI, 2014).

em geral viam a doença como uma piada e não como um assunto de grande preocupação” (KAUR, 2021).

Apesar de o vírus ter infectado também usuários de drogas, mulheres e hemofílicos, a doença ficou fortemente associada à comunidade homossexual, sendo denominada por alguns pela alcunha pejorativa de “peste *gay*” ou “câncer *gay*”.

A epidemia de aids mostrou que, na primeira oportunidade, os valores conservadores e os grupos sociais interessados em manter as tradições se voltaram contra as vanguardas sociais. Daí parte do movimento *gay* e lésbico ter se tornado muito mais radical do que o anterior, criticando os próprios fundamentos de sua luta política. A aids, portanto, foi um catalizador biopolítico que gerou formas de resistência mais astutas e radicais [...] (MISKOLCI, p.17, 2014).

De certa forma, a epidemia de Aids foi um elemento de renovação da homofobia na sociedade, pois se apresentava como uma justificativa “aceitável” para a discriminação. Esse contexto se relaciona com a emergência do que contemporaneamente se denomina de Teoria *Queer*⁵¹, cujas bases se vinculam à crítica da filosofia e às análises sociais acerca do gênero.

O estranhamento *queer* com relação à teoria social derivava do fato de que, ao menos até a década de 1990, as ciências sociais tratavam a ordem social como sinônimo de heterossexualidade. O pressuposto heterossexista do pensamento sociológico era patente até nas investigações sobre sexualidades não-hegemônicas (MISKOLCI, 2009, p.151).

O estudioso ainda esclarece que o termo “*queer*” até então era utilizado de forma ofensiva para destacar aquilo que estava fora do que era considerado a “normalidade”, denotando ainda ideia de perversão. A própria origem da palavra é carregada de sentido negativo:

A palavra *queer* tem uma longa história; ela existe na língua inglesa por mais de quatro séculos e todo esse tempo carregou denotações e conotações negativas: estranho, esquisito, estranho, excêntrico, de caráter dúbio ou questionável, vulgar (nos romances de Dickens, *Queer Street* era o nome de uma parte de Londres onde as pessoas pobres, doentes e endividadas viviam). (LAURETIS, 2019, p.397).

Tal qual indica Miguel (2014), *queer* também se relacionava à ideia de “estranho”, sendo um termo utilizado como xingamento para sujeitos homossexuais, “[...] *queers* eram os gays afeminados, as lésbicas masculinizadas, as travestis, as pessoas andróginas e todos os

⁵¹ O uso primário da expressão “*Queer Theory*” é atribuído à estudiosa italiana Teresa de Lauretis em uma conferência na Califórnia em 1990.

sujeitos que não estavam de acordo com os padrões heterossexuais e cisgêneros (ALCKIMIN, 2016, p.4). A motivação de Lauretis pela escolha do termo *queer* se vinculava à tentativa da autora de utilizar um termo que unificasse gays e lésbicas em vez de rotular e separar os diferentes grupos do espectro da diversidade, além disso, o termo também se apresentava como uma alternativa aos conceitos clássicos de gênero/sexualidade, buscando superar a clássica dicotomia homem/mulher.

Autodenominar-se *queer* era fazer de um termo negativo e que deveria causar vergonha uma forma de combate às forças normalizadoras cujo intuito de exclusão e até mesmo eliminação de dissidentes sexuais e de gênero era patente (MISKOLCI, 2014, p. 9-10).

A “História da Sexualidade”, publicada em 1976 pelo filósofo francês Michel Foucault (1926-1984), se apresenta como um dos textos basilares para a construção do pensamento *queer*. Em seu famoso texto, Foucault analisa os mecanismos sociais históricos de controle e repressão da sexualidade. As análises foucaultianas acerca da sexualidade inauguraram a possibilidade de estudar a sexualidade de um ponto de vista não patológico (ALCKIMIN, 2016).

Além de Michel Foucault, a Teoria *Queer* recebeu influência dos filósofos franceses Gilles Deleuze (1925-1995) e Felix Guattari (1930-1992), com a publicação de *L'Anti-Œdipe: Capitalisme et schizophrénie*⁵²- O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia, em 1972, e Guy Hocquenghem (1946-1988), que também na década de 1970 publicou a obra *Le Désir homosexuel* - O desejo homossexual.

O campo feminista também sofreu influência da teoria *queer*, sendo expressa por meio dos escritos da antropóloga feminista Gayle Rubin, dos textos da escritora francesa Monique Wittig (1935-2003) e da estadunidense Adrienne Rich (1929-2012), que, no final da década de 1980, questionavam a heteronormatividade.

Miskolci (2014) argumenta que as ciências sociais e humanidades em geral construíram seus pressupostos teóricos assentados na noção da heterossexualidade presumida para analisar os fenômenos sociais. E mesmo que a psicanálise tenha despatologizado o desejo homossexual, a ideia do desenvolvimento sexual como “desejável” permaneceu.

Touraine (2010) considera que a teoria *queer* representa uma crítica filosófica radical sobre a questão de gênero. “Em suma, a Teoria *Queer* provê ferramentas conceituais e teóricas

⁵² Ao lado de *Mille Plateaux* /Mil Platôs, publicado posteriormente em 1980, compõe a coletânea de dois volumes intitulada “Capitalismo e Esquizofrenia”.

para desconstruir ontologias do social e da cultura construídas em uma perspectiva masculinista e heterossexual”. (MISKOLCI, 2014, p. 17-8).

Assim, os teóricos *queer*, embora reconheçam a importância das teóricas feministas, defendem que tal perspectiva avança em relação ao gênero, pois,

[...] denunciaram no gênero uma formalização da dominação masculina e a mesma a serviço de um modelo hegemônico de sexualidade: a relação heterossexual dominada pelo homem e sobre o qual se funda a família moderna (TOURAINÉ, 2010, p. 58).

Butler (2022) critica a ideia presente na teoria feminista de que existe uma identidade definida. Em vez de uma identidade de gênero, ela identifica uma construção performativa baseada em “[...] atos de gênero que rompem as categorias de corpo, sexo, gênero e sexualidade, ocasionando sua re-significação subversiva e sua proliferação além da estrutura binária (BUTLER, 2022, p. 12-13)”.

Em virtude de sua passagem pelo Brasil no ano de 2017, quando recebeu inúmeros ataques de fundamentalistas, Butler escreveu um texto com o propósito de ampliar o diálogo em torno de suas reflexões sobre gênero. Assim, destaca que suas análises acerca da performatividade de gênero se relacionam

Às vezes, com a atribuição do gênero, um conjunto de expectativas é transmitido: esta é uma menina, então ela vai, quando crescer, assumir o papel tradicional da mulher na família e no trabalho; este é um menino, então ele assumirá uma posição previsível na sociedade como homem. No entanto, muitas pessoas sofrem dificuldades com sua atribuição — são pessoas que não querem atender aquelas expectativas, e a percepção que têm de si próprias difere da atribuição social que lhes foi dada. A dúvida que surge com essa situação é a seguinte: em que medida jovens e adultos são livres para construir o significado de sua atribuição de gênero? Eles nascem na sociedade, mas também são atores sociais e podem trabalhar dentro das normas sociais para moldar suas vidas de maneira que sejam mais vivíveis. E instituições sociais, incluindo instituições religiosas, escolas e serviços sociais e psicológicos, também deveriam ter capacidade de apoiar essas pessoas em seu processo de descobrir como viver melhor com seu corpo, buscar realizar seus desejos e criar relações que lhes sejam proveitosas. Algumas pessoas vivem em paz com o gênero que lhes foi atribuído, mas outras sofrem quando são obrigadas a se conformar com normas sociais que anulam o senso mais profundo de quem são e quem desejam ser. Para essas pessoas é uma necessidade urgente criar as condições para uma vida possível de viver. (BUTLER, 2017, n.p).

O excerto deixa claro que a filósofa defende uma ideia radical de liberdade individual em relação às expressões de gênero e à sexualidade, ou seja, suas reflexões buscavam, segundo as suas próprias palavras, “[...] gerar mais liberdade e aceitação para a gama ampla de

identificações de gênero e desejos que constitui nossa complexidade como seres humanos”. (BUTLER, 2017, n.p).

Ao se retomar o percurso do movimento feminista, observa-se que as conquistas legais femininas se vinculam à ação e reivindicação dos movimentos de mulheres iniciados a partir no início do século XX em diversos países, com uma articulação internacional na construção de uma agenda em prol dos direitos humanos das mulheres. Como foi possível observar, a sociedade avançou no que tange à emancipação feminina. A trajetória do movimento feminista, em seus aspectos mais significativos, também revela que, de forma tanto individual quanto coletiva, as mulheres representam o grupo social que teve o maior reconhecimento de seus direitos. Impulsionadas pelas reivindicações feministas, as mulheres conquistaram o direito de votar e de serem votadas e, assim, participarem como protagonistas da vida política. Ao longo de anos de luta também adquiriram o direito de estudar e seguir uma série de carreiras profissionais das quais estiveram excluídas historicamente. Obtiveram ainda o direito ao divórcio e à maternidade como possibilidade, aspecto que também representou um avanço na pauta da liberdade sexual.

Além dessas conquistas, a crítica feminista colaborou para representações alternativas sobre homens e mulheres, tendo também

[...] permitido aos homens se libertarem do peso do machismo e às mulheres se libertarem do imperativo do feminino, ambos podendo ser sensíveis, objetivos, fortes, inseguros, dependentes, independentes, com liberdade e autonomia, e não seguirem imperativos categóricos determinados pelo gênero. É assim que se concretiza a idéia de gênero como construção social. (ARAÚJO, 2005, p. 46).

Desse modo, verifica-se que os estudos feministas apresentaram uma visão ampla acerca do “ser” mulher, destacando que elas podem exercer inúmeros papéis sociais, para além de esposa/mãe, buscando ainda explicitar a diversidade feminina em detrimento de uma visão universalista. (BLAY, 2019).

As lutas feministas também tiveram reflexos em diferentes esferas da sociedade, sendo observadas transformações inclusive nas dinâmicas familiares. Nesse sentido, Blay (2010) destaca que há cerca de trinta anos os homens que eram pais sequer chegavam perto de seus filhos:

[...] vocês não viam um homem de qualquer idade sair na rua com uma criança, empurrar um carrinho, trocar fralda, isso era tarefa de mulheres. Você sai à rua, você vê criança carregada no peito do pai, a criançinha aconchegada no seu colo [...] o pai passa a ter até um prazer de ter esse contato físico com os

filhos. Isso foi uma conquista das mulheres, no momento em que elas disseram: ‘nós não queremos o monopólio do carinho’ (BLAY, 2010, p. 14).

No rol de transformações impulsionadas pela militância feminista também é possível observar a notável mudança da publicidade em relação às mulheres e sua atuação no arranjo familiar. Assim, a imagem da mulher solitária, dona de casa, responsável pelos filhos, dá lugar à imagem do casal moderno que compartilha as tarefas e cuida dos filhos em parceria (MORENO, 1999).

O conceito de gênero foi amplamente incorporado nos estudos científicos, colaborando para que se criasse uma série de inovações em decorrência de sua utilização analítica.

Ao se incluir a diversidade de gênero no conteúdo das pesquisas e entre os pesquisadores, observaram-se importantes consequências: muitos medicamentos foram banidos, pois partiam de experiências em que a base da pesquisa eram animais, células e tecidos de apenas um gênero. Refazendo-se os experimentos e diversificando a amostra, observou-se que os resultados indicavam, por exemplo, diferenças nas dosagens para homens ou para mulheres. As pesquisas ligadas ao coração mostraram que os sintomas apresentados por mulheres eram diferentes daqueles dos homens. O mesmo aconteceu com as pesquisas relativas a fraturas ósseas em homens e mulheres. Neste último caso, observou-se que se ‘supunha’ serem as mulheres mais frágeis que os homens e por isso com elas ocorriam maiores danos. Verificou-se que essa visão omitia o fato de que os homens também apresentavam osteoporoses e, infelizmente, tardou-se muito em enfrentar o problema no caso deles. (BLAY, 2019, p.69).

Por meio das reflexões empreendidas nesse subtópico, consta-se que ao longo dos anos, o feminismo não abandonou a luta pela dignidade feminina. Ainda que a luta seja marcada por avanços e retrocessos, na contemporaneidade a mulher tem mais liberdade que em qualquer época anterior.

O movimento feminista transformou profundamente a condição das mulheres em diversos países e permanece mobilizado lá onde a dominação masculina ainda conserva sua força. É cada vez mais raro que o reconhecimento de suas conquistas e de suas lutas a favor da liberdade e da igualdade não seja levado em conta. Entre os cidadãos dos países ocidentais, somente um pequeno número rejeita as conquistas e as ideias do feminino (TOURAINÉ, 2010, p.19).

O percurso histórico apresentado é revelador dos inúmeros avanços em relação à questão feminina e que outros tantos estão em curso apontando para um contexto de transformação social permanente. Mesmo que ainda exista preconceito contra o termo feminismo, em todo o mundo tem aumentado o número de homens e mulheres que se assumem como feministas (PEDRO, 2020). Como bem pontua Haraway (2020), foi às custas de muita

insistência e resistência que no contexto vigente o termo feminista não tenha sido transformado em um insulto.

3.2 O FEMINISMO NO CONTEXTO BRASILEIRO

O movimento de mulheres do Brasil é um dos mais respeitados do mundo e referência fundamental em certos temas do interesse das mulheres no plano internacional. É também um dos movimentos com melhor performance dentre os movimentos sociais do país (CARNEIRO, S., 2003, p.117).

A epígrafe acima com a qual é iniciada a presente subseção indica não só a relevância como também parte do alcance do feminismo no contexto nacional, que tem enfrentado inúmeros embates, levantado bandeiras e adquirido conquistas relevantes para as mulheres brasileiras ao longo dos anos.

Tão necessário quanto conhecer a luta das mulheres no mundo é compreender os reflexos dessa militância no contexto nacional, apesar de em grande medida o movimento de mulheres ter se inspirado em e estabelecido diálogo com as feministas de outros países, o feminismo no Brasil possui características singulares que lhe dão uma identidade própria na luta em um contexto mais amplo.

3.2.1 Primeira geração de feministas brasileiras

A história das mulheres na América portuguesa ainda está em processo de construção. No entanto, alguns trabalhos pioneiros já identificam que a situação feminina a partir de 1500 é marcada pela opressão masculina, praticada, sobretudo, pelas figuras dos homens colonizadores e religiosos. Os estudos têm demonstrado que a partir do século XVI, inicialmente as mulheres indígenas, seguidas das mulheres brancas e posteriormente das mulheres negras escravizadas, viveram uma situação de submissão e violência. A formação da mulher brasileira retoma ao contexto histórico de fundação do país baseada no patriarcado e na escravidão. Mesmo as mulheres brancas, que de forma limitada gozaram de certos privilégios em relação aos grupos de mulheres indígenas e escravizadas, estiveram excluídas da vida pública.

Tal como ocorreu no restante do mundo, o movimento feminista nacional surge no contexto de reivindicação das mulheres pelo direito ao voto. Mulheres estas que também atendiam ao perfil das *sufrajetes* europeias/estadunidenses, ou seja, brancas e ocidentais (CARNEIRO, S., 2003). Inclusive, foi a luta das feministas estadunidenses que influenciou e

inspirou o movimento pelo sufrágio nos contextos nacional e latino-americano. (ALVES, B., 2019; TELES, 1993).

As *sufrajetes* brasileiras eram de origem burguesa e foram lideradas pela bióloga paulistana Berta Lutz (1894-1976), no início do século XX, que, além de participar ativamente na luta pelo sufrágio, foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino:

[...] organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro (PINTO, 2010, p.16).

Como reconhece Blay (2001), uma das estratégias de maior ousadia desse grupo pioneiro foi a distribuição de panfletos por meio de um avião sobre o Rio de Janeiro em plena década de 1920. Após inúmeras pressões, “o direito ao voto feminino foi concedido em 1933 por ele e garantido na Constituição de 1934. Mas só veio a ser posto em prática com a queda da ditadura getulista, e as mulheres brasileiras votaram pela primeira vez em 1945”. (BLAY, 2001, p. 606).

3.2.2 Segunda geração de feministas brasileiras

Conforme destaca Pedro (2015), apesar de ter existido articulações e discussões anteriores⁵³, o marco da “segunda onda” do feminismo nacional seria o ano de 1975. Mesmo sendo um período de autoritarismos e de pouca liberdade para reivindicações dos movimentos sociais, foi também um momento de grande engajamento do movimento feminista.

Com a ascensão do poder militar no Brasil, em 1964, as mulheres brasileiras passaram a vivenciar de forma mais intensa o autoritarismo e a repressão, sobretudo aquelas que militavam politicamente. Ademais, “[...] os jornais, filmes, obras teatrais e musicais estavam sob censura prévia, e as manifestações e reuniões políticas eram duramente reprimidas” (MORAES, 2020, p. 16).

Conforme indica Pinto (2010), o golpe foi considerado moderado no início e ganhou o status de ditadura a partir do Ato Institucional nº 5 (AI 5), o que concorreu para que inúmeras

⁵³ Sob o signo do golpe em 1967, a estudiosa Heleieth Saffioti (1934 - 2010), orientada por Florestan Fernandes (1920-1995), defendeu sua tese de livre docência. Trabalho este que posteriormente foi publicado em livro, sob o título “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”, em que analisa a situação feminina a partir de uma análise marxista pioneira no país.

mulheres passassem a viver na clandestinidade como forma de resistirem ao autoritarismo de Estado e, simultaneamente, lutarem por uma nova configuração social e política.

Mesmo diante das restrições impostas, de forma ousada e vanguardista as mulheres periféricas se organizaram e começaram a protestar nas ruas contra a carestia por meio do Movimento do Custo de Vida, o primeiro a protestar após o AI 5 (TELES; LEITE, 2013).

Muitas das mulheres militantes no período eram jovens estudantes de classe média e integravam o movimento estudantil.

Em 1968, a União Nacional dos Estudantes (UNE) organizou um grande encontro clandestino em um sítio em Ibiúna, no interior paulista. Descoberto pelas forças repressivas, o evento terminou com prisão de mais de mil lideranças estudantis. Destas, 157 eram mulheres (MORAES, 2015, p. 16).

Uma das características das feministas brasileiras é que além de militarem no movimento estudantil, muitas eram também vinculadas ao Partido Comunista, atuando em diferentes grupos e articulações políticas clandestinas. Tal fato, no entanto, não impediu que essas mulheres também sofressem com o machismo de esquerda.

Outras optaram pela luta armada e subverteram a representação vigente do “ser mulher” ao empunharem armas e participarem dos movimentos de guerrilha urbana/rural. Conforme esclarece Teles (1993), as mulheres participaram da guerrilha de 1969 até 1974, tendo de enfrentar preconceito de gênero também por parte de seus companheiros de luta, “[...] tanto pela superproteção como pela subestimação de sua capacidade física e intelectual. Quando caíram nas mãos do inimigo, enfrentaram a tortura e seus algozes aproveitaram-se delas para prática de violência sexual” (TELES, 1993, p. 71).

A história ainda revela que as mulheres militantes no período de vigência do militarismo no país foram vítimas de uma série de violação de direitos humanos. Muitas foram presas, torturadas, estupradas e até assassinadas. Há relatos desse período de mulheres que tiveram seus filhos sequestrados, tendo casos em que chegaram a dar à luz na prisão sob ameaça de tortura (TELES; LEITE, 2013).

Para algumas historiadoras e estudiosas de gênero do país, 1975 pode ser considerado o início da “segunda onda” feminista no contexto nacional. Verifica-se, assim, conforme esclarece Gohn (2007), que o Brasil, dadas as suas características *sui generis*, entrou tardiamente nesse segundo momento da luta feminista em comparação às realidades estadunidense e europeia. Ainda que tenha entrado de forma tardia no contexto de luta feminista mundial, o Brasil não deixou de receber influência dos movimentos de contestação estadunidenses da década de 1960-70.

Nesse período, o exílio também marcará a vida de várias brasileiras que, devido às suas convicções políticas/ideológicas, tiveram de deixar o país, seguindo para países da Europa, África, América Latina e os EUA. Durante o exílio, muitas dessas ativistas passaram a participar e/ou organizar grupos de reflexão em torno da problemática feminina.

Esses grupos eram constituídos apenas por mulheres – elas diziam que a presença de homens as inibia – que se reuniam nas casas uma das outras, ou em lugares públicos como cafés, escritórios, bares e bibliotecas para discutir problemas específicos das mulheres e se contrapor ao machismo vigente (PEDRO, 2020, p. 241).

Tais encontros colaboraram para que mais tarde surgissem os denominados grupos de reflexão nos moldes dos que aconteciam no exterior. Além de favorecerem a oficialização de movimentos, esses grupos fomentavam a imprensa feminista nacional por meio da criação dos jornais: *Brasil Mulher* (1975-1980), *Nós Mulheres* (1976-1978) e *o Mulherio* (1981-1988).

Nessa mesma década, a Rede Globo lançou o seriado *Malu Mulher*, cuja vida da protagonista, vivida pela atriz Regina Duarte, evocava diferentes questões que eram discutidas nos diferentes grupos de mulheres existentes à época (CORREA, 2001). O seriado foi exibido entre 1979 e 1980 e apresentava ao público a vida da “[...] personagem Malu, uma socióloga paulistana de classe média, vivendo no contexto urbano, experimentava, rodeada por contradições a independência feminina, o trabalho extradoméstico e a sexualidade” (LANA, 2017, p.1396).

O período entre meados da década de 1970 a 1980 foi marcado tanto pelo processo de redemocratização do Brasil quanto pela luta contra a violência praticada contra as mulheres, as “[...] feministas desenvolveram a campanha *Quem ama não mata*, denunciando a elevada incidência de homicídios de mulheres perpetrados por seus maridos ou companheiros” (PITANGUY, 2019, p. 83). No ano de 1985 seria inaugurada em São Paulo a primeira Delegacia de Defesa da Mulher do Brasil a qual:

[...] atendeu, de imediato, um grande número de mulheres em situação de violência, mostrando que este problema existia, era grave e carecia de um atendimento policial especializado. Logo após esta experiência, foram criadas novas delegacias da mulher em São Paulo. Em vários outros estados, grupos feministas e de mulheres passaram a reivindicar a criação de delegacias da mulher como parte integrante e principal de uma política pública específica à questão da violência contra mulheres. (PASINATO; SANTOS, 2008, p.12).

As mulheres brasileiras também estiveram na vanguarda do Movimento Nacional pela Anistia por meio do Movimento Feminino pela Anistia. De acordo com Teles e Leite (2013), em 1975, Terezinha Zerbini (1928–2015) participou da conferência da ONU no México lendo

um manifesto de mulheres brasileiras a favor da anistia. Sem dúvidas, um dos símbolos de luta de resistência na ditadura é a estilista Zuzu Angel, imortalizada na canção “Angélica”, de Chico Buarque, e que até o dia de sua morte lutou por justiça pelo filho desaparecido.

Toda essa movimentação na década em torno da luta por direitos colaborou para que, no final dos anos de 1970, a temática feminista fosse introduzida no debate, acadêmico surgindo assim as primeiras linhas de pesquisa e grupos em torno do feminismo.

Costa e Sadenberg (1994) apresentam uma cronologia da emergência dos estudos das mulheres no meio acadêmico nacional, destacando as seguintes datas:

- 1979: Cria-se na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) o Grupo de Trabalho (GT): Mulher e Força de Trabalho
- 1980: Inaugura-se também na ANPOCS o GT Mulher e Política;
- 1980: Inaugura-se o primeiro Núcleo de Estudos da Mulher (NEM) na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRJ). Além de ser o primeiro, o NEM inspiraria a criação de outros no país;
- 1981: Surge o Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher (NEDIM), na Universidade Federal do Ceará (UFC);
- 1983: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA);
- 1984: Criaram-se mais três núcleos nas Universidades Federais: do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de Minas Gerais

A luta contra a ditadura militar e pela reabertura democrática do país marcará as feministas brasileiras da segunda onda, mas isso não quer dizer que, assim como as feministas estadunidenses, elas deixaram de reivindicar a luta pelo direito ao mercado de trabalho, pela liberdade sexual e contra o machismo e a violência.

Além de terem papel ativo na campanha pela anistia e para a abertura democrática, as mulheres tiveram uma ação de destaque⁵⁴ na constituinte de 1988, uma vez que o processo de elaboração da nova Constituição Federal contou com diversas participações femininas, muitas delas advogadas, que contribuíram para o rompimento com o Código Civil de 1916, baseado no Direito Canônico, o qual destacava o casamento como único modo de constituição de uma família. No processo de elaboração da Carta Magna, o movimento feminista se mostrou grande e vitorioso, uma vez que conseguiu incluir 80% de suas reivindicações no texto constitucional (CARNEIRO, S., 2003).

⁵⁴ A participação feminina na Constituinte de 1988 ficou conhecida como *lobby* do batom.

Apesar de as pautas do período expressarem reivindicações significativas para as mulheres, as feministas desse período não deixaram de sofrer críticas dentro do próprio movimento dada a contradição a qual vivenciavam. Tal qual ocorreu nos EUA, as feministas brasileiras das camadas médias foram criticadas por seu “elitismo” e condição de classe, que entrava em choque com suas bases ideológicas. (MONTICELLI, 2021).

3.2.3 Terceira geração de feministas brasileiras

Os anos de 1990 se iniciam com a inconveniente pergunta: o feminismo acabou? Após anos de luta e muitas conquistas, observou-se no Brasil um refluxo do movimento de mulheres. Tal qual escreve Pinto (2003), o movimento feminista de então já não tinha a mesma representatividade que teve nos anos de 1970, sendo que esse período é caracterizado pelo que ela denomina de feminismo difuso:

Esse feminismo difuso não tem militantes nem organizações e muitas vezes é defendido por homens e mulheres que não se identificam como feministas. Também não se apresenta como um rol articulado de demandas e posturas em relação à vida privada e pública. Por ser fragmentado e não supor uma ‘doutrina’, é um discurso que transita nas mais diferentes arenas e aparece tanto quando silencia o contador da anedota sexista como quando o programa de um candidato à Presidência da República se preocupa com políticas públicas de proteção aos direitos das mulheres. (PINTO, 2003, p. 93).

Outra característica central do feminismo dos anos de 1990 foi a atuação política das mulheres a partir de ONGs, fundadas por militantes das décadas de 1970 e 1980, as quais, após se tornarem profissionais em diferentes campos de atuação, passaram a atuar de forma institucional e comprometida com causas e recortes populacionais específicos, a exemplo das mulheres negras, mulheres rurais, mulheres soropositivas, prostitutas etc. (PINTO, 2003).

A partir de 1990, com a incorporação da categoria gênero, novos núcleos de estudo e pesquisa começam a surgir no país. “Só nesse ano surgem seis núcleos. Todos eles já incorporando no seu nome a essa categoria, em contraste com os criados na década anterior, que se identificam como Núcleos da Mulher”. (COSTA; SADENBERG, 1994, p. 391).

A trajetória de pesquisa no contexto nacional em muito se assemelha àquela de outros países, uma vez que nesse momento histórico, as pesquisas brasileiras que utilizavam prioritariamente a categoria **mulher** foram gradativamente incorporando e adotando a categoria **gênero**, bem como passaram a analisar questões sobre sexualidade.

Pedro (2008) indica que nos anos da década de 1990, o país já contava com 150 núcleos de estudos de mulheres, feminismo e temas correlatos nas universidades brasileiras. A autora ainda destaca que a ampla e crescente presença dos estudos acadêmicos em torno da problemática feminina, nos anos de 1980/90, se vinculava diretamente ao contexto histórico vivido pelo país à época, quando as universidades se tornaram o maior foco de resistência da ditadura. Na esteira de ampliação da pesquisa de gênero no país, em 1992 surge o periódico *Revista Estudos Feministas*.

Além das ONGs e da expansão do feminismo acadêmico, uma nova característica da militância feminina no período foi a ampliação dos sujeitos feministas, visto que o movimento recebia críticas por ser “excessivamente branco, classe média, intelectual, e heterossexual que se apresentava como ‘o’ representante da mulher”. (PINTO, 2003, p. 97). Dessas críticas surgiu o conceito de *feminismos* na tentativa de ampliar a diversidade no interior do movimento. Essa alteração de foco será importante, pois pavimentaria as mudanças que aconteceriam a partir do século XXI.

3.3 A QUARTA GERAÇÃO DE FEMINISTAS

A opção por apresentar a trajetória histórica do movimento feminista focando no contexto internacional e posteriormente nacional se justifica pelo reconhecimento de que apesar das semelhanças, a forma como o feminismo se desenvolveu no Brasil apresenta características peculiares e distintas daquelas identificadas no feminismo norte americano e europeu. Como já enfatizado no texto, especificamente no contexto brasileiro, a “segunda onda” de fato se inicia quase que uma década após eclodir nos EUA, além disso, as reivindicações das feministas no período não apenas incorporaram pautas internacionais, como o direito ao corpo, à vivência da sexualidade e ao acesso ao mercado de trabalho, como também se voltaram à luta política contra a ditadura e pela abertura democrática e anistia.

A partir do século XXI, o movimento feminista, em todo mundo, concentraria suas estratégias de luta no ciberespaço, inaugurando assim um novo e inédito momento de luta em favor das mulheres. Assim, o apelo tecnológico, além de ter maior ressonância entre o público jovem, adquiriria um caráter internacional. Ou seja, a partir do novo milênio, com os processos de globalização mais intensificados a partir das conexões em rede, o feminismo seria essencialmente jovem, digital e internacional.

Antes de adentrar a caracterização e descrição desse novo momento do feminismo, é preciso identificar alguns antecedentes, a partir do novo milênio, que mobilizaram a emergência da “quarta onda”.

No início do século, a estratégia feminista de caráter internacional mais comentada foi a realização das denominadas Marchas Mundiais das Mulheres⁵⁵ (MMM), que surgiram a partir do ano 2000. Conforme a versão brasileira do site da MMM, a criação da marcha teve inspiração na ação de mulheres canadenses que buscaram, alguns anos antes, criar uma rede global de reivindicação.

A inspiração para a criação da Marcha Mundial das Mulheres [...] partiu de uma manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, ‘Pão e Rosas’. No final desta ação, diversas conquistas foram alcançadas, como o aumento do salário-mínimo, mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária. As mulheres do Quebec buscaram contatos com organizações em vários países, para compartilhar essa experiência e apresentar a proposta de criar uma campanha global de mulheres. O primeiro contato no Brasil foi com as mulheres da Central Única das Trabalhadoras e Trabalhadores (CUT). (MULHERES INTERNACIONAIS, s/d, n.p).

Após alguns encontros realizados, no ano 2000, 150 países protagonizaram diversas ações e manifestações em favor de pautas feministas, tais como o fim da pobreza e da violência de gênero.

No Brasil, entre 8 de março e 17 de outubro [...] foram realizadas atividades em todos os estados [...] as mobilizações culminaram em 17 de outubro, dia de luta pela erradicação da pobreza, com marchas simultâneas em 40 países, e atos em frente à sede do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, em Washington, nos Estados Unidos. As mulheres denunciaram os efeitos devastadores do neoliberalismo em seus países e em suas vidas. Em um ato simbólico em frente à sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, foram apresentadas mais de 5 milhões de assinaturas recolhidas em apoio às demandas da Marcha. (MULHERES INTERNACIONAIS, s/d, n.p).

Devido ao sucesso da primeira MMM, uma nova ação foi realizada em 2005, sendo que dessa vez as militantes da marcha divulgaram uma carta para a humanidade destacando a necessidade de criar um mundo em torno de valores como liberdade, igualdade, solidariedade, justiça e paz.

Mesmo que a virada do século tenha produzido essa importante articulação entre feministas ao redor do globo em torno da MMM, outros atores sociais, a exemplo da mídia

⁵⁵ 20.000 pessoas participaram da edição MMM, em 2001, sendo que na segunda edição, em 2003, o número de participantes foi de 40.000 (GOHN, 2013).

hegemônica, ao mesmo tempo em que questionavam a relevância do movimento feminista, apostavam em sua decadência.

Nos discursos mais comuns da mídia, as causas apontadas para o suposto fim do feminismo são variadas e mesmo opostas. Enquanto para alguns a ‘crise’ do movimento é explicada por seu fracasso em alcançar os objetivos almejados ou em manter sua ‘integridade’ ideológica, para outros, é o seu extraordinário sucesso que o torna agora dispensável (GOMES; SORJ, 2014, p. 433).

Em 2006, a revista *Veja* publicou um artigo intitulado “O que sobrou do feminismo”, demonstrando ser uma dessas vozes midiáticas⁵⁶ que, apesar de reconhecer os ganhos do feminismo, não enxergava mais a sua relevância:

[...] o feminismo foi motor de profundas mudanças na vida ocidental cotidiana, mas não tendo sido capaz de desfazer as grandes desigualdades de gênero, especialmente as que perpassam a divisão sexual do trabalho, teria perdido a capacidade de mobilizar mulheres. [...] o feminismo estaria hoje reduzido a ‘uma superexposição da sexualidade’ das mulheres, que reproduzem ‘posturas tipicamente masculinas’ e se comportam como ‘predadoras’ sexuais (VEJA *apud* GOMES; SORJ, 2014, p. 433).

Ironicamente, no mesmo ano da publicação do artigo foi sancionada, pelo então presidente Lula da Silva do PT, a Lei Maria da Penha, que criava mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006). A aprovação da referida lei demonstrou o quão relevante e necessário era o feminismo no início do novo século.

Em 2010, o Brasil elegeu Dilma Rousseff, PT, a primeira mulher Presidente de sua história, cuja biografia se destaca pela militância revolucionária durante a ditadura. Ao assumir a Presidência, a nova Presidenta alocou nove mulheres nos ministérios, o que representou o maior número já registrado de mulheres à frente da gestão ministerial do país. Entre 2012 e 2013, respectivamente, segundo e terceiro anos do governo Dilma, foi aprovada uma série de legislações visando à proteção e ao amparo jurídico de questões relevantes para as mulheres. Dentre as leis aprovadas, destacam-se as seguintes:

- **Legalização do aborto para casos de anencefalia** – Em abril de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela descriminalização do aborto em casos de concepção de fetos anencéfalos. (PITANGUY, 2019)

⁵⁶ Para Miguel (2014), a narrativa jornalística comumente apresenta a “agenda” feminista como superada, sendo que algumas caracterizam o momento presente como “pós-feminista”, dando a entender que o movimento e a luta feminista estariam superados.

- **Lei Carolina Dieckmann** – a Lei 12.737 de 2012 alterou o Código Penal Brasileiro e dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos. (BRASIL 2012)
- **Lei Joana Maranhão** – Lei 12.650/2012: alterou o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, do Código Penal, modificando as regras de prescrição de crimes sexuais contra crianças e adolescentes. (BRASIL, 2012)
- **Lei do Minuto Seguinte** – Lei 12.845/2013: dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Conforme a referida lei, os hospitais devem oferecer atendimento imediato, integral e multidisciplinar para as vítimas de violência sexual. (BRASIL, 2013)

Apesar de não ter assumido a pauta do aborto, a eleição de Rousseff trouxe otimismo ao movimento feminista, visto que sua ascensão ao mais alto posto da política do país era carregada de simbolismo, inspirando uma abertura para uma nova realidade política as mulheres.

3.3.1 O surgimento do ativismo feminista digital

Muito embora não exista um consenso acerca da existência de uma “quarta onda do feminismo”, é inegável que a emergência das TDIC’s se apresenta como um incremento de destaque na atuação feminista. Após a primeira década do século XXI, verifica-se que com a expansão das tecnologias informacionais a militância feminina migrou para o ciberespaço, inaugurando uma nova estratégia de militância, também reconhecida e nomeada como ciberfeminismo:

O termo ciberfeminismo surgiu na década de 1990, em um contexto de expansão de tecnologias digitais e de inserção da internet na esfera pública. Apesar de não possuir uma definição única e oficial, o conceito está ligado à aplicação de ideais provenientes do movimento feminista ao recém-criado ciberespaço. Este novo espaço online era visto de maneira utópica, pela possibilidade de ser usado como uma forma de se libertar das convenções sócio-culturais, vencendo as barreiras de gênero e de sexo e criando um ambiente igualitário (PASSOS, 2019, n.p).

O ciberfeminismo/ativismo feminista digital destaca as diferentes modalidades de ciberativismo promovidas pela militância feminista, de forma individual, coletiva e até institucional. Esse novo modelo de feminismo se desenvolveu no contexto da emergência da terceira geração feminista e se converteria em um campo relevante de atuação política no século seguinte.

Apesar de o ciberfeminismo se vincular diretamente ao início do desenvolvimento tecnológico, sendo suas primeiras representantes as áreas de programação, com o passar dos anos e a consequente ampliação do acesso de computadores pelas mulheres, o termo foi sendo ressignificado e hoje se refere às diferentes manifestações e práticas feministas que ocorrem no ciberespaço.

Na realidade brasileira, as manifestações feministas nos meios digitais ocorrem na esteira de inúmeras transformações econômicas, políticas e sociais, sobretudo a partir da:

[...] democratização do acesso às tecnologias digitais e a expansão do alcance das redes sociais, a presença das mulheres brasileiras no ciberespaço tornou-se cada vez mais forte nos últimos anos, popularizando uma série de temas ligados à luta feminina. (PASSOS, 2019, n.p).

Historicamente, para contrapor o pensamento patriarcal e machista, as feministas de primeira e segunda geração tiveram de produzir formas próprias de comunicação, a exemplo dos panfletos, jornais e revistas. Já no século XXI, as TDIC's se apresentam como um suporte de mídia feminista alternativo para a conscientização da desigualdade de gênero.

3.3.2 Das jornadas de junho no Brasil à primavera feminista no mundo

O ano de 2013 é significativo para as feministas brasileiras, visto que o feminismo no século XXI ampliou sua força na esteira dos movimentos de rua identificados como “Jornadas de Junho”. Nesse sentido, é válido destacar que os protestos de junho de 2013 eclodiram a partir do aumento nos preços das passagens na cidade de São Paulo, porém, a mobilização acabou se expandido não só em tamanho como também em pautas (BOGADO, 2018), aspecto que beneficiou diretamente as feministas na medida em que começaram a pensar em novas formas de protesto e articulação.

Acerca da nova geração de mulheres feministas, a jornalista Geiza Martins, em um artigo publicado na página da revista *Glamour*, destaca que as feministas 2.0 (militantes feministas digitais), além de espalharem valores de igualdade entre os gêneros, denunciam abusos e atuam na direção da mudança de paradigmas da sociedade em relação às mulheres (MARTINS, 2016).

Joanna Burigo (2016), em um artigo de opinião intitulado “Feminismo em chamás”, publicado no site da revista Carta Capital, argumenta que não é possível dizer que o feminismo digital não seja uma forma relevante de ativismo da nossa era. “É na *internet* que uma parte significativa dos debates acontece, nacional e internacionalmente. Na *internet* troca-se muito

conhecimento, e é pela *internet* que muita gente se depara com o feminismo pela primeira vez” (BURIGO, 2016, n.p).

Assim, é perceptível que o movimento feminista na contemporaneidade encontrou no ativismo digital um espaço estratégico de organização e de disputas, principalmente pelo fato de que “a *internet* [...] propicia as próprias feministas produzirem e divulgarem o conteúdo com facilidade e amplitude na rede” (LANGNER; ZULIANI; MENDONÇA, 2015, p. 5).

De acordo com Bogado (2018), ainda que somente em 2015 a quarta geração de feministas tenha alcançado certa amplitude de suas reivindicações, desde 2010 já ensaiavam sua força pública. Nesse sentido, é possível identificar a Marcha das Vadias de 2011 como prelúdio do engajamento da nova geração de mulheres. A Marcha das Vadias se caracteriza como um movimento iniciado em Toronto, no Canadá, a partir da declaração de um policial de que as mulheres evitariam o estrupo se não se vestissem como vagabundas/putas/vadias:

Reconhecendo nesta declaração um exemplo amplamente aceito de como a violência sexual é justificada com base no comportamento e corpo das mulheres, a primeira Slutwalk de Toronto teve como principais bandeiras o fim da violência sexual e da culpabilização da vítima, bem como a liberdade e a autonomia das mulheres sobre seus corpos (GOMES; SORJ, 2014, p. 237).

Em 2014, a ONU escolheu a atriz Emma Watson, mundialmente conhecida pelo público jovem e estrela dos filmes Harry Potter, então com 24 anos, para ser embaixadora da campanha mundial *#HeForShe*⁵⁷. O vídeo do discurso de Emma, disponível no canal da ONU no Youtube, no qual, além de apresentar a campanha, discursa em favor da igualdade de gênero, possui mais de 4,9 milhões de visualizações. Evidentemente que a escolha pela jovem atriz como porta-voz da campanha inovadora não foi aleatória, ao contrário disso, a estratégia visava sensibilizar o maior número possível de pessoas, sobretudo jovens, evidenciando que a agência internacional já reconhecia a importância das redes na comunicação com o público juvenil, tal qual reconheceu a diretora internacional da ONU Mulheres:

Por que pedimos a Emma para ser nossa campeã do HeForShe? Porque esta jovem acredita na igualdade entre homens e mulheres e quer falar sobre isso. Esta jovem tem 14 milhões e meio de seguidores. Ela derrubou nosso site. Esses são os jovens que nem sempre conseguimos alcançar em nossas abordagens convencionais e com quem queremos falar. (MLAMBO-NGCUKA, 2014, n.p).

⁵⁷ A referida campanha apresentava como mote principal o estímulo à participação de homens e meninos no combate à desigualdade de gênero no mundo.

O ano de 2015 é significativo para o feminismo nacional, pois foi o momento em que 15.000 mulheres foram às ruas reivindicar direitos básicos, como o direito de não ser assediada. À época, a página do jornal *El País* destacou em um artigo que “Em outras nações, as mulheres lutam por salários iguais. No Brasil, para não retrocederem em suas conquistas.” (EQUIPE ONB, 2015, n.p). Concordando com a análise jornalística, a estudiosa Joana Maria Pedro (2015, p.33) declarou à época que “Nesse início de século XXI as jovens feministas ainda reivindicam o direito ao corpo, denunciam a violência, o estupro e a acusação de que elas o provocam com suas roupas e comportamentos”. Tanto o jornal quanto a análise da pesquisadora destacam que muito embora, ao longo das décadas, o movimento feminista tenha alcançado importantes vitórias, alguns direitos básicos ainda não foram plenamente conquistados, a exemplo da luta contra a violência.

Uma das principais motivações para as mulheres brasileiras saírem às ruas foi a elaboração de propostas retrógradas e conservadoras promovidas pelo então presidente da câmara, o deputado federal Eduardo Cunha, na tentativa de “[...] dificultar o acesso ao aborto para as mulheres estupradas, circunstância em que hoje é legalizado no Brasil”. (EQUIPE ONB, 2015, n.p). Nessa ocasião, como pontua Bogado (2018), reuniram-se nas ruas múltiplas vozes femininas e, por todo o país, surgiram mobilizações semanais que se centralizaram em um ato nacional pelo “Fora Cunha”, no dia 13 de novembro. No mesmo ano, as feministas argentinas, além de saírem às ruas para marcharem contra a crescente violência⁵⁸ de gênero no país, também se manifestaram nas redes sociais por meio da campanha *#niunamenos*.

No âmbito das Nações Unidas, em 2015 foram divulgados os denominados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável⁵⁹ (ODS), idealizados pela agência como uma das estratégias da Agenda 2030, sendo que o ODS 5 foca especificamente na luta pela igualdade de gênero. Nesse sentido, é possível observar que o aspecto inovador do ODS 5 se vincula ao seu caráter amplo, uma vez que suas “[...] metas [...] devem ser compreendidas de modo transversal, relacionando os temas com outras metas e indicadores da Agenda 2030” (MIRANDA; CINTRA, 2022, p. 90). Outro aspecto positivo⁶⁰ do ODS 5 é que os objetivos se voltaram tanto

⁵⁸ “Entre 2008 e 2015 na Argentina se registrou, oficialmente, um aumento de 78% de femicídios. Além disso, a oficina de violência doméstica, criada em 2006 pela corte suprema da justiça, tinha afirmado que sete em cada dez mulheres são assassinadas por pessoas de seu círculo familiar (SIMONE, 2019, p.62)”.

⁵⁹ A página da ONU Brasil apresenta que os “os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.” (ONU, [19??], n.p).

⁶⁰ Apesar dos aspectos positivos no documento, é possível encontrar algumas fragilidades que podem limitar a sua efetividade. Nesse sentido, destaca-se que a proposta não oferece um modelo socioeconômico sustentável de fato, como também não oferece financiamento para implantação da agenda pelos países, tampouco exige relatórios obrigatórios para monitorar os progressos das metas, assim: A *accountability* é, portanto, fraca e

a países subdesenvolvidos quanto em desenvolvimento, além de se fundamentarem na DUDH (DEERE, 2018). Porém, o grande diferencial da proposta é seu recorte geracional, uma vez que a agência multilateral reconhece que o combate à desigualdade e o empoderamento feminino deve ser estimulado ainda na infância e juventude. Nesse sentido, o ODS 5 estabelece o alcance da igualdade de gênero e empoderamento todas as mulheres e meninas.

Como elemento estratégico da Agenda 2030, a ONU Mulheres também lançou a iniciativa global “Por um planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero”, expondo que:

Construir um Planeta 50-50 depende que todas e todos – mulheres, homens, sociedade civil, governos, empresas, universidades e meios de comunicação – trabalhem de maneira determinada, concreta e sistemática para eliminar as desigualdades de gênero. (ONU MULHERES, 2016, n.p).

A iniciativa da ONU, além de dar suporte ao ODS 5, visa combater as assimetrias de gênero, sobretudo na política. Esse é um aspecto de imensa relevância no Brasil, em que se evidencia um “[...] um desequilíbrio entre a presença feminina e masculina, criando a sub-representação feminina e a inefetividade de diversos direitos e garantias fundamentais.” (SOUTO; SOUTO, 2021, p. 340).

Ainda no simbólico ano do feminismo, durante o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, foram aprovadas duas legislações de extrema importância para as mulheres brasileiras: a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), denominada **PEC das Domésticas**, Lei Complementar nº 150/2015: ampliou os direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas no Brasil. A referida lei veio preencher um vazio da legislação trabalhista⁶¹, que era omissa na garantia formal de direitos às trabalhadoras domésticas. Com a aprovação da lei, as domésticas puderam reivindicar o seguro-desemprego, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o adicional de horas-extras, garantia do salário-mínimo, a jornada de oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, entre outros benefícios. (BRASIL, 2015a; FRAGA; MONTICELLI, 2021); e a **Lei do Femicídio**, Lei 13.104/2015: Alterou o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passando a prever o feminicídio como

depende da boa vontade de governos tanto para implementar a agenda quanto para se submeter ao processo voluntário de seguimento e revisão [...]. Como a maioria das análises feministas concluem, alcançar os ODS, especialmente o ODS 5, dependerá dos esforços de *lobby* de defensores de direitos das mulheres e de seus aliados em todos os níveis – local, nacional e internacional. (DEERE, 2018, n.p).

⁶¹ A escolha pelo termo “trabalhadoras” em vez de “trabalhadores” diz respeito aos aspectos históricos que vinculam o gênero feminino ao trabalho doméstico.

qualificadora de crime de homicídio, além de incluir o feminicídio no rol de crimes hediondos. (BRASIL, 2015b).

Assim, enquanto a PEC das Domésticas buscava trazer dignidade e reconhecimento ao trabalho doméstico no Brasil, que, entre outras características, tem como elemento principal o recorte de gênero, raça e classe, a Lei do Feminicídio elevou o assassinato de mulheres a crime de ódio, de modo a ampliar a pena do assassino.

Esse percurso histórico apresentado mostra que, em nível nacional, o ano de 2015 foi intenso e simbólico para a luta feminista, pois, além de promoverem manifestações expressivas nas ruas e nas redes, as feministas brasileiras puderam comemorar a aprovação de importantes legislações relacionadas às demandas das mulheres.

O amplo alcance do movimento feminista na *internet* foi apelidado por alguns setores da imprensa de *Primavera Feminina* – em alusão à Primavera Árabe. Assim, no artigo intitulado “Primavera Sem Fim”, o site Think Olga fez um balanço do feminismo em 2015 e concluiu que esse ano foi o marco do movimento na *internet*.

O feminismo invadiu as ruas, as rodas de conversa, mas, principalmente, a vida de muitas mulheres que nunca antes imaginaram que assim se reconheceriam. E a *internet* também foi um dos campos de batalha do feminismo esse ano. Foi por meio de campanhas, *hashtags*, denúncias e respostas espertas a machismos em geral que o movimento se popularizou na rede e mostrou como pode se fazer presente no dia a dia das mulheres. Quase metade da população brasileira está conectada, a *internet* é um meio de comunicação poderoso e o machismo faz parte do cotidiano virtual também - o feminismo nada mais é que uma forma combatê-lo em todas as suas manifestações, inclusive online (EQUIPE ONB, 2015, n.p).

Com o intuito de compreender a onda crescente do feminismo, em 2015 a revista *Época* entrevistou a professora e pesquisadora Margareth Rago, a qual afirmou que o feminismo no atual contexto havia se tornado “*pop*” (RAGO, 2015), ou seja, o movimento havia alcançado um status inédito em sua trajetória histórica.

A emergência feminista jovem no Brasil estampou as capas das revistas *Época* e *Isto é*:

Figura 1 - Colagem⁶² das capas das revistas *Época* (edição 909) e *Revista Isto é* (edição 2397)

⁶² Disponível em: <https://blogueirasfeministas.com/2015/11/09/qual-a-revolucao-feminista-das-capas-das-revistas/>. Acesso em: 23 abr. 2019.



Fonte: Bia Cardoso para o site Blogueiras Feministas

Outro aspecto que evidencia esse novo *status* do feminismo no país é o fato de que entre janeiro de 2014 e outubro de 2015, a busca no *Google* no Brasil pelo termo “feminismo” aumentou 86,7%, conforme destaca Diniz (2016).

Em dezembro de 2016, a notícia da construção do primeiro banheiro feminino⁶³ no Senado Federal brasileiro chamou a atenção para o quanto a história política do país é carregada de símbolos machistas. Outra ocorrência de destaque no campo político no cenário nacional, ainda em 2016, foi a capa da revista “Ísto é”, que abusou da misoginia no contexto do processo para destituir a então Presidenta da República, a petista Dilma Roussef. Como era de se esperar, o movimento feminista, à época, além de se indignar com o discurso abertamente machista da revista, fez duras críticas ao editorial. Como forma de denunciar o tom desrespeitoso com a presidenta, apoiadores de Roussef divulgaram uma capa alternativa chamando a atenção para a reportagem machista, tal qual é possível observar na figura 2.

Figura 2 - Capa da Revista Isto é⁶⁴ em duas versões: à direita a capa da publicação original e à esquerda, montagem feita por internautas como forma de protesto.

⁶³ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/01/plenario-do-senado-tera-banheiro-feminino-55-anos-apos-inauguracao.html>. Acesso em: 23 abr. 2021.

⁶⁴ Publicação de 06 de abril de 2016, ano 39, edição 2417.



Fonte: Site do Jornal Opção

Tanto a imagem manipulada digitalmente da capa original da revista, à direita, quanto o texto associado, no qual se lê: “As explosões nervosas da Presidente” implicam um suposto destempero emocional de Rousseff, comportamento este que, em certa medida, “justificaria” sua perseguição política na ocasião. Além disso, sugere que Dilma estivesse perdendo a sanidade, um argumento machista típico nomeado pelas feministas de *gaslight*⁶⁵. Como forma de protesto, inúmeras mulheres utilizaram a #IstoÉMachismo e compartilharam uma capa alternativa dos tempos em que Dilma atuou como militante política na época da Ditadura Militar.

Mesmo diante de inúmeras conquistas reais e simbólicas em curso, 2016 também representou um duro golpe para as mulheres brasileiras em virtude do processo de impeachment que destituiu da presidência a então presidenta Dilma Rousseff. O processo que levou à cassação do mandato da então Presidenta da República exibiu contornos explícitos de machismo e misoginia, escancarando aquilo que as feministas há muito tempo já denunciavam: as mulheres brasileiras ainda não são respeitadas e valorizadas no discurso político nacional. Apesar disso, o movimento feminista não se constrangeu e levou às ruas milhares de mulheres contra a eleição de Jair Bolsonaro.

Nos Estados Unidos, o ano de 2016 também significou um momento de grande insatisfação por parte das feministas estadunidenses, visto que a democrata Hillary Clinton foi derrotada por Donald Trump nas eleições presidenciais. Para protestar contra o presidente eleito e declararem sua indignação, as feministas estadunidenses organizaram em 2017 a “Marcha das Mulheres”, na capital Washington. Nessa ocasião, a feminista e ícone da segunda geração de

⁶⁵ De acordo com a filósofa Márcia Tiburi, esse termo diz respeito a “[...] um tipo de violência por manipulação psicológica na qual mulheres, mas não apenas elas, são associadas à loucura.” (TIBURI, 2016, n.p). Talvez

feministas, Ângela Davis, discursou enfatizando a necessidade de luta permanente contra a evidente ascensão do conservadorismo no país:

Esta é uma Marcha das Mulheres e ela representa a promessa de um feminismo contra o pernicioso poder da violência do Estado. E um feminismo inclusivo e interseccional que convoca todos nós a resistência contra o racismo, a islamofobia, ao anti-semitismo, a misoginia e a exploração capitalista [...] direitos das mulheres são direitos humanos em todo o planeta [...] os próximos 1459 dias da gestão Trump serão 1459 dias de resistência: Resistência nas ruas, nas escolas, no trabalho, resistência em nossa arte e em nossa música. Este é só o começo. E termino nas palavras da inimitável Ella Baker: ‘Nós que acreditamos na Liberdade não podemos descansar até que ela seja alcançada!’ Obrigada (DAVIS, 2017, n.p).

É interessante notar que em 2017, mesmo ano da Marcha das Mulheres, já havia uma percepção social sobre a emergência de uma “quarta onda” feminista, tal qual revela o cartaz da imagem abaixo:

Figura 3 - Quarta onda: jovens feministas protestam em virtude do 8 de março em Londres⁶⁶



Fonte: *Garry Knight from London, England – International Women's Day 2017*

Ainda em 2017, o mundo assistiu ao surgimento da campanha viral #MeToo, que trouxe à tona inúmeros casos de abuso sexual no meio cinematográfico.

Em 15 de outubro, a atriz Alyssa Milano sugeriu no Twitter que todas as mulheres que tivessem sido sexualmente assediadas ou agredidas respondessem para ela na rede social com a hashtag #MeToo (‘Eu também’ em tradução livre). A ideia era mostrar a dimensão do problema. Pelo menos meio milhão de mulheres enviaram suas respostas nas primeiras 24 horas.

⁶⁶ Imagem não alterada. Licença CC BY 2.0. Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by/2.0/>. Acesso em 20 ago. 2022.

Desde então, uma enxurrada de denúncias surgiu contra homens da alta classe do entretenimento, da mídia, da política e da tecnologia. Muitos negam as acusações. Até hoje surgem novas denúncias e novas repercussões, e a dinâmica de poder em Hollywood, sem dúvida, mudou (O QUE A CAMPANHA, 2018, n.p).

Conforme ainda destaca a *British Broadcasting Corporation* (BBC), a iniciativa colaborou para a criação de um fundo com o intuito de arrecadar dinheiro e oferecer ajuda legal a mulheres vítimas de abusos em ambientes de trabalho, também conhecido como “*Time's Up Legal Defense Fund*”. No Brasil, em 2017 atrizes da Rede Globo de Televisão aderiram à campanha no Instagram #MexeuComUmaMexeuComTodas, publicando fotos usando uma camiseta da campanha após a acusação de assédio contra o ator José Mayer, feita pela figurinista Suslem Tonani (MARTINELLI, 2017). Ainda em 2017, o dicionário da editora Merriam-Webster's, nos Estados Unidos, elegeu ‘feminismo’ como a palavra do ano. (FEMINISMO, 2017, n.p).

3.3.3 – O ativismo feminista digital: novas formas de luta

O movimento feminista no ciberespaço, tal qual ocorre na sociedade, é plural e multifacetado, com múltiplas vozes, rostos e corpos que defendem diferentes agendas e bandeiras políticas no ambiente digital. Um dos efeitos imediatos de tamanha diversidade são as diversas formas e estratégias para se apresentar e promover o debate de gênero.

Dentre as inúmeras técnicas de comunicação utilizadas pelas feministas, destacam-se os perfis e as *fanpages*⁶⁷ das redes sociais, os vídeos e os *podcasts*, além de táticas alternativas, tais quais,

[...] o caso do *Aurélia – dicionário ilustrado de mulheres*, projeto criado pela ilustradora Cecília Silveira em junho de 2015. A plataforma *online*, que conta com uma *fanpage* no Facebook e uma página na plataforma de *blogging* Tumblr, cria um índice, em ordem alfabética, de biografias e de ilustrações de mulheres consideradas importantes, tanto pela autora, quanto pelas mulheres que acessam o *site* (LEAL, 2017, p. 167, grifo da autora).

No campo da inteligência artificial, é possível destacar a criação da Beta⁶⁸, em agosto de 2017, uma robô feminista, com perfil no *Facebook*, desenvolvida para informar sobre pautas feministas e enviar *e-mails* ao poder público para defender os direitos das mulheres. Conforme

⁶⁷ As *fanpages* (em português, fã *site*) são páginas de fãs dentro do Facebook que podem estar relacionadas a algum artista, banda, pessoa pública ou, ainda, a produtos, temas ou coisas diversas.

⁶⁸ O projeto funcionou até 2020, quando o *Facebook* reformulou suas diretrizes e inviabilizou a sua continuidade.

destacou Juliana Domingos de Lima à época, a robô foi desenvolvida pelo laboratório de ativismo *Nossas*, do Rio de Janeiro.

O primeiro passo é ‘contatar’ a robô no chat do Facebook. A partir daí, sempre que houver atualizações sobre ‘ameaças aos direitos das mulheres no Brasil’, como define o site, Beta notifica, ainda via *messenger* do Facebook, o usuário que a contatou. A partir disso, passa a explicar do que tratam as propostas que procura barrar. Para além de informar, a estratégia central da ferramenta é converter as interações por *inbox* com interessadas e interessados em e-mails de pressão na caixa de entrada dos políticos ligados às propostas que se pretende barrar. O usuário digita seu e-mail e o *chatbot* se encarrega de enviar a mensagem ao poder público (LIMA, J., 2017, n.p).

Além das campanhas, outra modalidade de propagação da luta feminista nas redes ocorre por meio de inúmeros canais no *Youtube*, com uma diversidade de jovens debatendo questões que envolvem a luta feminista. Alguns canais de destaque são:

- **JouJoutPrazer** – (aproximadamente 2,46 milhões de inscritos/ 309.099.659 visualizações) – O canal aborda variedades e é conduzido pela jornalista Julia Tolezano, que também apresenta temas do feminismo de forma irreverente e cômica. Um dos vídeos mais populares no canal é intitulado “Não tire o batom vermelho” (2015), com mais de três milhões de visualizações, discutindo o tema de relacionamentos abusivos.
- **Alexandrismos** – (aproximadamente 494.000 inscritos/ 32.513.695 visualizações) – Canal criado em 2015 pela jornalista Alexandra Gurgel, conhecida nas redes como Xanda, no qual aborda temas como gordofobia, amor-próprio e aceitação. A comunicadora expandiu sua atuação e hoje está presente em diversas plataformas. Em 2018, lançou o livro “Para de se odiar”, que já estava na quinta edição em 2020.
- **Táquerida** – (aproximadamente 721.000 inscritos/ 53.797.866 visualizações) – O canal surgiu em 2015 e tem como porta-voz Luiza Junqueira, abordando culinária e comportamento, mas também aceitação, autoestima e padrões de beleza. Em uma das produções mais representativas de seu trabalho, Luiza publicou um vídeo denominado “Tour pelo meu corpo” (2017), em que apresenta detalhes de partes de seu corpo de modo a refletir a respeito das pressões estéticas que incidem sobre os corpos femininos. O vídeo, que possui 3,2 milhões de visualizações, fez muito sucesso e inspirou outras produções no *Youtube*.
- **Nátaly Neri** – (aproximadamente 784.000 inscritos/ 38.102.550 visualizações) – Comandado pela então estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, Natály Neri, o canal (inicialmente denominado de Afros e

Afins) discute, desde 2015, temas como feminismo, diversidade, questões raciais, comportamento, política, moda, entre outros. Tendo em vista a sua militância, em maio de 2018, Natály foi escolhida para ser “embaixadora global do *Youtube*” (2018), por meio do projeto “*CREATORS FOR CHANGE*”, que seleciona produtores de conteúdo de canais com engajamento social.

A exemplo do canal de Nataly Neri, um dos seguimentos em destaque no *Youtube* é o das *youtubers*⁶⁹ negras que tratam de assuntos como moda e maquiagem, mas também de pautas específicas do feminismo negro, tais como racismo, apropriação cultural, estética e cabelo crespo.

Hoje, se você acessar YouTube, verá que existem vlogueiras negras de diversas idades e regiões do Brasil dispostas a debater esses assuntos e ajudar outras mulheres a ter uma melhor autoestima, combater o racismo dentro e fora das redes sociais e a questionar a falta de visibilidade do negro nos espaços de poder (TERTO, 2016, n.p).

Esse é um aspecto relevante, pois, historicamente, a “mulher feminista” é reconhecida como a intelectual branca e de classe média. No entanto, o feminismo negro sempre denunciou a sua invisibilidade na luta pelos direitos das mulheres, destacando que a reivindicação da mulher branca foi mais absorvida pela sociedade (RIBEIRO, M., 2006). Nesse sentido, como pontua Costa, C., (2018), as mídias sociais não somente deram visibilidade como também amplificaram as vozes de outros feminismos, a exemplo dos feminismos lésbico, trans e negro.

Além dos canais do Youtube dedicados a temas feministas, existem ainda algumas páginas no Facebook (também denominadas de *fanpages*) e perfis no *Instagram*, *blogs* e *sites* que também promovem debates sobre o tema:

- **Moça você é machista** (página no *Facebook* com mais de 720.000 curtidas). Conforme informam na aba de descrição, a página foi criada por teóricos *queer* feministas.
- **Feminismo sem demagogia** (página no *Facebook* com mais de 1.069.480 de curtidas). Apresenta a seguinte descrição: “A página Feminismo Sem Demagogia - Original pertence a vertente do Feminismo Marxista. Na luta por um feminismo de Gênero, Raça e Classe” (FEMINISMO SEM DEMAGOGIA, 2022).
- **Escreva Lola Escreva (Blog)**. Está no ar há dez anos e é comandado pela professora Dr.^a Dolores Aronovich Agüero, da Universidade Federal do Ceará, que

⁶⁹ O termo *youtuber* entrou para o dicionário Oxford de língua inglesa em 2016, e se refere ao usuário e principalmente às pessoas que produzem vídeos para o *YouTube*. O mesmo neologismo, no entanto, já havia sido utilizado – com o mesmo sentido – em um artigo do *The New York Times* em 2006. (YOUTUBER, 2016).

escreve sobre diferentes questões envolvendo a pauta feminista, além de outros assuntos. Recentemente, foi sancionada a Lei Lola, ou lei 13.642/2018, que criminaliza a propagação de conteúdos misóginos na *internet*, que passam então a ser investigados pela Polícia Federal (PF). A lei leva o nome da blogueira, que recebe ataques e ameaças de morte devido à sua militância pró-feminista na *internet* desde 2011.

- **ThinkOlga (site):** a Olga é uma ONG feminista criada em 2013 “que atua junto à sociedade civil” (TUDO, s/d).

É possível notar também que alguns grupos têm ultrapassado a esfera do “ativismo de sofá” e conquistado “[...] ampla capacidade de agregação, convocação de massas, atuação nas ruas e possui um caráter complementar ao ativismo presencial”. (DESLANDES, 2018, p. 3115). Assim, a Marcha do Empoderamento Crespo é um bom exemplo do ativismo que se iniciou na *internet* e tomou as ruas. Sua organizadora, Naira Gomes, em entrevista ao G1, destacou a *internet* como elemento aglutinador do movimento:

Há uns quatro anos, em Salvador, começou a surgir muito pulsante vários grupos de *internet* com referências a cacheadas, crespas e transição, sempre nomes que tinham essas três categorias envolvidas. E negros se reunindo para falar sobre estética, beleza, sobre formas de cuidar do cabelo crespo, assuntos que perpassam esse debate da existência de ser negro (GOMES, 2017, n.p).

Nessa mesma entrevista, a ativista também ressaltou a importância de o empoderamento ser encarado sob o prisma da coletividade: “[...] se não houver troca de coragem, de conhecimento e de força, com o entendimento de que o potente é ser parte de uma rede, não adianta, porque a luta contra o racismo tem que ser sistêmica e coletiva”. (GOMES, 2017, n.p).

Outra demonstração do potencial do movimento feminista na *internet* foi o movimento #elenão, de 2018, que reuniu mulheres de variadas classes sociais e diferentes espectros políticos para dizerem NÃO à eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da república. O movimento que levou milhares de mulheres às ruas do Brasil e do exterior foi mobilizado, principalmente, em uma *fanpage* do *Facebook* que chegou a reunir mais de três milhões de mulheres. Denominada inicialmente “Mulheres Unidas contra Bolsonaro”, a página chegou a ser derrubada por apoiadores do então candidato à presidência da república pelo Partido Social Liberal – PSL, figura notável por suas declarações antifeministas.

Conforme destacou à época a professora Céli Regina Jardim Pinto, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o movimento “#elenão” pode ser considerado a maior manifestação de mulheres no país: “O que aconteceu agora foi uma popularização do

feminismo. Está espreado na sociedade. Ninguém mais pode dizer que é contra os direitos das mulheres” (PINTO, 2018, n.p).

Durante as manifestações, ao ritmo da canção antifascista italiana *Bella Ciao*, as mulheres entoaram:

Uma manhã, eu acordei
E ecoava: ele não, ele não, não, não
Uma manhã, eu acordei
E lutei contra um opressor
Somos mulheres, a resistência
De um Brasil sem fascismo e sem horror
Vamos à luta, pra derrotar
O ódio e pregar o amor (2x)
(SOARES; SIMÃO, 2018, n.p).

Ao avaliar a força e a representatividade do movimento, Pinto (2018) destacou que as redes sociais foram essenciais para o engajamento feminista, sobretudo por parte da juventude. Diferentemente de outros movimentos, tais como #primeiroassédio, o #elenão extrapolou as redes sociais e foi para as ruas (ROSSI; CARNEIRO; GRAGNANI, 2018).

Figura 4: Manifestações do movimento #elenão em Londres⁷⁰



⁷⁰ Imagem não alterada. Licença CC BY 2.0. Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by/2.0/>. Acesso em 22 set. 2022.

Fonte: Imagem produzida por R4vi em 2018⁷¹

Mais recentemente, é possível observar um crescimento de uma tendência em novos formatos de mídia, a exemplo dos *podcasts* (gravações em áudios disponibilizadas em sites e plataformas especializadas). Conforme pesquisa da Associação Brasileira de Podcasters (Pod PESQUISA 2020-2021), 23% dos criadores de *podcast* no Brasil declararam ser do gênero feminino, e a estimativa é que o país já possui 34,6 milhões de ouvintes. No entanto, apenas 27% dos respondentes são do sexo feminino, conforme os dados da versão da pesquisa para ouvintes (Pod PESQUISA 2019-2020).

Dentre os *podcasts* voltados ao público feminino com debate acerca de questões feministas, destacam-se: Ppkansada, Maria vai com as outras, Mamas Podcast, Más Feministas Podcast, Mamilos Podcast, Afetos por Gabi Oliveira e Karina Vieira, Imagina Juntas, Conexão Feminista, Gaveta de Calcinha, Família Feminista, Olhares, As Maltildas, Calcinha Larga, Lugar de Mulher, Empodera Cast, entre outros.

No meio feminista digital também se verifica a ampliação de um vocabulário feminista para além dos termos clássicos: patriarcado, machismo, sexismo e empoderamento. Desse modo, para nomear diferentes formas de abusos contra as mulheres, as feministas contemporâneas cunharam neologismos que ajudam a compreender a desigualdade de gênero no século XXI, a exemplo dos termos em inglês já citados anteriormente, *gaslighting*, *mansplaining* e *manspreading*.

Outra noção incorporada e divulgada amplamente nas redes pelas feministas é a de solidariedade feminina, expressa no vocábulo sororidade. Conforme destaca Evelyn Blaut Fernandes (2021), o termo sororidade foi recentemente incluído nos dicionários de língua portuguesa, sendo divulgado por diversos movimentos feministas, como os já indicados *MeToo*, *Time's Up* e *NiUnaMenos*.

[...] o conceito de sororidade é inventado quando se toma consciência de que a noção de fraternidade tem como raiz *frater*, irmão. Nesse sentido, se o lema da Revolução Francesa – Liberdade, Igualdade, Fraternidade – indica etimologicamente que a ideia de união e harmonia é exclusiva aos irmãos (homens, portanto), a sororidade consiste numa resposta igualmente etimológica, já que é composta pelos termos latinos *soror*, -oris: irmã, -dade. Mas, ao contrário da irmandade entre freiras e monjas que se casam com Deus e a Ele juram fidelidade, a sororidade é um pacto político de gênero entre mulheres que, reconhecendo-se como interlocutoras, são fiéis a si mesmas e às outras mulheres, sem hierarquia.

⁷¹ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Ele_N%C3%A3o#/media/Ficheiro:Protesto_contra_Bolsonaro_em_Londres.jpg. Acesso em 22 set. 2022.

Embora esteja etimologicamente relacionada ao laço afetivo que idealmente deveria haver entre irmãs ou a uma rede de apoio presumivelmente cultivada por freiras nos conventos, a sororidade, numa dimensão ética e política, tornou-se um tema e uma prática do feminismo contemporâneo (FERNANDES, 2021, p. 3).

Heloísa Buarque de Hollanda (2018, p.11) escreveu na introdução do livro “Explosão Feminista” que acreditava que a sua geração seria a última que teria levantado a bandeira do feminismo, contudo, em 2015 constatou que o movimento feminista havia renascido ao ver que as jovens mulheres, mais do que nunca, estavam amplificando suas vozes, manifestando-se, marchando e protestando por seus direitos: “Levei um susto. Um susto alegre. Mais alegre ainda perceber que aqueles não seriam gritos passageiros”.

A estudiosa enxerga também uma nova configuração do movimento de mulheres, passando a utilizar formas alternativas de lutas e reivindicação. Nesse sentido, faz questão de destacar que a quarta onda apresenta marcas intrínsecas da atual geração de mulheres:

[...] com estratégias próprias, criando formas de organização desconhecidas para mim, autônomas, desprezando a mediação representativa, horizontal, sem lideranças, e protagonismos, baseadas, em narrativas de si, de experiências pessoais que ecoam coletivas, valorizando mais a ética do que a ideologia, mais a insurgência do que a revolução. Enfim outra geração. (HOLLANDA, 2018, p.12).

Notadamente, a quarta onda feminista é plural, luta nas ruas e nas redes, expressando-se por meio de diferentes linguagens, tais como a poesia, a arte, a música, o teatro, o cinema e a academia.

As redes sociais, para além de terem potencializado a divulgação de pautas feministas e outras agendas sociais, também se tornaram um *lócus* de empoderamento feminino no qual mulheres de diferentes classes sociais, idades, contextos e regiões começaram a produzir conteúdo como forma de divulgarem suas ideias, trabalhos, sentimentos, ou simplesmente terem um espaço para falar e interagir. Assim, cabelereiras, donas de casa, mães, cozinheiras, faxineiras, artesãs, artistas, esportistas, estudantes, dentre tantas outras, utilizam-se das plataformas digitais – com maior ou menor habilidade e domínio técnico – para interação social, divulgação de seus trabalhos, hobby, ou até mesmo como fonte de renda e sustento familiar. Há ainda aquelas que vivem apenas de exibir seu cotidiano e de sua família por meio dos denominados *vlogs* e devido o engajamento de suas audiências acabam não só obtendo remuneração financeira de seus conteúdos como também fechando contratos.

3.3.4 A questão geracional no feminismo contemporâneo

O componente geracional se apresenta como um elemento essencial e basilar nas análises acerca da luta feminista contemporânea. Nesse sentido, neste tópico, buscamos refletir sobre os aspectos centrais do elemento geracional no feminismo.

Notadamente, as jovens são herdeiras diretas da luta feminista, nesse sentido, Gómez-Ramírez e Cruz (2008) consideram que, por um lado, os direitos conquistados pelo feminismo são pouco conhecidos entre as novas gerações e, por outro, são equivocadamente vistos como ideais justos e acabados. Essas duas percepções acerca do feminismo são igualmente preocupantes, pois ao mesmo tempo em que não há o reconhecimento da herança feminista, existe também a crença de que uma suposta igualdade entre homens e mulheres fora conquistada. (GÓMEZ-RAMÍREZ; CRUZ, 2008).

O caráter juvenil marcou o feminismo da década de 1970, uma vez que eram as mulheres mais jovens que estavam à frente do movimento na “segunda onda”, divulgando um ideal transformador e revolucionário. (GÓMEZ-RAMÍREZ; CRUZ, 2008).

Julia Ruiz di Giovanni (2003) destaca a atuação da Marcha Mundial das Mulheres, junto ao III Acampamento Intercontinental da Juventude, no evento do Primeiro Fórum Social Mundial, em 2001, em Porto Alegre. Para a autora, esse foi um momento importante de reaproximação do movimento feminista com a juventude: “A experiência de 2003 no Acampamento da Juventude aponta para as lacunas de uma ausência prolongada do feminismo e espaços de juventude” (GIOVANNI, 2003, p. 659).

É preciso ainda reconhecer que a aderência ao feminismo pelas novas gerações coincide com a ampliação das mídias digitais. Nesse sentido, o depoimento de Amelinha Teles para Keli Mota destaca que o feminismo está cada vez mais jovem:

No ano passado, fizemos uma reunião com 150 pessoas. Eram muitas jovens [e] adolescentes. Tinha uma menina que discutia comigo feminismo radical, socialista e marxista. Eu perguntei: ‘onde você viu essa discussão? Onde você aprendeu isso?’ Ela: ‘eu aprendi na *internet*’. Quer dizer, há muita facilidade para o debate hoje. (MOTA, 2017, p. 117).

Apesar da ampla divulgação e massificação do feminismo no mundo contemporâneo, há de se reconhecer que muitas jovens desconhecem a relevância dessa militância na sociedade, sendo assim, muitas ignoram a relevância da luta feminina na sociedade. Além disso, não se pode desconsiderar que alguns discursos buscam convencer as mulheres, e não somente elas, de que já obtiveram a tão sonhada autonomia. A geração que nasceu na década de 1990 cresceu “[...] ouvindo notícias do fim da história, do fim das utopias” (GIOVANNI, 2003, p. 656), ideias

estas que impactam diretamente a adesão a pautas políticas e lutas sociais propostas pelo feminismo.

Em 2019, os resultados de uma pesquisa de opinião divulgada pelo Instituto Datafolha sobre Mulheres/Violência e Feminismo revelaram que “Uma parcela de 38% das mulheres com 16 anos ou mais se considera feminista no Brasil [...]” (38% DAS MULHERES, 2019, s/p). Dentro dos grupos de mulheres que se consideram feministas, 47% possuem entre 16 e 34 anos de idade, evidenciando que os princípios e ideias feministas têm maior apelo entre as mulheres mais jovens, mesmo que expostas a narrativas acerca do suposto fim do “feminismo”.

Por fim, cabe destacar a necessidade de uma interlocução entre as gerações no interior do movimento feminista, uma vez que “a situação das meninas é particularmente delicada quando não há grupos de mulheres organizadas capazes de responder coletivamente às situações discriminatórias” (GIOVANNI, 2003, p. 658).

3.3.5 – O feminismo digital na lógica do mercado

Como afirmado anteriormente, a temática de gênero e feminismo no contexto contemporâneo está cada vez mais presente no debate social. Nesse cenário, as pautas do feminismo estão presentes nas matérias dos jornais até nos programas de televisão matinal.

Dessa forma, os debates frequentes em torno das temáticas feministas têm colaborado para que parte das tradicionais representações femininas fosse problematizada e, em alguns casos, superada. Essa tendência é expressa em alguns setores da mídia, que passaram a incorporar valores feministas, a exemplo das capas de revista voltadas ao público feminino, que têm buscado ampliar a diversidade das imagens de corpos, rostos e identidades, ou, ainda, as grandes marcas de moda, que já há algum tempo investem em produtos e publicidade que questionam seus ultrapassados códigos de “padrão de beleza”.

Nesse sentido, apontamos para os casos da modelo canadense negra e com vitiligo Winnie Harlow e da modelo chinesa albina Xueli, entre outros rostos “incomuns” que estamparam a capa da revista *Vogue* nos últimos tempos. No campo da publicidade, a marca Calvin Klein apostou na diversidade ao selecionar a modelo trans, negra e obesa Jari Jones para estrelar uma de suas campanhas. Também é representativa a participação da modelo trans, negra e PCD (pessoa com deficiência) Aaron Philip, que desfilou em sua cadeira de rodas para a grife italiana *Moschino* durante a Semana de Moda de Nova Iorque, no segundo semestre de 2021.

Outra marca de destaque no cenário mundial é a italiana *Dolce & Gabbana*, que, apesar de sempre ter ostentado em seus desfiles corpos de mulheres excessivamente magras,

reforçando um padrão de beleza irreal, pela primeira vez em sua história, anunciou que passará a produzir roupas em tamanhos *plus size*, além de gradativamente incluir em sua publicidade mulheres de diferentes corpos e idades.

Além de celebrar a diversidade, marcas como a *Prada* escolheram homenagear o próprio movimento feminista.

No grande quarto de mulher montado na sede da marca, em Milão, pôsteres de filmes relacionados ao feminismo ou revoluções foram adaptados com imagens de modelos do inverno 2018 da grife. Quando as luzes se apagaram, um exército de garotas vestidas com colagens de diferentes épocas, todas marcadas por mudanças no comportamento feminino, se misturaram às imagens. Prada costurou um ‘patchwork’ das garotas francesas da revolução cultural de 1968, das americanas do período ‘*flower power*’, das burlescas dos anos 1920 e das guerreiras ocultas, sejam da ficção ou da vida real. (DINIZ, 2017, n.p).

No campo literário, é possível notar um número elevado de publicações com a temática feminista, além de um elevado quantitativo de mulheres que estão publicando livros nos mais diversos gêneros.

Figura 5: Mais de 400 escritoras se reúnem no Pacaembu para uma fotografia histórica⁷²



Fonte: Folha de São Paulo (2022, n.p)

⁷² A fotografia icônica foi produzida pela fotógrafa Mariana Vieira Elek, em junho de 2022, para estampar a capa do jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/06/mais-de-400-escritoras-se-reunem-para-registrar-pujanca-feminina-na-literatura-nacional.shtml>. Acesso em: 23 jul 2022.

Verifica-se também um aumento no lançamento de títulos acerca de temáticas de gênero e feminismos. Assim, a cada novo ano, são lançados inúmeros títulos, acadêmicos ou não, que buscam refletir sobre diferentes aspectos da vida da mulher ou divulgar as ideias e ideais feministas. Paralelamente ao crescimento do mercado editorial, cresceram também os clubes femininos ou feministas de leituras, que colaboram para ampliar o número de mulheres leitoras e autoras.

No âmbito da cultura pop, há ainda amplos investimentos em séries, filmes e animações que problematizam e/ou abordam as questões de gênero na sociedade. Em 2015, ano de destaque da atuação feminista nas redes, foram lançadas diversas séries de heroínas, tais como *Super Girl*, da Warner Channel (2015) e *Jessica Jones*, da plataforma de *streaming* Netflix (2015). Ambas as produções possuem forte apelo juvenil, sendo que a segunda, além de apresentar uma mulher como protagonista, possui um roteiro marcado pelas questões de gênero.

No cinema, a hegemonia dos heróis masculinos foi quebrada com o lançamento do filme *Mulher Maravilha*, em 2017, baseado na personagem homônima da *DC Comics*. O filme é inovador em alguns aspectos, pois, além de ter quebrado um “jejum” de filmes de heroínas, bateu recorde de público em sua estreia e recebeu críticas favoráveis, aspecto incomum para um filme dirigido e protagonizado por mulheres.

Mais recentemente na *internet*, também se popularizou o famoso teste de Bechdel, que tem sido utilizado para analisar se uma obra cinematográfica valoriza o protagonismo feminino. Assim, para passar no teste, o filme avaliado deve atender aos seguintes três requisitos básicos: a) ter ao menos duas personagens femininas; b) que as personagens conversem entre si em alguma cena e c) que tais diálogos não sejam sobre homens. Mesmo o teste não sendo capaz de avaliar a qualidade da obra analisada, ao menos joga luz sobre o machismo da indústria cinematográfica (formada em sua maioria por atores, diretores, produtores e executivos do sexo masculino). Assim, os critérios do teste apontam que filmes premiados e produzidos por grandes estúdios não apenas não passam no teste, como também apresentam uma representação estereotipada feminina. Identifica-se assim que “[...] o teste de Bechdel [...] é sobre como a [...] sociedade representa a mulher e sobre como a grande maioria da [...] indústria de entretenimento é feita para – e fala de – homens” (DUTT-ROSS, 2013, *on-line*).

Na música, a cantora pop Beyoncé foi elogiada pelo disco *Lemonade* ao tratar de questões sobre feminismo:

Partindo de experiências pessoais recentemente vividas por ela, Beyoncé compôs e cantou canções que exaltavam a liberdade e a força das mulheres. Sua mensagem chegou de fato a esse público, gerando uma onda de admiração

por seu trabalho e reforçando a ideia de que Beyoncé é um fenômeno (ALVES; LIMA, 2019, n.p).

Já a jovem cantora estadunidense Billie Eilish, aos 20 anos, discute em suas canções temas de saúde mental e questões relacionadas às pressões em torno do corpo feminino, tornando-se assim uma das vozes mais relevantes da atual geração na crítica a padrões e rótulos sociais.

Muito embora todas essas mudanças sejam celebradas, também são alvo de críticas e questionamentos por parte de feministas que, em suas análises, buscam identificar como as demandas do movimento estão sendo assimiladas pelo “mercado”, visto que quando se fala de publicidade, moda, mídia e cultura pop, não parasse pode excluir o viés lucrativo que está implicado.

Nesse sentido, Fernanda Pattaro Amaral (2019) destaca que o feminismo em sua vertente pop transformou os ideais feministas na lógica do consumo. Assim, ao transformar a luta histórica das mulheres em produto de consumo, o mercado não só esvazia a sua agenda social mais ampla, como também desconsidera a sua diversidade e complexidade:

O feminismo atende pelo plural, são movimentos, são correntes, são diferentes teorias, é heterogêneo; entretanto, o problema do feminismo pop reside justamente em unificar essas diferentes correntes e movimentos, perdendo sua singularidade em prol de um discurso massivo que pode soar vazio de conteúdo e forma, prejudicando os avanços e conquistas realizados por esses diversos setores dentro desses feminismos. (AMARAL, 2019, p.38).

Assim, ao mesmo tempo em que impulsiona a luta feminista, o mercado atua selecionando os elementos que considera menos revolucionários/ideológicos, afinal, seu compromisso não é com a transformação social, mas sim com a rentabilidade. Um dos ícones feministas que se transformou em produto de consumo “concreto” é a imagem da artista mexicana Frida Kahlo (1907-1954), cujo rosto tem sido frequentemente utilizado para estampar “[...] camisetas, canecas, bolsas, entre outros artigos de consumo, desde marcas de roupas menores a marcas de roupas de luxo, consumidas pela elite [...]” (AMARAL, 2019, p. 38).

As feministas também se questionam até que ponto as empresas estão dispostas a investir em ações de combate à desigualdade de gênero. Nesse sentido, perguntam-se se essas mesmas empresas estariam dispostas a contribuir com transformações mais profundas na sociedade? Indo além da publicidade “politicamente correta”, e contraditoriamente em seu interior, perpetuam-se padrões desiguais e machistas.

O feminismo “vendável” e valorizado pela mídia e publicidade é aquele da perspectiva pós-feminista se apropriam de ideias clássicos feministas focando nos aspectos da igualdade e

valorizando características como autonomia, empoderamento e força feminina assim “bem-sucedidas, mulheres passaram a compor o universo de um feminismo renovado, como o *power feminism* e o *girl power* [...]” (LANA, 2017, p. 1367) deixando de lado a ideia do feminismo enquanto mobilização coletiva sem ainda problematizar ainda a persistência da desigualdade de gênero na sociedade (LANA, 2017).

Os ensaios que pretendem responder essa questão revelam a ambiguidade que o cenário expressa. Isso porque ainda que sejam apenas no nível da “propaganda”, as transformações acabam, de toda forma, produzindo representações alternativas acerca das mulheres. Além disso, é preciso reconhecer que o seu amplo alcance publiciza e introduz questões de gênero e feminismo no cenário social, ampliando o debate para além da militância clássica, sem desconsiderar ainda o fato de que muitas feministas acabam se beneficiando do patrocínio dessas marcas de modo a continuarem produzindo conteúdo crítico dentro e fora das redes.

Um bom exemplo de mudanças fomentadas por reivindicações nas redes sociais foi o crescente movimento das mulheres negras que, ao questionarem a normatividade do cabelo liso, influenciaram a indústria a produzir produtos para o tratamento e cuidado dos cabelos crespos. A indústria de produtos para cabelos, por sua vez, aproveitou o lançamento dos produtos para promover publicidade em torno da aceitação dos fios naturais, utilizando como garotas propaganda influenciadoras que já atuavam nas redes sociais e problematizando questões em torno da aceitação do cabelo afro.

Em última instância, essas contradições e ambiguidades destacam ainda que as empresas desejem, não podem mais simplesmente ignorar as pautas feministas: “Num mundo evoluído, cheio de consumidores conscientes, as empresas terão que se humanizar. Só sobreviverão as marcas que genuinamente estarão preocupadas em serem agentes transformadores para um mundo melhor”. (BLATYTA, 2017, n.p).

Esse espírito do tempo tem provocado grandes empresas a investirem em diversidade. Em alguns casos, contratam consultoria especializada para assessorá-las quanto a pautas raciais e de gênero. Muitas temem o famoso “cancelamento”, que diz respeito a campanhas de boicote coletivo a uma determinada marca que não se posiciona ou se posiciona de modo equivocado acerca de temas de relevância social.

3.4 FEMINISMO, GÊNERO E EDUCAÇÃO

Não é uma tarefa difícil encontrar uma associação intrínseca entre o feminismo e a educação. De forma oposta, o feminismo tem tido dificuldade para penetrar na educação formal, seja por meio de seus valores, seja como conteúdo curricular.

Assim, neste tópico, buscamos identificar as diferentes intersecções e aproximações entre as teorias feministas e a educação.

3.4.1 A educação feminina como reivindicação

Ao voltarmos o olhar para a história das mulheres, é possível observarmos que a sua primeira aproximação com a pauta educativa surgiu muito antes do feminismo. Em épocas passadas, as mulheres já reivindicavam o direito à educação, com a ascensão do feminismo enquanto movimento social-coletivo, a educação se apresentou como pauta de destaque em seus diferentes momentos históricos.

A história revela que por muito tempo as mulheres estiveram à margem da educação formal, sendo raros os momentos em que lhes foi permitido ocupar as salas de aula. Assim, a histórica exclusão das mulheres dos bancos escolares se vincula à cultura patriarcal e à visão androcêntrica da ciência, que afirmavam que as mulheres eram intelectualmente inferiores aos homens, além de excluí-las da vida pública.

No Brasil, muitas mulheres escreveram sobre a importância da educação enquanto processo emancipatório e necessário para uma sociedade justa e igualitária. Conforme destaca Ribeiro, A. (2006), a primeira reivindicação pela instrução feminina no país partiu dos indígenas brasileiros, que, ao contrário dos colonizadores brancos, não compartilhavam da visão de mulher inferior. Apesar de os padres jesuítas concordarem com os indígenas sobre a necessidade de alfabetização das mulheres, “[...] a Rainha de Portugal, Dona Catarina, negou a iniciativa, qualificando-a de ousada, devido às ‘consequências nefastas’ que o acesso das mulheres indígenas à cultura dos livros da época pudesse representar.” (RIBEIRO, A., 2006, p. 81).

Ainda de acordo com Ribeiro A. (2006), no século XVI, na própria metrópole não havia escolas femininas e as meninas recebiam apenas instrução doméstica, sendo que a maioria das mulheres portuguesas, mesmo as que viviam na corte, possuíam pouca leitura ou eram analfabetas. Mesmo a educação das primeiras letras na colônia era voltada apenas ao sexo masculino. Nesse contexto, contrariando a ordem social vigente à época, algumas indígenas conseguiram se alfabetizar, como no caso de Catarina Paraguassu, que é reconhecida como a primeira mulher a ser alfabetizada na colônia portuguesa na América do Sul.

O casamento era o caminho natural para as moças, sendo que assim que entravam na puberdade, elas deveriam optar pelo casamento com os homens de Cristo ou com o próprio Cristo, caso escolhessem seguir pelo caminho religioso.

No século XVII, os conventos se transformaram na única opção formal de educação para as mulheres, os quais, na sociedade patriarcal colonial, se transformaram em verdadeiras “prisões místicas” de mulheres:

[...] muitas mulheres eram internadas sem nenhuma vocação definida e com pouca idade. Os pais que tivessem gerado muitas filhas trancafiavam a maioria nos conventos, com receio de terem de dividir suas propriedades com os futuros genros. Também eram para os conventos que os maridos enviavam as esposas que os traíam [...]. A prisão mística servia tanto às famílias como as próprias decisões do governo local. As moças que erravam eram enviadas para o convento (RIBEIRO, A. 2006, p. 88).

Mesmo com a vinda da família real, em 1808, as mudanças sociais e culturais promovidas não alteram de forma significativa a vida das mulheres. Durante todo o século XIX, a maior parte da população brasileira vivia na zona rural e foi somente com o desenvolvimento das cidades, a partir do fim do século XIX e início do século XX, que se ampliam as possibilidades de educação feminina, sobretudo reafirmando estereótipos considerados femininos:

[...] saber tocar um instrumento musical, em especial o piano, tornou-se um imperativo para meninas bem situadas socialmente. Além de introduzir certa disciplina corporal e ajudar a passar o tempo, saber tocar piano seria considerado, na vida adulta, sinônimo de refinamento cultural. (AREND, 2020, p. 67).

Além das aulas de piano, as meninas e as moças eram ensinadas a língua em casa por um preceptor ou pela mãe, sendo que um número reduzido delas ainda tinha o privilégio de aprender “algumas noções de um segundo idioma, quase sempre o francês [...]” (AREND, 2020, p.67), que também era visto como sinal de *status*.

Os estudos históricos revelaram ainda que as possibilidades de educação para as mulheres no país se ampliaram a partir da primeira onda, que, além do voto, tinha como bandeira o acesso à educação pelas mulheres.

A educação feminina foi uma conquista inicial das mulheres brancas da elite e, em um primeiro momento, estava vinculada aos estereótipos de feminilidade da época, um tipo de preparação para a futura vida como esposa e mãe.

3.4.2 Feminismo e currículo formal

Apesar de os/as teóricos/as se debruçarem sobre os estudos feministas há mais de um século, são bem recentes as tentativas de se incluir tal temática nos currículos escolares oficiais. Na segunda metade do século XX, grupos de diferentes seguimentos, até então tidos como marginais, passam não somente a reivindicar direitos como também a questionar a educação vigente. Tais “[...] grupos [...] buscavam o direito de ter suas diferenças reconhecidas: não como o exótico, o estranho, e sim como uma forma de vida que é a sua” (GUIZZO; FELIPE, 2015, p. 2).

A relevância da inclusão de gênero na educação é justificada pela discriminação/opressão histórica feminina. A história humana destaca que os direitos civis e políticos das mulheres são fruto de uma longa marcha de reivindicação, apesar disso, existe um consenso de que tais direitos ainda não são universais, uma vez que em diversos países as mulheres ainda não possuem direitos básicos, como de se divorciarem e de dirigirem automóveis. Na sociedade patriarcal, “as mulheres são ‘amputadas’, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder” (SAFFIOTI, 2004, p. 35).

Como salienta Louro (2008), o processo de construção dos gêneros e das sexualidades ocorre por meio de inúmeras aprendizagens práticas, implícitas ou explícitas, por diferentes representantes da sociedade e instituições, tais como médicos, família, escola, igreja, meios de comunicação, publicidade, publicações, entre outras.

As proposições e os contornos delineados por essas múltiplas instâncias nem sempre são coerentes ou igualmente autorizados, mas estão, inegavelmente, espalhados por toda a parte e acabam por constituir-se como potentes pedagogias culturais (LOURO, 2008, p. 18).

A autora ainda esclarece que é por meio das relações sociais e dos diferentes discursos que os seres humanos constroem suas representações de gênero e vivenciam a sexualidade, sendo que na contemporaneidade as formas de afeto, prazer e identidades se alargaram, criando assim inúmeras possibilidades de experiências e “[...] isso pode ser fascinante, rico e também desestabilizador” (LOURO, 2008, p. 18).

No Brasil, a temática de gênero foi incluída no currículo oficial das escolas apenas em 1997, com o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s), em um contexto de disseminação do HIV/AIDS e de altos índices de gravidez precoce (FELIPE, 2007). Tal qual destaca Vianna (2012), o processo de inclusão do gênero também se vincula a um cenário mais amplo, em que os movimentos de mulheres, a partir de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, pressionaram o governo Fernando Henrique Cardoso do Partido da Social

Democracia Brasileiro (PSDB), a incluir as temáticas de gênero e sexualidade na elaboração da política curricular nacional.

Foi nesse contexto de forte influência das agências multilaterais, como o Banco Mundial, a Cepal e a Unesco, que se instaurou, sob coordenação do então Ministério da Educação e da Cultura (MEC), o processo de elaboração do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental como instrumentos de referência para a construção do currículo, a partir de uma perspectiva de gênero/sexualidade nas políticas públicas de educação escolar no Brasil, em substituição ao antigo currículo mínimo comum (VIANNA, 2012, p. 131).

É necessário que se incluam temas acerca das diversidades, da sexualidade e do gênero, sobretudo no Brasil, um país que ostenta vergonhosos números de violência e discriminação promovidas por intolerâncias relacionadas aos gêneros e às orientações sexuais (REIS; EGGERT, 2017). Além desse aspecto educativo primário de conscientização acerca das subalternidades, não se deve perder de vista o caráter formativo que as escolas exercem em seu âmbito com relação aos seus alunos e às questões de gênero e sexualidade.

As instituições escolares podem ser consideradas um dos mais importantes espaços de convivência social, desempenhando assim um papel de destaque no que tange à produção e reprodução das expectativas em torno dos gêneros e das identidades sexuais (FELIPE, 2007, p.79).

Felipe (2007) ainda assevera que as diferenças entre meninos e meninas nas escolas são evidentes e atravessam suas vivências de diferentes modos, como nas piadas de cunho sexista, ou no controle extremo da sexualidade infantil, sobretudo com os meninos, quando apresentam modos considerados “desviantes”.

“Outro problema muito comum nas escolas é a discriminação quanto à orientação sexual, gerando, muitas vezes, comportamentos homofóbicos e misóginos não só entre os/as alunos/as, mas também entre o corpo docente” (FELIPE, 2007, p.79).

Apesar de todos esses aspectos relevantes, infelizmente a temática de gênero é escassa nos cursos de formação de professores e nas políticas públicas educacionais no país (VIANNA; UNBEHAUM, 2004), colaborando assim para que temáticas de gênero e sexualidade sejam silenciadas no interior das escolas. Muitas famílias são contra a promoção desses debates no âmbito escolar e, ao condenarem a penetração das temáticas de gênero, feminismos e diversidades, ignoram que a socialização secundária de crianças e jovens é realizada prioritariamente nas instituições de ensino e, portanto, as escolas são produtoras de identidades.

Nas escolas, as relações de gênero [...] ganham pouca relevância entre educadores e educadoras, assim como no conteúdo dos cursos de formação

docente. Ainda temos os olhos pouco treinados para ver as dimensões de gênero no dia-a-dia escolar, talvez pela dificuldade de trazer para o centro das reflexões não apenas as desigualdades entre os sexos, mas também os significados de gênero subjacentes a essas desigualdades e pouco contemplados pelas políticas públicas que ordenam o sistema educacional (VIANNA; UNBEHAUM, 2004, p. 78).

Ainda que datada e limitada – uma vez que o foco estava na saúde e na anatomia dos sexos – a iniciativa de elaboração dos PCN’s foi exemplar, uma vez que após cerca de 25 anos após sua divulgação, a nova reformulação curricular não foi capaz de acompanhar a discussão então iniciada e, em vez de ter ganhado fôlego e ser incluída com mais vigor na aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), foi praticamente esvaziada no contexto de emergência do conservadorismo religioso no Brasil.

Desde 2014, os setores conservadores da sociedade têm se articulado para eliminar o gênero tanto dos textos legais quanto do currículo e do debate escolar. Assim, utilizam a noção de “ideologia de gênero” para se oporem a questões e temas relacionados a feminismo, diversidade sexual e gênero.

O contexto de aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 foi o momento de eclosão do conservadorismo no país, haja vista que seus articuladores pleiteavam a exclusão do termo “gênero” do referido documento. Isso porque, para militantes conservadores, a utilização de tal categoria poderia significar alterações das formas tradicionais de vivência da sexualidade e expressões de gênero.

[...] grupos religiosos e atores políticos/ religiosos divulgaram crenças em torno da ameaça de um incentivo à homossexualidade, uma livre escolha sobre o gênero, a destruição da família tradicional e dos conceitos de homem e mulher, ressaltando-se, a partir dessas concepções, um recorrente estado de pânico moral e constantes mobilizações sobre a presença das questões de gênero e sexualidade nos planos de educação. (BORGES; BORGES, 2018, p. 4).

Para Almeida, R. (2017), o Brasil vive um momento de perdas no que tange aos direitos adquiridos a partir da redemocratização do país. A chamada nova “onda conservadora” tem como principais articulistas grupos religiosos e seus representantes políticos, que formam a chamada “bancada evangélica” no Congresso Nacional.

Reis e Eggert (2017) assinalam que o termo “ideologia de gênero” é evocado principalmente por grupos e pessoas que defendem uma concepção tradicional, reacionária e até fundamentalista das relações sociais de gênero. É claro e notório que o “o avanço do movimento conservador/religioso sobre a educação no momento obteve eficácia graças ao

pânico moral instaurado pela categoria acusatória da ideologia de gênero” (BORGES; BORGES, 2018, p. 20).

Silva, I. (2018) realizou uma revisão sistemática acerca do termo ideologia de gênero e destacou que este é utilizado inicialmente pelo movimento feminista e movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, *Queer*, Intersexo, Assexual, entre outros (LGBTQIA+), para destacar a violência de gênero presente na sociedade. Assim, a utilização do termo por esses grupos procurava expressar, em certa medida, os processos de opressão/exclusão aos quais historicamente estiveram submetidos, afirmando assim a existência das chamadas “ideologias de gênero”. De acordo com Silva, I. (2018, p 26) “Esta categoria apresenta estudos que afirmam existir ideologias de gênero na sociedade. Tais ideologias subjagam mulheres aos homens, transgêneros às/aos cisgêneros; homossexuais e bissexuais às/aos heterossexuais”.

Dessa forma, as denominadas “ideologias de gênero” expressariam as ideologias do machismo e da LGBTfobia⁷³. O autor salienta que a utilização do termo, no entanto, não está restrita a esses grupos sociais e que representantes conservadores, já há algum tempo, têm utilizado o termo “ideologia de gênero” a partir de uma interpretação oposta ao sentido que lhe foi atribuído pelas feministas e pessoas LGBTQIA+.

Os militantes conservadores e/ou religiosos que denunciam a suposta “ideologia de gênero” nas escolas partem de uma premissa falsa que representa todo um conjunto de práticas amorais: “[...] de ideias falsas, de origem marxista, que têm o objetivo de aniquilar a família natural, fomentar toda sorte de libertinismos sexuais incluindo as uniões homoafetivas, a pedofilia, a zoofilia e a necrofilia” (SILVA, I., 2018, p. 26).

Enquanto a primeira acepção de “ideologia de gênero” pretende expor e denunciar os mecanismos de dominação/opressão, a segunda explora aspectos religiosos e morais, deixando claro que as formas de utilização do conceito, no contexto brasileiro contemporâneo, não só são diferentes como expressam posições antagônicas acerca da discussão de gênero.

Em geral, os estudiosos reconhecem que gênero e feminismo se apresentam como uma temática tabu para alguns setores da sociedade, visto que os estudos nessa área têm o potencial de questionar e desestabilizar as estruturas e representações cristalizadas na sociedade. “Ao denunciar e desafiar preconceitos, estereótipos e discriminações, o conceito de gênero incomoda e desacomoda homens e também mulheres que obtêm ganhos (mesmo que combinados com perdas) [...]” (CARVALHO; RABAY, 2015, p. 132).

⁷³ Neologismo para designar aversão, medo, rejeição, discriminação e ódio às pessoas que se relacionam com indivíduos do mesmo sexo biológico.

As leis 11.340/06 e 13.104/15, também conhecidas, respectivamente, como Lei Maria da Penha e Lei do Feminicídio, e o recente reconhecimento do Superior Tribunal Federal (STF) da homofobia e transfobia como crimes de ódio, destacam não somente o reconhecimento e a necessidade de punir os crimes de violência contra as mulheres, homossexuais e transexuais por parte do Estado brasileiro, como também evidenciam que esse tipo de crime está disseminado no país a ponto de que leis específicas sejam necessárias para o seu enfrentamento.

Mesmo diante de avanços na legislação, o debate em torno das questões gênero na educação parece caminhar para o divórcio. Isso porque é notável o esvaziamento do termo gênero nos documentos oficiais – como nos planos nacionais, estaduais e municipais de educação, além de sua exclusão da BNCC –, bem como a ampliação das escolas militares e as constantes tentativas de aprovação do projeto autoritário “Escola Sem Partido” e a promessa de reformulação dos livros didáticos, revelando o nosso atual cenário.

Se num passado recente a discussão em torno do aborto de fetos anencéfalos era o tema de maior imbróglio na sociedade brasileira, atualmente um simples discurso pró-empoderamento feminino em um programa de televisão se torna assunto político no mesmo instante. Aliás, nunca as temáticas de gênero, sexualidade e educação estiveram em tamanha evidência na sociedade brasileira, no entanto, as polêmicas, o preconceito e a negação do conhecimento científico têm tido maior destaque no debate social.

Apesar dos retrocessos e polêmicas, é inegável que a militância feminista tem obtido um certo êxito em explorar a *internet* como campo estratégico de luta feminina. Nesse contexto, um dos principais impactos do ativismo feminista digital surge por meio de iniciativas das próprias jovens, que apresentam como demanda a discussão de temas relacionados a questões de gênero e feminismo no interior das escolas.

O jornal Folha de São Paulo destacou que é cada vez mais comum a existência de coletivos feministas nas escolas da capital paulista:

O movimento feminista chegou às escolas de ensino médio. Estimuladas pelas mídias sociais, meninas a partir de 14 anos têm se organizado em coletivos para discutir temas como o assédio sexual, o bullying eletrônico e o veto a shorts nos colégios. Só na cidade de São Paulo são ao menos oito coletivos em escolas públicas e privadas (COLUCCI; GRAGNANI, 2015, n.p).

Em 2016, a revista Nova Escola publicou o artigo “As meninas estão mudando a escola”, refletindo acerca de como temas feministas estão cada vez mais presentes nas instituições educativas:

São casos nascidos com base em uma ocorrência concreta ou da simples necessidade de discutir o papel da mulher na escola, de proibições veladas ou interdições explícitas, de garotas prestes a entrar na faculdade ou de meninas de apenas 10 anos [...] (RATIER; PERES; VACONCELOS, 2016, p. s/p).

Colégios⁷⁴ do Rio de Janeiro também já possuem coletivos feministas, dentre os quais se destacam o Colégio Pedro II e o Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), denominado Libertárias.

Em 2018, o *blog* #Agoraquesãoelas publicou a carta de uma leitora de 12 anos que se afirma como feminista:

Eu tenho 12 anos e vejo minha escola repleta de jovens feministas. Entre minhas amigas tem muita conversa e as discussões têm vários lados. Trocamos ideias e nos manifestamos, nas ruas e nas redes. Olho ao redor e vejo vários grupos de meninas comentando sobre o mesmo assunto (CORULLON, 2018, n.p).

Chama a atenção o fato de os artigos destacarem que o estímulo de trazer essas questões para dentro da escola está diretamente relacionado ao fato dessas jovens acessarem conteúdos feministas na *internet*.

O contexto social contemporâneo sinaliza um clima intimidador para pesquisadores da área de gênero, feminismo, sexualidade e direitos humanos. Cabe aos estudos acadêmicos descortinar o senso comum e o obscurantismo presentes nas ideias daqueles que acreditam que feminismo e gênero são temas que devem ser eliminados do debate nas escolas.

3.4.3 Feminismo e educação não-formal

Ao contrário da educação formal, que tem demonstrado certa dificuldade em incluir as temáticas de gênero e feminismo nos currículos oficiais, de forma oposta, a educação não-formal se apresenta como um *lócus* privilegiado para o debate da problemática feminina na sociedade.

Educação não-formal e educação formal se distinguem pela última ocorrer no interior do sistema formal de ensino. Diferentemente da educação informal, a não-formal possui intencionalidade pedagógica/educativa, enquanto os processos educacionais informais ocorrem de forma espontânea. Acerca da definição da educação não-formal, Gohn (2009) destaca:

⁷⁴ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/celina/inspiradas-pelo-feminismo-alunas-criam-coletivos-em-suas-escolas-23671522>>. Acesso em: 29 ago. 2019

[...] designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica, etc. São processos de auto-aprendizagem e aprendizagem coletiva adquirida a partir da experiência em ações organizadas segundo os eixos temáticos: questões étnico-raciais, gênero, geracionais e de idade, etc. (GOHN, 2009, p.31)

A educação não-formal é um conceito que ampliou a noção de educação para além do sistema formal educativo. Desse modo, como destaca Gohn (2004), um bom exemplo de educação não-formal são os processos de ensino e aprendizagem evidenciados no interior dos movimentos sociais, uma vez que a participação em movimentos coletivos produz aprendizagens diversas.

Há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral, e também para os órgãos públicos envolvidos - quando há negociações, diálogos ou confrontos. Uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é: são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes (GOHN, 2004, p. 333).

Essa interação dos movimentos sociais com a educação ocorre tanto nas práticas e ações interiores dos movimentos com os grupos sociais quanto na relação dos movimentos com as entidades educativas.

3.4.4 Pedagogias feministas

Uma terceira articulação entre feminismos e educação se baseia na ideia de elaboração de uma pedagogia feminista. Nesse sentido, destacam-se as diferentes proposições filosóficas feministas para a ação educativa.

Silva, T. (2016) esclarece que as pedagogias feministas, ao contrário do que se possa supor, apresenta uma história própria que não se vincula à demanda moderna de inclusão do gênero nos currículos oficiais. Sua origem retoma às universidades de maneira vinculada aos estudos da mulher, em um momento em que se buscava uma estratégia para o ensino universitário de temas como gênero e feminismo.

Assim, a pedagogia feminista preocupou-se, sobretudo, em desenvolver formas de ensino que refletissem os valores feministas e que pudessem formar

um contraponto às práticas pedagógicas tradicionais, que eram consideradas como expressão de valores masculinos e patriarcais (SILVA, T., 2016, p. 96).

No Brasil, a pedagogia feminista surge no contexto da década de 1970 com a criação dos denominados grupos de reflexão organizados por feministas intelectualizadas, conforme apontado no presente capítulo.

Conforme esclarecem Silva e Freitas (2019, n.p),

A pedagogia feminista foi planejada para ser um novo modelo pedagógico, construído para subverter a posição desigual e subordinada das mulheres no ambiente de escola. Criou-se um conjunto de estratégias, procedimentos e disposições que devem solucionar a problemática das relações hierárquicas contidas nas salas de aula tradicionais.

As pedagogias feministas são essencialmente críticas, libertadoras e buscam a transformação da sociedade no sentido de superação das várias opressões sociais, e não somente as de gênero.

Ao se olhar em retrospecto para as origens do movimento feminista foi possível observar que esse movimento desde sua gênese esteve vinculada a ideia de participação e direitos das mulheres. Assim paulatinamente por meio de diferentes gerações e ou momentos também denominados de ondas, as feministas ao longo de todo o século XX foi obtendo importantes vitórias em relação a direitos e participação feminina.

Em seu processo de expansão o feminismo incorporou novas pautas, lutas e sujeitos sociais e em sua vertente acadêmica ampliou a categoria mulher com a adoção da categoria gênero, incorporando novos temas de análise como o da sexualidade a partir das reflexões promovidas pela teoria *queer* e da desigualdade de classe e raça culminando no surgimento da análise interseccional.

Especificamente no contexto nacional o movimento inicia com a luta pelo sufrágio universal, ganhando destaque, tanto nas reivindicações quanto na pesquisa, a partir das décadas de 1960 a 1980, englobando assim o período militar e a abertura democrática.

A partir dos anos de 1990 o feminismo em todo o mundo passa por um momento de arrefecimento, porém a partir do século XXI começam a surgir novos focos de reivindicação culminado com a explosão de uma nova onda feminista a partir de 2015, com a atuação de uma nova geração de mulheres lutando por pautas diversificadas por meio de ações e campanhas em diferentes plataformas digitais. Esse movimento a cada ano se intensifica consolidando a luta das mulheres no ciberespaço em constante diálogo com as reivindicações de ruas. Como acontece nos mais diversificados nichos sociais o feminismo das redes não é isento de críticas

ou polêmicas, sobretudo pela apropriação das bandeiras e causas feministas por parte da grande mídia e do grande capital.

Encerrando a segunda seção buscou-se identificar as diferentes intersecções entre gênero, feminismo e educação. Sendo identificada a educação inicialmente como reivindicação das mulheres, a reflexão em torno das de gênero nas políticas educacionais.

4 TEMATIZANDO A JUVENTUDE

As discussões na terceira seção do trabalho giram em torno da tentativa de conhecer os principais condicionantes sócio-históricos que ajudaram a emergir a noção de jovem e juventude. Também buscou-se analisar o histórico dos estudos sobre essa importante etapa da vida social apresentando pressupostos teóricos que ajudem a analisar e a compreender o jovem enquanto sujeito social. Ademais também buscou explorar os temas gênero e cibercultura como elementos de destaque da vivência juvenil.

4.1 A EMERGÊNCIA HISTÓRICA DO JOVEM E DA JUVENTUDE

Nem sempre as sociedades foram organizadas de acordo com a idade, nesse sentido, muitas atividades consideradas pertencentes ao mundo dos adultos por um longo tempo fizeram parte da vida de pessoas com menos idade, uma vez que não existia separação social/jurídica entre as idades. Geralmente, o aparecimento da puberdade já era o suficiente para sinalizar o momento para o casamento, mas não impedia que antes disso o indivíduo fosse socializado em atividades típicas do mundo adulto.

Voltando-se à análise histórica, Feixa (1998) identificou ainda na Grécia a existência de instituições voltadas especificamente aos jovens, sendo a Efébia considerada a mais relevante na Atenas do século V a.C, de inspiração espartana. Os efebos, como eram reconhecidos os jovens da referida instituição formativa, recebiam uma formação que combinava treinamento moral, com aprendizagens para a guerra e educação erótica que incluía a prática sexual com guerreiros mais velhos. Com o passar dos tempos, a Efébia perdeu seu caráter militar e passou a enfatizar a formação dos filhos da elite. Essas mudanças colaboraram para a emergência de uma nova perspectiva educativa baseada na noção da Paidéia. No contexto da Roma Clássica, não havia um consenso em relação à idade do adolescente, alguns consideravam até os 21 e outros até os 28.

Especificamente no final da Idade Média, é possível observar como a “questão etária” era insignificante naquela sociedade, ao exemplo das escolas do período que reuniam de forma natural alunos de idades distintas (crianças, adultos e jovens) numa mesma sala.

Essa promiscuidade das idades hoje nos surpreende quando não nos escandaliza: no entanto, os medievais eram pouco sensíveis a ela que nem notaram, como acontece com as coisas muito familiares. Mas como poderia alguém sentir a mistura de idades quando se era tão indiferente à própria ideia de idade? (ARIÈS, 2012, p. 109).

De acordo com Becker (1985), até o século XVIII, adolescentes eram confundidos com crianças independentemente de terem 13 ou 15 anos, porém, com o início da Revolução Industrial se ampliará, de forma gradativa, a percepção de um período de vida intermediário entre a infância e a vida adulta. Nesse contexto, os escritos do filósofo francês Jean-Jacques Rousseau (1772 – 1778) já indicavam o reconhecimento da “adolescência” como um período marcado por crises e instabilidades, defendendo inclusive a necessidade de se apartar o jovem socialmente. As ideias de Rousseau terão grande repercussão tanto nas teorias psicológicas/pedagógicas do século XX quanto no estabelecimento das bases de “[...] uma visão naturalista, na medida em que a infância e a adolescência são vistas como um estado, e não como uma condição social”. (OZELLA, 2002, p.17).

A organização social orientada pela idade é uma necessidade que surge nos bojos das transformações sociais ocorridas na Europa a partir dos séculos XIX e XX, impulsionadas pelo processo de industrialização, que provocou mudanças profundas no mundo do trabalho, na organização familiar e na medicina.

Desse modo, a necessidade de mão de obra mais especializada exigiu a ampliação da formação escolar, retardando assim o tempo de entrada no mercado de trabalho e, conseqüentemente, levando a um adiamento da reprodução para homens e mulheres (VILELA; DORETO, 2006). Assim, esse adiamento do trabalho e da reprodução acabou por produzir um hiato entre a infância e a vida adulta, o que foi essencial para que se inaugurasse a noção de “juventude”, a qual, dentre seus múltiplos sentidos, se destaca como período de aprendizagem e preparação para o futuro.

É preciso considerar que nesse contexto não somente o processo educativo começa a ser alargado como também a expectativa de vida é ampliada, sobretudo a partir do desenvolvimento da medicina, aspectos estes que ocasionaram um profundo impacto na configuração demográfica dos países, ao mesmo tempo em que surge um novo grupo social.

A extensão do período escolar, o distanciamento dos pais e da família, e a aproximação de um grupo de iguais foram as conseqüências dessas exigências sociais. A sociedade assiste, então, à criação de um novo grupo social com padrão coletivo de comportamento [...] (OZELLA, 2002, p.22)

Muito embora se observava uma crescente organização de grupos de jovens funcionando como sociedades temporárias, esses indivíduos ainda não vivenciaram aquilo que denominamos hoje como juventude. Ademais, é interessante notar que esses modelos primários de socialização juvenil eram exclusivos do público masculino, visto que as mulheres ainda não frequentavam a escola (SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010).

De acordo com Francisco e Groppo (2016), a partir do século XIX passaria a ocorrer um processo intensificado de racionalização da vida social, que tem como um dos seus principais elementos a cronologização e a institucionalização do curso da vida. Assim, a justificativa para a classificação social etária, em grande medida, se valeu da necessidade de se criar um critério neutro, objetivo e universal, tais quais os anos biológicos. Dessa forma, a cronologização se ramifica pelos diversos setores de gestão do Estado, servindo de base para a criação das leis e a organização social e fundamentada: “[...] na ideia de que existem categorias etárias com maior fragilidade, necessidade de proteção e/ou especificidades que devem ser atendidas pela sociedade e Estado: infância, adolescência, juventude, velhice.” (FRANCISCO; GROPPPO, 2016, p. 277).

Dessa maneira, Groppo (2004) assinala que a moderna divisão em faixas etárias representava uma forma objetiva de organização social sendo que a melhor se adequava ao espírito científico à época:

A idade contada em anos, dado objetivamente determinado, parecia ser o melhor critério para o julgamento das ações individuais e a atribuição de deveres e direitos, dada sua universalidade e caráter quantitativo. Também, permitia às ciências, principalmente no ponto de vista positivista, elucidar as pretensas determinações ‘naturais’, de caráter bio-psicológico, do desenvolvimento humano (GROPPPO, 2004, p. 10).

Com as divisões etárias, não só se consolida a noção de sujeito jovem, como também emerge uma nova etapa da vida reconhecida como juventude. Assim, reconhece-se que a juventude é um “produto” da modernidade, o que implica reconhecer que

[...] mesmo que já houvesse jovens nos períodos históricos anteriores, os significados, as características e os papéis sociais atribuídos a esse grupo social eram bastante diversos daqueles que se passou a atribuir a ele recentemente (WEISHEIMER *et al.*, 2013, p. 13).

Ao final do século XIX e início do XX, surgirão na Europa os primeiros estudos no campo da medicina e psicopedagogia, acerca da recém-criada noção de adolescência, no contexto de renovação científica promovida pelo positivismo.

4.2 OS ESTUDOS DE JUVENTUDE: BREVE APONTAMENTO HISTÓRICO

Diferentes momentos históricos produzem diferentes sujeitos sociológicos, nesse sentido, a juventude surge como uma noção envolta de representações, ideais, críticas e questionamentos vinculados a uma parcela de indivíduos da sociedade. Ao retomarmos o histórico da produção acadêmica acerca da juventude, é possível observar que uma série de fatores concorre para a conceitualização e compreensão dessa categoria.

Pais (1990) escreve que muito embora a puberdade seja um processo humano natural e universal, a adolescência começou a ser caracterizada como uma fase de vida apenas na segunda metade do século XIX. Desse modo, os primeiros estudos sobre os jovens se basearam na noção de adolescência.

A autora Maria Rita de Assis César (2008) destaca que enquanto objeto científico, a adolescência se fundamenta na epistemologia positivista, mais especificamente nas áreas da biologia e da medicina, tendo como principais consequências sociais a estimulação de políticas de higiene e educação. Um dos primeiros discursos sociais sobre a adolescência a descreve como momento de “risco”/“perigo”, com especial ênfase na sexualidade e “[...] nas mudanças hormonais e fisiológicas da pessoa, definindo-as como ‘adolescência’. Tal perspectiva é determinante em conceitualizar as características ‘normais’ e ‘anormais’ no comportamento de uma “pessoa jovem ou adolescente””. (ALPÍZAR; BERNA, 2002).

De acordo com Alpizar e Berna (2002), o psicólogo estadunidense Stanley Hall (1844-1924) e a psicanalista austríaca Anna Freud (1895-1982), influenciada por Hall, são os principais teóricos que propuseram uma análise do sujeito adolescente fundamentada na psicanálise, na psicologia do desenvolvimento e nos estudos sociológicos de matriz funcionalista e epistemologia positivista. Em 1904, Hall publica a obra “*Adolescence*”, que viria a exercer influência sobre as políticas sociais adotadas no EUA.

Gropo (2017) destaca que Hall considera a adolescência não apenas como um dado biológico (como puberdade), pois também remete a algo socialmente construído, além de implicar demandas para a sociedade. Apesar de avançar na compressão ao incluir o aspecto social, suas análises ainda são carregadas de atribuições negativas ao enfatizarem que a adolescência simboliza um período crítico para o aparecimento de neuroses e psicoses, além de ser uma época de “embriaguez mental e moral” (GROPPO, 2017, p.23).

As ideias de Hall viriam a influenciar os estudos sobre interacionismo-simbólico dos sociólogos da Escola de Chicago acerca da análise estrutural funcionalista, cujos principais representantes são Talcott Parsons (1902 – 1979), James S. Coleman (1926-1995) e Shmuel Eisenstadt (1923-2010). A compreensão estrutural-funcionalista da juventude apresenta os seguintes principais pressupostos: a) a noção de que a juventude é uma categoria etária definida,

precisa e de caráter natural, universal e evidente; b) a ideia de que a juventude é uma etapa de transição para a vida adulta; c) a defesa de que a juventude se vincula diretamente ao processo de socialização numa perspectiva de internalização e reprodução dos padrões e normas sociais e d) o entendimento de que a juventude é uma fase sensível e que pode ser levada à “anormalidade” ou ao “desvio” (GROPPO, 2017). O autor ainda esclarece que tal entendimento acerca da juventude permaneceu hegemônico até meados do século XX, quando surgem novas interpretações de juventude.

Na América Latina e no Brasil, o modelo que predominou foi o psicanalítico baseado em Hall e influenciado pelos estudos da psicanalista argentina Arminda Aberastury (1910-1972) e do psiquiatra argentino Maurício Knobel.

Um segundo modelo de estudos sobre juventude emergiria em meados do século XX elaborando uma análise que compreende o jovem como elemento essencial para a integração social, porém sem superar a transição da visão de juventude enquanto “processo transitório”. A partir de tal premissa, a juventude foi concebida como “[...] uma etapa na qual as pessoas jovens devem formar-se, adquirir todos os valores, habilidades para uma vida adulta produtiva e bem integrada socialmente.” (ALPÍZAR; BERNA, 2002). O principal nome dessa perspectiva é o psicanalista de origem alemã Erik Erikson (1902-1994), que, além de retomar elementos da formulação anterior, centraria a sua análise na noção de moratória. Algumas críticas e avanços surgiram a partir desse momento, já na década de 1990, fundamentado no estruturalismo, Morch destacaria que a juventude se vincula diretamente às denominadas “estruturas de atividades”, ou seja, a juventude é uma forma de *status* vivenciada por meio de atividades socialmente definidas e oferecidas por estruturas como a escola e o trabalho para oferecer respostas ao desenvolvimento juvenil.

Alpízar e Berna (2002) esclarecem ainda que nesse mesmo período se desenvolveria uma série de estudos de temática juvenil em diferentes áreas do conhecimento, a exemplo de estudos sociológicos sobre cultura juvenil, psicologia do desenvolvimento, estudos antropológicos e jurídicos, focando, sobretudo, em elementos de integração/desintegração social, tais como delinquência, marginalização, questão racial, entre outros.

No contexto dessa perspectiva, os estudos de Park inovariam ao reconhecer que:

[...] aquilo que era codificado socialmente como ‘desvio juvenil’, não é situado como um fenômeno patológico, mas como o resultado previsível de um determinado contexto social. Essa formulação, em particular, vai ser retomada para contribuir na estruturação de uma perspectiva de construção sócio-cultural da juventude. (ALPÍZAR; BERNA, 2002, p.24).

Uma terceira perspectiva acerca da juventude foi desenvolvida a partir do século XX, focando na juventude enquanto dado sociodemográfico. Assim, os jovens são analisados como um grupo homogêneo de indivíduos da mesma faixa etária:

[...] as pessoas jovens são situadas principalmente como um dado estatístico. Tais estudos generalizam aspectos e comportamentos para todas as pessoas jovens, invisibilizando a diversidade de condições, necessidades e realidades. (ALPÍZAR; BERNA, 2002, p.24).

Outra importante corrente de pressupostos acerca da juventude é a concepção do jovem como agente de mudança social, a qual foi fortemente influenciada pelo materialismo histórico. É considerada por muitos como estudos idealistas/utopistas ao depositar nos jovens a reponsabilidade, no entanto, apresentam como principal mérito, diferentemente de outras tendências, uma visão positiva sobre o jovem.

A juventude como problema de desenvolvimento está relacionada à identificação de problemáticas que se articulam com a classe jovem, tais como o desemprego, o uso de drogas, gravidez na adolescência etc.

Esses estudos focam-se em problemas mais ‘macro’ do desenvolvimento sócio-econômico dos países (desemprego, taxa de fertilidade e crescimento populacional, emigração e imigração, nível educativo, etc.) e retomam em muitos casos o enfoque sócio-demográfico, porém vão além dos estudos meramente estatísticos. Dirigem-se principalmente ao desenvolvimento de propostas para ‘integrar socialmente’ a população juvenil à sociedade, propondo bases para o desenvolvimento de políticas públicas dirigidas a esse setor. (ALPÍZAR; BERNA, 2002, p.27).

Tais investigações avançam em relação àquelas de base sociodemográfica, pois destacam características regionais e nacionais, além de cruzarem dados como idade, estado civil, escolaridade, classe social, entre outros indicadores. Os dados colaboram para a criação de políticas públicas para a juventude na América Latina.

Uma quinta perspectiva de compreensão da juventude de destaque buscou compreender o jovem a partir do conceito de geração, destacando referenciais e vivências juvenis em uma determinada época histórica. A principal crítica que recai sobre essa teoria diz respeito a sua capacidade de rotular e criar estereótipos ao classificar as pessoas a partir de algumas características presentes em sua geração.

Uma última perspectiva de estudos sobre juventude se desenvolveu a partir de pesquisas realizadas nos últimos quarenta anos, vinculando-se, principalmente, à sociologia e à antropologia, tendo como referencial as contribuições da antropóloga cultural estadunidense

Margareth Mead⁷⁵ (1901-1978), que, já nos anos de 1920, questionou a ideia de juventude universal a classificando como uma categoria cultural.

Os estudos sócio-culturais ressaltam a diversidade de formas de expressão da juventude (culturas juvenis) e salientam a diversidade do que é juvenil (identidades juvenis). Além disso, foram desenvolvidos na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina estudos que enfatizam duas dimensões particulares do que é juvenil: por um lado, a identidade (ou identidades juvenis) como resultado de um processo de construção sócio-cultural; por outro, as culturas juvenis como expressões diversas da população que se identifica como jovem. (ALPÍZAR; BERNA, 2002, p.28).

A partir desses pressupostos, foram desenvolvidos inúmeros estudos em diferentes partes do globo, inclusive na área da psicologia, que rompem com as ideias clássicas presentes nas obras de Hall e Erickson, a exemplo dos estudos do psicólogo francês Gerard Lutte, que “[...] situa a juventude como uma condição que implica uma forte marginalização e discriminação.” (ALPÍZAR; BERNA, 2002, p.28).

Recuperar a trajetória histórica da produção científica na área dos estudos sobre juventude, ainda que de modo não exaustivo é relevante para compreender a construção e o desenvolvimento desse campo investigativo.

4.3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA A COMPREENSÃO DO JOVEM E DA JUVENTUDE

Com a emergência do sujeito jovem e do desenvolvimento dos estudos de juventude, cada época histórica produzirá a sua própria representação e compreensão do jovem e da juventude. Assim, conforme esclarece Dayrell (2003), a necessidade de identificar as diferentes representações de juventude se justifica a partir do reconhecimento de que as diferentes imagens produzidas sobre o jovem interferem nos modos com que a sociedade aborda o jovem.

Assim, é possível observar que o século XX produziu diferentes imagens dos jovens e da juventude. De acordo com Groppo (2004), a denominada “Era da Adolescência/Delinquência” abrangeu de 1900 até 1950, quando se predominou a visão social como jovem delinquente/“rebelde sem causa”. Nesse período, a transgressão e a delinquência eram percebidas como características inerentes à juventude.

A década de 1950 seria então um momento de transformações para a realidade do jovem, tanto no contexto nacional como no internacional. Assim, esse período demonstra que os

⁷⁵ De acordo com Groppo (2017), os estudos de *Mead* buscavam “comprovar que as concepções de adolescência elaboradas pela psicologia e psicanálise, incluindo a de Stanley Hall, não teriam necessariamente validade fora do mundo moderno e ocidental”. (p.34).

processos de transformação social em curso desde o século anterior seriam intensificados e novos e inéditas alterações no seio familiar passariam a ocorrer, impactando na vida dos filhos:

O relacionamento entre pais e filhos tende a torna-se mais íntimo e cordial. Cresce o investimento familiar no cuidado da prole com expectativa de retorno econômico, no futuro, mas também emocional no presente. A educação e a perspectiva de uma vida segura material e segura para os filhos vigoram entre as principais preocupações dos pais de classe média. Para disciplinar e lidar com crianças e adolescentes, muitos pais e educadores tentam empregar 'psicologia' em lugar de tapas, chineladas. (PINSKY, 2014, p.143).

Além dos aspectos citados, conforme ainda sugere a autora, os jovens serão mais valorizados socialmente, adquirindo maior independência e necessidade de consumo, buscando espaços alternativos de convívio. Apesar da progressiva conquista da autonomia, o jovem passa a frequentar ambientes com seus pares, no entanto, os pais ainda exerciam forte influência em suas vidas, visto que a maioria ainda residia com a família (PINSKY, 2014).

Como sinaliza Groppo (2004), é preciso compreender a juventude nas décadas de 1960 e 1970 a partir de seu contexto, que foi caracterizado pela paulatina ampliação das universidades, além da crescente indústria cultural. Assim, novas imagens de juventude se popularizaram, sendo possível identificar a emergência da figura do jovem contestador e militante em movimentos estudantis, principalmente em países com regimes autoritários, como no Brasil sendo uma geração marcada pelos movimentos *hippies*, os movimentos de contracultura e os movimentos estudantis na França em 1968. Enquanto para uma parte da sociedade esses jovens ameaçam a *status quo* com seus planos de ordem política, moral e cultural ao criticarem a ordem vigente, para outra parte, eles significavam a possibilidade de uma transformação social profunda.

Com o passar dos tempos, no entanto, se cristalizou uma visão positiva dessa geração que é frequentemente vista sob uma ótica romântica em que predomina a ideia de que a “[...] a juventude seria um tempo de liberdade, de prazer, de expressão de comportamentos exóticos” (DAYRELL, 2003, p. 24). De uma forma geral, a representação juvenil predominante foi identificada como militância, utopia e solidariedade (PAIS, 1990).

Essa reelaboração positiva acabou, desse modo, por fixar assim um modelo ideal de juventude, transformando a rebeldia, o idealismo, a inovação e a utopia em características essenciais dessa categoria etária. (ABRAMO, 2007, p .83). No Brasil, os jovens se tornaram símbolo de luta contra a ditadura militar, aspecto que fomentou o “mito do jovem revolucionário”. (AFONSO, 2018).

A partir dos anos de 1980, os jovens serão vistos de forma “[...] individualista, consumista, conservadora e indiferente aos assuntos públicos, apática [...]” (ABRAMO, 1997, p.31). Ainda conforme a autora, a percepção predominante da época era de que faltava idealismo aos jovens dos anos de 1980, que também não aparentavam ter compromisso com a política. No contexto nacional, os jovens serão criticados por não se encaixarem no “mito da juventude revolucionária” dos anos de 1960, sendo rotulados de alienados. Tal análise é percebida por Afonso (2018) como anacrônica, pois não considera o jovem em seu próprio tempo histórico, além disso, destaca que é preciso considerar que os jovens desse período elaboraram uma forma própria e original de compressão das mudanças políticas e sociais em curso. Foi principalmente por meio da produção artística e cultural, com destaque para a música, em especial o rock, que os jovens oitentistas buscaram imprimir suas impressões acerca do Brasil, que vivenciava a transição para a democracia, ao mesmo tempo em que buscavam aderir ao processo de globalização, aspecto eternizado na canção “Geração Coca-Cola⁷⁶”.

A imagem dos jovens dos anos de 1990 no Brasil é a do jovem em situação de risco, nesse sentido, sobressaem-se “[...] à violência, [...] desregramento e desvio (os meninos de rua, os arrastões, o surf ferroviário, as gangues, as galeras, os atos de puro vandalismo)” (ABRAMO, 2019).

Essas diferentes representações acerca do jovem evidenciam que a juventude é associada a “[...] pressupostos, expectativas, temores e idealizações, que historicamente implicam para as pessoas jovens condições de desvantagem, como falta de controle sobre as próprias vidas e marginalização”. (ALPÍZAR et al, 2002, p.7).

Estudos mais recentes no campo da juventude, no entanto, têm buscado não somente superar as visões pessimistas acerca do jovem e da juventude, cristalizadas pelo senso comum, mas também, em alguma medida, as próprias pesquisas que também colaboraram com a marginalização social dos jovens.

Desse modo, compreende-se que as representações sociais negativas sobre os jovens são divulgadas por meio de inúmeros discursos sociais. Dessa maneira, ainda hoje, quando os adultos se referem aos jovens, sobretudo aqueles de menor idade, identificados como adolescentes, é comum ouvir que:

A adolescência vai mal: os adolescentes são difíceis; crescem os números de adolescentes infratores, criminosos, drogados, prostituídos; a gravidez na adolescência atinge proporções epidêmicas nas estatísticas, aumenta o contágio pelo vírus da Aids. Esses são alguns exemplos recorrentes das

⁷⁶ RUSSO, Renato. **Geração Coca-Cola**. Rio de Janeiro: EMI, 1985. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JCoQjAThryo> . Acesso em 1 jun. 2020.

manchetes que povoam os veículos de comunicação de massa já há bastante tempo, representando imagens da adolescência bem fixadas nas instituições sociais e no senso comum. (CÉSAR, 2008, p. 26, grifos da autora).

Em maio de 2018, a revista *Veja* publicou em seu site um texto intitulado “A crise dos 12 anos: como lidar com filhos pré-adolescentes?”. Ao utilizar o termo crise, o periódico expõe como tal representação ainda é recorrente no cotidiano para se referir às transformações vividas nesse período da vida. Nesse sentido, César (2008) destaca que a noção de crise como elemento essencial da adolescência advém principalmente das teorias do desenvolvimento humano e dos discursos psicopedagógicos, evidenciando assim o quanto os estudos sobre adolescência empreendidos na primeira metade do século XX ainda ecoam no século XXI.

Ainda que a ideia da adolescência como “crise” seja presente nos discursos científicos e midiáticos contemporâneos, um certo número de estudiosos já vêm há algum tempo questionando concepções que naturalizam e essencializam o jovem, apontando as limitações de tais argumentos.

Uma primeira estratégia que os estudiosos da juventude adotam para desconstruírem as noções limitadas acerca do jovem e de sua condição juvenil é a problematização do critério etário⁷⁷. Nesse sentido, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1983) contribuiu com tal debate ao apresentar a reflexão de que as divisões etárias são arbitrárias e objetos de manipulação das sociedades. Uma vez que essas divisões envolvem um componente de poder, visto que a classificação etária implica a imposição de limites e o estabelecimento de uma ordem na qual cada um deve se manter em seu respectivo lugar. Ademais, quando um indivíduo fala que é velho/ou jovem, este sempre será o jovem ou o velho de alguém (BOURDIEU, 1983). Ou seja, para o sociólogo francês, o critério etário é flexível, variável no tempo e na sociedade, sendo que o jovem de hoje fora considerado anteriormente como o adulto de “ontem”.

Além de relativizar o caráter etário, é preciso considerar que o foco da compreensão da juventude também deve se voltar ao jovem em si e não ao potencial adulto que ele será, pois, como destacam Carrano e Dayrell (2014), a juventude não deve ser compreendida como uma fase de transição para a adultez, uma vez que ao reduzi-la a um momento de passagem, deixaria de ter valor por si mesma. Assim, a juventude expressa um tempo de exercício de inserção social, assim como outros momentos da vida, tais como a infância, a vida adulta e a velhice, e, por isso mesmo, deve ser reconhecida e valorizada.

⁷⁷ Apesar de o recorte etário ser um aspecto de crítica dos pesquisadores, é importante salientar que o parâmetro temporal pode ser utilizado como uma definição primária de um conceito mais amplo, que é a juventude. Além disso, é possível identificar que o padrão etário é amplamente utilizado nas formulações de políticas públicas para o grupo juvenil.

Pais (1990) compreende a juventude como um conjunto social que é constituído por indivíduos em uma determinada fase da vida e propõe uma análise do conceito a partir dos dois seguintes eixos semânticos: aparente unidade (referente a uma fase da vida) e diversidade (quando os atributos sociais distinguem um jovem do outro). Ao enfatizar o binômio unidade/diversidade, o estudioso lusitano considera que a juventude pode ser compreendida tanto a partir da perspectiva de unidade (quando se refere a uma fase de vida), quanto no sentido de representar um conjunto social diversificado. Nesse sentido, entende a juventude como homogênea, quando comparada a outras gerações, e heterogênea, quando examinada pelos atributos sociais que diferenciam um jovem do outro.

Desse modo, ao se afirmar que formas de se vivenciar a juventude são diversas e plurais, reconhece-se também que as formas de entrada na vida adulta serão distintas. Recentes trabalhos no campo da sociologia da juventude destacam que nem todos os jovens poderão vivenciar a juventude enquanto processo transitório para o mundo adulto, visto que para os jovens das classes populares, as responsabilidades adultas podem aparecer antes, tais como a necessidade de ingressar no mundo do trabalho e/ou a vivência precoce da maternidade/paternidade (CARRANO, P., 2011). Somam-se a essas diversidades as condições desiguais de acesso aos bens econômicos culturais e educacionais, reforçando a ideia de existência não de uma juventude ideal, mas sim de juventudes, no plural, de modo a enfatizar a diversidade de formas de existências vivenciadas pelos jovens (DAYRELL; CARRANO, 2014).

A juventude é frequentemente associada à noção de moratória social, conceito o qual enfatiza: “[...] ‘tempo doado’ pela sociedade para que seus jovens [...] experimentem a condição adulta, sem as responsabilidades a esta associadas, permitindo-lhes então configurar trajetórias de inserção social com maior autonomia.” (BRASIL, 2014, p. 28).

Apesar de ser um aspecto relevante da compreensão da condição juvenil, esse elemento caracteriza mais a juventude europeia que a brasileira, haja vista que no Brasil, dadas as condições de vida precárias, muitos jovens só podem viver a condição juvenil devido à sua inserção no mundo do trabalho (DAYRELL; CARRANO, 2014; CARRANO, P., 2011).

Para a análise da condição juvenil, Dayrell e Carrano (2014) propõem a articulação das seguintes dimensões:

- **Culturas juvenis:** referem-se aos mediadores culturais de expressão dos jovens, como a música, o vídeo, o visual, a forma de comunicação, as formas de consumo etc. O mundo cultural é o espaço privilegiado para que o jovem experimente o protagonismo. Assim, as culturas juvenis são expressões simbólicas da condição

juvenil, com destaque para as relações possibilitadas pelos denominados grupos culturais. É preciso estar atento em relação ao fato de que assim como os jovens são diversos; as culturas juvenis também possuem um caráter heterogêneo.

- **Sociabilidade:** vincula-se à dimensão cultural e é uma questão central na vida dos jovens. Está presente no lazer, assim como nos espaços institucionais, como na escola. Por meio das relações, os jovens se descobrem e fixam as suas identidades, sendo a turma de amigos uma referência de destaque nesse processo.
- **Tempo e espaço:** as dimensões da condição juvenil se desenvolvem essencialmente em um espaço onde são construídas. Sendo assim, os jovens tendem a transformar espaços físicos em espaços sociais a partir da produção de inúmeros sentidos próprios. Já o tempo presente é vivido de forma diferente no interior das instituições à qual os jovens estão vinculados (tempo pontual/tempo aleatório).

Tão importante quanto essas três dimensões é o aspecto da participação juvenil. Nesse sentido, a participação se refere tanto à aprendizagem teórica para a vida cidadã quanto à aprendizagem de valores e conteúdo cívico, elementos importantes que instrumentalizam os jovens a buscarem soluções para questões relevantes de suas vidas (DAYRELL; CARRANO, 2014).

Nesse sentido, emerge a seguinte questão: qual seria o momento em que um indivíduo deixaria de ser jovem? A resposta para tal indagação deve levar em conta tanto o aspecto etário quanto as representações, pois dependeria

[...] tanto dos indicadores relacionados a transformações vividas pelo corpo biológico quanto àquilo que se refere aos dados sociais objetivos e às representações que cada sociedade empresta ao conceito de jovem e juventude (CARRANO, P., 2011, p. 9).

Desse modo, marcadores clássicos, como terminar os estudos, conseguir um trabalho, casar-se, ter filhos e/ou sair da casa dos pais, já não sinalizam mais a entrada no mundo adulto.

A juventude deixa, então, de ser uma passagem entre a infância e a vida adulta para eternizar-se; evidência disso seria a quase impossibilidade de os jovens conseguirem meios para casar antes dos 30 anos. A manutenção dos vínculos de dependência material familiar em quadro de emancipação simbólica seria outra evidência do fenômeno do prolongamento da juventude (CARRANO, P., 2011, p. 9).

Todas as reflexões empreendidas destacam a dificuldade de definição do conceito de juventude assim é relevante a pensar tal conceito de forma ampla a partir dos diferentes aspectos que a compõe, como afirmam Trancoso e Souto (2014, p. 138):

A não ser por imposição, torna-se impossível um conceito unívoco para a juventude, dada a sua complexidade ampliada pela elasticidade que adquire na contemporaneidade, que desvincula a idade do sentir-se jovem, reforça a importância de se pensar as questões biológicas, psíquicas, sociais e culturais do desenvolvimento humano.

Soma-se a toda essa complexidade as formas ambíguas com as quais a sociedade valoriza o jovem e a juventude. Assim, na contemporaneidade, é possível observar o fenômeno do processo denominado “juvenilização” da sociedade, conceito que por sua vez expressa:

[...] uma crescente importância e valorização do juvenil no conjunto da vida social, não apenas dos jovens como sujeitos, mas de atributos que podemos interpretar como juvenis. Tanto nas dimensões culturais, nas pautas de consumo, estilos de vida, na força de trabalho e em outros âmbitos, como as sexualidades ou as migrações e, claro, na política (VOMMARO, 2015, n.p, tradução nossa).

Conforme analisam Carrano e Dayrell (2014, p.105) o processo de “juvenilização” na sociedade é paradoxal, visto que, a mesma sociedade que enaltece as características juvenis, sobretudo, em relação à energia, estética corporal e a busca pelo novo, negligenciam inúmeras demandas da população jovem, sobretudo das classes populares, uma vez que nem sempre “[...] são beneficiados por políticas públicas suficientes que lhes garantam o acesso a bens materiais e culturais, além de espaços e tempos onde possam vivenciar plenamente essa fase tão importante da vida”.

Em caráter de síntese, é possível apontar que a concepção de juventude na qual se alicerçam as reflexões do presente trabalho se ancora nos pressupostos da sociologia da juventude e, por isso, considera que ser jovem vai além dos marcos etários, uma vez que tal balizador é uma forma de simplificar uma vivência muito mais complexa. Além disso, considera-se a categoria juventude como um conceito que expressa tanto uma condição social quanto um tipo de representação que traz, em seu bojo, inúmeras variáveis, tais como as condições sociais, os contextos históricos, sociais, culturais e o reconhecimento que o processo de adultez não é linear.

4.4 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE JUVENTUDE E GÊNERO

Apesar de a produção no campo dos estudos relacionados à juventude não seja tão recente, pois, conforme já citado, datam do início do século passado, a intersecção entre a categoria analítica de juventude e a categoria gênero ainda está em processo de aproximação/construção. Nesse sentido, buscar referências que fundamentem teoricamente um

estudo com tal ambição se mostra um desafio, sobretudo por ainda não estar consolidado um campo teórico no interior dos estudos de gênero que foque no recorte geracional ou nos estudos de juventude, a fim de analisar de forma mais profunda as questões de gênero na juventude.

O breve percurso histórico apresentado anteriormente destaca que a categoria gênero não foi incorporada nos estudos de juventude ao longo de seu desenvolvimento. Assim, observa-se que a compreensão acerca da condição juvenil feminina “[...] ainda está no princípio o desenvolvimento de pesquisas que abranjam tal condição, nota-se uma forte invisibilização ou uma visão muito superficial [...]”. (ALPÍZAR; BERNA, 2002, p.29).

Tradicionalmente, os estudos que enfocam a juventude enfatizam os diferentes pontos dessa etapa da vida humana em seus aspectos mais universais. Tal qual o levantamento realizado no portal na Biblioteca de Digital Brasileira de Teses e Dissertações, mostra que a maioria dos trabalhos no campo da juventude explora tal categoria em sua concepção mais ampla, independentemente do sexo, tal qual foi apresentada na tabela 1, disponível na introdução do trabalho. Cabe assim recordar que no recorte temporal adotado foram encontrados 433 trabalhos com o descritor ‘juventude’, em oposição a seis trabalhos que apresentam o descritor ‘juventude feminina’ e outros seis com o descritor ‘juventude e gênero’.

O breve levantamento realizado vai ao encontro das percepções de Weller (2016, p. 108) acerca da ausência do sujeito feminino nos estudos de juventude: “É comum encontrarmos publicações sobre juventude [...] que compreendem a categoria juventude como um todo, ou seja, que não fazem uma distinção entre jovens-adolescentes do sexo feminino e masculino”.

Ao se afirmar a necessidade de compreender a juventude a partir da ênfase no gênero não se pretende abandonar toda a produção em torno da juventude enquanto categoria sociológica ampla.

Nesse sentido, o entendimento acerca da juventude deve considerar primordialmente as premissas e a produção teórica desse campo de estudos para então avançar e compreender especificamente as questões de gênero que impactam de forma profunda as vivências juvenis de ambos os sexos.

Isto porque tanto gênero quanto juventude estão pautados [...] de categorias primeiras de classificação: respectivamente, sexo e idade. Em outras palavras, podemos dizer que usamos a idade e o sexo/gênero dos sujeitos para posicioná-los socialmente, dando-lhes determinados status e construindo padrões de comportamentos que acreditamos serem adequados para homens e mulheres de cada idade. Estes posicionamentos estão diretamente ligados à construção de identidades, e por isso a abordagem dos jovens enquanto sujeitos plenos, agentes com identidades, só pode ser alcançada por uma perspectiva que não despreze a dimensão fundamental do gênero (MULLER, 2004, p.215),

Desse modo, não se pode ignorar o fato de que apesar de muitos aspectos da juventude serem compartilhados por ambos os sexos/gêneros, a socialização e identidade de cada jovem serão impactadas por tal classificação social. Assim, a desigualdade e o binarismo de gênero presentes na sociedade não são um aspecto a ser vivenciado unicamente na vida adulta, uma vez que o gênero é “conformado” desde a gravidez. Antes mesmo do nascimento de um bebê, os pais e a sociedade criam expectativas em relação ao sexo da criança que ainda virá ao mundo.

Na contemporaneidade, os pais já são capazes de descobrir o sexo do (da) futuro (a) filho (a) a partir da oitava semana de gestação, por meio da realização de um exame denominado exame de sexagem fetal, que indica a presença/ausência do cromossomo Y, sinalizando assim o sexo do bebê. Enquanto em um passado não tão distante os pais conheciam o sexo do filho apenas no nascimento. Com a utilização dos modernos aparelhos de ultrassom, é possível acompanhar de forma clara e nítida o processo de desenvolvimento da genitália do bebê. Assim, ao se descobrir se terão um filho ou filha, os pais poderão finalmente realizar a esperada compra do enxoval, tradicionalmente com a cor rosa para as meninas e azul para os meninos. De acordo com Nogueira e D’Andrea (2014), é nesse momento em que se atribui uma cor ao sexo de um bebê, mesmo ainda na gestação, que é possível identificar, de forma primária, o estabelecimento daquilo que se pode nomear de relações de gênero.

É interessante notar que embora as cores rosa e azul sejam amplamente adotadas como código de gênero, conforme explicita Arend (2020), essa longa tradição de estabelecê-las aos sexos se iniciou apenas no século XX:

Foi nos Estados Unidos da década de 1940 onde primeiro ocorreu a associação da cor azul ao masculino e da rosa ao feminino, sobretudo nas roupas para bebês. Esse processo foi alavancado pela publicidade das empresas de vestuário, interessadas em padronizar a produção e obter ganhos em larga escala. No Brasil, possivelmente esse padrão firmou-se ao longo da década de 1970, quando a indústria nacional do vestuário abarcou o mercado infantojuvenil até então pouco explorado. (ARENDA, 2020, p.71)

Mesmo sendo um código social de gênero relativamente novo, sua adesão ocorreu de forma maciça e de modo a acompanhar a criança do sexo feminino/masculino durante toda a sua infância, estando presente desde a embalagem do lenço umedecido para a higiene até as paredes dos quartos, passando pela decoração das festas de aniversário. O rosa se converteu em código social baseado em padrões fixos de gênero das gerações entre as meninas/mulheres nascidas a partir da segunda metade do século XX.

A “formatação” de gênero, no entanto, vai muito além das cores perpassando todas as esferas da vida das crianças. Desse modo, é possível perceber que os brinquedos, as brincadeiras, os livros, as histórias, as fantasias, os esportes, as tarefas domésticas, o comportamento, o interesse por determinadas disciplinas escolares e até mesmo a expressão dos sentimentos receberão orientação de gênero de modo a impedir que os meninos e as meninas vivenciem uma infância plena, com experiências diversificadas independentemente do gênero.

Evidentemente, muitas crianças e até mesmo famílias subvertem a lógica binária e oferecem aos filhos e filhas opções mais flexíveis no que tange às expressões de gênero. Porém, é inegável que as expectativas em relação ao gênero seguem a criança ao longo de todo o seu desenvolvimento e trajetória de vida, e mesmo quando os pais oferecem uma educação alternativa ao modelo padrão, ela sofrerá algum tipo de preconceito, principalmente quando apresentar predileção ou se identificar com determinadas atitudes, gostos e sentimentos atribuídos ao gênero oposto ao sexo de nascimento.

Essas exigências sociais primárias de “cores/brincadeiras” são ampliadas e ressignificadas com a chegada da adolescência, cujo foco, nesse novo momento da vida, recairá, sobretudo, sobre o controle e a vigilância da sexualidade, em especial das meninas, visto que há uma certa aceitação da vivência sexual de jovens do sexo masculino, principalmente se expressa pela homossexualidade. Os jovens ainda se beneficiam de representações sociais atreladas à virilidade, rebeldia e coragem, enquanto das jovens se exigirão ternura, compreensão e afeto. Assim, ao longo dos anos, essas “pequenas” vantagens masculinas atreladas a representações de gênero e concretizadas socialmente vão se transformando em desvantagem para as mulheres, culminando, em última instância, na desigualdade de direitos.

Em geral, as características masculinas são socialmente valorizadas e incentivadas, enquanto as femininas são menosprezadas ou utilizadas de forma a subjugar as mulheres e as suas reais capacidades. A essa hierarquização de características dá-se o nome de sexismo:

O sexismo é justamente essa hierarquia entre valores, comportamentos e papéis, associados ao homem e à mulher. É o sexismo que naturaliza o fato de que homens possam ser astronautas, caminhoneiros ou pedreiros, e mulheres devam ser professoras, domésticas ou babás. É o sexismo que justifica que mulheres ganhem menos do que os homens, mesmo que exerçam a mesma atividade e tenham a mesma formação e preparo no exercício da mesma função. Assim, espera-se que mulheres dóceis e maternais sirvam a homens viris e arrojados: esposas aos seus maridos, filhas aos seus pais, namoradas aos seus namorados, empregadas aos seus patrões. (NOGUEIRA; D'ANDREA, 2014, p. 23).

É interessante notar que as representações de gênero estão presentes de forma tão profunda na sociedade que praticamente tudo ao redor reproduz as hierarquias de gênero. Nem mesmo a linguagem escapa dessa ordem, uma vez que ao enfatizar o masculino como aquilo que é geral e no plural também incluir o feminino, é possível observar um caráter de instância reprodutora da desigualdade de gênero. (MATHIEUP, 2009).

As legislações, assim como a linguagem, também podem ser tomadas como exemplo de expressão da desigualdade de gênero. Nem mesmo o ECA conseguiu superar essa problemática, pois, embora seja uma lei que expresse uma visão universal de direitos, uma vez que se direciona a recortes etários e não de sexo, se contradiz ao especificar em seu texto questões relativas às adolescentes mães, excluindo do documento os adolescentes pais (LAVINAS, 1997). Ou seja, até mesmo uma lei que se pretende universal reproduz a desigualdade de gênero vivenciada pelas mulheres na sociedade, que tradicionalmente são quase que exclusivamente as únicas responsáveis pelos cuidados dos filhos.

Desse modo, as desigualdades e os binarismos de gênero não são recentes, haja vista que em muitos momentos históricos os jovens estiveram submetidos à obediência de padrões exigidos pelo sexo. Nesse sentido, é possível identificar nos estudos de Loriga (1996) que o fenômeno da guerra possui traços juvenis e masculinos, marcando a vida de inúmeros rapazes entre o século XVII e início do século XX. Assim, “o serviço militar sanciona o ingresso do indivíduo no mundo dos adultos, sugerindo, entre outras coisas, a imagem do menino que desempenha as tarefas militares como se já fosse homem”. (LORIGA, 1996, p. 17).

Afastadas dos campos de batalha no século XIX, a confecção dos enxovais constituía um dos principais elementos da vivência feminina juvenil, sendo frequentemente uma tradição ensinada de mãe para filhas (PERROT, 1996). O mesmo padrão foi identificado na vivência das jovens mulheres brasileiras também no século XIX, quando, proibidas de estudarem, tinham o casamento como único projeto de vida, assim, suas famílias, além de prepararem o enxoval, deveriam cuidar do dote, que se configurava como sua maior preocupação (AREND, 2020). Ainda que atualmente a sociedade ocidental tenha abandonado a cultura do dote, os exemplos destacados na história evidenciam que os binarismos de gênero que recaem sobre os jovens no presente possuem raízes no passado, sendo que alguns desses estereótipos ainda permanecem, tais como o serviço militar obrigatório aos rapazes.

Enfatizar as questões relacionadas ao gênero na infância e juventude significa reconhecer, tal qual sublinha Safiotti (1997), que um indivíduo não se torna homem ou mulher na vida adulta:

[...] não é o momento do nascimento e da nomeação de um corpo como macho ou como fêmea que faz deste um sujeito masculino ou feminino. A construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, infundavelmente (LOURO, 2008, p. 18).

Ao atingirem a juventude, rapazes e moças já foram expostos a uma série de códigos sociais atribuídos ao sexo social. Assim, a juventude se torna um período de enorme significância, sobretudo por representar um momento da vida em que o/a jovem adquirirá maior independência em relação à infância e construirá sua identidade em seus múltiplos aspectos, inclusive com relação ao gênero e às primeiras experiências sexuais. Nesse contexto, muitos/as jovens passam a questionar os padrões/estereótipos por meio dos quais foram socializados, assim, enquanto alguns/algumas deles/as buscam se enquadrar em padrões pré-estabelecidos, outros os negam e procuram novas formas de existência para si, muitas vezes opostas àqueles oferecidos pela educação familiar.

Incluir o enfoque de gênero nos estudos de juventude significa reconhecer que “o gênero – é uma das relações estruturantes que situa o indivíduo no mundo e determina, ao longo de sua vida, oportunidades, escolhas, trajetórias, vivências, lugares, interesses” (LAVINAS, 1997 p. 16). Além disso, afirmar o gênero nos estudos de juventude, em última instância, é uma tentativa de superar o reconhecimento de que “como a infância, termo neutro, a juventude é pensada no masculino” (PERROT, 1996, p. 117).

Na ausência de um corpo teórico solidificado acerca da juventude feminina, o texto apresentado consiste em um exercício teórico de buscar elementos, nos referenciais disponíveis, que permitam compreender a questão juvenil a partir de uma perspectiva que busca identificar a juventude feminina no interior dos estudos de juventude.

4.5 JUVENTUDE E CIBERCULTURA

O mundo virtual aparece como um paraíso, um parque tecnológico no qual se brinca de artista, modelo, cantor, conquistador, viajante; brinca-se de criador de seres humanos. Os jovens se reconstróem no mundo tecnológico. (MOREIRA, 2015, p. 25)

As tecnologias sempre povoaram o imaginário popular, e prova disso são os inúmeros filmes e livros que exploraram e ainda exploram facetas inimagináveis das máquinas em oposição ou em colaboração aos seres humanos. A cada nova geração, a presença das tecnologias se torna mais presente.

Desde o momento de despertar até o momento de repouso, uma parcela dos indivíduos utiliza inúmeras tarefas mediadas por modernos aparelhos conectados à rede mundial de

computadores. Termos como *wifi*, *App*, *call* se tornam cada vez mais familiares, assim como aparelhos como *tablets*, *smartwatches*, *smartv*.

Os chamados *gadgets* se apresentam como ferramentas para facilitar a rotina e organizar a vida. Por meio de modernos aparelhos é possível consultar a agenda, identificar o número de calorias a serem consumidas ao longo do dia, bem como o gasto calórico, além de monitor o número de copos de água bebidos durante o dia, as horas de sono, o tempo de exercício e o monitoramento dos batimentos cardíacos. Com a promessa de “facilitar” de forma extrema a vida dos indivíduos, permitem também realizar compras de forma remota, encontros amorosos ou casuais, discutir política, divertir-se e até praticar atos ilícitos.

O amplo domínio da tecnologia na vida moderna alargou as formas tradicionais de existência social, estabelecendo novos padrões de consumo, seja de produtos propriamente ditos, ou de estilo de vida e até mesmo de ideologias. Com isso, as formas de trabalho, consumo, relacionamentos, interações e participação política se alteraram profundamente. Aplicativos de entrega, como *Ifood* e *Rappi*, e de transporte, como *Uber*, não só revolucionaram a forma de contratar serviços, como inauguraram um novo paradigma nas relações trabalhistas.

No contexto atual, as novas TDIC's representam um elemento de destaque na vivência da juventude como um mediador cultural privilegiado. Os jovens contemporâneos nasceram na era digital, em um tempo em que os diferentes recursos tecnológicos modificaram as formas clássicas de comunicação e de acesso à informação, por isso são chamados de nativos digitais (PRENSKY, 2015).

Diante do caráter determinante das tecnologias informacionais, as atuais e novas gerações⁷⁸ têm sido identificadas a partir de características de comportamento e, sobretudo, de suas relações com as tecnologias. Essas gerações recebem as seguintes nomeações:

- *Millennials*, ou geração Y, nascidos de 1982 a 2004: são os nativos digitais, que, além de terem nascido no mundo digital, possuem intimidade com a *internet* e as redes sociais. Conforme esclarece Pamplona (2021), a geração Y é mais conhecida como *millennial* em virtude de os nascidos nesse período classificatório atingirem a idade adulta na chegada do novo milênio. Em 2017, um estudo realizado pelo *Think*

⁷⁸ A principal referência para nomeação das novas gerações é a obra de “*Generations: The history of America's future, 1584 to 2069*”, de autoria dos escritores estadunidenses William Strauss e Neil Howe, publicada em 1991, e se tornou a principal referência para caracterizar as diferentes gerações. “Estudando a história dos Estados Unidos a partir de 1584, esses autores encontraram uma série de padrões que lhes permitiram explicar a evolução histórica americana a partir de mudanças geracionais” (BERMÚDEZ, 2020, n.p). Assim de acordo com Flavia Artese (2019), as análises de Howe e Strauss “[...] descreve um ciclo recorrente de grupos de mesma idade com padrões específicos de comportamento, que mudam a cada 20 anos. De acordo com essa teoria, cada ciclo de 80 anos é crucial, sendo a virada de cada quatro gerações associada a uma crise que impacta a atual e cria uma nova ordem social”. (p. 7).

*With Google*⁷⁹ propôs uma análise que divide os *millennials* em dois grupos: a) *old millennials* – correspondem às pessoas que hoje têm entre 24 e 34 anos – se caracterizam por terem vivenciado a infância nos anos 90 do século XX, vivendo a transição para a vida digitalizada, uma vez que quando surgiram os *smartphones* já eram adultos. b) *young millennials*: são os indivíduos com 22 a 28 anos – os jovens *millennials* nasceram conectados e viveram a infância nos anos 2000. São adeptos da filosofia “YOLO” (*You only live once*/só se vive uma vez).

- Geração Z, nascidos de 2005 ao presente: é a mais habituada às novas tecnologias e principalmente aos *smartphones*.

Mais recentemente, essas classificações geracionais têm recebido classificações intermediárias, tais como:

- *Os Xennials*, nascidos de 1975 a 1985: De acordo com Pamplona (2021), o termo *xennials* foi elaborado pela jornalista americana Sarah Stankorb, que encontrou certos padrões nesse microgrupo geracional que vivenciou a transição do analógico para os computadores pessoais.

[...] essa transição os deixa confortáveis quando entram em contato com novas tecnologias, sem perderem a noção dos hábitos de vida e códigos de comunicação da sociedade pré-internet. Em suma, os *xennials* são uma espécie de elo perdido que antecederam os nativos digitais. (PAMPLONAS, 2021, n.p)

- *Zennials* (1993 a 1998): também se caracteriza como uma microgeração, sendo que seus indivíduos podem ser considerados meio *millennial*/meio geração Z. São também denominados de *Zilenials* e se caracterizam por terem vivenciado uma realidade de inseguranças após o 11 de setembro de 2001. A origem do termo não é identificada, porém, a hipótese mais provável é a de que teria surgido em fóruns na *internet*.
- *Alpha*, nascidos de 2010 - 2025: é formada pelos filhos dos *millennials*, nasceram na era da *internet* de alta velocidade, das redes sociais e dos *streamings*.

A expressão surgiu em um estudo da empresa de consultoria australiana McCrindle Research sobre as novas gerações. Os consultores perguntaram aos participantes da pesquisa que lhes serviu de base: que nome deveria ter a nova geração depois da Z? O termo 'alpha' foi um dos mais citados. De acordo com o fundador da empresa, Mark McCrindle, a escolha da primeira letra do alfabeto grego para suceder a última letra do alfabeto latino se justificava

⁷⁹ O *Think with Google* é uma plataforma de *insights*, ideias e inspiração desenvolvida pela Google LLC para auxiliar empresas de marketing (THINK, 2017).

porque os integrantes da novíssima geração — todos ainda crianças — são o começo de um mundo novo, o do século 21. (PAMPLONA, 2021, n.p).

Acerca dessas classificações de gerações, é relevante pontuar que embora sejam amplamente utilizadas nas áreas de *marketing* e publicidade para avaliar tendências e comportamentos, sobretudo no ciberespaço, não apresentam a mesma penetração nos estudos sociológicos, uma vez que expressam apenas características superficiais da condição juvenil, desconsiderando assim outras variáveis e categorias. Essas classificações, no entanto, destacam um aspecto relevante da sociedade contemporânea, que é a ampla dimensão que as TDIC's representam para a sociedade, sendo que a cada nova geração essa relação se estreita ainda mais.

São os mais jovens que estão na vanguarda da vivência digital, por isso mesmo é que a nova geração, nascida sob o “signo” da *internet*, tem se tornado o público-alvo do mercado, que busca oferecer uma série de produtos e serviços digitais com o intuito de atrair os consumidores nativos do mundo digitalizado.

A autora Shirlei Rezende Sales (2014) utiliza a expressão juventude ciborgue para caracterizar a juventude contemporânea e sua relação íntima com as TDIC's.

[...] pode-se afirmar que, na atualidade, estamos vivendo em uma ecologia digital repleta de novas subjetividades fabricadas nas relações sociais estabelecidas por meio das tecnologias digitais. É como se máquinas e seres humanos fossem fundidos em uma espécie de amálgama, constituindo novas formas de vida: os ciborgues (SALES, 2014, p. 233).

Ao utilizar a metáfora do ciborgue para caracterizar a atual geração de jovens, a autora busca afirmar a centralidade das tecnologias nas vivências e nas culturas juvenis.

Ao se vincularem às tecnologias, eles passam a ser algo como híbridos tecnoculturais que operam o próprio pensamento e conduzem suas ações numa constituição simbiótica com as tecnologias. Há múltiplas possibilidades de orientação da vida em que esse uso age sobre as ações e a juventude estabelece um vínculo com a tecnologia de natureza de impregnação e composição. Símbolos compartilhados no ciberespaço geram significados e referenciam atitudes e posturas das pessoas tanto quanto sinais e gestos do encontro físico (SALES, 2014, p.234).

A própria forma de o jovem se relacionar com a tecnologia se alterou, e o *smartphone* se tornou a principal forma de conexão dos jovens com o mundo digital. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBOPE, sob encomenda da VIVO/Telefônica, revelou que em 2018/2019 cerca de 98% dos jovens brasileiros acessavam a *internet* pelo celular/*smartphone*, sendo que esse aparelho também foi o mais escolhido quando

se mediu a preferência, revelando uma tendência de se concentrar as atividades em um único aparelho.

O quarto de dormir do jovem e do adolescente, não muito tempo atrás, era também o quarto das mídias. Ali, dependendo do poder de compra da família, ele tinha câmera fotográfica, filmadora, televisão, computador, rádio, toca-disco, toca-CD ou aparelho de som três em um. Era o espaço Jovens e as tecnologias: entre a poética e o controle técnico 29 dos sonhos e o refúgio da intimidade, compartilhável com alguns poucos amigos. Agora o quarto das mídias foi substituído por um dispositivo móvel que contém todas as mídias possíveis, do qual fez dele também seu quarto e seu espaço de intimidade: leva-o a todo lugar e dele não se desgruda na escola, no restaurante, na fila do cinema e até enquanto está assistindo à TV, ouvindo rádio ou junto ao computador. (MOREIRA, 2015, p. 28-29).

Em um artigo intitulado “De *play* em *play*” (2017), a Google afirma que no Brasil o *Youtube* é um fenômeno, sendo que o país fica em segundo lugar em acesso ao site da marca. Nesse mesmo texto, a empresa ainda comemora o fato de que os jovens são a maioria da audiência por meio da expressão “os *millennials* moram aqui”, destacando que a plataforma de vídeos no Brasil é acessada por 96% dos jovens de 18 a 35 anos.

Em 2012, já se afirmava que a *internet* havia se transformado em uma grande vitrine de criatividade para os jovens. Nesse sentido, Ana Maria Nicolaci-da-Costa (2012) considera que uma das principais vantagens para o jovem iniciar um projeto criativo na *internet* se deve ao fato de o investimento ser baixo e não ter custos diretos.

A *internet* inaugurou um novo fenômeno social, uma vez que a partir dela os jovens podem ingressar no mercado de trabalho oriundo de uma trajetória alternativa em comparação ao processo clássico da formação via escolarização formal.

Sem dúvida, no contexto digital as redes sociais se apresentam como elementos de destaque nas formas de interação e comunicação para os jovens do século XXI e já são consideradas parte integrante da cultura contemporânea (TORI, 2015). Acerca das redes, Carrano, P. C. (2017) indica que elas possuem um maior potencial que os meios clássicos de comunicação, pontuando ainda que o “mundo virtual” pode ser encarado como um espaço-tempo pleno de possibilidades, considerando as redes sociais (*Instagram*, *Facebook* e *Twitter*) uma nova e inédita forma de organização dos modos de vida dos jovens em todo o mundo.

As redes mais utilizadas pelos jovens ouvidos na 3ª edição da pesquisa “Juventudes e Conexões” – realizada pelo IBOPE, em 2019, sob encomenda da Fundação Telefonica Vivo – foram as seguintes:

- **WhatsApp:** a pesquisa revelou que a rede social de mensagens é a principal para os jovens se comunicarem com familiares e amigos, sendo ainda utilizada para

compartilhamento de *memes* e convites para festas ou reuniões, ou questões de trabalho.

- **Instagram:** é considerada a rede “queridinha” entre os jovens, pois ainda não foi ocupada por toda a família ou pessoas indesejadas. Tem características de postagens pessoais, também é utilizada para divulgação de trabalhos e para se aproximar de famosos.
- **Facebook:** muitos jovens ainda mantêm perfil, porém não gostam de fazer postagem para evitar comentários indesejados de familiares e reconhecem que é muito utilizado pelas empresas para analisar perfis de candidatos em processos de seleção;
- **Youtube:** é visto pelos jovens principalmente como uma plataforma de pesquisa e estudos, pois reúne uma quantidade inesgotável de tutoriais e videoaulas. O site também é utilizado para divulgação dos próprios trabalhos e para prestigiar o trabalho de outros *youtubers*.

No mesmo estudo, os jovens citaram ainda a utilização de outras redes sociais, como *Twitter*, *Netflix*, *Snapchat*, jogos *online* e *Skype*. O relatório da pesquisa destaca que na edição anterior do estudo, os analistas levantaram a hipótese de uma tendência de queda na utilização de redes sociais pelos jovens, no entanto, os dados da investigação de 2017 sugerem uma nova relação dos jovens com as redes, destacando que “[...] a diversificação das ferramentas disponíveis nestas redes (como os *stories* e os *lives*) ajudaram a manter as plataformas ativas [...]” (JUVENTUDES, 2019, p. 56).

Como é possível observar por meio da referida pesquisa, não apareceu a utilização do aplicativo chinês *TikTok*, que atualmente faz sucesso entre o público jovem. Apesar de ter sido criado em 2016, o aplicativo de vídeos curtos atingiu o êxito em 2019, quando se tornou um fenômeno mundial, sendo que em 2021 ultrapassou o *Facebook* em número de usuários, forçando o *Instagram* a criar a ferramenta *reels* para edição de vídeos curtos.

Um aspecto relevante é a que a *internet*, de certa forma, “democratizou” a mídia, pois em meio a essa constelação de perfis midiáticos, podemos encontrar homens, mulheres, idosos, jovens e até mesmo crianças como produtores de conteúdo para a *internet*. O mundo dos influenciadores/as digitais é segmentado, assim se destacam diferentes áreas, tais como humor, games, moda e beleza, política, culinária, decoração, artes, maternidade, viagens, saúde, religião, estudos, sexualidade, artesanato, além de uma infinidade de temas e nichos que sequer conseguiríamos enumerar. Atentas ao sucesso da audiência dos produtores de conteúdos

digitais, as marcas estão buscando cada vez mais parcerias pagas para divulgarem seus produtos de forma mais abrangente no mundo digital.

Evidentemente, como em todas as profissões, existem aqueles que se destacam mais e possuem maior apelo entre o público, geralmente são os mais bem-sucedidos financeiramente, pois seu engajamento é maior e conseqüentemente mais rentável. Apesar de essas parcerias terem se iniciado no nicho da moda, atualmente representam a principal fonte de renda entre os/as criadores/as digitais.

Conforme matéria de Sandra Capomaccio (2021), na página do Jornal da USP, o *marketing* digital, a partir desse novo formato de comunicação com os denominados “influenciadores”, surgiu em meados de 2012, tendo aumentado e ampliado de forma colossal a partir de 2018. Seu sucesso se deve à capacidade de influência real na vida dos consumidores a partir da divulgação de produtos adquiridos e/ou recebidos pelas empresas parceiras. Em uma pesquisa realizada pela empresa alemã Statista, especialista em dados sobre consumo, revelou que 40% dos consumidores brasileiros afirmam que atribuem aos influenciadores a decisão de comprar determinados produtos, na China o índice é de 35%, seguido de 10% nos EUA. (LESSA, 2021). Conforme divulgou a página de empreendedorismo do portal G1, a partir de dados levantados pela *big data SignalFire*, o mundo já conta com 50 milhões de digital influencers “[...] entre profissionais e amadores. São produtores, curadores, influenciadores, blogueiros, donos de canais de vídeo e tantas outras ocupações.” (MARTINEZ; MARTINS, 2022, n.p).

Apesar de os *influencers/creators* justificarem que o foco de seus posts não é a publicidade, sendo apenas como consequência do trabalho que realizam, tentam ignorar que seu nome, rosto e estilo de vida se tornaram sua própria marca, assim, toda a sua atuação digital é permeada pelas relações de consumo.

Como visto em vários momentos históricos, os jovens tiveram atuação de destaque na luta por mudanças culturais. Em diversas partes do mundo, muitos estão tendo protagonismos em seus países na luta por justiça. A exemplo do que foi apresentado e discutido no capítulo sobre feminismo, a *internet* tem sido um elemento de destaque na politização e o engajamento dos jovens com questões sociais relevantes.

Para além de temas de gênero e sexualidade, muitas jovens têm se destacado na luta pela preservação ambiental. Ao final do século XX, mais precisamente em 1992, a jovem

[...] canadense Severn Cullis-Suzuki – ‘a menina que silenciou o mundo por cinco minutos’ – emocionou os delegados e os chefes de Estado na Conferência do Meio Ambiente, Rio 92, cobrando soluções para os problemas

ambientais. Diversas lideranças jovens de diferentes países também soltaram a voz nos últimos anos para protestar contra a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento (ALVES, J., 2019, p. 10).

O discurso de Cullis-Suzuki gerou frutos entre os jovens da atual geração que têm demonstrado indignação e revolta diante da marcha capitalista, que ameaça o futuro ambiental de toda a humanidade. Nesse cenário, a jovem sueca Greta Thunberg tem sido a porta voz de sua geração contra a degradação ambiental. A jovem ativista está à frente do movimento *Fridays for Future*/Sextas-feiras pelo Futuro, no qual estudantes de várias partes do mundo se ausentam das aulas às sextas-feiras para pedirem o fim da degradação ambiental. Os protestos são amplamente divulgados nas redes sociais e têm chamado a atenção do mundo para a questão ambiental.

Foi tamanha a repercussão dos protestos protagonizados por Thunberg que a jovem recebeu um convite para discursar na ONU. Em seu discurso durante abertura do Encontro de Cúpula sobre Ação Climática em 2019, destacou os quão vazios e ineficazes têm sido os esforços mundiais em reverter a eminente catástrofe climática:

Está tudo errado. Eu não deveria estar aqui. Eu deveria estar de volta à escola do outro lado do oceano. No entanto, todos vocês vêm até nós em busca de esperança? Como vocês se atrevem! Vocês roubaram meus sonhos e minha infância com suas palavras vazias. E, no entanto, sou uma jovem sortuda. As pessoas estão sofrendo. Pessoas estão morrendo. E nossos Ecossistemas estão morrendo. Nós estamos vivenciando o início de uma extinção em massa. E tudo o que vocês fazem é falar sobre dinheiro e sobre o conto de fadas do eterno crescimento econômico. Como vocês se atrevem! (THUMBERG *apud* ONU, 2019).

O protagonismo alcançado pela jovem sueca foi tão amplo que ela acabou se transformando em porta-voz de sua geração, colocando a questão ambiental como tema vital para as políticas no presente.

No Brasil, jovens ativistas também têm se destacado na luta por direitos em suas comunidades, mais recentemente, é possível observar uma maior presença de jovens indígenas, a exemplo de Txai Suruí, estudante de direito e coordenadora do Movimento da Juventude Indígena, fundado por ela mesma, em Rondônia, no início de 2021. Aos 24 anos, discursou na Conferência do Clima das Nações Unidas – COP16 contra o desmatamento da Amazônia, em 2021, em Glasgow, na Escócia (G1, 2021).

No que tange às preocupações das relações dos jovens com as tecnologias digitais para além daquelas observadas no primeiro capítulo, como o *cyberbullying*, as *fakes news* e a *porn revenge*, além do assédio e o abuso sexual promovidos pelo ambiente digital, existe uma ampla

preocupação com a dependência e os limites seguros de uso de telas. Assim, a limitação do uso de telas, não só por crianças, mas também adolescentes, tem sido um tema cada vez mais presente entre pais, escolas e profissionais da saúde. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se exalta a importância da tecnologia para o aprendizado e a modernização do ensino nas escolas, também se discute o quanto a *internet* pode gerar prejuízos aos jovens.

Também não se deve esquecer o fato de que nos dois maiores massacres estudantis ocorridos no Brasil nos últimos anos, o primeiro no bairro de Realengo, no Rio de Janeiro, em 2011, e o segundo na cidade de Suzano, em São Paulo, no ano de 2019, os assassinos eram jovens e mantinham contato com fóruns de ódio na *internet*.

Todo esse cenário apresentado em relação ao campo tecnológico evidencia que tal discussão apresenta um campo de tensão permanente e amplo entre benefícios e prejuízos. Se por um lado as militâncias políticas encontraram no ciberespaço um *locus* de luta e alcance de suas pautas, por outro, grupos de ódio identificaram nesse mesmo local a oportunidade de disseminar ideias criminosas e violentas de modo a estimular a prática de crimes e cibercrimes. Acerca desses mesmos aspectos, Ferreira (2019, p. 12) reflete que “O discurso sobre juventudes e cibercultura é permeado pelos atributos positivos e negativos do habitar o ciberespaço [...]. Pode ser potência criadora, mas também pode ser potência de ódio.”

Apesar desta pesquisa se referir aos jovens “conectados”, é preciso reconhecer que em um país como o Brasil, cuja história é marcada pela desigualdade, a inclusão digital ainda é um desafio (SALES, 2014). Assim, considera-se que o estudo em questão possui um recorte socialmente privilegiado, uma vez que se propõe a investigar jovens mulheres universitárias com amplo acesso a redes sociais.

A presente seção dedicou-se a abordar o tema da juventude de modo a identificar os condicionantes históricos do surgimento da noção de juventude e da figura social do jovem.

5 PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

5.1 A EPISTEMOLOGIA FEMINISTA

O feminismo trouxe consigo uma verdadeira explosão do saber, que iria tocar quase todas as disciplinas e florescer – com um maior ou menor apoio das instituições formais do ensino acadêmico – em praticamente todos os países ocidentais (ERGAS, 1991, p. 599).

A segunda seção deste trabalho apresentou o processo histórico de emergência do feminismo no mundo ocidental e sua ressonância no contexto nacional. Como foi possível observar, o feminismo, para além de um movimento social, também produziu uma crítica e uma reflexão teórica/epistemológica/metodológica no sentido de criar uma compreensão profunda acerca dos processos de dominação.

A epistemologia é o campo do pensamento filosófico que estuda a produção do conhecimento em uma abordagem lógica, ideológica, sociológica, política etc., formulando juízos valorativos na apreciação do grau de dificuldade dos discursos das ciências e elucidando o trabalho de produção de conhecimento científico, bem como suas condições de produção (OLIVEIRA, 2016, p.18).

Para Tesser (1994), a epistemologia pretende compreender de forma reflexiva a formação do saber em seus múltiplos aspectos, por isso, é também denominada de estudo do conhecimento. Ao nos voltarmos à análise da emergência de uma teoria feminista, é possível identificar que as feministas seguem exatamente esse caminho, ou seja, analisam a ciência tradicional em suas bases fundamentais.

Nesse sentido, é válido destacar que a epistemologia feminista começou a ser ensaiada em um contexto em que as bases da epistemologia científica tradicional passaram a ser questionadas; abrindo espaço para a emergência da denominada epistemologia social, cuja principal novidade era a valorização entre sujeitos e a realidade. Assim, na década de 1970 se reconheceu que, diferentemente das ciências naturais, os fenômenos sociais, por definição, são de natureza qualitativa.

Diferentemente da abordagem quantitativa, a qualitativa se afirma no campo da subjetividade e do simbolismo, realizando uma aproximação entre sujeito e objeto. A geração do conhecimento é, portanto, advinda da conexão social ao invés da separação (PAIVA, 1997, p. 519).

Ainda de acordo com Paiva (1997), no processo de ensaio da pesquisa social, houveram tentativas de se aproximar à epistemologia social do paradigma dominante, no entanto, a crítica é que prevaleceu.

O surgimento da epistemologia social favoreceu que novos sujeitos sociais fossem inseridos no universo científico e trouxessem suas demandas, apresentando uma visão de mundo alternativa. Dentre esses, destaca-se o grupo das mulheres, que passou a se articular em torno do desafio de construir as bases de uma epistemologia feminista, pois consideravam que o preconceito de gênero estava infiltrado nas mais variadas áreas do conhecimento humano. Preconceito este que é identificado em “determinadas afirmações e facilitado[s] pelos princípios disciplinares básicos” (KETZER, 2017, p.97).

Conforme explicita Scavone (2008), as questões propostas pela teoria feminista fazem parte de um contexto de mudança de paradigmas fomentada pelas transformações sociais dos anos de 1960.

Assim, concepções de caráter misógino puderam ser identificadas em grande parte da produção científica positivista, a exemplo do que escreveu no século XIX o médico Silva Rego:

[...] o sistema nervoso (da mulher) muito mais delicado, é envolvido por um tecido celular mais humido e frouxo... é assim que vemos, a doçura, a indulgência e a submissão, serem as virtudes essenciais ao bello e primoroso filho de Deus: sempre e sempre a intenção do Creador revelando na organização, nos instintos, pensamentos, e sentimentos da mulher. (Diário de Campinas, 30/11/1875 *apud* RIBEIRO, A., 2006, p. 58).

O grande impulso para o surgimento de uma teoria do conhecimento com bases feministas se vincula a uma visão misógina, androcêntrica e estereotipada que a ciência já havia produzido sobre as mulheres, insistindo em um discurso que as tratava como cognitivamente inferiores aos homens. Para a estudiosa Moreno (1999), a visão misógina da ciência se vincula diretamente ao que se denomina parcialidade androcêntrica.

O androcentrismo consiste em considerar o ser humano do sexo masculino como o centro do universo, como a medida de todas as coisas, como o único capaz de ditar leis, de impor a justiça, de governar o mundo. É precisamente esta metade da humanidade que possui a força (os exércitos, a polícia), domina os meios de comunicação de massa, detém o poder legislativo, governa a sociedade, têm em suas mãos, os principais meios de produção e é dona e senhora da técnica e da ciência (MORENO, 1999, p. 23).

Ainda conforme Moreno (1999), o androcentrismo é parte da visão de mundo da humanidade, ou seja, de homens e mulheres, e não apenas dos homens como alguns poderiam

supor. Isso porque as mulheres são educadas a partir de uma visão de mundo em que são representadas como sendo inferiores aos homens, padrão raramente questionado.

A filosofia e a ciência moderna se apresentaram como uma forma de pensamento sem gênero, sem raça ou religião, na qual privilegiava a racionalidade acima de qualquer outro aspecto humano, de modo que “o sujeito que produz o conhecimento é, nesse contexto, definível como alguém desinteressado, desvinculado emocionalmente do objeto investigado e desprovido de perspectivas [...]”. (SANTOS, M., 2017, p. 905).

Ademais, tanto a filosofia quanto a ciência moderna, ao lado da religião, não promoveram a educação feminina como um aspecto socialmente relevante, indicando as raízes androcêntricas das reflexões humanas. O processo histórico do desenvolvimento da civilização relegou as mulheres ao espaço privado, sobretudo a partir do século XIX. Ou seja, elas sequer foram consideradas como sujeitos históricos, uma vez que a produção do conhecimento tradicionalmente sempre privilegiou os aspectos da vida pública, esfera social reservada aos homens (CASTRO; EGLER, 2012; PAIVA, 1997).

[...] o mundo público, sobretudo econômico e político, é reservado aos homens e é este que conta. Essa definição, clara e voluntarista, dos papéis se traduziu na retirada das mulheres de determinados lugares: a Bolsa, os bancos, os grandes mercados de negócios, o Parlamento, os clubes, os círculos de discussão e cafés, locais privilegiados da sociabilidade masculina [...]. (PERROT, 1989, p.10).

Nesse sentido, Miguel e Boix (2013) sublinham que ao abandonarem a esfera doméstica, ou o reino das necessidades da natureza, os homens ficaram livres para construir o reino da cultura e da criação humana.

As mulheres permanecem aos cuidados da esfera privada e doméstica, esfera que se caracteriza de forma oposta à sua complementar. É o âmbito do particular e da parcialidade, dos afetos e das paixões. O corpo, a natureza, a necessidade em forma de descanso, comida e sexo encontram aqui seu lugar de refúgio ao abrigo do olhar público (MIGUEL; BOIX, 2013, p. 44).

Tais aspectos, em grande medida, refletem como as bases científicas modernas foram construídas por premissas excludentes numa sociedade patriarcal. Assim, ao elaborar uma crítica feminista da ciência, as mulheres destacaram que o fazer científico é também um fenômeno social e, portanto, reproduz a assimetria de gênero identificada na sociedade.

Apesar de as representações sociais cotidianas das mulheres insistirem que elas não são capazes de pendurar um quadro na parede ou fazer um reparo numa tomada, assim, “as mulheres, mesmo tendo sido sempre excluídas do saber oficial, reconhecido – e etiquetadas

como bruxas quando insistiam em conhecer e experimentar – sempre se relacionaram com a técnica.” (MIGUEL; BOIX, 2013, p. 41)

De acordo com Matos (1999), a crítica científica elaborada pelas feministas dará origem aos intitulados estudos feministas (*feminist studies*) ou estudos de mulheres (*woman studies*), que mais tarde se ampliaram para estudos de gênero.

As feministas passaram então a investigar com o intuito de compreender como a desigualdade de gênero permeava a ciência, desde as formulações teóricas até as práticas científicas cotidianas desenvolvidas no ambiente acadêmico (COSTA; SARDENBERG, 1994). Nesse sentido, as autoras também destacam que é possível identificar no plano nacional que alguns campos científicos e temáticas de estudos adquiriram o status de “guetos científicos acadêmicos femininos”, uma vez que pesquisadores de determinadas disciplinas são majoritariamente do sexo feminino, a exemplo de áreas como a pedagogia, a psicologia, a enfermagem, a nutrição etc.

Como recorda Silva, C. (2015), não se pode também ignorar o fato de que o pensamento social se assentou sobre a concepção de um sujeito sociológico “universal”. Somente a partir dos estudos feministas é que tal concepção passaria a ser questionada e esse sujeito tem sua suposta universalidade criticada, pois pelo prisma do feminismo, trata-se do “sujeito masculino, branco e proprietário”.

Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito — inclusive como sujeito da Ciência (LOURO, 1997, p. 17).

Ainda de acordo com Louro (1999), os primeiros estudos feministas buscavam identificar as desigualdades políticas, econômicas e sociais vividas pelas mulheres nas mais diferentes áreas do conhecimento, com destaque para a antropologia, sociologia, educação, entre outras.

As teóricas feministas há muito advogam pelo reconhecimento da epistemologia do feminismo como campo do saber. Nesse sentido, Rago (1998) explicita que os estudos feministas produziram não apenas uma crítica contundente ao modo tradicional científico, como também apresenta um olhar alternativo para a produção do conhecimento.

Esta crítica revela o caráter particular de categorias dominantes, que se apresentam como universais; propõe a crítica da racionalidade burguesa, ocidental, marxista incluso, que não se pensa em sua dimensão sexualizada, enquanto criação masculina, logo excludente. Portanto, denuncia uma

racionalidade que opera num campo ensimesmado, isto é, a partir da lógica da identidade e que não dá conta de pensar a diferença (RAGO, 1998, p.4).

Para a autora, a crítica das feministas em relação à ciência tradicional se refere, em grande parte, ao seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista. “Pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual-civilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência”. (RAGO, 1998, p. 4). As feministas também apontam que os padrões científicos são impregnados por valores masculinos que enxergam as práticas e pautas femininas de forma inferiorizada, ou, conforme as palavras de Silva, T. (2016, p. 94), a perspectiva feminista promoveu de fato uma reviravolta epistemológica ao destacar que “dependendo de onde estou socialmente situado, conheço certas coisas e não outras”.

A epistemologia feminista rompe com os modelos hierárquicos da pesquisa científica tradicional abrindo espaço para outros grupos excluídos criarem epistemologias alternativas, tais como negros, africanos, orientais e homossexuais. (RAGO, 1998). Ademais, a epistemologia feminista, ainda que tenha diferentes teorias como referências e pressupostos, se caracteriza por ir além dessas e se apresenta como uma “[...] forma específica de produção do conhecimento que traz a marca especificamente feminina, tendencialmente libertária, emancipadora” (RAGO, 1998, p. 10).

A visão tradicional de ciência considera as pautas feministas como identitárias e, portanto, excludentes.

O conhecimento produzido sobre e pelas mulheres sempre foi visto como de menor valor, por versar sobre assuntos tidos como não afeitos ao rigor científico, nem dignos de serem contemplados pela ciência, como o cotidiano, as histórias de família, os gestos e os sonhos, enfim, temas considerados como ‘coisas de mulher’ (CONCEIÇÃO; ARAS, 2014, p. 10).

Os mesmos estudiosos esclarecem que críticas se estendem aos objetos de investigação e à “negação da neutralidade”, porquanto as teóricas feministas não separariam a militância do processo de construção do conhecimento. Tais argumentos apenas reforçam o preconceito e o menosprezo social em relação às mulheres e à sua produção científica, uma vez que, para Louro (1999), o valor do feminismo está justamente naquilo em que ele é mais criticado, que é o seu caráter político.

[...] mesmo sabendo-se que os estudos feministas são significativos em quantidade e qualidade, reiteradas afirmações indicam que o conhecimento, seja sobre mulher seja sobre gênero, vem enfrentando dificuldades para obter reconhecimento como tema relevante para as ciências sociais. (CONCEIÇÃO; ARAS, 2014, p. 12).

Muniz (2015) identifica que embora o feminismo tenha múltiplas vozes, temas e interpretações, sua crítica em geral colaborou para questionamentos às interpretações dominantes de mundo. No entanto, é ingênuo pensar que as feministas conseguiram romper de forma profunda com a ciência tradicional.

Faz-se necessário reconhecer que uma epistemologia que pretende formular conhecimento a partir de grupos marginalizados não é exclusividade do feminismo, haja vista que outros grupos sociais subalternizados reivindicam o mesmo. Entretanto, ao contrário desses demais grupos, a exemplo dos indígenas, dos sem-terra e dos negros, as feministas produziram a maior parte das análises teóricas e críticas acerca da dominação à qual estão socialmente submetidas. (PINTO, 2004). Tal fato se vincula diretamente à origem privilegiada e intelectualizada do movimento, uma vez que as primeiras feministas advinham da classe média e tinham acesso à educação formal.

De acordo com Pinto (2004), é preciso reconhecer que o movimento negro tem se destacado por produzir seus próprios intelectuais e analistas. Por isso, as feministas negras têm emergido como as principais críticas internas ao que denominamos movimento feminista. O feminismo negro destaca que só as categorias gênero e classe não são suficientes para compreendermos a opressão sofrida pelas mulheres negras. Sendo assim, defendem a inclusão da categoria raça numa perspectiva interseccional.

A filósofa Aparecida Sueli Carneiro (2005) empresta de Boaventura de Souza Santos o conceito de epistemicídio para denunciar o quanto os saberes do povo negro, e principalmente das mulheres negras, são negligenciados na academia. Nesse sentido, ela indica que é comum o saber negro ser identificado, em certos casos desqualificados, como mero ativismo, enquanto as produções brancas acerca das questões raciais são valorizadas. Os pesquisadores negros, em geral, são reduzidos também à condição de fonte e não de interlocutores reais no diálogo acadêmico, quando não são aprisionados exclusivamente ao tema do negro (CARNEIRO, A., 2005, p. 60).

Ao tratar da subvalorização dos saberes negros, Ribeiro, D. (2019) questiona: quantos autores/autoras negras entram nas bibliografias dos cursos de graduação no país? Essa ausência é vista para a referida autora como a “proibição” aos negros de serem sujeitos de conhecimento, destacando que o genocídio epistemológico também é uma forma de aniquilação de um povo.

Independentemente das perspectivas que se adotem, seja pós-moderna, decolonial, ou interseccional, a epistemologia feminista busca, em última instância, articular a produção do conhecimento com a militância política (SILVA, C., 2015). Nesse sentido, Ribeiro, D. (2018) e outras estudiosas não distinguem o feminismo teórico do feminismo militante, uma vez que

compreende prática e teoria como elementos complementares e dialéticos na abordagem feminista.

Ao mesmo tempo em que estuda as opressões às quais as mulheres estão submetidas, as feministas atuam no espaço público e muitas vezes dentro do movimento de mulheres, debatendo questões e temas da realidade feminina fundamentados em importantes estudos de gênero no sentido de construir uma “práxis” feminista.

Pode-se considerar que a epistemologia feminista se insere no bojo das chamadas epistemologias do Sul, que surgem como questionamento aos alicerces epistemológicos do pensamento eurocêntrico em suas vertentes crítica e tradicional – epistemologias do Norte.

As epistemologias dos Sul referem-se à produção e à validação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistências de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas da injustiça, da opressão e da destruição causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado. (SANTOS, B., 2019, p.17).

O Sul epistemológico e não geográfico é composto por teóricos e teorias originárias tanto do Sul quanto do Norte geográficos, que têm em comum a luta contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. “As epistemologias do Sul *ocupam* o conceito de epistemologia para o re-significarem enquanto instrumento de interrupção das políticas dominantes e dos conhecimentos que a sustentam” (SANTOS, B., 2019, p.18, grifos do autor). A ressignificação à qual Santos se refere incorpora novos olhares para a produção do conhecimento, que não faziam parte do horizonte da epistemologia tradicional. Nesse sentido, valoriza os fazeres práticos, as vozes silenciadas e as formas de resistência, incorporando novos e inéditos elementos à produção do conhecimento.

E quais seriam os principais impactos a partir da emergência de um novo paradigma epistemológico para a teoria feminista? Certamente, a incorporação da categoria raça se vincula a essa mudança de orientação na produção do conhecimento sobre as mulheres, até porque enquanto as feministas da primeira e segunda ondas reivindicavam o direito ao voto e ao trabalho, as mulheres negras lutavam para serem reconhecidas como pessoas (RIBEIRO, D., 2018).

Diante do cenário apresentado, ainda que de forma breve, é evidente que o feminismo vem problematizando a si e às suas premissas ao longo do seu desenvolvimento, enquanto teoria do conhecimento, permanecendo em constante (des)construção, por isso mesmo é expresso em tantas vertentes e linhas de análise (NARVAZ; KOLLER, 2006).

5.1.1 A questão dos métodos

Primeiramente, é necessário reafirmar que a crítica feminista se opõe ao paradigma tradicional de ciência, ou seja, contrapõe-se ao modelo cartesiano de investigação, principalmente por reconhecer a não neutralidade nos estudos científicos. Isto é, a pesquisa feminista rejeita o que Neves e Nogueira (2005) denominam “imparcialidade fictícia”, uma vez que reconhecem que as (os) pesquisadoras (es) fazem parte do processo de investigação e, por isso mesmo, não é possível deixarem de lado as suas “vestes” culturais, sociais políticas e históricas, reconhecendo ainda que no processo de produção científica, o (a) investigador (a) é afetado (a) e se afeta pelo seu objeto de estudo.

Sendo assim, a teoria feminista propõe uma nova forma de produzir ciência, pois considera que o modelo científico dominante se alinha a processos de dominação masculina. Por isso, propõe uma ciência em que “[...] se constrói a partir das experiências vividas pelas mulheres e, portanto, traz em si uma reconceitualização do conhecimento”. (PAIVA, 1997, p. 523).

É relevante salientar que embora a teoria feminista tenha proposto uma nova forma de produção do saber, o rigor científico continua sendo necessário, pois “[...] o novo conhecimento precisa garantir que os processos utilizados sejam bem fundamentados, irrefutáveis, justificáveis e relevantes” (PAIVA, 1997, p. 522).

Ao incluírem a política como elemento central de seus estudos, as feministas não somente subverteram a lógica dos pressupostos do fazer científico tradicional (objetividade, neutralidade, distanciamento e isenção), como também ampliaram as possibilidades de fontes, abordagens e métodos. Assim, as pesquisadoras feministas passaram “[...] a lançar mão, cada vez com mais desembaraço, de lembranças e de histórias de vida; de fontes iconográficas, de registros pessoais, de diários, cartas e romances. Pesquisadoras escreviam na primeira pessoa” (LOURO, 1997, p.19). Para Bogdan e Biklen (1994), além de incluírem nos estudos científicos atores sociais tradicionalmente ignorados, os estudos feministas pioneiros também afetaram profundamente os conteúdos das investigações ao incluírem temas como emoções e sentimentos.

De acordo com Neves e Nogueira (2005), as metodologias da pesquisa feminista são essencialmente reflexivas e por isso mesmo estão constantemente acompanhadas do seguinte questionamento: Que ciência produzimos? Com quais objetivos e instrumentos? São apenas algumas das questões com as quais a ciência de viés feminista deve se preocupar.

[...] as mulheres que reconhecem e aceitam os pressupostos feministas sobre o mundo praticarão ciência de modo diverso num mundo que legitime esses pressupostos: usarão uma metodologia diferente ou se basearão num conjunto diferente de práticas para observar e compreender o mundo à sua volta; serão conscientes da intencionalidade de seus estudos e dos usos que deles se farão. (CONCEIÇÃO; ARAS, 2014, p. 12).

Ainda no que tange especificamente aos aspectos metodológicos, a pesquisa feminista se identifica com os métodos qualitativos, pois estes “trabalham com a subjetividade e enfatizam a importância de recuperar o ponto de vista dos atores”. (PAIVA, 1997, p. 522). Nesse sentido, para Bogdan e Biklen (1994), o feminismo e a abordagem qualitativa de investigação se influenciaram mutuamente e de uma forma tão profunda a ponto que, para muitos, seria mais adequado denominar o método de feminista em vez de qualitativo.

Independentemente dos métodos e técnicas – sejam entrevistas, questionários, grupo focal, etnografia etc. – que o (a) pesquisador (a) adote em seu processo investigativo, não se pode perder de vista que, em última instância, as pesquisas orientadas na perspectiva feminista estão fortemente comprometidas com a transformação social.

5.2 – METODOLOGIA E TÉCNICAS

Com relação aos aspectos metodológicos, a pesquisa se baseou nos pressupostos da abordagem qualitativa por meio de aplicação de questionários e realização de entrevistas semiestruturadas, que serão analisadas por meio da análise de conteúdo.

De acordo com Oliveira (2005), os questionários podem ser definidos como: [...] uma técnica para obtenção de informações sobre sentimentos, crenças, expectativas, situações vivenciadas e sobre todo e qualquer dado que o pesquisador (a) deseja registrar para atender os objetivos de seu estudo. (OLIVEIRA, 2005, p.83)

No que tange à sua estrutura, é relevante indicar que os questionários podem possuir questões tanto abertas quanto fechadas. As questões abertas são definidas como aquelas nas quais os respondentes têm a liberdade de dar suas próprias respostas, enquanto as questões fechadas são aquelas cujas respostas estão pré-fixadas, ou seja, quando os/as respondentes devem escolher uma resposta para cada pergunta dentre as alternativas oferecidas (GIL, 2008).

Segundo Minayo (2016), a entrevista é a estratégia mais comum no processo de levantamento de dados. A autora considera ainda a entrevista como uma comunicação verbal para o levantamento de informações a respeito de um tema pesquisado.

Para Szymanski (2011), a entrevista é considerada uma situação de interação humana que envolve expectativas e sentimentos entre o/a entrevistador/a e a/o entrevistada/o. Nesse processo, o/a pesquisador/a está munido de informações sobre o contexto (e, muitas vezes, sobre a vida da/do entrevistada/o) e a/o participante da pesquisa filtra seus pré-conceitos e um conjunto de conhecimentos sobre quem lhe entrevista, ajustando seu discurso àquele momento de diálogo.

As entrevistas apresentam um potencial de colocar pesquisador/a e participantes em contato direto com a intenção de levantar as visões e opiniões da/do entrevistada/o. Nesse sentido, Creswell (2010) elenca as vantagens e limitações desse procedimento, quais sejam:

- **Vantagens:**

- Útil quando não é possível observar diretamente os participantes;
- Os participantes podem fornecer informações históricas;
- Possibilita ao pesquisador o “controle” sobre as questões.

- **Limitações:**

- As informações fornecidas são “indiretas” e filtradas pela visão dos entrevistados;
- Oferece informações em um “local” alternativo em vez do cenário natural do campo;
- A presença dos pesquisadores pode enviesar as respostas;
- Algumas pessoas entrevistadas podem não apresentar o mesmo nível de articulação e percepção esperado.

Mesmo considerando as limitações desse procedimento, entende-se que as entrevistas contribuem para que sejam atingidos os objetivos propostos para essa pesquisa, à medida em que se configura como uma técnica privilegiada de comunicação. (MINAYO, 2016).

Quanto ao tipo de entrevista, é importante salientar que nosso estudo se valeu da entrevista *semiestruturada*, que, de acordo com Minayo (2016), é o tipo de entrevista na qual o/a entrevistado/a tem liberdade de responder sem ficar preso a indagações. Além disso, esse modelo apresenta maior estruturação, guiando-se por pontos de interesse do/da entrevistador/a, que “[...] faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que se refere às pautas assinaladas.” (GIL, 1999, p. 117).

O conteúdo das entrevistas será analisado por meio da técnica de análise de conteúdo (AC). Sistematizada por Laurence Bardin (2011), essa técnica se destaca por analisar comunicações: “[...] na AC o texto é um meio de expressão do sujeito, onde a analista busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, 682).

Para a realização da AC, é necessário seguir os seguintes passos de forma sequencial: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, o qual inclui inferência e interpretação. No que se refere ao processo de categorização, “[...] a AC espera compreender o pensamento do sujeito através do conteúdo expresso no texto, numa concepção transparente de linguagem” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 684).

Conforme destaca Bardin (2011), algumas regras devem ser observadas no processo de categorização, nesse sentido, as categorias devem ser homogêneas (cada uma deve ser criada a partir do mesmo princípio), exaustivas (esgotar o texto), exclusivas (o mesmo conteúdo não pode ser classificado em duas categorias ao mesmo tempo) e adequadas ou pertinentes (adaptadas ao conteúdo analisado e ao objetivo). A etapa de inferência é realizada por meio da dedução lógica, em que se busca compreender o sentido do conteúdo para além da leitura da “letra” e, a partir de questionamentos, identificar diferentes variáveis na mensagem analisada. Por último, realiza-se a interpretação utilizando as inferências e o referencial teórico adotado.

5.2.1 Desenho da pesquisa

Inicialmente, é relevante destacar que nas primeiras versões do projeto, a pesquisa foi idealizada para ocorrer de forma presencial. No entanto, em virtude do contexto da pandemia da Covid 19, que emergiu no primeiro semestre de 2020 e se estende até o final do semestre de 2021, houve a necessidade de adaptar o estudo para que a coleta de dados ocorresse de forma remota a fim de não expor as participantes e a pesquisadora ao risco de contaminação pelo novo corona vírus.

No que tange à composição da amostra, é válido destacar que as jovens selecionadas para o estudo são estudantes de licenciatura da Unesp de Presidente Prudente.

A parte empírica do estudo foi desenhada para se desenvolver em duas etapas principais, sendo essas:

Etapa 1 – Para a realização da primeira etapa da pesquisa, foi elaborado um questionário com questões abertas e fechadas para analisar o perfil da amostra, como também identificar aspectos referentes a usos das tecnologias digitais e interação com conteúdo feminista na *internet*. Junto ao e-mail, seria anexada uma apresentação do estudo e um convite para a participação voluntária na investigação, além da disponibilização de dois links: um para acessar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Apêndice C – e outro para acesso ao questionário digital, disponibilizado no *Google Forms*.

O questionário (Apêndice A) elaborado possui 42 questões abertas e fechadas divididas em três blocos:

- **Bloco 1** – *acesso e interações em ambiente digital*: 14 questões elaboradas para identificar elementos relacionados ao acesso, aos usos e às interações das participantes na *internet*.
- **Bloco 2** – *percepções sobre feminismo e questões de gênero*: 16 questões gerais para identificar o perfil das participantes.
- **Bloco 3** – *características gerais*: 11 questões que versam acerca do conhecimento/percepção das voluntárias sobre feminismo e questões de gênero.

Os seguintes critérios de inclusão foram aplicados para a composição da amostra na primeira etapa: a) matrícula e frequência no primeiro ano de um dos cursos licenciatura da Unesp; b) sexo feminino; c) idade entre 18 e 29⁸⁰ anos; d) aceitação de participação no estudo e assinatura digital do TCLE.

Etapa 2 – Estava previsto que seriam convidadas somente dez participantes entre aquelas que demonstrassem maior identificação/interação com conteúdo feminista na *internet*. Os seguintes critérios de inclusão para a participação nesta etapa foram aplicados: a) atender aos critérios de inclusão da etapa 1; b) ter respondido o questionário da primeira etapa; c) resultados do questionário indicando interação relevante com conteúdo feminista na *internet*; d) aceitar participar da etapa 2 e assinar digitalmente um segundo TCLE (Apêndice D) elaborado para esse momento da investigação.

Assim, a etapa 2 foi desenhada prevendo a realização de entrevistas⁸¹ semiestruturadas a partir de um roteiro (Apêndice B) com 33 questões, com as participantes da etapa 1 que demonstraram, a partir de suas respostas, uma maior identificação/consumo/interação com conteúdo feminista digital. Para essa segunda etapa, inicialmente estimamos a participação de até dez voluntárias.

Foram adotados os mesmos cuidados com relação aos dados das participantes observados na etapa 1 do estudo.

Com relação aos critérios de exclusão, vale ressaltar que não poderiam participar das etapas 1 e 2 as estudantes que: a) não tivessem dezoito anos completos; b) fossem convidadas

⁸⁰ Considerou-se a idade máxima de 29 anos a partir da definição de jovem expressa no Estatuto da Juventude (2013).

⁸¹ As entrevistas foram realizadas e gravadas por meio do *Google Meet* (serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pelo *Google*) com data e horário combinados previamente com as voluntárias e *link* disponibilizado pela pesquisadora.

e não demonstrassem interesse na participação; e c) houvessem optado por não assinar digitalmente o TCLE.

5.2.2 Percurso da pesquisa

Após a definição do desenho da pesquisa e a divulgação da aprovação do CEP, em novembro de 2021, iniciou-se a etapa de trabalho de campo para a coleta de dados.

Desse modo, no primeiro semestre de 2022 foram enviados *e-mails* aos coordenadores dos seis cursos de licenciatura da UNESP-Presidente Prudente. A partir desse contato inicial, cinco dos coordenadores/as contatados/as responderam prontamente a mensagem, destacando que gostariam de colaborar com o estudo, encaminhando então os *e-mails* convites aos/as estudantes dos cursos. Porém, indicaram que não seria possível enviá-los apenas ao grupo de discentes do sexo feminino, portanto, todos os alunos os receberam independentemente do sexo, uma vez que o convite especificava o público-alvo da pesquisa. Um segundo *e-mail* foi encaminhado aos/as mesmos coordenadores/as de curso, no entanto, apenas dois deles responderam novamente confirmando o encaminhamento dos *e-mails* convites.

Na primeira semana após o envio dos convites, às participantes em potencial foram recebidas apenas cinco respostas nos formulários. As duas semanas que se seguiram continuaram a indicar baixa adesão das estudantes à participação no estudo. Assim, até aquele momento, apenas 14 discentes do curso de licenciatura em geografia haviam respondido o questionário.

A partir desse cenário, no qual ficava evidente o baixo interesse das licenciadas em participar da pesquisa, foi possível levantar algumas hipóteses que nos ajudariam a compreender tal ocorrência:

- Falta de experiência prévia em pesquisa;
- Desconfiança em relação ao fornecimento de dados pessoais digitalmente;
- Fadiga digital em virtude de a pandemia ter ampliado as atividades acadêmicas de forma remota nos últimos dois anos;
- Não aceitar ou não concordar com os termos do TCLE;
- Dificuldade em utilizar os canais institucionais de comunicação.

De forma a minimizar tais dificuldades, estabelecemos como estratégia a busca por canais informais de comunicação, por exemplo, grupos de troca de mensagens. Assim, foi enviado o convite e o *link* do formulário para grupos de mensagens dos cursos de educação

física, geografia e pedagogia (em razão de os professores desses cursos terem se disponibilizado a divulgar os *links* nos grupos dos estudantes). Apesar da ampla presença de discentes nesses grupos, foi possível apenas dobrar o número de respondentes dos questionários, que passou de 14 para 31.

Essa experiência nos mostrou dois aspectos a serem observados em estudos futuros: a) os canais oficiais de comunicação apresentam menor potencial de mobilização para participação e b) visto que o fluxo de informação é maior nos grupos de mensagens, observou-se que, em geral, as estudantes acabavam acessando o link apenas nas primeiras horas de sua disponibilização.

Convém destacar que apesar de os seis cursos de licenciatura da FCT/UNESP terem sido convidados para participar do estudo, as 31 estudantes que responderam os questionários são vinculadas aos cursos de educação física, geografia e pedagogia. No entanto, esse dado não surpreende, uma vez que esses cursos apresentam algumas características que podem favorecer o interesse pela discussão de gênero, a saber:

- Número amplo de matrículas femininas;
- Cursos com tradição curricular crítica;
- Cursos que apresentam ampla análise da sociedade, da educação, do corpo e da produção de conhecimento.

Por outro lado, não houve voluntárias dos cursos de licenciatura em física, matemática ou química, áreas tradicionalmente dominadas por homens⁸², com ampla matrícula masculina e tradicionalmente com número menor de matrículas femininas.

5.2.3 Aspectos éticos

Na pesquisa científica, tão necessária quanto à descrição dos métodos e às técnicas é a reflexão em torno dos elementos éticos que envolvem as pesquisas com seres humanos. Nesse sentido, é válido destacar que além de a proposta de pesquisa ter sido submetida à apreciação ética no CEP, buscou-se seguir os princípios éticos em toda a sua execução.

Em virtude da pandemia, os projetos encaminhados ao CEP foram apreciados de forma mais lenta, portanto, ocorreu uma demora de quase cinco meses para a autorização de realização da pesquisa. Apesar dessa demora, a coleta de dados só foi iniciada após a divulgação da

⁸² Um exemplo da sub-representação feminina na área de exatas pode ser identificada no histórico de premiações do Nobel, que, ao longo de sua existência, laureou apenas 7 mulheres na área de química (de um total de 186 premiados) e quatro na área de física (de um total de 216 premiados).

autorização, uma vez que as normativas do CEP indicam que a coleta de dados deve se iniciar apenas após aprovação, conforme indicam Fiorentini e Lorenzato (2009, p.197):

Antes de iniciar a pesquisa de campo, as normas éticas recomendam que o pesquisador informe aos participantes sobre as finalidades da pesquisa, os procedimentos de coleta de informações e como estas serão utilizadas e divulgadas pelo pesquisador.

Considerando as indicações dos autores, ressalta-se que todas as participantes foram informadas acerca dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos metodológicos adotados e da forma com que os dados coletados seriam utilizados no estudo. Além disso, esclarecemos que poderiam desistir de participar a qualquer momento ou etapa da investigação. Todas as jovens que aceitaram participar da pesquisa assinaram digitalmente os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido e receberam um *link* para a sua impressão ou *download*.

Como forma de minimizar o vazamento de dados, é importante destacar que todos os dados gerados por meio dos questionários e das entrevistas foram transferidos e armazenados em uma mídia física (*Hard Disk /HD/ Disco rígido*) de modo a evitar qualquer tipo de vazamento e/ou ciberataque. Assim, somente a pesquisadora e a orientadora tiveram acesso às respostas e às identidades das participantes.

As participantes que, além da etapa 1, participaram da etapa 2 puderam escolher o dia, horário e local de realização das entrevistas, bem como tiveram a opção de escolher o nome por meio do qual gostariam de ser identificadas no estudo, de modo a reconhecer e valorizar suas contribuições com a pesquisa.

5.2.4 Apresentação dos dados

Este tópico busca destacar alguns elementos gerais das respostas nos questionários e nas entrevistas realizadas.

5.2.4.1 Perfil das participantes que responderam os questionários⁸³

No que tange à apresentação parcial dos dados, inicialmente é necessário esclarecer que a descrição se iniciará a partir do bloco de questões 3, seguido do bloco de questões 1 e 2. O

⁸³ Os dados foram tabulados digitalmente via *Google Forms* (um aplicativo de levantamento e gerenciamento de pesquisas lançado e criado pelo *Google*).

bloco de questões 3 foi escolhido para iniciar a apresentação dos dados de pesquisa devido a conter as questões relacionadas ao perfil sociodemográfico da amostra.

Com relação ao perfil das 31 voluntárias que responderam ao questionário, é relevante pontuar que a maioria delas (19) declarou ter idade entre 18 e 20 anos, sendo que 20 participantes se autodeclararam brancas. A totalidade das discentes informou se identificar como mulher cisgênero, e 17 indicaram possuir orientação heterossexual.

Com relação ao estado civil, 27 responderam ser solteiras e nenhuma declarou ter filhos. O questionário também revelou que 15 residem com a família e que 22 foram educadas na tradição católica. Elas também destacaram possuir algum tipo de renda (considerando trabalho formal/informal/bolsa de estudos/estágio remunerado ou outro tipo de auxílio) e apenas quatro estudantes responderam não possuir renda alguma. Dos tipos de renda, 10 participantes apontaram que a renda atual deriva de atuação como estagiária.

O bloco de questões 1 inclui as questões voltadas ao acesso e às formas de interações no ciberespaço. Sendo assim, 30 participantes responderam que acessam frequentemente a *internet*, sendo que a maioria (20) respondeu ter a própria residência como local principal de acesso. Todas as participantes apontaram acessar à rede de computadores prioritariamente pelo celular/*smartphone*, e 20, além do celular, também acessam no computador.

Quando indagadas sobre o que acessam com mais frequência, 30 responderam “redes sociais”. Na questão sobre a rede social que mais acessavam, 28 apontaram Instagram, sendo que 24 também acessam o *Facebook*. Com relação ao motivo para acessar as redes sociais, a maioria (28) declarou que o acesso ocorre devido ao interesse de se informar sobre assuntos diversos, seguido de se comunicar com amigos e familiares.

Quando indagadas se seguem algum/a influenciador/a digital, 28 afirmaram positivamente. Alguns nomes citados foram Jana Taffarel, Niina Secrets, Fabi Santana, Lorelay Fox, Diva Depressão, Alexandra Gurgel, Pirulla, Rita Von Hunty, Silvio Almeida, Atila Iamarino, Taciele Alcolea, Lorena Eltz, Jonas Maria, Nataly Neri, Maternidade sapatão, Karen Jonz, Bela Gil, Filipe Neto, Jout Jout, Padre Fábio de Melo e Marcelo Rossi, Henry Bugalho, Lea Michele, Kylie Jenner, Kim Kardashian, Gabriela Prioli, Evelyn Regly, Boca Rosa, Flávia Calina, Virgínia Fonseca, Tchulim, entre muitos outros.

As questões do bloco 2 abordavam percepções e interações com as temáticas de gênero e feminismo no ciberespaço. Assim, a primeira questão indagou as participantes se já haviam tido contato com conteúdo sobre feminismo na *internet*. Todas as participantes responderam afirmativamente, sendo que 28 também indicaram ter a percepção de que esse tema vem sendo tratado de forma mais frequente nas redes. Quando indagadas se seguiam algum perfil

especificamente feminista, 28 afirmaram que sim. Foram indicados os seguintes perfis de conteúdo feminista: Frente pela vida das mulheres, Quebrando o tabu, Feminismo, Mídia Ninja, Alexandra Gurgel e Rita Von Hunty, Frente pela vida das mulheres, Obvious, Ana Cysne, Fique Amiga, Veronicornia, Feminismo, Elasmfeministas, Feministas, Lutecomomagarota, Monica Benício, Elora, Hana Khalil, Ana Hikari e EuMaria, DePretas por Gabi Oliveira, Sos períneo, Ser intime, Levante popular da juventude, Frente pela vida das mulheres, Hana Khalil, Ray Neon, Agência Lupa, Para Elas, Unidos por Mari Ferrer, The Intercept, Todasfridasoficial, Femimesmo, Feminineword, Planetaella, Frentepeavidadasmulheres, Debora Diniz, Coletivosantoutero, Geografia Feminista; RevistaAzmimigas; Geledés, Khalihana, Dona_maria_da_penha, Afrontenacional, Feminismodialetico, Osubstantivofeminino e Linn da Quebrada.

Das 31 respondentes, 30 afirmaram possuir interesse nas temáticas de gênero e feminismo, sendo que 19 revelam se interessar muito, 10 razoavelmente e apenas duas indicaram possuir pouco interesse. Um total de 29 participantes destacou que as temáticas de gênero e feminismo são relevantes para o debate social. A escola e a *internet* foram indicadas como os primeiros locais de encontro com o feminismo. Quando indagadas sobre se considerarem feministas, 26 afirmaram que sim. Todas concordaram com a afirmação de que as escolas deveriam abordar temas relacionados ao feminismo e à desigualdade de gênero.

Sobre a presença de discussões acerca do feminismo no ensino médio, 26 declararam que tal temática era presente nas aulas, sendo que 17 indicaram a disciplina de sociologia como aquela em que o debate sobre feminismo foi mais contemplado.

5.2.4.2 Perfil das participantes das entrevistas

Para compor a amostra na segunda etapa do trabalho, foram convidadas as 26 participantes⁸⁴ que, conforme as respostas nos questionários, apresentaram maior identificação/interação com as temáticas de gênero e feminismo no ciberespaço.

Desse modo, foram encaminhados *e-mails* às discentes selecionadas. No entanto, dos 26 convites enviados, apenas duas convidadas responderam ao convite, colocando-se à disposição para participarem da segunda etapa do estudo. Assim, após esse retorno, foram agendadas a realização das entrevistas com as duas estudantes. As entrevistas foram gravadas e transcritas.

⁸⁴ Inicialmente, estava previsto que apenas até dez participantes seriam selecionadas para a segunda etapa do estudo, no entanto, devido à baixa adesão das estudantes na etapa 1, optou-se por convidar 26 respondentes que mais se identificassem e interagissem com a temática feminista nas redes.

A seguir será apresentado um breve perfil das duas participantes entrevistadas.

Participante 1: Marie⁸⁵

Figura 6: Avatar ilustrado simplificado de Marie



Fonte: Elaborado pela autora⁸⁶

Descrição: Marie é uma jovem branca, de cabelos claros e curtos e de origem privilegiada social e economicamente. Ela estudou em escola particular, tendo declarado ainda ter recebido apoio dos pais para prosseguir nos estudos. Durante a entrevista, Marie declarou que se aproximou de temas sobre feminismo na *internet* devido a um relacionamento abusivo que vivenciou com um colega do colégio Adventista o qual frequentava. A jovem disse acreditar que sua formação escolar foi prejudicada, visto que o colégio, por possuir matriz religiosa, evitava temas políticos e não aceitava autores ateus na bibliografia das disciplinas. A jovem, em diversos momentos de sua fala, destaca o quão oprimida se sentia por estudar em um colégio religioso e quando entrou em contato com o feminismo das redes, fez questão de socializar esses temas e questões com seus pais, trazendo essa temática para dentro de casa.

Ela também relata que o cursinho pré-vestibular e depois a faculdade lhe oportunizaram novas discussões e vivências que a ajudaram a desconstruir várias ideias conservadoras que lhe haviam sido ensinadas desde a infância.

Marie atualmente está no último ano da faculdade, foi aprovada para o mestrado, considera-se feminista e continua tendo interesse nessa temática, mas de maneira informal, já que não estuda o feminismo academicamente.

Para Marie, o feminismo a ajudou a entender melhor os mecanismos das opressões de gênero e a questionar a educação conservadora que recebeu e, conseqüentemente, a heterossexualidade compulsória, sendo que hoje se identifica como bissexual e atea.

⁸⁵ A primeira participante entrevistada indicou que gostaria de ser identificada pelo nome Marie em homenagem à física/química polonesa/francesa Marie Curie (1867 – 1934), notável por ter descoberto os elementos químicos polônio e o rádio. Por suas descobertas recebeu dois prêmios Nobel.

⁸⁶ O avatar ilustrado foi desenvolvido a partir do aplicativo *Google Avatar Maker*.

Participante 2 – Sueli⁸⁷

Figura 7: Avatar ilustrado simplificado da participante Sueli



Fonte: Elaborado pela autora⁸⁸

A jovem Sueli foi a segunda entrevistada. Ela também é uma mulher de pele clara, porém possui cabelos longos e escuros. Sueli, assim como Marie, estudou em uma escola particular religiosa, porém de orientação católica, sem nunca ter se identificado com suas normas e dogmas. Ela destaca que o ponto de partida para compreender questões de gênero e feminismo na *internet* foi o processo de *impeachment* sofrido pela presidenta Dilma, em 2016. Ela detalha que a primeira mulher da história cuja trajetória a fez admirar foi Hypatia de Alexandria.

Diferentemente de Marie, que mudou de perspectiva ao entrar no cursinho, o ponto de virada na vida de Sueli foi o ingresso numa escola técnica estadual de excelência. Nessa escola, Sueli conheceu uma professora de Geografia que lhe apresentou teorias críticas, como o marxismo, além de análises sobre genocídio cultural, o que lhe despertou seu senso crítico. Porém, à época, já existia na escola uma espécie de censura velada desses temas em virtude do contexto de emergência do conservadorismo, que tentava emplacar projetos como o “Escola sem partido”.

Assim como Marie, considera-se uma jovem privilegiada economicamente. Sueli também disse que havia usado as redes sociais para compreender melhor questões sobre saúde mental, tratadas por blogueiras feministas. Com o passar do tempo, começou a pesquisar mais sobre marxismo, tendo como principal referência para esse tema a *drag influencer* Rita Von Hunty, além de Sabrina Fernandes. A morte da vereadora carioca Mariele Franco (1979 –

⁸⁷ A segunda participante escolheu ser reconhecida no trabalho como Sueli, em homenagem à filósofa feminista, ativista dos direitos humanos e fundadora do portal Geledés, Sueli Carneiro.

⁸⁸ O avatar ilustrado foi desenvolvido por meio do aplicativo *Google Avatar Maker*.

2018), há cerca de quatro anos, também a estimulou a pesquisar mais sobre essa personalidade política do Rio de Janeiro.

Sueli relata que no ensino médio se tornou a principal referência para amigos e amigas sobre questões sexuais. Ela também narrou episódios por meio dos quais identificou desigualdades de gênero na escola e na universidade. Atualmente está no primeiro ano da faculdade e, no contexto dos feminismos, se interessa pelas questões epistemológicas e se considera atea.

Como foi possível observar, as duas participantes possuem perfis e históricos de vida muito semelhantes. Além de serem brancas, privilegiadas social e economicamente, estudaram em escolas particulares de vertente religiosa e conservadora tiveram contato inicial com o feminismo por meio das redes sociais. Também consideram como momento relevante para a sua tomada de consciência crítica a saída da escola religiosa para o cursinho pré-vestibular e escola técnica estadual.

6 OS ACHADOS DA PESQUISA: OS MÚLTIPLOS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA INTERAÇÃO DE JOVENS COM CONTEÚDOS FEMINISTAS NAS REDES

6.1 – APONTAMENTOS INICIAIS

Antes de apresentar os achados das entrevistas é interessante destacar que os questionários, muito embora utilizados como instrumento de seleção das participantes para as entrevistas, em certa medida também são reveladores da forte presença e das interações que as jovens participantes realizam nas redes, assim apesar do trabalho apresentar uma análise prioritariamente qualitativa, foram selecionadas algumas frequências de respostas dos questionários para ilustrar/realçar sempre que possível algum dado considerado relevante para o estudo.

Um dos primeiros aspectos sobre experiência digital evidenciado a partir do questionário se refere à identificação das redes sociais mais acessadas pelas jovens. Nesse sentido, o questionário revelou que a maioria das respondentes declara⁸⁹ possuir perfil no *Instagram* (90,3%), seguido do *Facebook* (77,4%), empatando *Twitter* (67,7%) e *Youtube* (67,7%) com os mesmos percentuais. Apenas 16,1% das participantes responderam possuir perfis em outras redes, tais como *TikTok* e *Linkedin*. Mesmo que a amostra seja pequena, ainda assim é reveladora da ampla presença das jovens nas redes sociais visto que uma única rede (*Instagram*) concentra mais de 90% dos perfis de redes sociais.

É importante reconhecer que o perfil das entrevistadas reflete justamente o perfil que a pesquisa almejava, ou seja, jovens estudantes com acesso à *internet*, nesse sentido 96% responderam que acessavam as redes “frequentemente”. Esse número embora se vincule a uma “microamostra” também reflete a realidade mais ampla da população nacional, visto que a conectividade em rede já está presente em cerca de noventa por cento dos lares do país.

Os dados destacados também indicam que a hiperconectividade evidenciada na sociedade é uma realidade entre as jovens mulheres universitárias, independente da classe social. Tal qual foi explicitado anteriormente, a interação digital possui forte apelo entre os mais jovens, sobretudo por serem nativos digitais. Quanto ao aparelho mais utilizado acessar as redes, todas as participantes declararam utilizar o celular sendo que cerca de 80% dessas também acessam no *notebook*. Os dados dos questionários também apontaram que mais de 90% das participantes seguem o perfil de algum/a influenciador/a digital.

⁸⁹ Para essa questão as participantes poderiam assinalar mais de uma alternativa.

Quanto aos temas de maior interesse consumido nas redes pelas jovens, os questionários revelaram que suas preferências são: feminismo (67,7%), política (61,3%), arte e cultura (58,1%), seguidos de moda e beleza (54,8%). O fato de o feminismo aparecer em primeiro nas respostas das jovens pode indicar de um lado o caráter de conveniência da amostra, uma vez que a pesquisa foi realizada com jovens estudantes de universidade pública que se voluntariaram para responder o questionário de uma pesquisa de viés feminista, evidenciando assim que elas possivelmente possuem um perfil de interesse com o tema do estudo, e por outro também poderia evidenciar uma suposta fragilidade do questionário que ao apresentar o tema na apresentação da pesquisa, pode ter induzido as jovens a apontar esse tema como de maior interesse. No entanto, é possível observar ainda que a apresentação da temática do estudo pode ter influenciado nas respostas sobre o tema de interesse todas as participantes afirmaram que já entraram em contato com algum conteúdo feminista nas redes nos últimos seis meses que antecederam a participação no estudo, também 90,3% responderam que acreditam que atualmente o feminismo tem aparecido mais nos meios de comunicação, mesmo número de respondentes afirmaram seguir algum influenciador ou perfil que trata sobre questão de gênero e/ou feminismo nas redes. A maioria (96,8%) das estudantes participantes destacou se interessar por feminismo, sendo que 61,3% apontaram se interessar muito por esse assunto.

Quando questionadas se haviam se deparado com algum conteúdo feminista na *internet* nos últimos seis meses, todas as jovens responderam afirmativamente. Sendo que 90,3 % consideram que os temas relacionados ao feminismo estão aparecendo de forma mais frequente nos meios de comunicação.

Conforme anunciado na seção anterior para a categorização das entrevistas, foi utilizada a técnica da análise de conteúdo proposto por Bardin (2011), por meio da categorização semântica na qual as respostas das participantes foram agrupadas por caráter semântico, ou seja, pela semelhança de suas respostas aos diferentes questionamentos realizados durante o processo de entrevista.

6.2 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISES DAS CATEGORIAS

Na presente subseção serão apresentadas as onze categorias identificadas a partir da categorização dos dados levantados.

6.2.1 Categoria 1 – Interação e consumo de conteúdos feministas nas redes sociais

A primeira categoria identificada reflete a identificação da categoria: *Interação e consumo de conteúdos feministas nas redes sociais*. Essa categoria é ilustrativa tanto dos aspectos referentes às preferências das jovens acerca de páginas/perfis/*fanpages* e canais que tematizam as questões de gênero e feminismo quanto acerca de suas percepções sobre. Dentre os perfis sobre gênero e feminismo, os mais citados foram os destacados no quadro a seguir, evidentemente as jovens citaram muitas outras páginas e perfis acerca da temática de gênero e feminismo, porém para esse trabalho em especial foram selecionados dez para comentários:

Quadro 1- Exemplo de perfis e plataformas de acesso

Item Seq.	Nome	Tipo/plataforma	Descrição
1	Agência Lupa	Multiplataforma (<i>site</i> , perfil no <i>Instagram</i>);	Plataforma de combate à desinformação por meio de <i>fact-checking</i> e educação midiática.
2	Afros e Afins por Nátaly Neri	Perfil no <i>Instagram</i> , Canal no <i>Youtube</i> ;	A influenciadora Nátaly Neri apresenta em suas redes diferentes temáticas com apelo social, tais como: veganismo, <i>slow fashion</i> , gênero e diversidade, negritude, classe social, além de entretenimento e <i>lifestyle</i> .
3	Bárbara Cândido	Perfil no <i>Instagram</i> e demais redes sociais.	Pertence à publicitária e influenciadora Bárbara Cândido que por sua vez fala de moda, beleza e <i>lifestyle</i> .
4	De Pretas por Gabi Oliveira	Canal no <i>Youtube</i> /Perfil no <i>Instagram</i>	Tem à frente, a comunicadora, criadora de conteúdo, ativista e <i>youtuber</i> Gabi Oliveira.
5	Levante popular da juventude	Multiplataforma: <i>site</i> /canal no <i>Youtube</i> /Perfil no <i>Instagram</i> / <i>Telegram</i> .	Em seu <i>site</i> , o coletivo <i>Levante popular da juventude</i> se apresenta como “uma organização de jovens militantes voltada para a luta de massas em busca da transformação estrutural da sociedade”.
6	Quebrando o Tabu (QoT)	Multiplataforma	Empresa de mídia e notícias. Apresenta e promove debate social acerca de diferentes temas de natureza progressista.
7	Ser Intime	Perfil no <i>Instagram</i>	Tem à frente a biomédica e doutoranda em Biologia Celular Carol Pinhol que escreve e divulga informações sobre saúde íntima ajudando as mulheres a conhecer os seus corpos.
8	SOS Períneo	Perfil no <i>Instagram</i>	Pertence à fisioterapeuta pélvica e “vaginal” influencer Claudia Milan que ensina sobre saúde íntima com memes e bom humor.
9	The Intercept Brasil	Multiplataforma	Agência de notícias independente que apresenta a responsabilização dos poderosos por meio de um jornalismo destemido e combativo
10	Unidos por Mari Ferrer	Grupo privado no <i>Facebook</i>	Grupo no <i>Facebook</i> que luta para que se faça justiça no caso da influenciadora Mariana Ferrer que foi estuprada por um empresário em 2018, no clube Café de La Musique, em Florianópolis, Santa Catarina, mesmo local onde trabalhava.

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

A partir do quadro é interessante observar que a maioria das páginas apontadas pelas participantes são produzidas e administradas por jovens mulheres. Ao menos seis dessas páginas, das 10 mencionadas, têm como destaque uma mulher ou mais especificamente uma jovem mulher.

Uma observação atenta acerca das temáticas tratadas nos perfis e páginas citadas pelas jovens indica um forte interesse pelo debate em torno das questões raciais. Nesse sentido verifica-se que a discussão racial é tratada de forma direta – naqueles casos em que a temática racial é um conteúdo fixo ou tratado de forma prioritária se vinculando as próprias identidades das criadoras de conteúdo – como nos perfis: Afros e Afins, De Pretas e Papo de Preta. Nesses perfis, as influenciadoras buscam por meio de seus vídeos, fotos, textos e vivências combater o racismo e promover a autoaceitação, o autorrespeito de mulheres jovens, sobretudo daquelas que são negras e sofrem diariamente com o racismo estrutural, aliada a violência de gênero.

A promoção de temas sobre raça e etnia é promovida por essas influenciadoras a partir de diferentes abordagens, a exemplo do vídeo disponível no canal do *Youtube* da influenciadora Gabi Oliveira em que realiza um “tour” pelo seu rosto. No referido vídeo, Oliveira destaca como seus traços físicos e sua aparência sempre foram fonte de descontentamento a ponto de na infância usar prendedor com a intenção de “afinar” o nariz, visto que nas sociedades a beleza sempre esteve vinculada a aparência e traços dos indivíduos de pele clara. No vídeo, Gabi também relata que após um longo e doloroso processo passou a amar seus traços negroides e que hoje se sente confortável com a sua aparência.

Figura 8: *Thumbnail* do vídeo: *tour* pelo meu rosto



Fonte: *Youtube*

Já de modo indireto – no sentido de não ser o conteúdo de enfoque da página, mas ainda estar presente – a questão racial é tematizada em perfis como: Agência Lupa, Levante popular da juventude, Quebrando o Tabu (QoT) e The Intercept Brasil. Um bom exemplo de conteúdo vinculado à problematização racial em página não específica é a postagem no *Twitter*, de 2021,

da Agência Lupa, na qual promove a publicação de um informativo acerca de expressões de falas cotidianas de caráter racista:

Figura 9: Postagem sobre conscientização do racismo na linguagem



Fonte: Print de postagem publicada no perfil Agência Lupa no Twitter⁹⁰

Muito embora o perfil da influenciadora Bárbara Cândido tematize de forma direta e explícita a questão racial, ou temas sobre gênero e feminismo, a indicação de seu nome, pelas jovens, pode simbolizar o aspecto da importância da representatividade, visto que Cândido além de ser uma jovem mulher negra é uma influenciadora de relativo sucesso na *internet*, sendo também de Presidente Pudente, ou seja, um exemplo positivo de empoderamento e sucesso feminino próximo das realidades das jovens participantes. O fato de a influenciadora ser indicada como referência de feminismo e gênero (sendo a mesma não identificada especificamente por esse nicho) revela que a reflexão sobre a problemática feminina vai além dos discursos explícitos sobre esse tema, visto que a própria experiência de vida, compartilhada nas redes se torna conteúdo dessa reflexão.

Nesse sentido é possível inferir que a emergência de uma consciência feminista de jovens mulheres via redes sociais muitas vezes ocorre também de forma indireta, ou seja, a partir da observação do estilo de vida de influenciadoras que embora se identifiquem com o feminismo, não produzem conteúdos específicos sobre questões de gênero. Essa mesma percepção também foi compartilhada na pesquisa: *Juventudes e Democracia na América Latina*, publicada em janeiro de 2022, a qual destaca que muitas jovens passam a se empoderar a partir

⁹⁰ Disponível em: <https://twitter.com/agencialupa/status/1463234749502218252> . Acesso em 20 mar. 2023.

do consumo de conteúdos de influenciadoras não politizadas, por meio de um processo de conscientização que atua por meio de duas dinâmicas:

1) seguir youtubers ou blogueiras de maquiagem que são modelos de mulheres fortes, independentes, com relacionamentos saudáveis e que não impõem padrões estéticos, 2) deixar de seguir influenciadoras femininas que impõem padrões de beleza tirânicos depois de um processo de tomada de consciência de quanto esses padrões causavam sofrimento. Nos dois processos, as mulheres que as seguiram se identificam como feministas (SOLANO *et al*, 2022, p. 17).

Processo semelhante ocorre entre as jovens conservadoras, uma vez que a investigação realizada por Solano *et al* (2022), também revelou que as jovens que se identificam com o campo conservador seguem influenciadoras que compartilham de sua visão de mundo, baseada em valores tradicionais, mas que oferecem modelos alternativos de empoderamento feminino que fogem ao estereótipo da “mulher religiosa e submissa”. Os dois exemplos destacam que o feminismo, ainda que de forma não tradicional/acadêmica, se reflete na vivência juvenil feminina de diferentes modos, inclusive de maneira indireta.

Ainda sobre o quadro 2, verifica-se que o interesse acerca da temática de gênero e feminismo vai além de páginas dedicadas à reflexão sobre machismo, desigualdade e violência de gênero, visto que dois perfis citados pelas jovens estudantes no questionário tratam de questões mais relacionadas à saúde íntima feminina, que durante muito tempo foi tratada como um tabu na sociedade. Dessa forma, as páginas Ser Intime e SOS Períneo apresentam, de forma rápida e objetiva, conhecimentos e informações sobre a biologia feminina. Assim as referidas páginas são recheadas de conteúdos sobre métodos contraceptivos, anatomia íntima feminina, ciclo menstrual, de forma a combater e desconstruir crenças do senso comum sobre menstruação, gravidez, doenças etc.

Figura 10: Post informativo sobre menstruação



Fonte: Perfil no *Instagram* SOS Períneo

Os dois perfis citados, juntos, possuem mais de 300.000 mil seguidores, sendo a maioria mulheres. Certamente, o alcance desses perfis reflete simultaneamente o interesse de jovens mulheres em conhecer mais os seus corpos, uma vez que tais temas, apesar de serem relevantes para a juventude, ainda são negligenciados em muitas famílias e até mesmo na educação escolar, tendo como pano de fundo a tradição religiosa e a questão moral além do machismo.

Durante as entrevistas, foi possível explorar também um pouco mais sobre o processo de imersão das jovens no universo feminista digital; por exemplo, quando a participante Marie esclareceu que, além de conversar e debater sobre feminismo com as amigas, sentiu a necessidade de conhecer mais sobre essa temática, e por isso mesmo, passou a acessar e consumir conteúdos sobre feminismo nas redes sociais. Assim a primeira plataforma a qual a jovem teve contato com conteúdos feministas foi o *Facebook*, como ela mesma afirmou: “[...] o meu primeiro contato foi o *Facebook* [...] eu acho que tiveram essas duas vias, eu conversava com elas [amigas] e procurava no *Facebook*, então, a gente compartilhava algumas páginas”. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Apesar de Marie apontar o Facebook como ferramenta primária para se inteirar mais sobre feminismo, atualmente ela avalia que o feminismo que ela conheceu nesse início se vincula com a abordagem liberal, aspecto que hoje ela analisa de forma mais crítica do que quando teve os primeiros contatos.

O primeiro contato que eu tive com o feminismo foi pela *internet*, foi por página de *Facebook*, só que eu acho que é muito padrão, padrão pelo menos entre as mulheres com que eu convivi que o primeiro tipo de feminismo com que elas entraram em contato, no caso eu, é o Libfem, que eu não gosto nem um pouco. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Uma das críticas de Marie ao Feminismo Liberal se vincula à exploração por meio da exposição excessiva do corpo feminino como bandeira de empoderamento e liberdade feminina:

Eu penso muito em jamais desmerecer qualquer trabalho de qualquer mulher, mas em como no mundo da música, as mulheres passam a fazer mais sucesso, a partir da sexualização dos corpos, é problemático, não é culpa delas, é estrutural. Eu pensava muito em música sertaneja, em como a música sertaneja também sexualizava e de certa forma, às vezes, era muito machista. Eu juro pra você, pra mim, as coisas partiam de um lugar tão sutil, sabe quando você vai analisando coisas muito pequenas e você fala “pô”, isso aqui é muito problemático, isso aqui é do machismo também”. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Marie destacou que com o tempo ampliou as fanpages sobre feminismo que seguia, aspecto que colaborou para ela conhecer outras vertentes do feminismo como o marxismo. Dentre as páginas que costumava acompanhar, ela destacou:

[...] ‘ventre feminista’⁹¹, tinha algumas páginas com o nome da Frida [Kahlo], tinha a ‘algo Kollontai’⁹², eu não sei se você lembra, ela faleceu, essa Kollontai não era o sobrenome dela, mas ela era uma feminista marxista e colocava algumas questões muito interessantes ali [...]. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Marie considera que seguir páginas sobre feminismo ampliou sua conscientização sobre desigualdades, porém sem entrar em uma discussão mais “teórica”:

[...] eu sei que eu segui muitas páginas e quanto mais eu procurava, mas eu queria procurar, porque você começa a perceber que as coisas são tão profundas, que essa estrutura ela é tão profunda, está tão enraizada em tantas pequenas coisas que é um caminho sem volta. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

É interessante observar que o modo com o qual Marie descreveu que não consumia e interagia com conteúdos feministas digital de forma solitária, visto que sempre estava interagindo com as amigas sobre as postagens.

Então, eu conversava com elas [amigas], eu olhava páginas, a gente se marcava em *post* se marcava em outro, compartilhava, compartilhava muitas coisas no *Facebook*, mas eu não ia muito pro âmbito teórico, porque eu não tinha contato com a academia. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Em outro trecho da entrevista, Marie não só voltou a enfatizar que gostava de compartilhar os conteúdos que considerava mais interessantes, como também, gostava de análises de casos reais que explicitavam a desigualdade das mulheres na realidade nacional: “Eu gostava muito de compartilhar no meu *feed* coisas relacionadas ao feminismo, eu gostava muito de mulheres que pegavam casos do nosso país e esmiuçavam, o que isso significava, analisavam”. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Mesmo afirmando consumir uma série de conteúdos feministas na *internet*, Marie declarou que não se considera uma militante, pois considera ter uma personalidade mais pacífica:

Eu nunca fui uma pessoa muito combativa, não é muito da minha natureza debater em fórum e ficar respondendo homem no comentário do *Facebook*,

⁹¹ Perfil no *Facebook* com 778.000 seguidores.

⁹² A referida página citada por Marie não está mais disponível no Facebook, mas provavelmente o nome é uma homenagem a russa e feminista Alexandra Mikhaylovna Kollontai (1872-1952) que, além de líder revolucionária, foi teórica marxista.

isso sempre me deixou muito aflita, muito ansiosa. Para minha saúde mental nunca fez bem isso. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

A jovem também relatou que, as vezes que compartilhou conteúdos feministas nas redes, sendo questionada por homens que não compreendiam as reivindicações e o ponto de vista das feministas, situação que lhe causou estresse:

[...] debater no *Facebook* acabava com a minha saúde mental, nunca gostei. Compartilhava e [...] tinha homens que davam risadinha, que falavam embaixo nos comentários. Professores meus do ensino fundamental que eu falava: ‘cara, você é tão burro que eu vou deixar quieto. Eu vou deixar ali. Vou deixar exposto pra todo mundo ver como você é burro. Como você é desinformado. Como você é ignorante.’, eu não conseguia me dar esse trabalho de responder, às vezes, alguém até ria, respondia no meu lugar, mas eu nunca fui muito combativa assim. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Além de acessar conteúdos feministas do *Facebook*, Marie frequentou grupos fechados e discussão feminista migrando posteriormente para o *Instagram*:

Eu participava de grupos fechados, tem as páginas e tem os grupos fechados em que mulheres se ajudavam em relacionamentos fechados [...] mais tarde veio o *Instagram* também. O *Instagram* tem hoje em dia muito conteúdo relacionado a isso, muito mesmo. (PARTICIPANTE MARIE, 2022, n.p).

A interação de Marie no *Youtube* era menor que nas outras redes indicadas, assim durante a entrevista ela destacou que assistia no *Youtube* conteúdos relacionados à questão racial e de classe social de forma articulada com o feminismo. Ou seja, para essa participante, o *Youtube* é um canal menos apreciado para se relacionar com debate feminista. Mas isso não quer dizer que o feminismo não esteja amplamente presente nessa plataforma. Uma indicação disso é um trecho da entrevista com a segunda participante, a jovem Sueli, a qual destacou que foi justamente na referida plataforma de vídeos seus primeiros contatos com conteúdos feministas na *internet*.

Assim, um dos primeiros canais do Youtube que Sueli começou a acompanhar foi o da jornalista Alexandra Gurgel. A jovem explicou que chegou ao canal da jornalista, buscando conteúdo de saúde mental numa perspectiva feminista, querendo compreender mais sobre os desafios que enfrentava na adolescência:

[...] eu sofria de anorexia, eu sofria de ansiedade, aí eu comecei a ter depressão, foi nessa época dos treze, e aí tem o Alexandrismo com Alexandra Gurgel, e aí ela já passou por depressão, ela já tentou suicídio, ela passou por anorexia, bulimia, e ela falava sobre isso, acho que ela foi a primeira pessoa assim que tipo, eu falei ‘não aguento mais viver assim’, e todo mundo brigava comigo, a minha mãe [...] (PARTICIPANTE SUELI, 2022).

Sueli também aponta que com o passar do tempo foi ampliando os temas de interesse, e começou a frequentar canais de conteúdo LGBTQIAP+ a exemplo dos canais do *Youtube*: Lorelay Fox e Diva Depressão.

No ano em que ocorreu a morte da vereadora carioca Mariele Franco, Sueli destaca que conheceu o canal *Tempero Drag* de Rita Von Hunty. A morte de Mariele estimulou Sueli a pesquisar outras mulheres que falam de política como a youtuber marxista e militante feminista Sabrina Fernandes do canal *Tese Onze*, além de conhecer um pouco mais sobre feminismo acadêmico: “[...] eu comecei a ver também feminismo negro, principalmente agora na escola que eu comecei a ver autoras mesmo, tipo bell hooks, e eu tô querendo ler”. (PARTICIPANTE SUELI, 2022).

Sueli acredita que os conteúdos feministas presentes na *internet* facilitam a compreensão de temas complexos como gênero e feminismo, uma vez que a fala direta e honesta dos *influencers* pode sensibilizar sobre suas vivências e realidades:

Às vezes, eu não entendo quando as pessoas ficam assim ‘eu não entendo que o gênero e o sexo são diferentes’, tipo pessoas mais velhas perguntando, porque, às vezes, o jeito que os professores falam ‘realmente eu não tô entendendo nada, que negócio é esse, o que é orientação sexual’, então assim, quando você começa a ver a Rita Von Hunty falando sobre isso é muito mais fácil, porque você fala ‘eu entendo o que ela já passou, mas eu nunca vou passar por isso porque eu sou hétero, porque eu sou cis’, então assim, é muito difícil na escola falarem sobre isso, o meu professor de sociologia tava falando, dessa parte do racismo, que é como se a criança visse o racismo e ela falasse sobre isso, que ela tá passando racismo é uma esquizofrenia dela, como se tivesse só na cabeça dela, as pessoas até então diminuem e falam ‘não, não é assim’. (PARTICIPANTE SUELI, 2022).

A primeira ideia feminista de que Sueli se deparou foi com afirmação de que “cada mulher é dona de seu próprio corpo”, pensamento sintetizado no *slogan* “meu corpo, minha regras” por meio do canal *Alexandrismos*. A partir desse *start* sobre a defesa da liberdade do próprio corpo, Sueli acabou indo procurar em outras plataformas e sites conhecer um pouco mais sobre feminismo: “[...] o *Instagram* sim, bastante, e assim, o que eu mais uso hoje é o *Youtube* e o *Pinterest*, no *Pinterest* eu vejo muita coisa assim, às vezes, eu vejo cartazes e falo ‘nossa, que cartaz legal’”. (PARTICIPANTE SUELI, 2022).

Acerca do *Pinterest* é relevante mencionar que se trata de uma rede de criatividade e/ou inspirações por meio do armazenamento de imagens temáticas sobre diferentes preferências. Por ser uma plataforma que agrega muitos trabalhos artísticos, Sueli a utiliza como fonte para salvar artes e imagens sobre feminismo. Nesse “banco de imagens” virtuais com colaboração

de usuários do mundo todo, é possível ter acesso a uma infinidade de fotografias, artes, ilustrações, originais e/ou releituras.

Figura 11: Exemplo de imagem com o descritor “Feminismo”



Fonte: Pinterest (2023)

Apesar de gostar e consumir nas redes conteúdos sobre feminismo Sueli não costumava compartilhar seus achados. Inclusive, não teve perfil por pouco tempo no Facebook, e depois que excluiu não voltou mais para essa rede social, inclusive detalhou que a decisão de sair da referida rede social foi justamente por se sentir insegura:

Eu acho que é porque nas redes sociais, assim, quando eu tinha *Facebook* eu era muito nova, eu tinha uns onze anos, então assim, quando eu descobri que várias pessoas do mundo inteiro poderiam entrar na minha página e ver o que eu estava postando eu fiquei muito assustada, porque o mundo inteiro é muita gente, tipo qualquer pessoa que faça um perfil na *internet* [...] (PARTICIPANTE SUELI, 2022).

Marie reconheceu que o primeiro feminismo que ela se aproximou foi o feminismo liberal, porém o contato com as amigas do pré-vestibular ampliou sua percepção das diferentes abordagens analíticas elaborada pelas feministas. Acerca da experiência de se conectar com abordagens feministas alternativas ela destacou: “[...] eu acredito que foi começando a aparecer nos debates do cursinho esse ‘antilibefem’”.(PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Embora credite aos debates com as amigas do cursinho o interesse em conhecer outros pontos de vistas do feminismo, Marie também aponta que essas discussões sempre foram complementadas com aquilo que ela consumia nas redes com as próprias experiências de vida: “[...] parece que é muito simultâneo o que acontecia nos debates no cursinho e o que acontecia

depois na rede social, e aí você começa a problematizar uma série de coisas assim”. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Para além das plataformas digitais, as estudantes destacaram as relações de pares como elemento essencial de divulgação, aprendizado e reflexão coletiva. Assim, é possível perceber que as reflexões e *insights* mesmo ocorrendo de forma individual a partir da navegação em páginas sobre gênero e feminismo posteriormente se transforma em objeto de discussão e análise entre pares.

Quadro 2 - Síntese da Categoria 1: Interação e consumo de conteúdos feministas nas redes sociais

- Principais pontos identificados:
 - Identificação de uma diversidade de páginas, sites, grupos, perfis, *fanpages* e redes sociais para consulta de temas sobre feminismo para acesso e consumo sobre feminismo na *internet*;
 - Redes sociais como *Instagram*, *Facebook* e *Youtube* se destacam por disponibilizarem um amplo acervo de perfis de influenciadores acerca das questões de gênero e feminismo;
 - Influenciadoras produzem conteúdo de forma criativa numa linguagem acessível e até com um certo apelo emocional;
 - Destaque para os assuntos relacionados a feminismo em articulação com outros temas como: racismo, política e saúde mental, saúde íntima feminina e sexualidade;
 - Identificação de comportamentos e atitudes feministas em páginas de influenciadoras que não tratam de feminismo de forma indireta em seus conteúdos;
 - Ampliam as páginas acessadas para conhecer mais sobre o feminismo acadêmico
 - Não há um consenso sobre compartilhamento de postagens que considerado relevantes (enquanto uma participante gosta de compartilhar a outra não utiliza desse expediente);
 - Não necessariamente assumem uma postura de militância feminista;
 - Em alguns casos o consumo de conteúdos feministas se dá de forma interativa, visto que são socializados entre pares;
 - Se relacionam inicialmente com conteúdos relacionados ao “feminismo liberal” e ao longo do tempo vai expandindo para outras correntes;

- Síntese Analítica:
 - O ciberfeminismo significa uma manifestação de destaque da cibercultura juvenil feminina. Seja produzindo conteúdos ou consumindo, as jovens se relacionam de forma intensa e permanente com as tecnologias digitais, nas quais as redes sociais possuem um papel de destaque. A *internet* se apresenta como um *locus* alternativo a aprendizagem, reflexão e consumo de temática de gênero, a partir da interação em diferentes sites, perfis e redes sociais ainda que o contexto social não seja favorável.

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

6.2.2 Categoria 2 – Concepção e relevância da causa feminista

Quando questionada se se considera feminista, Marie respondeu: prontamente que sim: “Sim, considero, com certeza.” (MARIE, 2022). Porém avalia que quando mais jovem era mais engajada: “[...] eu acho que aquele brilho de quando a gente é adolescente, que quando a gente se depara, que a gente tem os primeiros contatos, que a gente vai pra manifestação”. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Sobre como compreende o feminismo, Marie destacou compreender o conceito de forma ampla que inclui tanto a questão de direitos como a liberdade sexual e o aborto além da ocupação de diferentes espaços:

Eu acredito que ele tenha um significado tão amplo, eu vejo que é um processo que vai abranger todas as esferas da nossa vida que o machismo atinge ou tenta atingir, e eu o percebo muito como emancipação feminina, a luta por direitos, a luta pelo próprio corpo na questão do aborto e não na questão de sexualização dos corpos, de decisões, a luta por ocupar espaços que devem ser nossos também. Existem muitas vertentes, eu acho que é muito polissêmico, mas em suma, eu acredito que seja isso. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Marie refletiu durante a entrevista que possuía uma imagem carregada de preconceitos sobre ser uma “mulher feminista”, focada apenas na questão do aborto:

Quando eu não era feminista e tinha uns treze anos, essa questão de mulheres que abortavam mexia muito comigo, eu achava chocante, achava um absurdo, achava que era sujo, como assim, você pode tirar uma vida que não nasceu, enfim [...]. (PARTICIPANTE MARIE, 2022, n.p).

A jovem universitária ainda afirmou que com o passar dos anos essa representação negativa sobre as feministas foi se alterando, sendo que as interações no curso pré-vestibular foram determinantes para ampliar sua concepção de feminista:

[...] depois esse estereótipo não ocorreu, tanto no Ensino Médio que eu era um pouco menos ‘sabida’ das coisas, quanto no cursinho eu não tinha esses estereótipos assim. Tanto que a gente mesmo no cursinho, a gente desmistificava muito essas coisas né, principalmente em relação a pelos, à feminilidade, eu abdiquei muito da minha feminilidade no cursinho, porque eu queria experimentar coisas novas. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Para Sueli, o feminismo além de representar a luta das mulheres na sociedade tem o papel importante no processo de reescrever a história das mulheres numa perspectiva não machista, dando-lhe representatividade e protagonismo.

Eu acho que é [...] uma luta pela mulher na sociedade [...] pelo, por e para mulheres na sociedade [...] eu acho que tem a ver muito com as histórias, então essas pessoas históricas, tipo assim, existiam mulheres na Grécia antiga que estudavam, que elas foram diretoras de faculdades e teve isso na história inteira, mas essas pessoas foram apagadas [...] ver nessas pessoas e falar ‘nossa, eu posso fazer isso’, por mais que tentaram esconder a nossa história, esconder a nossa consciência [...] existiu, a gente ainda lutou pra fazer isso, a gente resistiu e a gente chegou lá, por mais que tentaram apagar. (PARTICIPANTE SUELI, 2018).

Ela também acredita que o feminismo permite que as mulheres se conscientizem sobre a suas vulnerabilidades por serem do sexo feminino:

Feminismo é [...] sobre estupro, assédio e eu tava até vendo, eu não sei, eu acho que eu vi hoje, no *Youtube*, assim, eu acho que foi uma entrevista, as mulheres, elas sentem muito medo de serem estupradas, enquanto elas estão caminhando na rua, muito doido, porque eu tava falando [...] eu tenho medo, mas o homem não tem, o homem não tem esse medo. (PARTICIPANTE SUELI, 2022).

Sueli destacou que reconhece que todo indivíduo possui em si o machismo, mas que isso não é um aspecto limitante, visto que o feminismo pode ser aprendido: “Eu acho que todas as pessoas têm um pouco de feminismo e um pouco de machismo, e eu acho que isso é bom, porque quando você lê um livro você pode expandir mais esse feminismo” (PARTICIPANTE SUELI, 2022).

A participante declarou que ao longo do tempo foi expandindo o conhecimento sobre o feminismo.

[...] eu sei que tem o feminismo vegano, o feminismo negro, mas eu acho o feminismo da América Latina muito legal, é uma coisa que eu estava até vendo uma pesquisa, faz muito tempo, era assim: quantos brasileiros se acham latinos e é muito pouco, e a gente é latino. (PARTICIPANTE SUELI, 2022, n.p).

Dentre as inúmeras vertentes feministas Sueli, afirmou que se identifica mais com o feminismo de vertente Latino-americano.

Quadro 3 - Síntese da Categoria 2: Concepção e relevância da causa feminista

- **Principais pontos identificados:**
 - Defendem uma concepção de feminismo ampla com a missão importante de reescrever a história da mulher que lhe dê maior protagonismo e representatividade;
 - A adesão ao feminismo passou pela superação de estereótipos sobre ser mulher e ser feminista;
 - A emergência de uma consciência feminista encaminha reflexões constantes acerca das expressões do machismo na sociedade;
 - O interesse sobre o feminismo é ampliado identificações com as diferentes vertentes;
- **Síntese Analítica:**
 - A identificação com o feminismo implica na superação de visões preconceituosas e estereotipadas sobre o feminismo e as feministas. O desenvolvimento de uma consciência feminista promove reflexões sobre as diferentes manifestações de machismo na sociedade.

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

6.2.3 Categoria 3 – Conscientização acerca do racismo

Como foi explicitado na categoria 1 na qual observou-se a presença de conteúdos sobre desigualdade racial em páginas sobre feminismo, as jovens participantes demonstraram por meio de suas falas não só terem consciência desse tipo de problemática social como também se mostraram indignadas com isso. Assim, em um dos trechos, Marie relatou a experiência negativa que teve em uma aula em que o seu professor negou a existência do racismo:

Para você ter ideia, as coisas eram tão arcaicas na escola em que eu estudava que a gente apresentou trabalho de conclusão de ano no terceiro ano do ensino médio né, e para você ter ideia de como as coisas eram feitas ali, o próprio professor de história, depois que uma colega negra de classe apresentou [o trabalho] sobre escravidão no Brasil, ele disse que racismo não existia. Para você ver como esses contextos mexem muito com a gente e com nossos posicionamentos depois fora da escola. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Quadro 4 - Síntese da Categoria 3: Conscientização acerca do racismo

- **Principais pontos identificados:**
 - Conscientização da desigualdade racial;
 - Crítica a comportamentos e ideias racistas;
- **Síntese Analítica:**
 - A identificação como feminista leva à conscientização a outras opressões como a do racismo e consequentemente o desenvolvimento de um sentimento antirracista.

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

6.2.4 Categoria 4 – Identificação de Privilégios

Reconhecer as opressões de grupos sociais, tais quais aquelas histórica e estruturalmente vivenciadas pela população feminina e negra, exige de forma análoga a identificação dos seus próprios privilégios. Nesse sentido, Marie em um dos trechos da entrevista reconheceu vivenciar uma série de privilégios sociais, refletindo inclusive que a falta de interesse de sua escola de Ensino Médio não apresentar qualquer interesse em refletir sobre questões sociais e por extensão de gênero, em grande medida se justificaria pelo fato do perfil dos alunos serem brancos, de classe média, e, portanto, vivenciam realidades de grande privilégio e poucos desafios o que de certa forma não mobilizaria para que esses estudantes sentissem motivação para reivindicar tais discussões.

Porque a gente faz aquele recorte, mulheres brancas, meninas brancas de classe média, todos os privilégios que isso envolve, então, até que ponto isso te machuca, então até que ponto você quer lutar por alguma coisa. Então, era meio cômodo, eu acho que era meio cômodo, e essa questão de escola particular, tem toda uma problemática também de quantas mulheres negras frequentavam a escola, quantas mulheres pobres frequentavam a escola, poucas, era realmente uma bolha, a minha cidade é muito pequena, aí não emergiram muito essas questões (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

A reflexão apresentada por Marie é um exemplo do quanto as questões de gênero são complexas. Assim, muito embora, a jovem universitária condiciona à falta de interesse das colegas em discutir as desigualdades sociais e de gênero aos seus perfis aparentemente homogêneos, sobretudo. Quando se considera o viés econômico, é preciso destacar que esse elemento por si só não é determinante, uma vez que no mundo, e no Brasil, as mulheres que iniciaram e lideraram as reivindicações emancipatórias das mulheres em sua maioria, eram oriundas de classes sociais privilegiadas. Ademais, também não é possível afirmar que as mulheres mais pobres possuem maior engajamento nessa causa, ainda que não dê para excluir as mulheres economicamente desfavorecidas da luta feminista. É fato que o acesso ao conhecimento, independente da classe social, é fundamental para a conscientização acerca das desigualdades de gênero. Numa realidade ideal as reflexões em torno do gênero deveriam ser interesse de todas as classes sociais, visto que as opressões de gênero atingem todas as mulheres, independente das condições econômicas que elas vivenciem.

Possivelmente o que ainda não está claro para Marie é que as desigualdades de gênero estejam tão naturalizadas que mesmo com o avanço das pautas feministas, uma parcela da sociedade, e por extensão da juventude, não possui ferramentas analíticas suficientes para questionar essa realidade. Outros dois elementos relevantes que ajudam a explicar essa

“aparente” apatia dos alunos em se interessar por essas temáticas se esbarra também na ausência dessa discussão nos currículos e consequente problematização dessas questões além da própria visão tutelada que a sociedade e as instituições educativas em geral possuem dos jovens, ao não considerarem suas demandas ou valorizá-los como interlocutores válidos sobre determinados temas. Ademais não se pode ignorar o fato de se tratar de uma instituição confessional e que possui uma concepção de mundo e sociedade baseada em dogmas religiosos.

Quadro 5 - Síntese da Categoria 4: Identificação de Privilégios

- Principais pontos identificados:
 - Reconhecimento dos seus próprios privilégios;
 - Crença na ideia de que os mais privilegiados socialmente não desenvolvem a capacidade de se indignar com as opressões na sociedade;

- Síntese Analítica:
 - O reconhecimento dos próprios privilégios sociais e econômicos promove a consciência da desigualdade vivenciada por grupos desfavorecidos socialmente.

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

6.2.5 Categoria 5 – Percepção do machismo estrutural e da desigualdade de gênero

A quinta categoria identificada é a categoria denominada de “*Percepção do machismo estrutural e da desigualdade de gênero*”. Nesta categoria foram agrupadas as falas das jovens sobre suas percepções acerca do machismo estrutural e desigualdade de gênero presentes em suas realidades e na sociedade.

A consciência da existência da desigualdade de gênero na sociedade, conforme explicitou Marie, a levou a analisar as desigualdades que ela própria experienciou ao longo de sua vida. Assim, no processo de entrevista, Marie destacou que quando começou a discutir e a refletir sobre feminismo, sua primeira atitude foi analisar a desigualdade de gênero que havia vivenciado em sua própria casa:

[...] voltando a minha adolescência, eu tinha horário certo para voltar para casa, meu pai me buscava na porta da festa à meia noite, meu irmão podia ficar até às quatro da manhã, então, isso muito me revoltou durante muito tempo. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Marie também reconheceu que mesmo sendo uma mulher privilegiada sente-se vítima do machismo cotidianamente:

[...] ser mulher no Brasil é complicado, apesar da série de privilégios que eu comentei [...] o que pega muito para mim, cotidianamente, é o andar sozinha na rua, eu tenho muito medo de andar sozinha na rua, e outro desafio é estar em espaços majoritariamente masculinos, a pesquisa tem muito disso [...]. Eu sinto que ainda é um espaço muito masculino, eu sinto que os homens se ouvem mais nos ambientes acadêmicos, eu acho que isso ainda é muito complicado, é complicado a gente mesmo se posicionar, saber do nosso valor, saber que o que a gente fala tem valor, que o nosso conhecimento tem valor, e que isso tem que ter mais importância que uma aparência, que condutas que a forma como eu me visto, como eu ajo. Não sei, eu consegui pensar nessas duas coisas, são duas coisas que pegam para mim. (MARIE, 2022).

Em sua declaração, a jovem universitária explica que por ser mulher tem medo de andar sozinha na rua, apontando ainda que se sente intimidada em ambientes masculinos como no da pesquisa acadêmica, aspecto que pode limitar a exposição e expressão de suas ideias. Isto porque, nem sempre o pensamento feminino é validado cientificamente.

Marie em uma de suas falas indicou ser uma mulher feminista que costuma refletir também sobre as microexpressões do machismo na sociedade:

Coisas mínimas que me incomodam até hoje, não tem muito o que eu possa fazer, mas eu olho e fico, cara (sic) já é bom ter essa consciência, e o próprio papel que a gente enfrenta, que é atribuído a gente, que temos que estar bonitos o tempo todo, que a gente tem que estar apresentável, que a nossa aparência, ela tem que aparecer antes. Eu falo muito isso na terapia, que isso foi uma questão muito grande para mim, essa questão que a sua aparência ela tem que chegar antes da sua inteligência, das coisas que você tem a dizer, então isso para mim também foram muito pesadas, por isso eu acho que as coisas foram flertando assim simultaneamente, o meu cotidiano, as minhas experiências e as coisas que eu vivi no dia a dia. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

No relato de Marie é possível identificar uma certa indignação em relação a cobrança e imposição social acerca da aparência feminina. A reflexão proposta por Marie já há muito é debatida no feminismo.

Sobre ter vivenciado experiências machistas, Marie respondeu de forma assertiva: “[...] várias, eu ficaria dois dias aqui, são incontáveis”. (PARTICIPANTE MARIE, 2022). Acerca dessas vivências a jovem destacou que não só vivenciou um episódio de violência como também já presenciou suas amigas serem violentadas: “[...] depois presenciei também, amigas que eram agredidas pelo namorado, [...] e de meninas conhecidas da universidade [...]”. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Marie também destacou durante a entrevista que teve uma experiência afetiva negativa com um namorado abusivo: “Namorei muito jovem, como não falar disso né, meu primeiro

relacionamento, foi um relacionamento extremamente abusivo com quatorze para quinze [anos], isso me atravessou de uma maneira muito profunda”. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

A jovem também indicou que seu estilo de vida, principalmente o fato de não seguir uma religião incomodava muito o então namorado: “Eu namorei nove meses, [...], ele era de uma família religiosa, evangélica, e na época eu era atea, então tinha essa questão” (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Marie identifica que demorou para perceber que seu relacionamento era abusivo:

Agora, com relação ao meu relacionamento, eu fui perceber que ele era muito abusivo depois, eu passei por nove meses, foi um inferno, meus pais sofreram juntos também. Meus pais eram próximos também, mas eles jamais iriam me proibir de namorar ou ter um relacionamento. Só que preocupava muito, porque eu comecei a ficar muito depressiva, meu comportamento mudou, meu pai dizia ‘você não tem mais brilho no olho, o que está acontecendo?’, eu não contava tudo que acontecia, óbvio que eu jamais ia contar tudo que acontecia. Eles chegaram um dia e falaram ‘olha, você acha que está certo isso, você acha que você está vivendo bem assim, você acha que está fazendo bem pra você?’, eles percebiam um pouco o jeito que ele me tratava, mas ele era muito sorrateiro, aquela coisa de brigar e tratar mal quando ninguém está vendo, porque quando estão todos vendo é o menino bonzinho, é a estrelinha, é o filhinho da mamãe. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Apesar de se identificar como atea, ou seja, que não reconhece a existência de Deus ou qualquer outra divindade, Marie acabava cedendo aos pedidos do seu ex-namorado e o acompanhava na igreja que ele frequentava, porém sempre de forma anônima já que a família do rapaz, os amigos e os outros membros da igreja não poderiam saber de seu relacionamento: “Eu ia a cada quinze dias, mas ninguém podia saber que a gente namorava né, porque o pastor também mandava ali nas famílias [...]” (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Marie destaca que quando percebeu o quanto era abusivo o seu relacionamento, e isso representou algo muito difícil em sua vida:

[...] me deu um baque, eu chorei, e falei ‘caramba, realmente esse menino me destruiu com quatorze anos de idade e eu preciso sair disso’, e foi uma virada de chave muito rápida assim, porque eu tomei um ranço tão grande quando eu voltei nos momentos em que eu vivi, foi tão chocante pra mim ter percebido tudo o que eu passei e o tempo que eu demorei pra perceber, que foi muito assim, ‘olha, eu estou terminando, não quero mais’, depois voltou o cão arrependido com o rabo entre as pernas, mandava carta, pedia carta. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Marie chama atenção para a contradição que o então namorado expressava, pois ele era capaz de avaliar negativamente a forma como o seu cunhado tratava a irmã, mas sem questionar o próprio tratamento que oferecia a Marie:

Era muito engraçado, porque ele reclamava muito do cunhado dele que tratava muito mal a irmã dele, igualzinho ele, só reproduzia, ele falava para mim que não gostava do jeito que [o cunhado] tratava a irmã dele, mas ele fazia a mesma coisa comigo. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Esse último trecho talvez possa exemplificar a dificuldade de superação do machismo que a própria participante mencionou anteriormente, visto que tal qual o seu ex-namorado muitos homens são capazes de identificar atitudes masculinas negativas, porém sem alterar o seu próprio comportamento e atitude.

Na entrevista, Marie foi além da descrição de episódios de natureza machista que viveu e/ou assistiu, pois também apresentou uma reflexão sobre essa questão:

Eu acredito que a gente tem vivido e ainda vai viver muitos anos em um impasse muito grande com relação ao machismo, porque ele atinge a gente, mas ele é tão enraizado que eu fico pensando na conduta padrão dos homens, sabe. No jeito de agir, de pensar, de falar com mulheres, em relacionamentos, em amizades, eu reflito muito sobre isso, sobre amizade com homens, como é possível ter uma amizade com homens? Como homens nos veem diante de uma amizade, às vezes? Como os homens nos veem como pesquisadoras? E eu acho que é algo que vai levar muito tempo ainda pra ser desconstruído, reconstruído enfim. Porque essa masculinidade que a gente vê imposta, eu acho que ela é bem prejudicial para os homens também, e é muito difícil porque tem muitas culturas que acabam corroborando com isso [...]. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Para a universitária, o machismo está enraizado nas consciências masculinas, e se manifesta em formas e comportamentos sutis dos homens serem e estarem no mundo. Nesse excerto ela demonstra ter dúvidas se o machismo de fato será superado um dia, visto que a própria cultura fomenta esse tipo de ideologia e embora não utilize o termo sua preocupação se alinha as discussões acerca da denominada “masculinidade tóxica”.

Como esse exemplo do machismo impregnando na sociedade, Marie aponta as letras das músicas de *funk* e sertanejo universitário:

[...] tem aquela ‘vai namorar comigo sim’, tem o próprio *funk*, a gente não pode tirar a importância do *funk* na cultura periférica, mas a gente entende que essas letras que fazem apologia ao estupro e ao não consentimento, eu acho bem complicadas. Eu acho que é um tema que tem que ser mais discutido, essa questão dos papéis dos homens e os próprios espaços, eu, como geógrafa, eu penso muito em espaços, muitos lugares são construídos e formados também para que uma coisa alimente a outra. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Muito embora a jovem participante reconheça a importância do *funk* como manifestação cultural da periferia não deixa de analisar suas letras de forma crítica ao destacar que essas músicas são problemáticas, pois incentivam o machismo e normalizam a violência contra a mulher. Como visão alternativa propõe um debate para pensar os “papéis” masculinos nos diferentes espaços.

Além de emitir sua opinião de como compreende o machismo, Sueli também deu exemplos do machismo cotidiano vivido pelas amigas, visto que alguns rapazes não aceitam “não”: “[...] teve uma amiga minha que ela estava contando pra mim ontem que um menino fica tentando tipo ‘ah, vamos ficar’, e tipo, ela já deu três foras e ele ainda está lá [...] Ele insiste, e aí ele foi numa outra amiga, que ela também deu um fora nele, então já aconteceu isso [...]” (PARTICIPANTE SUELI, 2022).

Quando solicitada para indicar se já havia vivenciado algum episódio de machismo, Sueli lembrou que ainda na infância sua mãe lhe proibiu de fazer aulas de *parkour*: “[...] eu queria fazer *parkour* e aí minha mãe falou não, aí eu falei assim ‘mas se eu fosse menino, você deixaria?’ Aí ela falou ‘deixaria’ e aí eu fiquei muito brava.” (PARTICIPANTE SUELI, 2022).

Ainda sobre o machismo, a jovem universitária pontuou que trata de algo negativo que impacta a vida de homens e mulheres, reconhecendo ainda que as mulheres também podem se identificarem com a visão machista de mundo: “[...] eu acho que o machismo pega esse macho e transforma numa coisa que piora tanto a mulher quanto o homem hoje, eu tenho essa visão assim [...]”. (PARTICIPANTE SUELI, 2022). Conforme afirmou Sueli, o machismo ocorre o tempo todo e está presente em todas as dimensões da vida humana e mesmo assim quando se depara com uma situação machista, em certos momentos, ainda chega a questionar-se e tem dificuldade de acreditar que o episódio se trata mesmo de racismo: “[...] e, às vezes, eu penso ‘será que isso é machismo?’ e, às vezes, tá na cara [...]”. (PARTICIPANTE SUELI, 2022).

Outro comportamento machista apontado por Sueli se refere ao assédio que as jovens como ela sofrem nas redes sociais: “Eu acho que o que eu mais vejo hoje são as meninas postando fotos e um monte de caras mandando *direct* de comentários assim muito machista, tanto é que eu não tenho mais rede social, porque assim não dá”. (PARTICIPANTE SUELI, 2022).

Quadro 6 - Síntese da Categoria 5: Percepção do machismo estrutural e da desigualdade de gênero

- Principais pontos identificados:
 - Identificação da desigualdade de gênero em suas vivências e experiências;
 - Constatação da desigualdade de gênero e do machismo estrutural na sociedade;
 - Percepção do machismo em todas as esferas da vida inclusive nas manifestações culturais.

▪ Síntese Analítica:

- As jovens participantes se mostraram críticas e conscientes acerca da desigualdade de gênero na sociedade, e em suas realidades, inclusive relataram experiências de machismos e sexismo que vivenciados na relação com a família, na trajetória escolar, nos relacionamentos afetivos, na universidade e até mesmo no ciberespaço.

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

6.2.6 Categoria 6 – Promoção da conscientização da desigualdade de gênero no contexto familiar

A jovem universitária Marie também destacou que ao mesmo tempo em que debatia com as amigas do pré-vestibular assuntos sobre gênero e feminismo, acabava encaminhando questões sobre esses temas em sua casa com seus familiares:

Eu acho que tiveram dois direcionamentos, teve essa questão de conversar muito com as meninas, e ao mesmo tempo levar muito pra casa, então, eu voltava pra casa: ‘pai, mãe, irmão é isso e isso, a gente tem que dividir as tarefas’, eu era muito revoltada assim, porque eu faço tudo isso e o meu irmão não faz, porque tem que ser assim? Porque não tem? (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

As reflexões sobre gênero e feminismo incentivou a estudante a problematizar as desigualdades de gênero em seu núcleo familiar, seja por meio da socialização do conhecimento adquirido como também por meio da problematização das atitudes dos pais e do irmão. Em outro trecho da entrevista, a jovem detalhou como esse contato com o feminismo a ajudou a desconstruir o machismo inicialmente em sua própria casa com relação a inúmeros temas e questões:

[...] o que eu fazia era a micropolítica ali, eu fazia o que dava dentro da minha casa, que é um ambiente acolhedor para mim, mas que tinha questões, é natural ter questões machistas dentro de casa. Trazia questões sobre aborto, tanto que hoje em dia [...] é incrível conversar com eles, é muito bom, eu sinto que preparei o terreno, eu precisava preparar o terreno em vários aspectos. Porque o machismo abrange muitos aspectos. Eu me entendo como uma mulher bissexual, eu namorei mulheres também, então, eu precisava desse terreno aberto para mim. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Marie acredita que conversar com os pais de modo franco e sem filtros a ajudou a se assumir como uma mulher bissexual e aos pais aceitarem sua sexualidade. Ela também acredita que o interesse feminismo ajudou a mãe a se empoderar, visto que ela sempre buscou trazer discussões sobre gênero para sua casa:

[...] a minha mãe se empoderou demais assim, eu chego a dizer para você que foi um processo que eu percebi como dolorido para ela, porque eu trazia muitas questões e eu acho que para a geração dela acabou sendo muito forte. As coisas que eu discuti, que eu falei na época do cursinho lá em 2016, mas parece que foi tão importante para ela. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Em outro momento Marie especificou o processo de conscientização de sua mãe:

[Ela] Sofreu, porque ela revisitou a história dela, eu acho que as conversas que nós tivemos fizeram ela visitar o passado dela, questões familiares com o pai, com irmãos, a própria forma como ela se relaciona no casamento dela. Então, várias coisas eu acho que foram vindo à tona pra ela, que ela percebeu e parece que foi muito dolorido um período e hoje em dia parece que ela está tão bem, que ela sabe a posição dela, que ela sabe o espaço dela, que ela se posiciona mais, que ela vai atrás das coisas dela e que ela se cuida. Foi muito importante, foi um processo doloroso mais foi muito importante independente da geração. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Esse trecho da fala da jovem é especialmente interessante, pois além de ilustrar o processo de transmissão de conhecimento intrafamiliar, destaca o processo de transmissão intergeracional nesse caso de filha para mãe. A nova geração de jovens busca a superação da ideia corrente de que “vivemos como nossos pais” presente no verso de Belchior (1946-2017) imortalizado na voz de Elis Regina (1945-1982).

Quadro 7 - Síntese da Categoria 6: Promoção da conscientização da desigualdade de gênero no contexto familiar

- Principais pontos identificados:
 - Socializam com os familiares o conhecimento aprendido sobre feminismo;
 - Promovem reflexões e questionamentos sobre desigualdade de gênero no contexto familiar;
- Síntese Analítica:
 - O conhecimento e conscientização acerca da questão feminina na sociedade promovem não somente o debate entre pares como também estimula a reflexão coletiva no convívio familiar entre pais e filhas. Nesse caso, as discussões partem dos próprios filhos para identificar e questionar os padrões machistas observados no seio familiar.

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

6.2.7 Categoria 7 – Adoção de atitudes solidárias

As experiências negativas em relação à violência de gênero vivida e observada motivou Marie a agir de forma protetiva com as mulheres:

[...] eu estou sempre de olho. Em festa eu sou muito chata, muito intolerante, eu posso ter bebido todas, mas eu estou sempre de olho e se eu vejo qualquer

cara chato chegando em qualquer menina, eu posso nem conhecer ele nem ela, eu vou pra cima. Teve um dia que eu tive que intervir, porque ele estava insistindo, insistindo, insistindo e eu tive que levantar e falar ‘meu, você não está vendo que ela não quer? Quantas vezes ela disse não pra você, só porque ela ficou outras vezes com você, você acha que ela tem que ficar com você de novo? Sai pra lá, dá um tempo’ [...]. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Neste trecho a participante Marie demonstra que a consciência feminista desenvolvida a encaminha para agir de forma protetiva e solidária com as mulheres, mesmo com desconhecidas.

Quadro 8 - Síntese da Categoria 7: Adoção de atitudes solidárias

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Principais pontos identificados: <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvem de empatia e solidariedade com outras mulheres; - Atitudes e ações protetivas em relação às mulheres conhecidas ou desconhecidas; ▪ Síntese Analítica: <ul style="list-style-type: none"> - Com a constatação dos mecanismos de manutenção do machismo, as jovens passam a ressignificar a parceria feminina, adotando uma visão mais empática e solidária entre aquelas de mesmo gênero e que por isso compartilham as mesmas opressões.

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

6.2.8 Categoria 8 – Visão política crítica e progressista

Marie disse que quando vai votar reflete muito sobre o candidato e suas propostas: “[...] eu não consigo chegar e votar em qualquer pessoa, eu vou, pesquiso, vejo proposta, vejo projeto, rede social, hoje em dia”. (PARTICIPANTE MARIE, 2022). Sendo consciente da situação social das mulheres e das desigualdades que estão expostas, Marie afirmou que opta por ajudar a eleger mulheres:

Eu tenho preferência por mulheres, mas se eu olho o projeto e eu vejo que a mulher tem um posicionamento mais conservador, não tem como [...] ser uma mulher sem consciência crítica, vai ficar uma representação vazia. Vai totalmente contra os interesses, então eu levo tudo em conta, tudo conta (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Sueli por sua vez esclareceu que os primeiros vídeos que começou a assistir sobre questões política foram durante o contexto do processo que buscava impedir a então presidenta Dilma Roussef. Em virtude de suas ideias e posicionamentos, a jovem ainda destacou que o seu tio a “[...] chama de Boulos, de Gleisi Hoffmann” , ou seja, políticos notadamente reconhecidos por serem de esquerda.

Quadro 9 - Síntese da Categoria 8: Visão política crítica e progressista

- Principais pontos identificados:
 - Influência feminista no momento do voto;
 - Preferência por votar em mulheres, sobretudo aquelas mais engajadas com causas feministas;
 - Adesão a um viés político mais crítico e progressista;
 - Identificação com o espectro político de esquerda.

- Síntese Analítica:
 - O desenvolvimento da consciência feminista colabora para a emergência de uma consciência política mais crítica influenciando nas escolhas políticas, e preferência por eleger políticos mulheres e/ou de viés mais crítico e progressista e, portanto mais identificados com o espectro político de esquerda.

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

6.2.9 Categoria 9 – Consumo crítico

Marie relata que já deixou de consumir algum produto cultural como música ou filme, ou ainda deixou de frequentar algum espaço por identificar denotar machismo: “[...] eu acho que faço isso, eu não gosto muito, se não está de acordo com a minha conduta, eu não vejo porque dá dinheiro para aquilo”. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

De forma oposta, Marie destacou que gosta de conteúdos culturais que valorizam e estimulam o protagonismo das mulheres: “Sim, eu gosto. Está muito em alta agora [...] é muito interessante para a gente pensar sobre o protagonismo de mulheres, mulheres ajudando mulheres, famílias matriarcais, então eu consumo, eu gosto, eu prefiro consumir”. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Marie também apontou que mesmo quando assiste séries e filmes que não são “consideradas” machistas, costuma analisar criticamente as personagens:

[...] você quando você vê um filme, uma série mesmo que ele não seja totalmente machista, mas você ali problematiza ‘poxa, o que essa menina está fazendo?’ Sempre eu problematizo e verbalizo [...], aqui em casa todo mundo problematiza tudo, meu irmão, minha cunhada, todo mundo fica tipo, ‘hã, o que é isso?’. (PARTICIPANTE MARIE, 2022, n.p).

Durante a entrevista, Sueli afirmou que uma de suas séries preferidas é a animação de uma antiprincesa da *Netflix* intitulada *Desencanto*:

Ela é uma antiprincesa e aí tem o diabinho dela de estimação e tem o elfo, e aí é muito doido porque ela enche a cara, ela fala um monte de merda, ela é muito engraçada, eu me divirto muito com essa... tipo, ela sendo a

protagonista principal e ela sendo toda errada, e ela falando “realmente eu sou errada, eu sei disso”. (PARTICIPANTE SUELI, 2022).

Para Sueli, a série desconstrói a visão estereotipada das princesas, mostrando suas falhas e dificuldades tal qual na vida real das jovens mulheres; o que evidencia que a vida real é muito diferente de um conto de fadas.

A cultura pop e o feminismo se retroalimentam, nesse sentido, Sueli destaca que ao assistir o filme biográfico da artista mexicana Frida Khalo passou a ouvir uma das cantoras que compõe a trilha sonora do referido longa metragem. “[...] eu comecei a ver muito uma cantora mexicana que chama... ela é mais dessa parte do México, dos indígenas mexicanos, mas ela também fala da mulher, ela é muito forte quando ela canta, ela chama Lila Downs.” (PARTICIPANTE SUELI, 2022).

Outra banda citada por Sueli é o grupo Mulamba que de acordo com a *Wikipédia*:

[...] é uma banda brasileira de rock e MPB formada em 2015 na cidade de Curitiba. O grupo é formado apenas por mulheres e faz música focada em temáticas como violência contra a mulher, empoderamento feminino, combate ao machismo e igualdade de gênero [...]. (PARTICIPANTE SUELI, 2022).

O site da revista *Rolling Stone*, por sua vez, destaca que a banda é reconhecida pelo seu ativismo musical:

Ser uma banda formada inteiramente por mulheres, de todas as cores e formas, com uma equipe completamente feminina é um ato político em meio à sociedade supremacista masculina e branca. Combinar isto ao ato de usar a arte para pelas minorias e denunciar crimes é, certamente, o ativismo musical necessário, desafiador e urgente, ainda mais no Brasil [...] as músicas de Mulamba abordam diversos temas urgentes: de violência contra a mulher e aborto ao rompimento da barragem em Mariana. Tais assuntos são centrais em grandes sucessos da banda, como ‘P.U.T.A.’, ‘Mulamba’ e ‘LAMA’ [...] as canções da banda falam por muitas minorias, silenciadas diariamente no nosso país - e a partir da identificação e representatividade, muitas pessoas procuram a Mulamba para falar sobre as próprias histórias ou pedir ajuda. (GUIDUCI, 2020, n.p).

Outro filme citado por Sueli com uma personagem feminina não estereotipada é o filme Thor que apesar de ser centrado em um herói masculino clássico, tem como coadjuvante uma mulher de destaque:

[...] até ontem de madrugada eu tava comprando ingresso pro Thor, é a Jane Foster. É, do filme Thor, que a Jane é cientista e foi a primeira mulher assim, acho que na Marvel, que ela era a parceira, companheira do Thor, e ela não tinha poderes, ela não fazia acrobacias no céu. (PARTICIPANTE SUELI, 2022).

Sueli destacou que ela se identificou com a personagem apesar desta não possuir poderes mágicos, é inteligente e cientista: “[...] ela é uma cientista, e eu gostava muito porque eu queria fazer astronomia quando eu assisti o filme Thor, então eu me identifiquei muito com ela [...]”. (PARTICIPANTE SUELI, 2022).

Quadro 10 - Síntese da Categoria 9: Consumo crítico

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Principais pontos identificados: <ul style="list-style-type: none"> - Análise de gênero até mesmo dos produtos culturais; - Rejeição de produtos culturais considerados machistas; - Opção por filmes e seriados que apresentam as mulheres de forma empoderada e não estereotipada; ▪ Síntese Analítica: <ul style="list-style-type: none"> - A criticidade adquirida acerca das opressões e desigualdade de gênero acaba por influenciar/direcionar gostos e consumos culturais. Ao mesmo tempo em que rejeita produtos culturais machistas, demonstra preferência por conteúdos culturais feministas que descontroem estereótipos.
--

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

6.2.10 Categoria 10 – Feminismo em contextos educacionais

Paradoxalmente, ao que propõe uma parcela da sociedade, a escola apareceu nos questionários para 32,3% como o espaço no qual as jovens escutaram sobre o feminismo a primeira vez em suas vidas. Além desse, outro dado que chama a atenção no questionário é o fato de que **todas** as participantes afirmaram que na escola devem sim estar presentes discussões sobre gênero e feminismo. Esse dado é particularmente interessante, visto que apesar de nem todas as participantes se considerarem feministas ou se interessarem muito pela temática de gênero e feminismo, como alunas de cursos de licenciatura e, portanto, professoras em formação, para além de suas próprias convicções ideológicas reconhecem a importância da temática no interior das escolas.

Acerca de suas próprias experiências escolares com as questões de gênero e feminismo, 80,6% das participantes indicaram terem interagido com esses temas durante o Ensino Médio, sendo que as disciplinas nas quais essas discussões foram mais presentes foram:

Tabela 2 – Frequência por disciplina

Disciplina	Frequência (%)
Artes	29

Biologia	12,9
Filosofia	38,7
Física	9,7
Geografia	41,9
História	41,9
Língua Portuguesa	32,3

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora

Como era de se esperar, as participantes relataram que o foco das discussões de gênero na escola, como já era esperado, continua se dando prioritariamente nas disciplinas de humanas com destaque para História, Geografia, Filosofia e Língua Portuguesa.

Quanto à articulação entre gênero, feminismo e educação, Marie destaca que durante o Ensino Médio frequentou uma escola particular confessional no qual avalia que tal instituição foi *locus* das piores vivências relacionadas ao machismo em sua trajetória de vida: “Acho que parte do meu trauma relacionado a machismo mesmo, foram os três anos de ensino médio que são os primordiais né, são os que vão definir seus traumas”. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Marie aponta que a referida escola era extremamente rígida em relação às regras, normas e controles, sobretudo, com as mulheres:

[...] o cabelo não pode ser pintado, as unhas não podem ser pintadas, não pode usar maquiagem, meninas separadas dos meninos, tinha uma capela e toda quinta-feira tinha uma missa com meninas de um lado e meninos do outro. A gente passava muito calor, às vezes, e a gente não podia usar o short-saia que era vendido pela própria escola, a gente ouvia comentários de professores, comentários dos próprios colegas, era extremamente conservadora, era podre. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Para a jovem existia muita exigência do colégio com relação à aparência e apresentação dos jovens nas aulas: “algumas regras se aplicavam para homens, por exemplo, barba não podia, cabelo comprido não podia, porque cabelo comprido é de mulher”. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Ela ainda lamentou que durante o tempo que estudou nessa escola teve muita dificuldade de discutir nas aulas temas sociais relevantes como feminismo, machismo, sexismo, sexualidade e racismo além de revelar que a instituição educativa contratava docentes de perfil mais conservador com exceção dos docentes de Geografia:

Para você ter uma noção, todo professor contratado da escola [...] tem que ser da religião [...], eles precisam comprovar que eles frequentam uma igreja local ou uma igreja próxima. Eu lembro que os únicos professores que subvertiam um pouco o sistema, eram os professores de geografia, eu tive uns três ao longo do ensino médio, eles eram professores assumidamente de esquerda, com posições mais críticas, eles não duravam três meses na escola. Não havia espaço para isso ser dito, isso ser abordado ou discutido, não tinha, tinha uma passada de pano realmente gigantesca para questões machistas, entre as situações que aconteciam e isso não era debatido, nem um pouco. A gente tinha aula de ensino religioso, ensino religioso [...] e não ensino religioso geral, então, realmente não tinha espaço. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Sueli destacou que estudar a história a fez se desconectar da religião católica que frequentava por influência familiar desde a infância, e apesar de não gostar era obrigada a frequentar. As aulas de história colocaram Sueli em contato com biografias interessantes de mulheres fortes e inteligentes a exemplo da filósofa e matemática Hipátia de Alexandria. A figura dessa mulher histórica foi tão significativa para Sueli que ela a tem como modelo de mulher: “[...] e eu amava ela, sim ela pra mim até hoje é a mulher que eu quero ser”. (PARTICIPANTE SUELI, 2022).

O que mais chamou a atenção de Sueli na história de vida de uma figura feminina histórica é o fato de ela ter uma postura potente em uma sociedade que não valorizava as mulheres, a ponto de ter sido perseguida e morta: “[...] aí ela foi morta por pessoas que eram [...] com práticas católicas e cristãs” (PARTICIPANTE SUELI, 2022).

Sueli também analisa que estudar em uma escola de orientação católica limitou as suas possibilidades de aprender e conhecer um pouco mais sobre as sociedades. Uma vez que, os professores, principalmente, na área de história, não aprofundavam sobre temas em torno de perseguição de certos grupos, a exemplo dos homossexuais que também foram vítimas da inquisição e não somente as mulheres como a maioria dos livros didáticos de história abordam. Assim em dos trechos de seu relato destacou:

[...] ele [o professor] falava, mas era uma coisa assim ‘ah, queimavam as mulheres’, ele nunca falava ‘ah queimaram homossexuais, mataram homossexuais, mataram ateu’ [...] eles recortavam um pedaço da história e contavam do jeito que eles queriam. (SUELI, 2022).

Para Sueli a atitude do professor era compatível com o aspecto confessional de sua escola, no entanto, reconhece que o professor de certa forma minimizava o papel da igreja católica na perseguição das mulheres na Idade Média. Em um dos trechos de sua fala relata que o professor costumava dizer: “ah, machismo veio antes da igreja”. (SUELI, 2022).

Sueli também chamou a atenção para o fato de que a exploração da população indígena pela Igreja Católica também não era problematizada nas aulas de forma mais profunda durante o tempo que cursou o Ensino Fundamental:

[...] eles não falavam [...] sobre como os indígenas que a igreja, os jesuítas...como isso foi um genocídio cultural, eles não falavam isso, a primeira vez que eu ouvi genocídio cultural foi no ensino médio, que eu estava no ETEC, foi quando eu comecei a ver o outro lado da história, foi com treze, quatorze que começou, eu ver, mas com quinze assim, quando eu entrei na ETEC, já começou a aparecer muita gente pra mim. (PARTICIPANTE SUELI, 2022).

Diante dessa fala indignada, Sueli expressou a sua revolta de ter estudado história na perspectiva do colonizador e somente ter conhecido o “outro lado”, ou quando iniciou o Ensino Médio.

Ao ser questionada sobre uma professora que marcou sua vida escolar, Sueli prontamente indica a professora que lecionava Geografia no Ensino Médio. A jovem destaca que essa professora lhe apresentou uma série de análises a partir da perspectiva marxista:

Foi quando eu vi genocídio cultural [...] ela deu outro lugar para geografia para mim, ela era Marxista, e eu falava para minha professora, professora, fala sobre o Marxismo’, porque assim, o que tem é assim ‘não tem propriedade privada’ ah não, é tipo aquela ‘tabela’ que tem o capitalismo. (PARTICIPANTE SUELI, 2022).

Ou seja, para Sueli os conteúdos de Geografia que discutiam geopolítica como capitalismo, socialismo e comunismo até então só teriam sido apresentados de forma rasa, superficial e estereotipada. Nas aulas, Sueli sentia cada vez mais necessidade de aprender sobre tais questões. No entanto o clima político nacional não lhe permitiu: “Eu queria saber mais, e aí ela falou ‘eu não posso porque vão achar que é ideologia, doutrinação ideológica’”. (PARTICIPANTE SUELI, 2022).

A jovem universitária relatou que a época já estava em discussão no país as polêmicas em torno do famigerado *kit gay* e da defesa do movimento escola sem partido apoiado por setores reacionários e de extrema direita da política do país: “[...] porque ela deixou no primeiro dia em aberto ‘sou marxista’ e tinha muito aluno que só dela falar, citar Marx para falar de comunismo, a pessoa já falava ‘doutrinação, ela tá sendo não sei o que lá.’” (PARTICIPANTE SUELI, 2022). Inclusive ela destaca que foi essa professora que a despertou o interesse em cursar Geografia.

Se na escola confessional e conservadora que Marie estudou, ela não tenha encontrado um ambiente favorável às reflexões de gênero e feminismo, por outro lado foi no cursinho pré-vestibular que lhe promoveu as mais inquietantes reflexões. Assim, diferentemente da escola, o cursinho se apresentou para a jovem universitária como um ambiente de maior pluralidade e autonomia.

Apesar do ambiente dos cursos preparatórios oferecem maior liberdade para as jovens, isso não quer dizer que os estudantes de instituições mais conservadoras, tais quais as escolas confessionais que Marie e Sueli frequentaram, não estão pensando e falando em desigualdade feminina. Esse aspecto aparece na fala de Marie quando destaca que mesmo no ensino médio uma amiga de sala a qual debatia temas em relação às questões de gênero: “Eu tinha amigas que super se posicionavam, eu tive uma amiga muito especial no ensino médio que ela era muito adepta, a gente conversava demais assim [...]” (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

O ambiente de liberdade no cursinho permitiu a Marie vivenciar experiências únicas em sua vida, nas quais as questões relacionadas ao existir feminino se tornaram naturais no cotidiano da instituição educativa:

Mas aí quando eu vou para São Paulo, vou todo dia, entro no ônibus às cinco da manhã para ir pro cursinho, volto nove da noite e entro em contato com tanta gente diferente, tanta mulher diferente. E isso ser discutido no cursinho, era muito natural, eu tive aproximação com muitas meninas, umas 10 meninas, que eu tive uma amizade incrível, umas eu me aproximei mais, outras nem tanto, mas você via que tinha ali muitas demandas diferentes, e o cursinho não era só um cursinho que você ia estudar, e ia aprender ali matemática e os macetes pro vestibular, todo intervalo de aula, todo horário de almoço, todo lanche a gente se reunia e essas questões simplesmente apareciam, elas surgiam. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Marie indicou que os professores do curso preparatório, diferentemente dos docentes dos Ensino Médio, não fugiam das discussões em torno de temas considerados como “polêmicos”:

Eu percebia que era mais aberto, que não era conservador, fora os professores homens, as professoras mulheres, principalmente as de redação, português, gramática, professor literatura, história. Essas questões políticas elas apareciam muito mais. [...] não parecia que era um tabu tão grande sabe, o tema era mais aberto, mais livre, podia discutir mais, é claro que um professor e outro ali não discutia, mas se a gente ouvia o comentário de um colega ali no cursinho, a gente pegava discutia, problematizava. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Tal reconhecimento, no entanto, não quer dizer que as escolas embora tenham menos espaços para discussões estão necessariamente excluídas de seu interior. Assim, mesmo as

jovens provenientes das instituições mais conservadoras, tais quais as escolas confessionais, também estão pensando e falando em desigualdade de gênero.

Muito embora, as realidades das estudantes se vinculam às escolas conservadoras e confessionais, é necessário reconhecer que as escolas públicas também possuem atualmente dificuldade de promover questões de gênero e feminismo, visto que, como já foi apontado anteriormente, o atual movimento sociopolítico de caráter conservador tem buscado combater a nomeada ideologia de gênero, e por isso tem pressionado para tirar temas considerados da sala de aula.

Marie acredita que um dos aspectos positivos do “cursinho” era justamente a possibilidade de problematizar os diversos temas presentes na sociedade com destaque para aqueles que se relacionam com gênero e feminismo: “[...] a gente problematizava conduta de professores, falas, papéis de gênero, tudo, a gente discutia libfem, radfem, interseccional, tudo, tudo!”. (MARIE, 2022, n.p).

Nesse trecho, a jovem participante afirma que o cursinho abriu portas para discussão inclusive das diferentes vertentes do feminismo. Acerca das diferentes vertentes do feminismo presentes na esfera digital Martinez (2021, p.3) esclarece:

Circulando em um campo progressista, o feminismo foi sendo fragmentado em ‘vertentes’ na mesma velocidade com que se expandiam as demandas identitárias. Tais vertentes correspondem a diferentes alinhamentos teóricos e perspectivas e oferecem significados e discursos que estruturam e erigem a categoria ‘mulher’. Muitas vezes, elas aparecem no ciberespaço como antinômicas e incomensuráveis, como é o caso dos feminismos liberal e radical.

Ao comparar a forma como as aulas eram conduzidas na escola de Ensino Médio, Marie acredita ter tido prejuízo em sua formação, visto que a forma conservadora que os temas eram tratados a impediu de acessar determinados textos e autores:

[...] eu tive uma defasagem muito grande no meu ensino médio, principalmente em relação a essas questões, a minha apostila da escola [...] não podia ter cientistas, autores que fossem ateus, por exemplo, por isso não aparecia, filósofos, sociólogos [...] na minha escola não tinha uma motivação para procurar universidades públicas, então, eu não tinha contato com a academia, eu não sabia o que era academia, eu não sabia o que era um artigo científico (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Quando questionada se as discussões sobre gênero e feminismo no pré-vestibular ajudaram a descobrir sua bissexualidade, ela deu a seguinte resposta:

A gente discutia muito no cursinho sobre heterossexualidade compulsória, [...] e no cursinho eu acho que fui tendo, não que eu não tivesse tido experiências com mulheres antes, mas eu acho que foi aprofundado, eram pessoas muito diferentes ali e conversava. A gente discutia muito sobre o que é gostar de homem, porque que gostamos de homem, será que não, será que é um papel atribuído? Tem toda essa questão de estou com um homem, porque a minha família não aprova. Estou com homens, porque eu preciso casar com um homem, ter filhos e ter aquele padrão de família, eram questões que me assombravam, me assustavam um pouco e eu não tinha me assumido ainda. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

De forma oposta ao cursinho, Marie considera que a Universidade colaborou pouco para a ampliação do seu conhecimento acerca do Feminismo: “Eu sinto que a universidade não supriu muito as minhas expectativas com relação ao feminismo.” (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Apesar de ter encontrado e se relacionado com alguns coletivos feministas na universidade, a jovem destacou que há muita dificuldade de manter esse tipo de discussão:

Encontrei, vários [coletivos] de formaram ao longo da universidade, acho que mais de um, mas eles tinham muita dificuldade de ficar de pé. Mas eu senti que eu fui com tanta sede ao pote no ensino médio, no cursinho que eu cheguei na faculdade desesperançosa, eu ouvi uns discursos que não me apeterceram muito, aí eu esperava ...aquela coisa de achar que as pessoas vão pensar igual a você e, às vezes, não vão. Então, teve a tentativa de formação de vários, eu não participei ativamente da frente de nenhum, eu fui a uma reunião ou outra, foi logo nos primeiros anos da faculdade. Depois teve um outro coletivo de fora da universidade que tinha algumas meninas da universidade que era o coletivo Luta, eu não sei se ele está ativo ainda. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Ainda sobre o feminismo no interior da universidade, Marie declarou:

[...] mas eu achei que ia ser mais debatido, mas discutido, as mulheres são muito fortes na geografia em relação ao feminismo, eu acredito que elas puxaram muitas frentes, muitas manifestações assim, mas eu acho que eu também estava cansada, sabe quando você chega cansada, meio desesperançosa [...]. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Marie também se diz decepcionada com a atitude machista de alguns professores: “[...] muitas falas de muitos professores mexeram muito com a gente. A gente se deparou com várias condutas extremamente machistas durante a graduação, sutis, às vezes, bem sutis, mas de se problematizar [...]” (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

A entrevistada também avalia que na universidade os decentes apesar de toda a bagagem de conhecimento e experiência acumulada ainda reproduzem atitudes e falas machistas/sexistas ou preconceituosa:

Eu vejo que tem professores que são pesquisadores a tantos anos, que fizeram tantas entrevistas, que trabalham com metodologia qualitativa, que trabalham com pessoas, ainda têm uns posicionamentos, umas falas tão... eu não vou dizer retrógrada, mas nossa, a pessoa podia se atualizar mais. Esses dias eu ouvi de um professor, opção sexual ao invés de orientação sexual, [...] mas você fica meio que como assim, a gente entende que é de outra geração e tudo, mas a gente fica, nossa, você foi para tantos países, experienciou tantas coisas. Eu não consigo entender, essas pequenas coisas eu não consigo entender, ainda mais pesquisadores que trabalham muito com diversidade, talvez falte nesse sentido. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

Diferentemente da escola básica e diferentemente de sua própria trajetória com o feminismo, a participante acredita que as jovens na universidade não somente discutem as questões de gênero como acabam abraçando mais a militância feminista:

[...] eu acho que é bem debatido, eu acho que a UNESP pelo menos no ambiente que eu vivo, as pessoas com quem eu compartilho o ambiente, elas são muito ativistas, eu tenho uma amiga militante ativista, ela está na frente, ela estuda o tema, eu não acho que falta, eu acho que falta a gente trazer mais à tona, problematizar mais. (PARTICIPANTE MARIE, 2022).

As reflexões de Sueli diante da baixa pluralidade epistêmica evidenciada na seleção de textos, autores, para as disciplinas se relaciona diretamente com o argumento apresentado na seção desse trabalho acerca do conceito emprestado por Carneiro, A., (2005) para denunciar a forma periférica com a qual a academia trata os saberes produzidos pelo povo negro. Concordando com isso, Lima, E., (2019, p. 49) aponta: “Os cursos de graduação e pós-graduação, embora hajam exceções, ainda mantêm uma estrutura curricular eurocentrada e pouco se debruçam nos estudos sobre a grande produção científica no continente africano”.

Mesmo assim, ela acredita que o ambiente universitário também lhe abriu portas para leituras decoloniais: “[...] por outro lado. [...] e agora a gente vê nos textos, que tipo citações por exemplo [...] autores paraguaios, argentinos, essas americanas negras, as bolivianas indígenas e foi muito legal, eu quero ler o livro dela, a gente tava falando disso, eu quero ler aquilo, eu quero ir mais afundo nisso [...]” (PARTICIPANTE SUELI, 2022).

A necessidade que Sueli sente em estudar e conhecer mais acerca do feminismo também se justifica pela convivência com colegas de universidade com as quais discutem tais questões:

Foi, quando eu entro [eu acho] que as meninas que estão ali são mais feministas [do] que eu, eu não sei se é normal sentir isso, mas, às vezes, eu me acho muito tipo ‘nossa eu preciso melhorar mais, eu preciso ler mais, compreender mais, escutar mais as meninas’ [...]. (PARTICIPANTE SUELI, 2022).

Apesar de os primeiros contatos de Sueli com temáticas feministas ter se dado no ambiente digital, com o passar do tempo cada vez mais se interessou pelo feminismo acadêmico.

Quadro 11 - Síntese da Categoria 10: Feminismo em contextos educacionais

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Principais pontos identificados: <ul style="list-style-type: none"> - Reconhecem a necessidade da temática de gênero ser presente na escola; - Afirmam terem em algum momento escolar contato com questões de gênero, sobretudo durante o Ensino Médio e nas disciplinas pertencentes ao campo das humanidades com destaque para a disciplina de História e visão crítica a filosofia que insiste em focar o currículo em autores clássicos que por sua vez são homens brancos e que produziram seus pensamentos em contextos de profunda desigualdade de gênero; - Percepção da escola como ambiente reprodutor do machismo; - Identificação da ausência da temática de gênero nas disciplinas e ausência de debate sobre gênero em situações consideradas machistas no interior da escola; - Avaliação negativa acerca do negacionismo histórico promovido por alguns professores; - Identificação com professores de postura mais crítica; - Observação de censura no ambiente escolar em virtude do contexto político nacional de emergência do conservadorismo; - Constatação de que no curso pré-vestibular havia mais liberdade para tratar sobre questões de gênero e feminismo; - Existência de debate e diálogo entre pares acerca das questões de gênero é estimulada pelo ciberfeminismo; - Apesar de reconhecerem a universidade como ambiente mais pluralista e aberto para o debate de gênero e feminismo também reconhecem o machismo em seu interior; - Identificação do encaminhamento para a militância somente em nível universitário. ▪ Síntese Analítica: <ul style="list-style-type: none"> - Mesmo que o feminismo nos últimos anos tenha sofrido uma série de ataques e ameaças, tal debate ainda que não de forma intencional se faz presente nas escolas até mesmos naquelas mais conservadoras a exemplo dos colégios confessionais, uma vez que tal temática se impõe como demanda juvenil contemporânea. Muito embora, alguns professores subvertem o contexto conservador intimidador ao introduzir as discussões de gênero na escola é por meio da influência do ciberfeminismo que o feminismo circula na escola. A escola e a universidade se apresentam como reprodutoras do machismo estrutural e da desigualdade de gênero presentes na sociedade.
--

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora

6.3 SÍNTESE INTERPRETATIVA E IDENTIFICAÇÃO DE TESE

A análise e categorização das falas das participantes trouxe alguns achados que ajudam a compreender um pouco melhor a interação de jovens com o feminismo nas redes.

A partir dos relatos das estudantes participantes é possível identificar que muitas demandas históricas de outrora, das mulheres, foram plenamente superadas. Nesse sentido, é possível apontar o acesso à educação formal em todos os níveis de escolaridade, bem como a

relativa autonomia das jovens em poder escolherem o curso que desejam se forma, além das amizades e relacionamentos. Os relatos das estudantes confirmaram a hipótese do trabalho de que a *internet* se apresenta como um *lócus* alternativo a aprendizagem, reflexão e consumo de temática de gênero, a partir da interação em diferentes *sites*, perfis e redes sociais ainda que o contexto social não seja favorável.

O estudo também evidenciou que muito embora o interesse sobre feminismo motive as jovens a buscarem conteúdos sobre a problemática de gênero, e até mesmo a se identificarem com a luta feminista, por outro, não necessariamente encaminha para a militância feminista, visto que as participantes declaram que se identificam como mulheres feministas, mas que não fazem parte de nenhum grupo, coletivo, associação, organização não governamental, também conhecidas como ONGs, ou qualquer outra instituição formal/política de ativismo.

O feminismo baseado nos depoimentos colhidos se apresenta como uma espécie de filosofia/ética cujo impacto é percebido em amplas dimensões da vida das jovens que se identificam com tal visão de mundo.

O trabalho revelou que a interação de jovens com conteúdos feministas no ciberespaço promove mudanças pessoais, na medida em que empodera e orienta a atuação e ação das jovens que vivenciaram tabus na família e na escola. Dessa forma, a temática quase não foi abordada durante a vida familiar e no processo escolar, e quando a mesma ocorreu, na maioria das vezes, ela foi apresentada de forma superficial. Nesse sentido, se observa que a desigualdade de gênero existente na sociedade e denunciada pelo feminismo se tornou um elemento, um conteúdo, de reflexão social permanente com potencial de promover mudanças individuais e coletiva.

A partir da síntese das categorias revelam os seguintes aspectos do fenômeno ora analisado:

- a) O ciberfeminismo significa uma manifestação de destaque da cibercultura juvenil feminina. Sejam produzindo conteúdo ou consumindo as jovens se relacionam de forma intensa e permanente com as tecnologias digitais, nas quais as redes sociais possuem um papel de destaque. A *internet* se apresenta como um *lócus* alternativo à aprendizagem, reflexão e consumo de temática de gênero, a partir da interação em diferentes *sites*, perfis e redes sociais;
- b) A identificação com o feminismo implica na superação de visões preconceituosas e estereotipadas sobre o feminismo e as feministas. O desenvolvimento de uma consciência feminista promove reflexões sobre as diferentes manifestações de machismo na sociedade, ainda que, apenas, em um primeiro momento;

- c) A identificação como feminista leva à conscientização a outras opressões como a do racismo e conseqüentemente o desenvolvimento de um sentimento antirracista;
- d) O reconhecimento dos próprios privilégios sociais e econômicos promove a consciência da desigualdade vivenciada por grupos desfavorecidos socialmente;
- e) As jovens participantes se mostraram críticas e conscientes acerca da desigualdade de gênero na sociedade, e em suas realidades, inclusive relataram experiências de machismos e sexismo que vivenciaram na relação com a família, na trajetória escolar, nos relacionamentos afetivos, na universidade e até mesmo no ciberespaço;
- d) O conhecimento e conscientização acerca da questão feminina na sociedade promove não somente o debate entre pares como também estimula a reflexão coletiva no convívio familiar entre pais e filhas. Nesse caso as discussões partem das próprias filhas para identificar e questionar os padrões machistas observados no seio familiar;
- e) Com a constatação dos mecanismos de manutenção do machismo, as jovens passam a ressignificar a parceria feminina, adotando uma visão mais empática e solidária entre aquelas de mesmo gênero e que por isso compartilham as mesmas opressões;
- f) O conhecimento e conscientização acerca da questão feminina na sociedade promove não somente o debate entre pares como também estimula a reflexão coletiva no convívio familiar entre pais e filhas. Nesse caso as discussões partem dos próprios filhos para identificar e questionar os padrões machistas observados no seio familiar;
- g) Com a constatação dos mecanismos de manutenção do machismo as jovens passam a ressignificar a parceria feminina, adotando uma visão mais empática e solidária entre aquelas de mesmo gênero e que por isso compartilham as mesmas opressões;
- h) O desenvolvimento da consciência feminista colabora para a emergência de uma consciência política mais crítica influenciando nas escolhas políticas, e preferência por eleger políticos mulheres e/ou de viés mais crítico e progressista e, portanto, mais identificados com o espectro político de esquerda;
- i) A criticidade adquirida acerca das opressões e desigualdade de gênero acaba por influenciar/direcionar gostos e consumos culturais. Ao mesmo tempo em que rejeita produtos culturais machistas, demonstram preferência por conteúdos culturais feministas que descontroem estereótipo;
- j) Mesmo que o feminismo nos últimos anos tenha sofrido uma série de ataques e ameaças, tal debate - ainda que não de forma intencional - se faz presente nas escolas até mesmos naquelas mais conservadoras a exemplo dos colégios confessionais, uma vez que tal temática se impõe como demanda juvenil contemporânea. Muito embora,

alguns professores subvertem o contexto conservador intimidador ao introduzir as discussões de gênero na escola; é por meio da influência do ciberfeminismo que o feminismo circula na escola. A escola e a universidade ainda se apresentam como reprodutoras do machismo estrutural e da desigualdade de gênero presentes na sociedade.

Tais ideias, por sua vez, podem ser sintetizadas na tese a ser defendida: **“O ciberfeminismo apresenta-se como uma expressão da cibercultura juvenil feminina para o desenvolvimento da consciência feminista e atuação social crítica/inclusiva, e a defesa de seu potencial como ferramenta educativa emancipatória”**.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizarmos uma pesquisa é comum realizarmos um balanço do percurso e das escolhas realizadas. Nesse sentido, é relevante destacar que consideramos o referencial teórico adotado satisfatório, ainda que constatada uma lacuna significativa em produções acadêmicas que articulam juventude e gênero.

Ainda sobre o referencial teórico, é importante destacar que os textos e autores apresentados nesta Tese colaboraram para que apresentássemos uma análise do contexto, assim observamos que, paulatinamente, os meios tecnológicos ganharam centralidade na vida em sociedade, ao passo que pudemos apresentar a emergência do feminismo, passando pela reflexão em torno do pioneirismo de mulheres em diferentes realidades, e a consolidação do movimento de mulheres na luta por igualdade e reconhecimento, somado ao crescimento do feminismo acadêmico e a evolução da proteção legal das mulheres no mundo.

Revisitar esse percurso histórico foi necessário para podermos identificar as novas “caras” do feminismo e as criativas formas de ocupação feminista no ciberespaço temática central desta pesquisa - que inauguram uma nova onda do movimento feminista na história.

Ao longo da história humana, o jovem foi compreendido pela ótica biológica, cristalizada pela ideia de crise da psicologia; sendo tratado, em muitos casos, com desconfiança e/ou tendo suas necessidades negligenciadas e, apesar do tempo e dos estudos, esse quadro ainda permanece para grande parte da população.

Recuperar essas representações foi necessário para reconhecer o jovem como sujeito social, sujeito de direitos e participante ativo da sociedade. Nesse ínterim, nos aproximamos das contribuições feministas para a produção científica, aspecto necessário não apenas para a reafirmação do fazer científico feminista como saber válido, mas também para subsidiar e fundamentar a escolha dos métodos e técnicas desenvolvidos neste estudo.

Quanto a estas, embora os questionários se mostraram eficientes para a identificação das interações juvenis femininas no ciberespaço, por outro apresentaram-se limitados para a seleção das participantes na segunda etapa desta pesquisa. No entanto, a escolha pela coleta de dados remota foi a saída para contornar o isolamento social imposto pela pandemia.

Acerca da finalidade do trabalho buscamos investigar a influência e o alcance das pautas feministas presentes na *internet* a partir do ponto de vista de jovens mulheres universitárias, em articulação com os estudos de feminismo, juventude e educação. Assim, o referencial teórico adotado e os processos investigativos e analíticos realizados nos deram subsídios para respondermos a cada um dos quatro objetivos específicos propostos: com relação ao primeiro

objetivo específico, que se propôs a identificar os conteúdos e as plataformas que as jovens mais utilizam para se informar acerca de pautas feministas, o levantamento realizado por meio dos questionários e entrevistas revelou que as jovens utilizam plataformas diversas para conhecerem mais sobre feminismo e questões de gênero. Dentre as principais redes que se destacam são: o Instagram, o *Facebook*, o *Youtube* e o *Twitter*. Os temas centrais por sua vez se ampliam para outros como racismo, saúde íntima, jornalismo crítico etc.

Quanto ao segundo objetivo específico, de analisar a percepção das jovens quanto à relevância da causa feminista para suas realidades, o trabalho revelou que as jovens pesquisadas consideram o feminismo relevante em suas vidas, visto que não somente as empoderam como também colaboram para o desenvolvimento de uma consciência feminista.

Com o terceiro objetivo buscávamos verificar os reflexos e as contribuições do ativismo feminista digital para a conscientização de jovens mulheres acerca das questões de gênero. Nesse sentido constatamos que as contribuições do feminismo para as jovens ocorrem de forma diversificada, uma vez que as jovens, por meio do feminismo, adquirem uma consciência das diferentes formas de desigualdade de gênero que são ampliadas para a conscientização de outras opressões como o racismo.

O terceiro e último objetivo específico do trabalho buscou refletir sobre as questões de gênero na escola e as potencialidades dos ativismos digitais feministas enquanto processos de educação. Nesse sentido, foi possível evidenciar que a escola e outros espaços educativos, tais como a universidade, apresentam-se como locais estratégicos para o debate das questões de gênero, pois reproduz em seu interior a desigualdade e opressão de gênero evidenciadas na sociedade. Ademais, apesar da temática de gênero ser tratada de forma periférica, e em alguns contextos até de forma censurada, constatou-se que questões de gênero e feminismo se apresentam como temas relevantes e de grande interesse das jovens estudantes.

A partir das análises empreendidas foi possível identificar onze categorias, as quais puderam ser sintetizadas na seguinte tese: o ciberfeminismo como uma expressão da cibercultura juvenil feminina para o desenvolvimento da consciência feminista e atuação social crítica/inclusiva, e a defesa de seu potencial como ferramenta educativa emancipatória.

Ao final do estudo surgem indagações que dão margem para futuros estudos e trabalhos, dentre as quais explicitamos: quais motivos levam jovens mulheres a rejeitarem os pressupostos feministas? Como as jovens da classe trabalhadora se relacionam com o ciberfeminismo? Como os jovens do sexo masculino se relacionam com conteúdos feministas nas redes? Qual impacto da agenda antifeminista adotada entre 2019-2022 nas vivências juvenis femininas? Há muito a ser pesquisado.

Por seu turno, este trabalho representa a ousadia de quem buscou resistir a quatro anos de ataques aos direitos das mulheres, aos direitos dos jovens, ao direito à educação. Não bastasse, acrescenta-se a censura, o descaso com a vida e a negação da ciência.

É relevante recordar que projeto de pesquisa começou a ser gestado ainda em 2018, momento em que as feministas não haviam superado o impedimento da então presidente Dilma Rousseff e se indignavam com a morte da vereadora Marielle Franco. Neste mesmo ano, vivíamos, ainda, um contexto de emergência conservadora e ameaças golpistas à democracia. Foi um período de medo, insegurança e tristeza para muitos que sonhavam com um país melhor. Assim como previsto os últimos quatro anos foram marcados pelo retrocesso.

Como tudo na história humana tem um fim, esses anos também tiveram o seu e chegou a hora de encerrar esse trabalho em um momento (e movimento!) de ressurgimento da esperança e do sentimento de mudança.

REFERÊNCIAS

- 38% DAS MULHERES brasileiras se consideram feministas. **Folha de São Paulo/ Instituto de Pesquisa Datafolha**, São Paulo, 15 abr. 2019. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/04/1987743-38-das-mulheres-brasileiras-se-consideram-feministas.shtml>. Acesso em: 10 maio 2019.
- ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: FÁVERO; Osmar. SPÓSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo; NOVAES, Regina Reys. (org). **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007. (Coleção Educação para Todos; 16).
- ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 25-36, 1997. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n05-06/n05-06a04.pdf> Acesso em: 10 jan. 2022.
- A CRISE dos 12 anos: como lidar com filhos pré-adolescentes? **Revista Veja**, São Paulo, 26 abr. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/videos/familia/a-crise-dos-12-anos-como-lidar-com-filhos-pre-adolescentes/>. Acesso em: 11 fev. 2021.
- AFONSO, Luís Fellipe Fernandes. “Vá à luta você”: o mito da juventude revolucionária no processo de redemocratização (1979-1985). **Temporalidades - Revista de História**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p.113-129, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/6109/pdf>. Acesso em 11 fev. 2021.
- ALBACH, Juliana Santos. Os usos que os jovens fazem da *internet*: Relações com a escola. **Revista Eletrônica de Educação**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 138-159, 2014. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/22aa/637ca913f07e6b2800ae69001247e0250847.pdf>. Acesso: 10 jan. 2019.
- ALMEIDA, Lília Bilati de et al. O retrato da exclusão digital na sociedade brasileira. **JISTEM - Journal of Information Systems and Technology Management** [online], São Paulo, v 2, n 1, p. 55-67, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1807-17752005000100005>. Acesso em: 01 dez. 2021.
- ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, [27] p., 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000200302&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 7 ago. 2019.
- ALPIZAR, Lydia; BERNAL, Marina. Construção Social da Juventude. In: REDLAC (org.) **Mulheres Jovens e Direitos Humanos**. Manual de capacitação em direitos humanos das mulheres jovens e a aplicação da CEDAW. ILANUD/REDLAC, 2002.
- ALVES, Branca Moreira. A luta das sufragistas. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49-63.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ALVES, Cláudia. LIMA, Danielle. Beyoncé: uma aproximação ao feminismo e à literatura negra. **Marca páginas**: um blog sobre estudos literários. Campinas, 23 maio 2019. Disponível em:
<https://www.blogs.unicamp.br/marcapaginas/2019/05/29/beyonce-uma-aproximacao-ao-feminismo-e-a-literatura-negra/>. Acesso em: 23 ago 2020.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Os 25 anos da CIPD: Terra inabitável e o grito da juventude. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 36, p.1-13, 2019, Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/YV943qQSBfkZmKzWPyM5fQr/?lang=pt#>. Acesso em: 24 Nov. 2021.

AMARAL, Fernanda Pattaro. O fenômeno do feminismo pop do início do século XXI: um movimento de consumo ou estratégia de combate e ruptura? **Novos Olhares Sociais**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 35-54, 2019. Disponível em:
<https://www3.ufrb.edu.br/ojs/index.php/novosolharesociais/article/view/477>. Acesso em: 15 set. 2020.

ANTUNES, Catarina; PEDRO SEBASTIAO, Sónia. Desafios éticos nas redes sociais online: a produção de conteúdos e a opinião dos profissionais. **Cuadernos info**, Santiago, n. 46, p. 222-248, 2020. Disponível em:
http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-367X2020000100222&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 jun. 2022.

AQUINO, Luseni Maria C. Introdução. In: CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria C.; ANDRADE, Carla Coelho. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília, DF: Ipea, 2009. p. 23-39.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 41-52, 2005. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pc/a/BVXTfbqzbzJJYh7pwSkjdzpN/?lang=pt#>. Acesso em: 19 out. 2021.

ARAYA, Elizabeth Roxana M.; VIDOTTI, SILVANA APARECIDA B. G. **Criação, proteção e uso legal de informação em ambientes da World Wide Web** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em:
<https://static.scielo.org/scielobooks/fdx3q/pdf/araya-9788579831157.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

AREND, Silvia Fávero. Trabalho, escola e lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2020. p. 65-83.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Thithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo, Boitempo, 2019.

ARTESE, Flavia. In the digital world, all roads lead to Rome. But is Rome prepared? **Dental Press Journal of Orthodontics**, Maringá, v. 24, n. 6, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dpjo/a/7SHjdCvQRphYWz9XJDyp6gt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 nov. 2021.

BAGGIO, Rodrigo. A sociedade da informação e a infoexclusão. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 16-21, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/r4MKb493CBVmyZSsqNbNCYG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARLOW, John Perry. “**Uma Declaração da Independência do Ciberespaço**”. Traduzido por Rafael Augusto Arruda Merlo. Davos, Suíça, 8 de fevereiro de 1996, 2 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4631592/mod_resource/content/1/John%20Perry%20Barlow%20-%201996%20-%20Uma%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20da%20Independ%C3%Aancia%20do%20Ciberespa%C3%A7o.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

BARROSO, Carmen. As mulheres e as nações unidas: as linhagens do plano mundial de população. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 1, [15] p., 1989. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/j4RF9DQmDJkq5qvWbRmhMQj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 03 nov. 2021.

BARSTED, Leila Linhares. Legalização e descriminalização: dez anos de luta feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.). **Pensamento feminista brasileiro formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p.179-211.

BARSTED, Leila Linhares. O Feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil. In: SARDENBERG, Cecília; TAVARES, Márcia S. (org.). **Violência de Gênero Contra Mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento**. Salvador: EDUFBA, 2016, p.17-40.

BASSALO. Lucélia de Moraes Braga; WELLER, Wivian. Jovem e mulher: um estudo sobre os posicionamentos de internautas feministas. In: SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses (org.), **Juventudes e Tecnologias: Sociabilidades e Aprendizagens**. Brasília: Liber Livro, 2015. p.21-41.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Sobre educação e juventude: conversas com Ricardo Mazzeo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BAUMAN, Zygmunt; LEONCINI, Thomas. **Nascidos em tempos líquidos: Transformações no terceiro milênio**. Tradução de Joana Angélica D’Avila Melo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2018.

BECKER, Daniel. **O que é adolescência?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

BERMÚDEZ, Ángel. O historiador que previu uma grave crise em 2020 e adverte sobre período perigoso da História. **BBC News Brasil**, 28 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53183674>. Acesso em: 18 nov. 2021.

BERRÍO-ZAPATA, Cristian *et al.* Exclusão Digital de Gênero: quebrando o silêncio na Ciência da Informação. **Revista Interamericana de Bibliotecologia**, Medellín, v. 43, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1790/179064465008/html/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BLAY, Eva Alterman. Mulheres e Relações no Poder no Século XXI. *In*: BRABO, Tânia Suelly Antonelli Marcelino (org.). **Gênero, educação, trabalho e mídia**. São Paulo: Ícone, 2010.

BLAY, Eva Alterman. Do Feminismo ao gênero: Uma nova Inquisição? **Revista USP**, São Paulo, n. 122, p. 63-70, julho/agosto/setembro, 2019. Disponível em: [file:///D:/Users/User/Downloads/162618-Texto%20do%20artigo-371268-1-10-20190925%20\(1\).pdf](file:///D:/Users/User/Downloads/162618-Texto%20do%20artigo-371268-1-10-20190925%20(1).pdf). Acesso em: 12 ago. 2020.

BLAY, Eva. 8 de março: conquistas e controvérsias. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 601-607, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200016>. Acesso em: 20 out. 2021.

BLATYTA, Mónica. Empoderamento feminino ganha força na publicidade. [Entrevista cedida a] SENNA, Cristiane. **Marie Claire**, Rio de Janeiro, 08 ago. 2017. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Work/noticia/2017/08/empoderamento-feminino-ganha-forca-na-publicidade.html>. Acesso em: 21 mar. 2019.

BOFF, Salete Oro; FORTES, Vinícius Borges A. Privacidade e a proteção dos dados pessoais no ciberespaço como um direito fundamental: perspectivas de construção de um marco regulatório para o Brasil. **Sequência Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, n. 68, p. 109-127, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2013v35n68p109>. Acesso em: 11 maio 2022.

BOGADO, Maria. “Rua”. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Explosão Feminista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p.23-42.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto, 1994.

BORGES, Rafaela Oliveira; BORGES, Zulmira Newlands. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-23, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100231&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 ago. 2019.

BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

BRASIL. Lei nº 14.245, de 22 novembro de 2021. Altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, ano, 159, n. 219, p. 1, 23 nov. 2021. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.245-de-22-de-novembro-de-2021-361261673>. Acesso em: 31 maio 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.709, de agosto de 2018a. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da *internet*). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, ano, 155, n. 157, p. 59-64, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 23 maio 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.642, de 3 de abril de 2018b. Altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, ano, 150, n. 64, p. 1-2, 4 abr. 2018. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=1&data=04/04/2018&totalArquivos=184>. Acesso em: 19 maio 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**, versão aprovada pelo CNE, novembro de 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei Complementar nº 150, de 1 de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, ano, 152, n. 103, p. 1-4, 2 jun. 2015a. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=02/06/2015>. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015b. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, ano, 152, n. 46, p. 1, 10 mar. 2015. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=10/03/2015>. Acesso em: 14 jul. 2019.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Estação juventude: conceitos fundamentais** – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude. Brasília: SNJ, 2014. 128p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/politicas%20de%20juventude1.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2020.

BRASIL. **Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. 103 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 jan. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.650, de 17 de maio de 2012. Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1**, Brasília, DF, ano, 152, n. 104, p. 3, 18 maio. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112650.htm. Acesso em: 18 dez. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1**, Brasília, DF, ano, 152, n. 103, p. 1-4, 2 ago. 2013. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=08/08/2006&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=56>. Acesso em: 18 maio 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1**, Brasília, DF, ano, 143, n. 151, p. 1-4, 8 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 12 fev. 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Ministério da Justiça, 1990. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1**, Brasília, DF, ano, 128, n. 135, p. 13563-13577, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 18 dez. 2019.

BURIGO, Joanna. Feminismo online em chamadas. **Carta Capital**, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaofeminismo-online-em-chamadas/>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BUTLER, Judith P. Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>. Acesso em: 23 mar. 2022.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 22 ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

CAMILO, Bruna Camilo de Souza Lima e Silva. Movimentos Feministas no Brasil: noções introdutórias. *In*: MAGALHÃES, José Luiz Quadros de; GONTIJO, Lucas de Alvarenga; COSTA, Bárbara Amelize; BICALHO, Mariana Ferreira (org.). **Dicionário de Direitos Humanos**. Porto Alegre: Fi, 2021. p. 318-325.

CANCLINI, Nestor García, A cultura política: entre o mediático e o digital. **MATRIZES**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 55-71, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38192>. Acesso em: 16 out. 2019.

CAPOMACCIO, Sandra. Influenciador digital é o responsável por 40% das compras feitas pelo consumidor brasileiro. **Jornal da USP**. São Paulo, 17 de agosto de 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/influenciador-digital-e-o-responsavel-por-40-das-compras-feitas-pelo-consumidor-brasileiro/>. Acesso em: 22 maio 2022.

CARDOSO, Irene. "A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança". **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 93-107, nov. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/BSVVw9SLHbrnnYNRgGtMjJp/?lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2019.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: uma análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, out./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/9VBbHT3qxByvFctbZDZHgNP/?lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2019. .

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 23 ago. 2019.

CARNEIRO. Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005, 339 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

CARRANO, Paulo. Jovens, escolas e cidades: Desafios à autonomia e à convivência. **Revista Teias**. Rio de Janeiro, v. 12. set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24209/17188>. Acesso em: 15 ago. 2019.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Redes sociais de *internet* numa escola de ensino médio: entre aprendizagens mútuas e conhecimentos escolares. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 35, n. 2, p. 395-421, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2017v35n2p395>. Acesso em: 5 maio 2019.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; RABAY, Glória. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. **Revista Estudo Feminista**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 119-136, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000100119&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 jan. 2020.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Amanda Costa Ângelo; EGLER, Edla. Alguns apontamentos sobre a epistemologia feminista. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 25, n. 02, p.231-238, jul./dez. 2012. Disponível em: file:///D:/Users/User/Downloads/sheilakocourek,+artigo_6.pdf. Acesso em: 10 mar. 2019.

CASTRO, Elisa Guaraná de; MACEDO, Severine Carmem. Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto da Juventude: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1214-1238, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/KJQwwTJWTWgskWqmSRPDpwy/?lang=pt#ModalArticles>. Acesso em: 11 set. de 2021.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. **A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CHAMPANGNATTE, Dostoiowski Mariatt de Oliveira; CAVALCANTI, Marcus Alexandre. de Pádua. Cibercultura - perspectivas conceituais, abordagens alternativas de comunicação e movimentos sociais. **Revista de Estudos de Comunicação**, Curitiba, v. 16, n. 41, p. 312-326, set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/estudosdecomunicacao/article/view/22532>. Acesso em: 22 fev. 2021.

COLLUCCI, Cláudia; GRAGNANI, Juliana. Meninas formam coletivos feministas em escolas de ensino médio de SP. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 1 de novembro de 2015. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1701071-meninas-formam-coletivos-feministas-em-escolas-de-ensino-medio-de-sp.shtml?mobile>. Acesso em: 20 jun. 2018.

CONCEIÇÃO, Antonio Carlos Lima da; ARAS, Lina M. Brandão de. Por uma ciência e epistemologia (s) feminista: avanços, dilemas e desafios. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, n. 29/30, Ano11, p. 10-19, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/6123/3774>. Acesso em: 5 fev. 2019.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, v. 16, p.13-30, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Xmvqhg4YYJxm7w5zwwk9dsd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 fev. 2019.

CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, [16] p., 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/issue/view/1551>. Acesso em: 19 dez. 2021.

CORULLON, Violeta. Obrigada, mulheres! – Carta de uma jovem feminista de 12 anos às brasileiras. *In*: OROFINO, Alessandra *et al.* **Blog #AGORAÉQUESÃOELAS**. São Paulo, 25 abr. 2018. Disponível em: <https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2018/04/25/obrigada-mulheres-carta-de-uma-jovem-feminista-de-12-anos-as-brasileiras-agoraquesaoelas/?loggedpaywall>. Acesso em: 25 mar. 2019.

COSSI, Rafael Kalaf. Stoller e a psicanálise: da identidade de gênero ao semblante lacaniano. **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, n 49, p. 31-43, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372018000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 abr. 2020.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Niterói, v. 5, n. 2, p. 1-20, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31137/18227>. Acesso em: 03 jan. 2022.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. A institucionalização dos estudos feministas dentro das Universidades. Teoria e práxis feministas na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, volume especial, p. 387-400, 2 sem. 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16171/14722>. Acesso em: 17 fev. 2019.

COSTA, Cristiane. Rede. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 43-60.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2019.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Magda França Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CYFER, Ingrid. Liberalismo e feminismo: igualdade de gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 135-146, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/rWv78Q85myrS3pv4FKXvYsC/?lang=pt#>. Acesso em: 14 set. 2021.

DAVIS, Ângela. Discurso Marcha das Mulheres. **Blog da Boitempo**, 23 de janeiro de 2017. Disponível em: Acesso em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/01/23/o-discurso-de-angela-davis-na-marcha-das-mulheres-contr-trump/>. 20 dez. 2020.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude e Ensino Médio: quem é este aluno que chega à escola. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. (org). **Juventudes e ensino médio**: Sujeitos Currículos e Diálogos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p.101-133.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, dez. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 fev.2021.

DE ABREU, Carla. “Narrativas digifeministas: arte, ativismo e posicionamentos políticos na *internet*”. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica**. Salvador, v. 2, n. 4, p. 134-152, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/3603/2320>. Disponível em: 11 jun. 2019.

DEERE, Carmen Diana. Objetivos de desenvolvimento sustentável, igualdade de gênero e a distribuição de terra na América Latina. Tradução: Thais Camargo. **Cadernos Pagu** [online], Campinas, n. 52, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201800520006>. Acesso em: 11 jun. 2022.

DENÚNCIAS de neonazismo à Safernet aumentam 60% em um ano. [2021?]. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/denuncias-de-neonazismo-safernet-aumentam-60-em-um-ano>. Acesso em: 25 fev. 2022.

DE PLAY em Play. **Think with google**, Julho de 2017. Disponível em: <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/ptbr/youtubeinsights/2017/de-play-em-play/>. Acesso em: 28 ago. 2019.

DESLANDES, Suelly Ferreira. O ativismo digital e sua contribuição para a descentralização política. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, p. 3133-3136, out. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018001003133&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 mar. 2019.

DIEMINGER, Carlise Clerici; OLIVEIRA, Rafael Santos. Protagonismo ascendente: o ativismo online nas lutas feministas. **Derecho y Cambio Social**, Peru, p.1-18, 2015. Disponível em: https://www.derechoycambiosocial.com/revista039/PROTAGONISMO_ASCENDENTE_LUTAS_FEMISTAS.pdf. Acesso em: 24 set. 2019.

DINIZ, Maiana. Com *internet*, feminismo está em alta entre as jovens, diz especialista. **Agência Brasil**, 8 mar. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-03/com-internetfeminismo-esta-em-alta-entre-jovens-diz-especialista>. Acesso em: 20 jun. 2018.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente: O século XX**. Trad. Alda Maria Durães et al. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

DUTT-ROSS, Helena. O teste de Bechdel. **Faculdade Cásper Líbero**, 7 jun. 2013. Disponível em: <http://casperlibero.edu.br/noticias-da-casper/o-teste-de-bechdel/>. Acesso em: 30 jan. 2017.

EQUIPE ONB. 2015: O Ano do Feminismo na internet. **Organics News Brasil**, São Paulo, 31 dez. 2015. Disponível em: <https://organicsnewsbrasil.com.br/retrospectiva-2015/2015-o-ano-do-feminismo-na-internet/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher: o feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **História das Mulheres no Ocidente: O século XX**. Trad. Alda Maria Durães et al. Porto: Edições Afrontamento, 1991. p. 583-611.

FANJUL, Sergio C. Teorias conspiratórias do QAnon varrem o mundo e são mais perigosas do que parecem. **El País** [on line], Madri-Espanha, 12 jan. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-12/teorias-conspiratorias-do-qanon-varrem-o-mundo-e-sao-mais-perigosa-do-que-parecem.html>. Acesso: 21 abr. 2021.

FARIA, André. Menina de 7 anos pede igualdade de género nos bonecos da Lego. **Dezanove** [on line], Portugal, 8 fev. 2014. Disponível em: <https://dezanove.pt/menina-de-7-anos-pede-igualdade-de-612105>. Acesso: 15 maio 2021.

FEIXA, Carles. **De jóvenes, bandas y tribus: antropología de la juventud**. Barcelona: Ariel, 1998. Disponível em: <http://www.lazoblanco.org/wp-content/uploads/2013/08manual/adolescentes/0012.pdf>. Acesso em: 21 set. 2018.

FEIXA, Carles; FERNÁNDEZ-PLANELLAS, Ariadna; FIGUERAS-MAZ, Mónica. Generación Hashtag. Los movimientos juveniles en la era de la web social. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**. Colombia, v 14, n 1, p. 107-120, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/773/77344439006.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.

FELIPE, Jane. Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas. **Pro-Posições**, Campinas-SP, v. 18, n. 2, p. 77-87. 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643546>. Acesso em: 3 jul. 2019.

FEMINISMO é eleita a palavra do ano pelo dicionário americano. **G1**, [s. l.], 13 dez. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/feminismo-e-eleita-a-palavra-do-ano-pelo-dicionario-americano.ghtml>. Acesso em: 18 jun. 2018.

FEMINISMO SEM DEMAGOGIA. **Sobre Nós**, 07 jan. 2022. Facebook: Feminismo sem demagogia. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/FeminismoSemDemagogiaMarxistaOriginal/about/?ref=page_internal. Post do Facebook. Acesso em: 07 jan. 2022.

FERNANDES, Evelyn Blaut. Morte ao patriarcado: fraternidade, irmandade, sororidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 63, [10] p., 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449202100630009>. Acesso em 22 set. 2022

FERREIRA, Helen Pereira. Juventudes e Cibercultura – rushar e hitar no campo da tecnodemocracia. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DE CULTURA - ENECULT, 15, 2019, Salvador - BA. **Anais [...]**, Salvador-BA: UFBA, 2019. p.1-14. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/112289.pdf>. Acesso em 15 abr. 2021

FIORENTINI, Dari.; LORENZATO, Sérgio. Ética na pesquisa educacional: implicações para a Educação Matemática. *In*: FIORENTINI, Dario; LORENZATO, Sérgio. **Investigação em Educação Matemática: percursos teóricos e metodológicos**. 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2009. p. 193-206.

FONSECA, Gregório de Almeida. Desinformação. *In*: MAGALHÃES, José Luiz Quadros de; GONTIJO, Lucas de Alvarenga; COSTA, Bárbara Amelize; BICALHO, Mariana Ferreira (Orgs.). **Dicionário de Direitos Humanos**. Dicionário de Direitos Humanos. Porto Alegre: Fi, 2021. p. 146-157.

FONSECA, Stêvenis Moacir Moura da; SILVA, Andréa Pereira da; TEIXEIRA FILHO, José Gilson de Almeida. O Impacto do Ciberativismo no Processo de Empoderamento: o uso de redes sociais e o exercício da cidadania. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí-RS, v. 15, p. 59-84, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/4375>. Acesso em: 28 ago. 2019.

FORNASIER, Mateus de Oliveira; KNEBEL, Norberto Milton Paiva. O titular de dados como sujeito de direito no capitalismo de vigilância e mercantilização dos dados na Lei Geral de Proteção de Dados. **Revista Direito e Práxis** [online], Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 1002-1033, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/46944>. Acesso em: 11 maio 2022.

FRAGA, Alexandre Barbosa; MONTICELLI, Thays Almeida. PEC das Domésticas: holofotes e bastidores. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis. v. 29, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/wxFYxzJ9mpW6HrqHLgTbHds/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 maio 2022.

FRANCISCO, Julio César; GROppo, Luís Antonio. Adolescência(s) e juventude(s): considerações a partir de uma coexistência legal. **Crítica Educativa**, v. 2, p. 275-294, 2016. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/81/237>. Acesso em 23 abr. 2021.

GANZAROLLI, Marina. Britânica que relatou estupro no metaverso: 'Foi real e perturbador. [Entrevista cedida a] Rute Pina. **Universa Uol**, [s. l], 3 jun. 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/06/03/estupro-no-metaverso-o-aconteceu-comigo-foi-real.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 23 jul 2022.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.

GESSAT, Rachel. 1907: As primeiras mulheres deputadas num Parlamento europeu. **DW**, [s. l.], 25 maio 2015. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1907-as-primeiras-mulheres-deputadas-num-parlamento-europeu/a-325015>. Acesso em: 15 out 2020.

GIOVANNI, Julia Ruiz Di. JOVENS, Feministas, em movimento: a marcha mundial das mulheres no III acampamento intercontinental da juventude. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n 2, p. 655-660, jul/dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/XS38WJhR5HWb5gBmVwQsTTJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 ago. 2019.

GOHN, Maria da Glória. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. **Caderno CRH**, Salvador-BA, v. 27, n. 71, p. 431-441, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/nwd8YZsWftZT75q6PZjtBQs/?lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2021.

GOHN, Maria. da Glória. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 6, n.11, p. 41-70, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1255/1200>. Acesso em: 25 nov. 2021.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais: espaço de aprendizagem coletiva. **Revista de Educação CEAP**. Salvador-BA, Ano 12, n. 46, p. 5-17, set.- nov. 2004.

GÓIS, Tainã. Lei Mari Ferrer é ferramenta na luta por respeito ao direito de denunciar. **Universa Uol**, [s. l.], 24 nov. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/colunas/2021/11/24/lei-mari-ferrer-expoe-necessidade-de-repensar-como-julgamos-as-mulheres.htm>. Acesso em: 23 maio 2022.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 433-447, maio/ago 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200007>. Acesso em: 18 fev. 2018.

GOMES, Naira. Em busca de valorização dos cabelos crespos e cacheados, negras e negros se unem para reforçar identidade: 'A estética é um ato político'. [Entrevista cedida a] Itana Alencar. Salvador: **G1 Bahia**, 20 nov. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/em-busca-de-valorizacao-dos-cabelos-crespos-e-cacheados-negras-e-negros-se-unem-para-reforcar-identidade-a-estetica-e-um-ato-politico.ghtml>. Acesso em: 23 mar. 2019.

GÓMEZ-RAMÍREZ, Oralia; REYES CRUZ, Luz Verónica. Las jóvenes y el feminismo: ¿Indiferencia o compromiso? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 387-408, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/3w6VfC8s4wf3S7pKpVcwnys/?format=pdf&lang=es>. Acesso em: 04 out. 2021.

GROPPO, Luís Antonio. **Introdução à Sociologia da Juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

GROPPO, Luís Antonio. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. **Em Tese**, Florianópolis, v. 12, p. 4-33, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2015v12n1p4/29763>. Acesso em: 21 jul. 2019.

GROPPO, Luís Antonio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do Cogeime**, Belo Horizonte, v. 25, p. 9-22, 2004. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-cogeime/index.php/COGEIME/article/view/629/568>. Acesso em: 15 abr 2019.

GUIZZO, Bianca Salazar; FELIPE, Jane. Avanços e retrocessos em políticas públicas contemporâneas relacionadas a gênero e sexualidade: entrelaces com a Educação. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37, 2015, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt23-3858.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2019.

GUIDUCI, Isabela. Mulamba usa arte para falar pelas minorias: ‘Somos uma banda e temos que ter responsabilidade emocional com as pessoas’ [ENTREVISTA]. **Rolling Stones**, Brasil, 15 dez. 2020. Disponível: https://rollingstone.uol.com.br/noticia/mulamba-usa-arte-para-falar-pelas-minorias-somos-uma-banda-e-temos-que-ter-responsabilidade-emocional-com-pessoas-entrevista/?utm_source=site&utm_medium=txt&utm_campaign=copypaste. Acesso: 20 out 2022.

HARAWAY, Donna. Tornei-me feminista graças à ficção científica. **El País** [on line], Madrid-Espanha, 19 fev. 2020. Disponível em: https://elpais.com.translate.google/cultura/2020/02/18/babelia/1582041525_880936.html?_x_tr_sl=es&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=nui,sc. Acesso em: 09 out 2020.

HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 215-241, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000100012>. Acesso em: 01 jan. 2022.

HOBSBAWM, Eric. J. **A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Introdução: o grifo é meu. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 11-19.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: Moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.16. Brasília, janeiro - abril de 2015, p. 193 -210. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/mrjHhJLHZtfyHn7Wx4HKm3k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 de abril 2021.

INOUE, Laura Tereza de Sá e Benevides. Corporalidades de meninas e meninos na educação infantil: normatividades e (re)significações de gênero. In: SILVA, Adriana Alves; FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela (org.). **Isso aí é rachismo! Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas: transformações emancipatórias para pedagogias descolonizadoras**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019, p. 61-83.

INTERNATIONAL Telecommunication Union (ITU). 2017. **Measuring the information society report**. 2017. Disponível em: https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/publications/misr2017/MISR2017_Volume2.pdf. Acesso em: 02 dez. 2021.

JUNQUEIRA, Mary Anne. A invasão do Capitólio à luz da História: a extrema direita como uma das tradições dos Estados Unidos. **Jornal da USP**. [on line], São Paulo, 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/a-invasao-do-capitolio-a-luz-da-historia-a-extrema-direita-como-uma-das-tradicoes-dos-estados-unidos/>. Acesso em: 05 abr. 2021.

JUVENTUDES e Conexões. **Fundação Telefônica Vivo: Rede Conhecimento Social; IBOPE Inteligência**. 3 ed. São Paulo: Fundação Telefônica Vivo, 2019. 272 p.

HARMEET, Kaur. Há 40 anos, primeiros casos de Aids eram relatados nos EUA. **CNN Brasil**. [on line], [s. l], 5 jun. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/ha-40-anos-primeiros-casos-de-aids-eram-relatados-nos-eua>. Acesso em: 25 ago. 2021.

KETZER, Patrícia. Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações. **Argumentos**. Fortaleza, ano 9, n. 18, p.95-106, jul./dez. 2017. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/32159/1/2017_art_pktzer.pdf. Acesso em: 18 out 2019.

KHABY LAME se torna criador com maior número de seguidores do TikTok. **G1** [on line]. [S.l] 23 jun.2022, Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2022/06/23/khaby-lame-se-torna-criador-com-maior-numero-de-seguidores-do-tiktok.ghtml>. Acesso em: 25 jun 2022.

KING, Anna Lúcia Spear; NARDI, Antônio Egidio. O que é Nomofobia? Histórico e Conceito. In: KING, Anna Lúcia Spear.; NARDI, Antônio Egidio. (Org.). **Nomofobia: dependência do computador, internet, redes sociais? dependência do telefone celular?** São Paulo: Atheneu Editora, 2014. p.1 – 26.

KOSTECZKA, Luiz Alexandre. História Digital na Era das Big Tech. **Aedos**, Porto Alegre, v. 12, n. 27, p. 641-669, mar. 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/aedos/article/viewFile/104187/61276>. Acesso em: 20 out 2021.

LANA, Lígia. Heroínas pós-feministas: as contradições da produção audiovisual feminina no YouTube. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, p. 1359-1371, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/HRwffrCSTpg3bbgxKScLKRw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 maio 2020.

LANGNER, Ariane; ZULIANI, Cibeli.; MENDONCA, Fernanda. O Movimento Feminista e o Ativismo Digital: conquistas e expansão decorrentes do uso das plataformas online. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE: MÍDIAS E DIREITOS NA SOCIEDADE EM REDE, 3; CONGRESSO IBEROAMERICANO DE INVESTIGADORES E DOCENTES DE DIREITO E INFORMÁTICA, 5, 2015, Santa Maria-RS. **Anais [...]**. Santa Maria-RS: UFSM, 2015. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2015/3-12.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2019.

LANZARA, Arnaldo Provasi. Mudanças tecnológicas, exclusão digital e os desafios da proteção social. **Centro de Estudos Estratégicos - Fiocruz** [*on line*], Rio de Janeiro, 6 jul. 2020. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=Mudancas-tecnologicas-exclusao-digital-e-os-desafios-da-protecao-social>. Acesso em: 01 out. 2021.

LAVINAS, Lena. Gênero, Cidadania e adolescência. *In*: MADEIRA, Felícia Reicher (Org.). **Quem mandou nascer mulher?** Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos/UNICEF, 1996, pp.11-43.

LARA, José Edson *et al.* Admirável mundo novo na perspectiva da tríade: *internet* das Coisas, pessoas e mercados. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 26, n. 02, p. 124-150, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3825>. Acesso em: 7 dez. 2021.

LAURETIS, Teresa de. Teoria queer, 20 anos depois, sexualidade e política. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). **Pensamento feminista: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 397-409.

LEAL, Tatiane. Elas merecem ser lembradas: feminismo, emoções e memória em rede. Intercom, **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v. 40, n. 2, p. 169-185, ago. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442017000200169&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 mar. 2019.

LESSA, Ricardo. Influenciador digital ganha mais espaço nas campanhas das empresas. **Valor Investe** [*on line*], Rio de Janeiro, 22 out. 2021. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2021/10/22/influenciador-digital-ganha-mais-espaco-nas-campanhas.ghtml> Acesso em: 22 maio 2022.

LEILÃO do 5G confirma expectativas e arrecada R\$ 47,2 bilhões. **Gov.Br** [*on line*], Brasília: Gov.Br. 5 nov. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2021/11/leilao-do-5g-confirma-expectativas-e-arrecada-r-47-2-bilhoes>. Acesso em: 28 dez. 2021.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 2010.

LIMA, José Hamilton; LIMA, Marcia. As Culturas Juvenis e a Cultura Corporal de Movimento: em busca de interlocução. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 27, p. 219-241, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24262>. Acesso em: 5 maio 2020.

LIMA, Elânia Francisco. Erguer a voz, não passar a vez: mulheres negras periféricas e os desafios da vida acadêmica. **Revista USP**, São Paulo, n. 122, p. 41-48, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/162616>. Acesso em: 16 jan 2023.

LIMA, Juliana Domingos de. A robô feminista que monitora leis e ajuda a pressionar deputados. **Nexo** [on line], [s. l], 7 dez. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/12/07/A-rob%C3%B4-feminista-que-monitora-leis-e-ajuda-a-pressionar-deputados>. Acesso em: 18 abr. 2018.

LORIGA, Sabina. A experiência Militar. In: GIOVANNI, Levi; SCHMITT, Jean Claude [Org]. **História dos jovens 2: A época contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 17-47.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**. Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, ago. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072008000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 fev. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: Uma Política Pós-Identitária para a Educação. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/64NPxWpgVkt9BXvLXvTvHMr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2014.

MAGALHÃES, Mariana Cardoso. Feminismo e gênero. In: MAGALHÃES, José Luiz Quadros de; GONTIJO, Lucas de Alvarenga; COSTA, Bárbara Amelize; BICALHO, Mariana Ferreira (Orgs.). **Dicionário de Direitos Humanos**. Dicionário de Direitos Humanos. Porto Alegre: Fi, 2021. p. 255-263.

MARTINELLI, Andréa. 'Mexeu com uma, mexeu com todas': As atrizes globais se unem por fim do assédio na TV. **Huffpost** [on line], [s. l], 4 abr. 2017. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2017/04/04/mexeu-com-uma-mexeu-com-todas-as-atrizes-globais-se-unem-por_a_22025534/. Acesso em: 24 mar. 2019.

MARTINEZ, Fabiana Jordão. Militantes e radicais da quarta onda: o feminismo na era digital. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 3, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n370177>. Acesso em: 28 set. 2022.

MARTINEZ, Fernanda; MARTINS, Raphael. De influenciadores a empresários: criadores de conteúdo abrem suas próprias empresas para depender menos das redes

sociais. **G1**. [on line], 31 maio. 2022. Disponível:
<https://g1.globo.com/empreendedorismo/noticia/2022/05/31/de-influenciadores-a-empresarios-criadores-de-conteudo-abrem-suas-proprias-empresas-para-depender-menos-das-redes-sociais.ghtml>. Acesso: 1 jun. 2022.

MARTINS, Geiza. Feminismo na *internet*: conheça quatro mulheres que usam a web na causa. **Revista Glamour** [on line], [s. l], 15 abr. 2016. Disponível em:
<https://revistaglamour.globo.com/Lifestyle/Must-Share/noticia/2016/04/feminismo-na-internet-conheca-quatro-mulheres-que-usam-web-na-causa.html>. Acesso em: 10 maio 2018.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero e teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 7, n. 1-2, p. 333-357, 1999. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ref/a/6Y8dcfxYKPXWmyyZmhF5yph/abstract/?lang=pt>. Acesso em 12 fev. 2019.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. *In*: UNESCO; MEC; ANPED. **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007. p. 29-45.

MENEZES, Mariana Risério Chaves de. **Juventudes, representações e tecnologias**: uma etnografia acerca da exploração da imagem feminina na cibercultura. 2018, 124f. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea). Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2018. Disponível em:
<http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/510/1/DISSERTACAOMARIANAMENEZES.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

MIGUEL, Anna de; BOIX, Montserrat. Os Gêneros da Rede: os ciberfeminismos. *In*: NATAHNSON, Graciela. **Internet em Código Feminino**. Buenos Aires: La Crujía Ediciones, 2013. p. 39-76.

MIGUEL, Luis Felipe. O Feminismo e a Política. *In*: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MINAYO, Maria C. de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. *In*: MINAYO, Maria C. de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 56-71.

MIRANDA, Caroline Rodrigues. CINTRA, João Pedro Sholl. ODS 5 – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. *In*: Fundação Abrinq et al (Org.). **Um retrato da infância e adolescência no Brasil**: Programa Presidente Amigo da Criança. 2022. p. 89-101. Disponível em:
https://fadc.org.br/sites/default/files/2022-06/um-retrato-da-infancia-e-adolescencia-no-brasil.pdf?fbclid=IwAR0ZCOZPrAxFOrXUID4ZukjZetyuLrGxIdJ88NK8xygtCJoZfJ6Srzx_Ns. Acesso: 25 abr. 2022.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MISKOLCI, Richard. Estranhando as ciências sociais: notas introdutórias sobre teoria Queer. **Revista Florestan**: Graduação em Ciências Sociais da UFSCar, v 1, n. 2, nov. 2014, p. 8-25.

MLAMBO-NGCUKA, Phumzile. Declaração da Diretora Executiva da ONU Mulheres: Estamos aqui esta noite para mobilizar um vasto e abrangente movimento de solidariedade de homens e meninas. [Tradução Nossa]. **ONU Mulheres Brasil** [*online*], [s. l.], 8 mar. 2021. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/news/stories/2014/9/20-september-heforshe-ed-speech>. Acesso em: 25 abr. 2021.

MOÇA, você é machista. **Sobre**. [s.d]. Facebook: Moça você é machista. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/MocaVoceEMachista/about/?ref=page_internal. Acesso em: 24 mar.2019.

MONTICELLI, Thays Almeida. Feministas e patroas: revisitando o debate sobre trabalho doméstico remunerado. **Antropolítica**: Revista Contemporânea de Antropologia, [s. l.], v. 3, p. 371-396, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/43318/30536>. Acesso em 20 maio 2022.

MORAIS, Rane. Direitos de acesso à informação e comunicação. José Luiz Quadros de; GONTIJO, Lucas de Alvarenga; COSTA, Bárbara Amelize; BICALHO, Mariana Ferreira (Orgs.). **Dicionário de Direitos Humanos**. Dicionário de Direitos Humanos. Porto Alegre: Fi, 2021. p. 202-206.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Raízes do feminismo político e embates atuais. **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate. Salvador, n. 12, v. 1, p. 08-23, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/38134>. Acesso em: 19 mar 2021.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Militância Libertária: herdeiras da luta contra a ditadura, feministas conquistaram avanços com redemocratização do país. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 113, p. 16-18, fev. 2015.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Feminismo e política: dos anos 60 aos nossos dias. **Revista Estudos de sociologia**, Araraquara, v.17, n.32, p.107-121, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/4930/4119>. Acesso em: 11 jun. 2019.

MOREIRA, Benedito Dielcio. Jovens e as tecnologias: entre a poética e o controle técnico. In: SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses (Org.). **Juventudes e Tecnologias**: Sociabilidades e Aprendizagens. – Brasília: Liber Livro, 2015. p. 21-41.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina**. São Paulo: Moderna; Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

MOTA, Keli Rocha Silva. Feminismo contemporâneo: como ativistas de São Paulo compreendem uma terceira onda do movimento no país. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 11, p. 108-127, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/139729/137419>. Acesso em: 19 nov. 2018.

MULLER, Elaine. Juventude e algumas questões e relações de gênero. **mneme**. Revista de humanidades. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Centro de Ensino Superior do Seridó: Campus de Caicó: Caicó, v. 05, n. 11, p. 215-244, jul./set. de 2004. Disponível em: www.cerescaico.ufrn.br/mneme. Acesso em: 23 out. 2021.

MUNIZ, Diva. de Couto. Gontijo. Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas. **OPIS**, Goiânia, v. 5, n. 2, p. 316-329, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/Opis/article/view/34189/20054>. Acesso em: 25 jan.2019.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento**. Cairo, 1994.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, Dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000300021&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 Mar. 20.

NATANSOHN, Graciela (org.). **Internet em código feminino: Teorias e práticas**. Buenos Aires: La Crujía, 2013. Disponível em: <http://gigaufba.net/internet-em-codigofeminino/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

NÃO TIRE o batom vermelho, 2015. 1 vídeo (8:33 min). Publicado pelo canal **JoutJoutPrazer** [on line], [s. l. s.n]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I-3ocjJTPHg>. Acesso em: 24 mar. 2019.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais. **Psicologia: Reflexão e Crítica** [online], [s. l.], v. 18, n. 3. p. 408-412. Dez. 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/247852651_Metodologias_feministas_a_reflexividade_ao_servico_da_investigacao_nas_ciencias_sociais>. Acesso em: 15 Mar. 2020.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Economia Criativa, a Web 2.0 e o Vírus da Exposição de Talentos. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 2014, v. 34, n. 4, pp. 955-970. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/DxKyLRvx4gcPzq6JbYxb5Rw/?lang=pt#ModalArticles>. Acesso em: 17 nov. 2021.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Talentos on-line: a profissionalização da criatividade via *internet*. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; PAIS, José Machado

(org.). **Criatividade, juventude e novos horizontes profissionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 113-142.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Primeiros contornos de uma nova "configuração psíquica". **Cadernos CEDES** [online], Campinas, v. 25, n. 65, pp. 71-85, 2005.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/6GKMXCNV5S5NcjnhnM4CDYfK/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 17 nov. 2021.

NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz; D'ANDREA, Anna Claudia Eutrópio B. Juventudes, sexualidades e relações de gênero. *In*: CORREA, Licinia Maria; ALVES, Maria Zenaide; Maia; Carla Linhares. (Org.). **Cadernos temáticos: juventude brasileira e Ensino Médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 1-49.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Epistemologia e educação: bases conceituais e racionalidades científicas e históricas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

ONU MULHERES. Conferências Mundiais da Mulher. **ONU Mulheres Brasil**, [s. l, s. n], [19??]. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>. Acesso em: 13 fev 2020.

ONU MULHERES. Planeta 50-50 em 2030, **ONU Mulheres Brasil**. [s. l, s. n], 2016. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/planeta5050/>. Acesso em: 21 jul. 2022.

ONU News. Discurso na íntegra de Greta Thunberg nas Nações Unidas. **Youtube**, 2019. 1 vídeo (4:58 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mbnRv81s_9Q. Acesso em: 14 dez. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos direitos humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 02 nov. 2021.

O QUE A CAMPANHA #MeToo conseguiu mudar de fato? **BBC**, [s. l.], 21 maio. 2018. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/geral-44164417>. Acesso em: 20 abr. 2018.

OZELLA, Sergio. Adolescência: uma perspectiva crítica. *In*: CONTINI, Maria de Lourdes Jefferi; KOLLER, Silvia Helena (org.). **Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia. 2002, p.16-24.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, [s. l.], v. 25, n. 105-106, p. 139-165, 1990. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>. Acesso em: 9 mar 2020.

PAIVA, Mirian Santos. Teoria feminista: o desafio de tornar-se um paradigma. **Revista brasileira de enfermagem**. Brasília, v. 50, n. 4, p. 517-524, dez. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71671997000400007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 fev. 2020.

PAGOLA, Lila. De mulheres e enciclopédias: formas de construir realidades e representações. *In*: NATAHNSON, Graciela. **Internet em Código Feminino**. Buenos Aires: La Crujía Ediciones, 2013. p. 109-120.

PAMPLONA, Vitor. Além do ‘cringe’: um glossário de termos que definem gerações. **Nexo Jornal**. [on line], [s. l.], 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/06/23/AI%C3%A9m-do-%E2%80%98cringe%E2%80%99-um-gloss%C3%A1rio-de-termos-que-definem-gera%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 18 nov. 2021.

PARRA, Henrique, Zoqui Martins; ABDO, Alexandre Hannud. Tendências democráticas e autoritárias, arquiteturas distribuídas e centralizadas. *In*: SILVA, Sivaldo Pereira da; BRAGATTO; Rachel Callai; SAMPAIO, Rafael Cardoso (orgs.). **Democracia Digital, comunicação política e redes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. p. 137-159.

PASINATO, Wânia; SANTOS, Cecília MacDowell. **Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil**. Campinas: Pagu-Unicamp, Ceplaes, IDRC, 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/mapeamento-das-delegacias-da-mulher-no-brasil>. Acesso em: 23 maio 2022.

PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2020. p. 238-259.

PEDRO, Joana Maria. Meu corpo minhas regras: segunda onda do feminismo queimou, junto com sutiãs, antigos padrões de beleza, de juventude e de sexualidade. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 113, p. 30-33, fev. 2015.

PEDRO, Joana Maria. Militância feminista e academia: sobrevivência e trabalho voluntário. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 87-95, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/dPNw4CKfpFFsqG7XXGhPndG/?lang=pt#>. Acesso em: 16 nov. 2021.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/fhHv5BQ6tvXs9X4P3fR4rtr/?lang=pt>. Acesso em: 16 Set. 2021.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. *In*: FÁVERO; Osmar. SPÓSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo; NOVAES, Regina Reys. [Org.]. **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2017.

PERROT, Michelle. A juventude operária. Da oficina à fábrica. *In*: GIOVANNI, Levi; SCHMITT, Jean Claude [Org.]. **História dos jovens 2: a época contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 82-136.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. **Ver. Brasileira de História**. São Paulo: Anpuh, v. 9 n. 18, p.09-18, ago./set.1989. Disponível em: <file:///D:/Users/User/Downloads/michelleperrot.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

PESQUISA afirma que 2 bilhões de pessoas estarão no metaverso até 2026. **Exame**. 2022. Disponível em: <https://exame.com/future-of-money/pesquisa-afirma-que-2-bilhoes-de-pessoas-estara-no-metaverso-ate-2026/>. Acesso em: 22 jul. 2022.

PINHEIRO, Angela de Alencar Araripe. A criança e o adolescente como sujeito de direitos: emergência e consolidação de uma representação social no Brasil. *In*: CASTRO, Lucia Rabello (org). **Crianças e Jovens na construção da Cultura**. Rio de Janeiro: Nau Editora: FAPERJ, 2001, p. 47 – 68.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

PITANGUY, Jaqueline. A Carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o futuro. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p.81-96.

PINTO, Céli Regina. Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <file:///D:/Users/User/Downloads/31624-116243-1-PB.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

PINTO, Céli Regina. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. [Entrevista cedida a] Amanda Rossi, Julia Dias Carneiro e Juliana Gragnani. **BBC** [on line], [s. l.], 30 set 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: 21 mar. 2019.

PODpesquisa 2019-2020. **Abpod** [on line], [s. l.], 2020. Disponível em: <https://abpod.org/wp-content/uploads/2020/12/Podpesquisa-2019-Resultados.pdf>. Acesso: 04 nov. 2021.

PODpesquisa Produtor 2020-2021. **Abpod** [on line], [s. l.], 2020. Disponível em: https://abpod.org/wp-content/uploads/2020/12/Podpesquisa-Produtor-2020-2021_Abpod-Resultados.pdf. Acesso: 04 nov. 2021.

PRENSKY, Marc. **Digital Natives, Digital Immigrants**. [on line], [S.l.], p. 1-6, 2001. Disponível em: <https://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2015.

QUEM É TXAI SURUÍ, indígena e única brasileira que discursou na COP26. **G1** [on line], Rondônia, 02 nov. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/natureza/amazonia/noticia/2021/11/02/quem-e-txai-surui-indigena-e-unica-brasileira-que-discursou-na-cop26.ghtml>. Acesso em: 23 dez. 2021.

RAGO, Margareth. “O feminismo está na moda. Virou pop”. [Entrevista cedida a] Sérgio Garcia. Rio de Janeiro: **Revista Época**, 15 nov. 2015. Disponível em: <https://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/margareth-rago-o-feminismo-esta-na-moda-virou-pop.html>. Acesso em: 18 Maio 2018.

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. *In*: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. (Orgs.). **Masculino, Feminino, Plural**: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. p. 21-41.

RATIER, Rodrigo; PERES, Paula; VASCONCELLOS, Alice. As meninas que estão mudando a escola: elas enfrentam o machismo com união, organização e criatividade. O que aprender com suas alunas e como ajudá-las. São Paulo: **Revista Nova Escola**, 14 set. 2016. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/8664/as-meninas-que-estao-mudando-a-escola>. Acesso em: 10 fev. 2021.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 fev. 2021.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. **A educação feminina durante o século XIX**: o Colégio Florence de Campinas 1863-1889. 2. ed. Campinas, SP: CMU/Unicamp, 2006.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres educadas na colônia. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2015. p. 79-94.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Matilde. O feminismo em novas rotas e visões. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 801-811, dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000300012&lng=en&nrm=iso. Acesso em 21 abr. 2019.

ROSSI, Amanda; CARNEIRO, Julia D.; GRAGNAN, Juliana. #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. **BBC News Brasil**, [online], [s. l.], 30 set. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: 21 mar. 2019.

ROTONDI, Valentina *et al.* Desigualdade Digital de Gênero na América Latina e Caribe. **Relatório de Pesquisa**, [s. l.]. [202-]. Disponível em:

https://pagina22.com.br/wp-content/uploads/2020/10/BDG_PORTUGUES_v3.pdf. Acesso em: 21 jul. 2022.

RUSSELL, Stuart. Por que algoritmos das redes sociais estão cada vez mais perigosos, na visão de pioneiro da Inteligência Artificial. [Entrevista cedida a] BBC News Brasil. **BBC**. [on line], [S. l.], 10 out. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-58810981>. Acesso em: 14 jul. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo Editora Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas-SP, n. 16, p. 115-136, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/gMVfxYcbKMSHnHNLrqwYhkL/?lang=pt#>. Acesso em: 4 nov. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: MADEIRA, Felícia Reicher (Org). **Quem mandou nascer mulher?** Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos/UNICEF, 1996, p.135-211.

SALAS, Javier. Google conserta seu algoritmo “racista” apagando os gorilas. **El País** [on line], Madri-Espanha, 14 jan. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/14/tecnologia/1515955554_803955.html. Acesso em: 25 out. 2019.

SALES, Shirlei Rezende. Tecnologias digitais e juventude ciborgue. In: DAYRELL, Juarez. CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. (org). **Juventudes e ensino médio: Sujeitos Currículos e Diálogos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 229-248.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império Cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANTOS, Marina França. A representação de mulheres nos espaços de poder e a *standpoint theory*: contribuições de uma epistemologia feminista. **Veritas**, Porto Alegre, v. 62, p. 904-933, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/veritas/article/view/28202/16408>. Acesso em: 18 ago. 2020.

SAAVEDRA, Renata Franco. Novos feminismos? Conexões e conflitos intergeracionais entre feministas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, e62026, p.1 -12, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000300213&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 mar. 2021.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 173-186, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/MsXMqHwb9wm36rZ3DsrXVks/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 nov. 2021.

SCOTT, Ana Silvia. O Caleidoscópio dos arranjos familiares. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2020. p. 15-42.

SCOTT, Joan Wallach. Usos e abusos do gênero. Tradução de Ana Carolina E. C. Soares. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez. 2012.

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena, AZNAR-FARIAS, Maria Silves; MATTOS, Edwiges Ferreira de. Adolescência através dos séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa Brasília**, v. 26, n. 2, p. 227-234, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000200004>. Acesso em: 8 jul. 2022.

SHORROCKS, Anthony; DAVIES, James; LUBERAS, Rodrigo. Global wealth levels **Credit Suisse Research Institute**, 2020. Disponível em: <https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html>. Acesso em: 3 dez. 2020.

SZYMANSKI, Heloísa. Entrevista reflexiva: um olhar psicológico sobre a entrevista em pesquisa. *In*: SZYMANSKI, Heloísa (org.). **A entrevista na educação: a prática reflexiva**. 4 ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2011, p. 9-64.

SILVA, Carmem Sílvia Maria da. Inquietações feministas: desafios metodológicos e epistemológicos nos processos de pesquisa. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 1. n. 21. p. 385-421, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235605/28548>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SILVA, Ivanderson Pereira da. Em busca de significados para a expressão “ideologia de gênero”. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, e190810, p.1 -30, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100186&lng=en&nrm=iso. Acesso em 09 de fevereiro de 2021.

SILVA, Laryssa da Costa e; FREITAS, Lucia Gonçalves de. Pedagogia feminista: o que é, quem pratica? *In*: CONGRESSO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO DA UEG, 5, Pirenópolis, 2018. **Anais [...]**, Anápolis: UEG, 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade; uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed.; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. 156 p.

SIMONE, Valentina. “Ni una menos”: desconstruindo a sociedade machista? **Revista Florestan**, São Carlos-SP, ano 6, n. 8, p. 61-75, 2019. Disponível em: <http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/215>. Acesso em: 28 dez. 2021.

SOLANO, Esther et al. Juventudes e Democracia na América Latina. **Luminate: Relatório de pesquisa**. 2022. Disponível em: https://luminategroup.com/storage/1461/PT_Youth_Democracy_Latin_America.pdf. Acesso em: 15 jun 2022.

- SOUTO, Luana Mathias. Gisleule Maria Menezes. Paridade de gênero. *In*: MAGALHÃES, José Luiz Quadros de; GONTIJO, Lucas de Alvarenga; COSTA, Bárbara Amelize; BICALHO, Mariana Ferreira (orgs.). **Dicionário de Direitos Humanos**. Porto Alegre: Fi, 2021, p. 337-341.
- TAKAHASHI, Tadao (org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.
- TEDESCHI, Losandro Antonio. **As mulheres e a história**: uma introdução teórico metodológica. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista**: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013.
- TERTO, A. 12 youtubers negras que estão empoderando mulheres na *internet*. **Huffpost**. [*on line*], [*S.l, s.n*], 2016. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2016/11/20/12-youtubers-negras-que-estao-empoderando-mulheres-na-internet_a_21700389/. Acesso em: 30 mai. 2018.
- TESSER, Gelson João. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 10, p. 91-98, dez. 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601994000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 Feb. 2020.
- TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 2 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- TIBURI, Marcia. Dilma, Janaína e “gaslighting”. **Revista Cult**. [*on line*], São Paulo, 2016. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/dilma-janaina-e-gaslighting/>. Acesso em: 30 ago. 2022.
- THINK With Google. **Dossiê BrandLab**: The Millennial Divide. [*on line*], [*s. l.*], set. 2017. Disponível em: <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/estrategias-de-marketing/apps-e-mobile/dossie-brandlab-millennial-divide/>. Acesso em: 15 set. 2021.
- TOMASEVICIUS, Eduardo. Marco Civil da *internet*: uma lei sem conteúdo normativo. **Estudos Avançados**, [*s. l.*], v. 30, n. 86, p. 269-285, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.00100017>. Acesso em: 27 jul. 2022.
- TORI, Romero. Tecnologia e Metodologia para uma educação sem distância. **Em Rede Revista de Educação a Distância**. Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 44-55, 2015. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/64/82>. Acesso em 23 jul 2020.
- TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TOUR PELO MEU CORPO. [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (10:19 min). Publicado pelo canal Tá Querida. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hDpHE2U4PEk&t=522s>. Acesso em: 25 ago. 2011.

TRANCOSO, Alcimar Enéas Rocha e Oliveira, SOUTO, Adélia Augusta. Produção social, histórica e cultural do conceito de juventudes heterogêneas potencializa ações políticas. **Psicologia e Sociedade**, Recife, v. 26, n. 1, p. 137-147, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100015>. Acesso: 12 set. 2022.

UNESCO. A UNESCO reafirma a necessidade da Universalidade da *internet* em meio a crescentes ameaças. 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/unesco-reafirma-necessidade-da-universalidade-da-internet-em-meio-crescentes-ameacas>. Acesso em: 10 abr. 2022.

UNESCO. **Assessing internet development in Brazil:** using UNESCO's *internet* Universality ROAM-X. Indicators publicado em 2019 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374004>. Acesso em: 10 abr. 2022.

UNESCO. **As pedras angulares para a promoção de sociedades do conhecimento inclusivas:** Acesso à informação e ao conhecimento, liberdade de expressão, privacidade e ética na *internet* global. Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura, 2017. Disponível em: <https://nic.br/media/docs/publicacoes/1/as-pedras-angulares-para-a-promo%C3%A7%C3%A3o-de-sociedades-do-conhecimento-inclusivas.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. Gênero não é ideologia: explicando os Estudos de Gênero. **Café História** - história feita com cliques. [on line], [S.l.], 27 nov. 2017. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/explicando-estudos-de-genero/>. Acesso: 10 abr. 2022.

VEZZOSI, Rafael Geraldo Magalhães. Pós-verdade. In: MAGALHÃES, José Luiz Quadros de; GONTIJO, Lucas de Alvarenga; COSTA, Bárbara Amelize; BICALHO, Mariana Ferreira (Orgs.). **Dicionário de Direitos Humanos**. Dicionário de Direitos Humanos. Porto Alegre: Fi, 2021. p. 255-263.

VIANNA, Cláudia. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, v. 2, n. 68, p. 127-143, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8642891>. Acesso em: 25 mar. 2020.

VIANNA, Cláudia Pereira. UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 77-104, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/490/494>. Acesso em: 12 dez. 2019.

VILLELA, Wilza Vieira e DORETO, Daniella Tech. Sobre a experiência sexual dos jovens. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, p. 2467-2472, 2006.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006001100021>. Acesso em: 5 jul. 2022.

VIREI EMBAIXADORA DO YOUTUBE GLOBALMENTE - CREATORS FOR CHANGE. [on line], [s. l: s.n], 2018. 1 vídeo (10:44). Publicado pelo canal Afros e Afins por Náthaly Nery. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ru7_SgPZQ60. Acesso em: 24 mar. 2019.

VOMMARO, Pablo. "Há uma juvenilização da sociedade". [Entrevista cedida a] Delfina Cabreros Torres. **Página 12**. [on line], [s. l: s.n], 31 jul. 2015 . Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/universidad/10-278351-2015-07-31.html>. Acesso em: 09 nov. 2022.

TUDO SOBRE a Think Olga. **Think Olga**. [on line], [s. l: s.n], 2022. Disponível em: <https://thinkolga.com/quem-somos/>. Acesso em: 07 jan. 2022.

ZANETTI, Julia Paiva. Jovens feministas do Rio de Janeiro: trajetórias, pautas e relações intergeracionais. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, n. 36, p. 47-75, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/3dzLMRkJ6srxh9RnzQL7mqc/?lang=pt#>. Acesso em: 24 ago. 2021.

WEISHEIMER, Nilson *et al.* **Sociologia da Juventude**. Curitiba: Inter Saberes, 2013.

WELLER, Wivian. Gênero e juventude. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 103-106, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000100007>. Acesso em: 15 dez. 2021.

WELLER, Wivian. A presença feminina nas (sub) culturas juvenis: a arte de se tornar visível. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n 1, p. 107-126, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000100008/7813>. Acesso em: 24 out.2020.

'YOUTUBER' entra para dicionário; veja mais palavras tech para 2017. **Techtudo**, [on line], [S.l: s.n], 2016. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2016/12/palavra-youtuber-entra-para-dicionario-veja-mais-palavras-tech.ghtml>. Acesso em: 09 jun. 2019.

REFERÊNCIA DE FILMES E SÉRIES

O DILEMA DAS REDES. [Documentário]. Direção: Jeff Orlowski. Produção: Netflix. 2020 (1:34).

MARVEL'S Jessica Jones. [Seriado]. Direção: Vários. Produção: Tim Iacofano. Estados Unidos da América: Marvel Television, ABC Studios e Tall Girls Productions. 2015-2019.

SUPER GIRL. [Seriado]. Direção: Vários. Produção: Michael Grassi et al. Estados Unidos da América: Warner Bros. 2015-2021.

STATION ELEVEN [Seriado]. Direção: Hiro Murai. Produção: Hiro Murai et al. Estados Unidos da América: Paramount Television Studios. 2021. (514 minutos), son., color.

WONDER Woman: Direção: Patty Jenkins. Produção: Charles Roven et al. DC Films. 2017. (141 minutos), son, color.

BIBLIOGRAFIA

ARONOVICH, Dolores. Quem sou eu. **Escreva Lola escreva [Blog]**, s/d. Disponível em: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com/>. Acesso em: 24 mar 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO

Formulário

Este formulário foi elaborado para a coleta de dados para a presente pesquisa está dividido em três blocos e possui um total de 42 questões, sendo a maioria de múltipla escolha.

BLOCO DE QUESTÕES 1

O Bloco de Questões 1 é composto por perguntas elaboradas com intuito de levantar dados sobre acesso e interação em ambiente digital das participantes. Possui um total de catorze questões (1-14).

1. Com qual frequência você acessa a *internet*?

- Frequentemente
- Às vezes
- Raramente
- Nunca

2. Em qual/quais locais você geralmente acessa a *internet*?

- Em Casa
- Na faculdade
- No trabalho
- Locais diversos

3. Em qual (is) aparelhos você acessa conteúdo na *internet*?

- Celular (smartphone)
- Computador
- Tablet
- Outros

4. Quais plataformas e sites você costuma acessar com maior frequência quando está navegando na *internet*? Assinale mais de uma opção se for o caso.

- Redes Sociais
- Blogs
- Fóruns
- E-mails
- Sites
- Outros

5. Caso a sua resposta à questão anterior tenha sido “Outros”, indique quais:

Sua resposta

6. Em qual (is) dessas plataformas você tem perfil na *internet*? Assinale mais de uma opção se for o caso.

- Facebook
- Instagram
- Twiter
- Youtube
- Outras

7. Caso a sua resposta à questão anterior tenha sido “Outras”, indique qual (is):

Sua resposta

8. Quais os principais motivos para você acessar as redes sociais? Assinale mais de uma opção se for o caso.

- Conversar com amigas (os) e familiares
- Se informar sobre assuntos diversos
- Acessar conteúdos de estudo
- Lazer
- Relacionamentos
- Outros motivos

9. Caso a sua resposta à questão anterior tenha sido “Outros motivos”, indique quais:

Sua resposta

10. Quais os principais motivos para você acessar as redes sociais? Assinale mais de uma opção se for o caso*

- Conversar com amigas (os) e familiares
- Se informar sobre assuntos diversos
- Acessar conteúdos de estudo
- Lazer
- Relacionamentos
- Outros motivos

11. Caso a sua resposta à questão anterior tenha sido “Outros motivos”, indique quais:

Sua resposta

12. Você segue algum influenciador (a) digital em suas redes sociais?

- Sim
- Não

13. Se respondeu "Sim" à questão anterior indique qual/quais influenciador(a) você segue nas redes sociais?

Sua resposta

14. Se respondeu "Sim" à questão 12, diga sobre quais temas as/os influenciadoras/es digitais que você segue aborda em suas redes? Assinale mais de uma opção se for o caso.

- Moda e Beleza
- Arte e cultura
- Ciência
- Política
- Filosofia/Sociologia
- Filmes e Séries

- Livros/literatura
- Tutoriais
- Religião
- Gastronomia
- Ponto de Vista/ Opinião
- Feminismo
- Outros temas

BLOCO DE QUESTÕES 2

O segundo bloco de questões contém perguntas sobre percepções e interações com as temáticas gênero e feminismo no ciberespaço. As questões do segundo bloco vão do número 15 ao número 26, totalizando onze questões.

15. Você se deparou com algum conteúdo sobre feminismo na *internet* nos últimos seis meses?

- Sim
- Não

16. Você tem a impressão de que temas relacionados ao feminismo são mais frequentes nos últimos tempos nos meios de comunicação?

- Sim
- Não
- Não sei

17. Você segue algum perfil em rede social que aborda a temática de gênero e/ou feminismo?

- Sim
- Não

18. Se a sua resposta a questão anterior foi "Sim", cite alguns sites, blogs e/ou perfis que você segue que abordam a temática de gênero e feminismo:

Sua resposta

19. Você se interessa pela temática de gênero e feminismo?

- Sim
- Não

20. Assinale abaixo qual alternativa representa melhor seu nível de interesse sobre gênero e feminismo:

- Me interesse muito
- Me interesse razoavelmente
- Me interesse pouco
- Não me interesse

21. Você acredita que a temática de gênero e feminismo é relevante no debate social?

- Sim
- Não

22. Onde você ouviu pela primeira vez sobre o movimento feminista?

- Na escola
- Na *internet*
- Na televisão
- Livros
- Com familiares
- Com amigos
- No cursinho pré-vestibular
- Na Universidade
- Partidos Políticos/Movimentos Sociais/Coletivos
- Desconheço a temática

23. Você se considera feminista?

- Sim
- Não
- Não pensei sobre isso

24. Você concorda com a afirmação de que nas escolas deveriam se abordar temas relacionados com o feminismo e desigualdade de gênero?

- Concordo
- Discordo
- Não pensei sobre isso

25. A temática de gênero/feminismo já foi abordada por algum professor (a) durante o Ensino Médio?

- Sim
- Não

26. Caso a sua resposta à questão anterior tenha sido “Sim”, em qual (is) disciplinas foi (foram) trabalhada (s) as questões de gênero e feminismo? Assinale mais de uma opção se for o caso.

- Língua Portuguesa
- Geografia
- História
- Matemática
- Artes
- Sociologia
- Filosofia
- Física
- Biologia

Bloco de questões 3

O terceiro bloco de questões é composto por dezesseis questões (questões do número 27 ao número 43) que visam conhecer melhor o perfil das participantes.

27. Assinale a sua faixa etária:

- 18 a 20 anos
- 21 a 23 anos
- 24 anos
- acima de 24 anos

28. Com relação a sua orientação sexual você se considera:

- Homossexual (Se relaciona com indivíduo do mesmo sexo)
- Heterossexual (Se relaciona com indivíduo do sexo oposto)
- Bissexual (Se relaciona com os gêneros binários, tanto homem quanto com mulher)
- Pansexual (Se relaciona com todos os gêneros sexuais, homem, mulher, trans, etc.)
- Assexual (não possui interesse sexual)
- Outro

29. Com qual gênero você se identifica:

- Mulher Cisgênero (nasceu com órgão sexual feminino e se identifica como gênero feminino)
- Mulher Transgênero (nasceu com órgão sexual masculino e se identifica com o gênero feminino)
- Homem Cisgênero (nasceu com o órgão sexual masculino e se identifica com o gênero masculino)
- Homem Transgênero (nasceu com o órgão sexual feminino e se identifica com o gênero masculino)
- Travesti
- Não Binário
- Agênero
- Outro

30. Com relação a cor/raça você se autodeclara:

- Branca
- Preta
- Parda
- Outra

31. Qual o seu Estado civil?

- Solteira
- Casada
- Divorciada
- União estável

32. Você tem filho (a)?

- Sim
- Não

33. Caso à questão anterior tenha sido "Sim" responda abaixo quantos filhos/as você possui?

- 1
- 2
- 3
- Mais de 3
- Não tenho filhos

34. Em que ano você finalizou o Ensino Médio?

- 2017 a 2019
- 2014 a 2016
- Antes de 2014

35. Você atualmente reside com quem

- Companheiro, namorado, noivo, esposo
- Companheira, namorada, noiva, esposa
- Amigos (as)
- Sozinha
- Com familiares

36. Qual a religião da sua família?

- Católica
- Cristã (protestante, evangélico ou qualquer outra denominação cristã)
- Judaica
- Muçulmana
- Não religiosa
- Outra

37 - Se você respondeu "outra" na questão anterior especifique a religião da sua família.
Sua resposta

38. Você exerce alguma atividade remunerada (trabalho, estágio, bolsa etc.)?

- Sim
- Não

39. Caso sua resposta a questão anterior tenha sido "Sim", que tipo de atividade remunerada você exerce?

- Trabalho formal em tempo parcial
- Trabalho formal em tempo integral
- Trabalho em informal tempo integral
- Trabalho informal em tempo parcial
- Estágio remunerado
- Bolsas Estudos
- Outro:

40. Qual o seu curso?

- Educação Física
- Física
- Geografia
- Matemática
- Química
- Pedagogia

41. Qual ano/semestre do curso você está matriculada?

Sua resposta

42. Caso você seja selecionada, você gostaria de participar da segunda etapa do estudo:

- Sim
- Não
- Talvez, preciso pensar melhor

Agradecimento

Obrigada pela pré-disposição e cooperação em participar da nossa pesquisa. Após a finalização do nosso estudo você receberá uma cópia do trabalho no e-mail cadastrado

APÊNDICE B

ROTEIRO DE QUESTÕES

- 1- Me fale de quando você se interessou em conhecer mais sobre questões de gênero e feminismo?
- 2- Com quantos anos você começou a se interessar pelas questões de gênero e feminismo?
- 3- Você se considera feminista?
- 4- Como você definiria o feminismo?
- 5- Para você como é uma mulher feminista?
- 6- Você conversa sobre feminismo com outras pessoas? Com quem? Sobre quais aspectos?
- 7- A sua família sabe do seu interesse pelo feminismo? Como eles lidam com isso?
- 8- Você enfrenta algum desafio como mulher no seu cotidiano? Qual (is)?
- 9- Você já se deparou com alguma situação explícita de machismo? Qual foi a sua reação?
- 10- Dentre os temas tratados no feminismo qual lhe interessa mais? Você poderia dar algum exemplo?
- 11- Você acredita que os/as jovens da sua idade se interessam por feminismo?
- 12- Na escola em que você cursou o Ensino Médio, eram abordadas questões sobre feminismo e desigualdade de gênero? Com que frequência? Em quais momentos?
- 13- Você acredita que as vezes em que se discutiu gênero e feminismo na escola/universidade foram suficientes?
- 14- Os jovens do sexo masculino e feminino são tratados de forma igualitária no ambiente escolar?
- 15- Você já presenciou algum episódio de preconceito ou discriminação de gênero na escola e/ou universidade? Se sim, descreva o que você sentiu e qual foi a sua reação diante do ocorrido.
- 16- Para você qual é a maior dificuldade que as jovens mulheres se deparam na sociedade contemporânea?
- 17- Você acredita que os desafios das jovens mulheres de hoje são o mesmo das gerações passadas?
- 18- Com qual frequência você consome conteúdo sobre feminismo na *internet*? Em quais sites/plataformas?

- 19- Você aprendeu alguma coisa sobre feminismo na *internet*?
- 20- Em linhas gerais, fale o que você entende por sexismo e machismo.
- 21- Na sua opinião o machismo também afeta os homens?
- 22- Você acredita que a sociedade brasileira é machista? Poderia dar algum exemplo?
- 23- E no seu cotidiano alguma mulher te inspira? Por quê?
- 24- Você admira alguma mulher assumidamente feminista? Qual? Por que você a escolheu?
- 25- Você já vivenciou algum episódio de discriminação e/ou desvalorização por ser mulher?
- 26- Para você as mulheres são livres?
- 27- O que você pensa sobre a participação feminina na política? Alguma mulher na política te inspira?
- 28- Você já leu algum livro, escutou uma música ou assistiu um filme/série sobre questões de gênero ou feminismo? Se sim, quais?
- 29- Me fale o que é ser mulher para você.
- 30- O Feminismo te ajudou a refletir sobre questões que antes você não dava tanta importância? Quais?
- 31- Como você se sentiu ao responder essas questões?
- 32- Você incluiria uma questão nesse questionário que eu não perguntei? Se sim, qual?
- 33- Você gostaria de me falar mais alguma coisa?

Obrigada pela participação!

APÊNDICE C

MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO I

Título da Pesquisa: “Ela é mais feminista do que eu”: narrativas de jovens universitárias sobre feminismos nas redes

Nome da Pesquisadora: Elaine Gomes Ferro

Nome da Orientadora: Marcia Regina Canhoto de Lima

1. **Natureza da pesquisa:** a Sr^a está sendo convidada a participar desta pesquisa que tem como finalidade investigar a influência e o alcance das pautas feministas presentes na *internet* a partir do ponto de vista de jovens mulheres estudantes de cursos de licenciatura da FCT Unesp – Presidente Prudente de forma articulada com os estudos de feminismo e juventude e educação. A pesquisa está associada ao projeto de doutorado da estudante Elaine Gomes Ferro desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.
2. **Participantes da pesquisa:** serão convidadas para participar dessa primeira etapa do estudo 154 estudantes matriculadas no primeiro ano dos cursos de licenciatura da Unesp-Presidente Prudente – SP.
3. **Envolvimento na pesquisa:** ao aceitar participar dessa primeira etapa da pesquisa você responderá a um questionário *on line* contendo 36 questões mistas (abertas e fechadas) cujo tempo médio previsto para resposta é 10 minutos.
4. **Sobre o questionário:** O questionário que você responderá foi elaborado com três blocos de questões sendo que o bloco um é composto por 12 questões gerais com o intuito de identificar o perfil das participantes, enquanto o bloco dois contém 12 questões para identificação dos elementos relacionados ao acesso, aos usos e suas interações na *internet*. Por fim, o terceiro e último bloco contém 12 questões acerca de suas percepções sobre feminismo e questões de gênero.
5. **Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas e o risco de participação é mínimo. Se você sentir algum desconforto, incômodo e/ou constrangimento para responder qualquer questão, você poderá interromper sua participação a qualquer momento e seus dados não serão

analisados. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa por meio do telefone da pesquisadora do projeto e, se necessário por meio do Comitê de Ética em Pesquisa, que é o órgão que avalia se não há problemas da realização de uma pesquisa com seres humanos. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

6. **Sigilo sobre a Identidade dos Sujeitos da Pesquisa:** Sua identidade, bem como informações ou qualquer outro meio que porventura possa identificá-la, serão mantidos em sigilo. Os dados gerados serão transferidos e armazenados em uma mídia física de modo a evitar qualquer tipo de vazamento e/ou ciberataque. Somente a pesquisadora e sua orientadora terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa.
7. **Confidencialidade dos Dados:** As informações coletadas neste estudo que não forem publicadas na pesquisa não serão divulgadas de qualquer outra forma e os documentos que contiverem tais informações serão destruídos de acordo com as Normas vigentes da CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa).
8. **Benefícios:** ao participar desta pesquisa a Sr.^a não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre as formas que as jovens adquirem conhecimento e interagem com conteúdo feminista na *internet*, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta investigação possa colaborar para uma reflexão mais ampla sobre a juventude feminina e a inclusão de temas de gênero e feminismo no processo educativo, em que pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos, respeitando-se o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item anterior.
9. **Pagamento:** a Sr.^a não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.
10. **Indenização:** caso a Sr.^a venha a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação em qualquer fase da pesquisa ou dela decorrente, a Sr.^a tem o direito a buscar indenização. A questão da indenização não é prerrogativa da Resolução CNS nº 466/2012 ou da Resolução CNS nº 510/2016, e sim está prevista no Código Civil (Lei 10.406 de 2002), sobretudo nos artigos 927 a 954, dos Capítulos I (Da Obrigação de Indenizar) e II (Da Indenização), Título IX (Da Responsabilidade Civil).

A Sr.^a tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a Sr.^a. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa por meio do telefone da pesquisadora do projeto e, se necessário por meio do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa. Caso desejar poderá a qualquer momento imprimir esse termo por meio do Link:<https://drive.google.com/file/d/1zWWr1en248zuOSWo1fEqZXLH7PT36nP/view?usp=sharing>.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa.

Consentimento Livre e Esclarecido

- [] Tendo em vista os itens acima apresentados concordo que li e aceito participar da pesquisa
- [] Confiro que recebi uma via deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados (de forma anônima) obtidos neste estudo;

Obs: Ao preencher os campos acima, a senhora concorda em participar da pesquisa nos termos deste TCLE. Caso não concorde em participar, apenas feche a página no seu “navegador”.

Assinatura da pesquisadora

Assinatura da orientadora

"Os CEP são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. (Resolução CNS 466/12, VII.2 e Resolução CNS 510/16)"

Pesquisadora: Elaine Gomes Ferro – (18) 98142-3890

Orientadora: Marcia Regina Canhoto de Lima - (18) 99606 - 5300

Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa: Profa. Dra. Edna Maria do Carmo

Vice-Coodenadora: Profa. Dra. Andreia Cristiane Silva Wiezzel

Telefone do Comitê: 3229-5315 ou 3229-5526

E-mail cep@fct.unesp.br

APÊNDICE D

MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO II

Título da Pesquisa: “Ela é mais feminista do que eu”: narrativas de jovens universitárias sobre feminismos nas redes

Nome da Pesquisadora: Elaine Gomes Ferro

Nome da Orientadora: Marcia Regina Canhoto de Lima

1. **Natureza da pesquisa:** a Sr.^a está sendo convidada a participar desta pesquisa que tem como finalidade investigar a influência e o alcance das pautas feministas presentes na *internet* a partir do ponto de vista de jovens mulheres estudantes de cursos de licenciatura da FCT Unesp – Presidente Pudente de forma articulada com os estudos de feminismo e juventude e educação. A pesquisa está associada ao projeto de doutorado da estudante Elaine Gomes Ferro desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.
2. **Participantes da pesquisa:** serão convidadas para participar dessa segunda etapa do estudo as estudantes que participaram da primeira etapa e que demonstraram, a partir de suas respostas, uma maior identificação/consumo/interação com conteúdo feminista digital. Para essa segunda etapa estimamos a participação de até dez voluntárias.
3. **Envolvimento na pesquisa:** ao participar dessa segunda etapa da pesquisa a Sr.^a permitirá que a pesquisadora colete informações, por meio de uma entrevista, acerca de suas percepções e afinidades acerca do feminismo.
4. **Sobre as entrevistas:** será realizada uma entrevista de forma remota via *Google Meet* em dia e horário pré-estabelecido pela Sr.^a A entrevista seguirá um roteiro pré-estruturado, apresentando questões que nortearão a nossa conversa, sem, contudo, restringe-se a elas. A entrevista será gravada e posteriormente transcrita. Ressalta-se ainda que após a transcrição o conteúdo da entrevista será apresentado à Sr.^a para que análise e dê o seu aval para a utilização integral ou supressão de algum trecho que não lhe seja agradável.
5. **Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas e o risco de participação é mínimo. Se você sentir algum desconforto, incomodo e/ou constrangimento para responder qualquer questão, você poderá interromper sua participação a qualquer momento e seus dados não serão analisados. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a

pesquisa por meio do telefone da pesquisadora do projeto e, se necessário por meio do Comitê de Ética em Pesquisa, que é o órgão que avalia se não há problemas da realização de uma pesquisa com seres humanos. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

6. **Sigilo sobre a Identidade dos Sujeitos da Pesquisa:** Sua identidade, bem como informações ou qualquer outro meio que porventura possa identificá-la, serão mantidos em sigilo. Os dados gerados serão transferidos e armazenados em uma mídia física de modo a evitar qualquer tipo de vazamento e/ou ciberataque. Somente a pesquisadora e sua orientadora terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa.
7. **Confidencialidade dos Dados:** As informações coletadas neste estudo que não forem publicadas na pesquisa não serão divulgadas de qualquer outra forma e os documentos que contiverem tais informações serão destruídos de acordo com as Normas vigentes da CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa).
8. **Benefícios:** ao participar desta pesquisa a Sr.^a não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre as formas que as jovens adquirem conhecimento e interagem com conteúdo feminista na *internet*, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta investigação possa colaborar para uma reflexão mais ampla sobre a juventude feminina e a inclusão de temas de gênero e feminismo no processo educativo, em que pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos, respeitando-se o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item anterior.
9. **Pagamento:** a Sr.^a não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.
10. **Indenização:** caso a Sr.^a venha a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação em qualquer fase da pesquisa ou dela decorrente, a Sr.^a tem o direito a buscar indenização. A questão da indenização não é prerrogativa da Resolução CNS nº 466/2012 ou da Resolução CNS nº 510/2016, e sim está prevista no Código Civil (Lei 10.406 de 2002), sobretudo nos artigos 927 a 954, dos

Capítulos I (Da Obrigação de Indenizar) e II (Da Indenização), Título IX (Da Responsabilidade Civil).

A Sr.^a tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a Sr.^a. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa por meio do telefone da pesquisadora do projeto e, se necessário por meio do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa. Caso desejar poderá a qualquer momento imprimir esse termo por meio do Link:

https://drive.google.com/file/d/1Qq2PzTL4ivUiFJp1y8vn_i232xLrXvE2/view?usp=sharing.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa.

Consentimento Livre e Esclarecido

- Tendo em vista os itens acima apresentados concordo que li e aceito participar da pesquisa
- Confiro que recebi uma via deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados (de forma anônima) obtidos neste estudo.

Obs: Ao preencher os campos acima, a senhora concorda em participar da pesquisa nos termos deste TCLE. Caso não concorde em participar, apenas feche a página no seu “navegador”.

Assinatura da pesquisadora

Assinatura da orientadora

"Os CEP são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. (Resolução CNS 466/12, VII.2 e Resolução CNS 510/16)"

Pesquisadora: Elaine Gomes Ferro – (18) 98142-3890 Orientadora: Marcia Regina Canhoto de Lima - (18) 99606 - 5300
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa: Profa. Dra. Edna Maria do Carmo Vice-Coordenadora: Profa. Dra. Andreia Cristiane Silva Wiezzel
Telefone do Comitê: 3229-5315 ou 3229-5526 E-mail cep@fct.unesp.br

ANEXOS

ANEXO A - PARECER DO CEP

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO
CAMPUS DE PRESIDENTE
PRUDENTE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Juventude Feminina na era do ativismo feminino digital e processos educativos

Pesquisador: ELAINE GOMES FERRO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 49849321.0.0000.5402

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.115.168

Apresentação do Projeto:

O Projeto de Pesquisa intitulado "Juventude Feminina na era do ativismo feminino digital e processos educativos", objetiva "investigar a influência e o alcance das pautas feministas presentes na internet a partir do ponto de vista de jovens mulheres estudantes de cursos de licenciatura da FCT Unesp – Presidente Prudente de forma articulada com os estudos de feminismo e juventude e educação". Trata-se de uma "pesquisa descritiva de abordagem qualitativa", a partir da "aplicação de questionários e realização de entrevistas semiestruturadas", na modalidade remota. Participarão da etapa de questionários 154 alunas ingressantes dos cursos de Geografia, Pedagogia, Química, Física, Matemática e Educação Física, da FCT Unesp. Após a análise dos dados oriundos dos 154 questionários, 10 participantes serão selecionadas e convidadas a participarem das entrevistas. Os dados das entrevistas serão submetidos a análise de conteúdo.

Neste momento trata-se da apresentação das respostas ao Parecer 5.060.696 de 25 de outubro de 2021.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

"Investigar a influência e o alcance das pautas feministas presentes na internet a partir do ponto de vista de jovens mulheres estudantes de cursos de licenciatura da FCT Unesp – Presidente Prudente de forma articulada com os estudos de feminismo e juventude e educação".

Endereço: Rua Roberto Simonsen, 305
Bairro: Centro Educacional **CEP:** 19.060-900
UF: SP **Município:** PRESIDENTE PRUDENTE
Telefone: (16)3229-5315 **Fax:** (16)3229-5353 **E-mail:** cep@fct.unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO
CAMPUS DE PRESIDENTE
PRUDENTE



Continuação do Parecer: 5.115.168

Objetivo Secundário:

"Identificar os conteúdos e plataformas que as jovens mais utilizam para se informar acerca de pautas feministas";

"Analisar a percepção das jovens quanto à relevância/irrelevância da causa feminista para suas realidades";

"Verificar os reflexos as contribuições do ativismo feminista digital para a conscientização de jovens mulheres acerca das questões de gênero";

"Refletir acerca das questões de gênero na escola e das potencialidades dos ativismos digitais feministas enquanto processos de educação".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não há observância de qualquer risco aos participantes ou a pesquisadora envolvida neste Projeto de Pesquisa. Em relação aos benefícios, considera-se que os resultados advindos desta pesquisa "colaborarão para a ampliação da compreensão sobre as formas que jovens mulheres adquirem conhecimento e interagem com conteúdo feministas na internet, além de aprofundar a reflexão acerca da inclusão dos temas gênero e feminismo no processo educativo".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Considera-se a proposta relevante.

Nada mais a comentar, nada mais a considerar.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Adequadamente apresentados. Nada mais a considerar.

Recomendações:

Nada a considerar.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as pendências apontadas por esta relatoria no Parecer 5.060.696 de 25 de outubro de 2021 foram atendidas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião realizada no dia 19.11.2021, o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências e Tecnologia - Unesp - Presidente Prudente, em concordância com o parecerista, considerou o

Endereço: Rua Roberto Simonsen, 305
 Bairro: Centro Educacional CEP: 19.060-900
 UF: SP Município: PRESIDENTE PRUDENTE
 Telefone: (18)3229-5315 Fax: (18)3229-5353 E-mail: cep@fct.unesp.br

**UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO
CAMPUS DE PRESIDENTE
PRUDENTE**



Continuação do Parecer: 5.115.168

projeto APROVADO.

Obs: Lembramos que pesquisas que se enquadram na resolução 466/12 devem apresentar relatório parcial e final, e pesquisas que se enquadram na resolução 510/16 devem apresentar relatório final.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1558391.pdf	02/11/2021 20:27:28		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	02/11/2021 20:26:59	ELAINE GOMES FERRO	Aceito
Cronograma	cronogramaalterado.docx	02/11/2021 20:25:25	ELAINE GOMES FERRO	Aceito
Outros	cartaresposta.docx	02/11/2021 20:24:41	ELAINE GOMES FERRO	Aceito
Outros	responsabilidade.pdf	11/07/2021 16:36:44	ELAINE GOMES FERRO	Aceito
Outros	compromisso.pdf	11/07/2021 16:34:33	ELAINE GOMES FERRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE2.pdf	11/07/2021 16:17:19	ELAINE GOMES FERRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE1.pdf	11/07/2021 16:17:03	ELAINE GOMES FERRO	Aceito
Outros	declaracaodiretor.pdf	28/06/2021 18:31:27	ELAINE GOMES FERRO	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	28/06/2021 18:30:04	ELAINE GOMES FERRO	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	28/06/2021 18:18:59	ELAINE GOMES FERRO	Aceito
Outros	roteirodequestoes.pdf	24/06/2021 17:57:21	ELAINE GOMES FERRO	Aceito
Outros	questionario.pdf	24/06/2021 17:56:13	ELAINE GOMES FERRO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	24/06/2021 17:46:58	ELAINE GOMES FERRO	Aceito

Endereço: Rua Roberto Simonsen, 305
 Bairro: Centro Educacional CEP: 19.060-900
 UF: SP Município: PRESIDENTE PRUDENTE
 Telefone: (18)3229-5315 Fax: (18)3229-5353 E-mail: cep@fct.unesp.br